

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIELA FIGUEIREDO NETTO

O sistema partidário no Rio de Janeiro: uma análise sobre líderes e partidos políticos

Versão Corrigida

São Paulo

2020

GABRIELA FIGUEIREDO NETTO

O sistema partidário no Rio de Janeiro: uma análise sobre líderes e partidos políticos

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Sociais da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Versão Corrigida

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de
Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N472s Netto, Gabriela Figueiredo

O sistema partidário no Rio de Janeiro: uma análise sobre líderes e partidos políticos / Gabriela Figueiredo Netto ; orientador Bruno Wilhelm Speck. - São Paulo, 2020.

227 f.

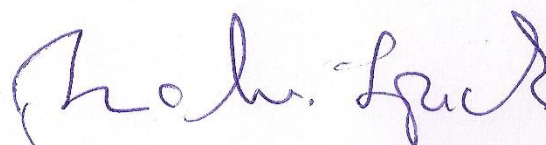
Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Eleições. 2. Partidos políticos. 3. Líderes. 4. Personalismo. 5. Rio de Janeiro. I. Speck, Bruno Wilhelm , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)****Nome da aluna: Gabriela Figueiredo Netto****Data da defesa: 05/12/2019****Nome do Prof. orientador: Bruno Wilhelm Speck**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/01/2020



(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: NETTO, Gabriela Figueiredo.

Título: O sistema partidário no Rio de Janeiro: uma análise sobre líderes e partidos políticos

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

O processo de criação e elaboração de uma tese de Doutorado não é individual e nem solitário. Ao longo dessa jornada, pude contar com a ajuda e o apoio de inúmeras pessoas que de alguma forma contribuíram com este processo. Devo a minha mais sincera gratidão a elas.

Primeiro, agradeço a Deus e a Oshieoyá-Samá por me concederem saúde e força ao longo dessa jornada.

Em seguida, agradeço à minha família, principalmente aos meus pais, Luiz e Sheyla, e ao meu irmão, Victor, por sempre apoiarem as minhas decisões profissionais e me receberem tão bem quando voltava para o Rio de Janeiro. Agradeço por sempre compreenderem as minhas ausências em momentos especiais com o objetivo de construir a presente tese. Sou igualmente grata por todas as palavras de apoio e de estímulo quando necessárias, e por me ensinarem que o conhecimento adquirido por uma pessoa é o seu mais precioso tesouro.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Thiago, por sempre me ouvir e me ajudar em momentos de dificuldade. Seu apoio em diversos momentos foi essencial para a construção do presente trabalho. Muito obrigada por sempre acreditar em mim, inclusive quando eu mesma não acreditava. Sou grata também pela paciência e pelo carinho durante toda essa trajetória.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Speck, agradeço profundamente pela confiança depositada, pelo apoio, encorajamento e por todo o ensinamento transmitido a mim. Sua orientação e sua ajuda ao longo da pesquisa foram fundamentais para que ela tomasse forma. Obrigada por sempre apoiar minhas escolhas mostrando-me o caminho mais adequado a se seguir.

Sou grata, igualmente, pela formação acadêmica proporcionada pelos professores do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, André Singer, Eduardo Marques, Elizabeth Balbachevsky, Fernando Limongi, Glauco Peres, Leonardo Barone, Lorena Barberia, Paolo Ricci, e Wagner Mancuso. Agradeço, ainda, aos meus colegas e amigos do Departamento de Ciência Política, por contribuírem muito para a elaboração deste trabalho por meio de sugestões, críticas e apontamentos metodológicos, e pela companhia nos almoços no bandeirão.

Gostaria de agradecer também aos funcionários da Secretaria do Departamento de Ciência Política da USP, Leo, Marcia e Vasne, que sempre me atenderam com prontidão e me auxiliaram em diversas questões burocráticas.

Aproveito, inclusive, para registrar meu muito obrigada aos missionários da Perfect Liberty, que, direta ou indiretamente, me ajudaram a ter força espiritual nesta caminhada, mostrando-me que todo o processo de construção da tese também seria um crescimento pessoal como ser humano.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

A literatura sobre partidos políticos no Brasil tem como principal tema de estudo a institucionalização dos partidos a partir de análises sobre a estrutura organizacional, o enraizamento dos partidos na sociedade e sua presença nas competições eleitorais, principalmente, no cenário nacional. Assim, a institucionalização esteve relacionada basicamente ao caráter de regularidade das legendas na competição. Ao mesmo tempo, o personalismo era visto como um problema a ser enfrentado pelas instituições, uma vez que sua presença teria um caráter negativo nos regimes políticos, e, conseqüentemente, nos partidos. Isso porque o personalismo era associado a uma falta de institucionalização do sistema representativo, à exaltação de uma figura partidária em detrimento da figura do partido político, e à dificuldade de consolidação das legendas. Diante disso, a presença de fortes lideranças era considerada como prejudicial para a institucionalização dos partidos políticos. Para a presente tese, consideramos que o papel dos líderes também é importante para entendermos a dinâmica de competição eleitoral e, igualmente, para observarmos que não necessariamente o personalismo deixa de existir com o partidarismo. Partidos e líderes devem ser analisados em conjunto para compreendermos o sistema partidário. Em vista disso, avaliaremos o estado do Rio de Janeiro a partir das duas óticas: partidos e líderes. Para isso, estudaremos as eleições entre 1982 a 2016 para os cargos de Deputado Estadual, Federal, Prefeito, Governador e Senador com o objetivo de esclarecer os caminhos mais trilhados pelos políticos; a migração partidária; e a dinâmica de estruturação da competição a partir da análise dos dois atores. Consideramos que analisar um único estado nos permite avaliar fatores históricos e conjunturais que ajudaram a moldar o sistema partidário. Assim, a tese discorrerá sobre o sistema partidário do Rio de Janeiro a partir da análise em separado e em conjunto de líderes e partidos.

ABSTRACT

The literature on political parties in Brazil has as main subject of study the institutionalization of parties from analyzes of the organizational structure, the roots of parties in society and their presence in electoral competitions, mainly, on the national scene. Thus, institutionalization was basically related to the regularity of subtitles in the competition. At the same time, personalism was seen as a problem to be faced by institutions, because its presence would have a negative character in political regimes, and, consequently, in parties. Personalism was associated with a lack of institutionalization of the representative system, with the exaltation of a party figure over the political party figure, and with the difficulty in consolidating political parties. Given this, the presence of strong leaders was considered as detrimental to the institutionalization of political parties. For the present thesis, we consider that the role of leaders is also important for understanding the dynamics of electoral competition and not necessarily personalism ceases to exist with partisanship. Parties and leaders must be analyzed together to understand the party system. In this view, we will evaluate the state of Rio de Janeiro from two perspectives: parties and leaders. For this, we will study the elections between 1982 and 2016 for the positions of State Deputy, Federal Deputy, Mayor, Governor and Senator in order to clarify the paths most followed by politicians; party migration; and the dynamics of competition structuring from the analysis of the two actors. We consider that analyzing a single state allows us to evaluate historical and conjuncture factors that helped shape the party system. Thus, the thesis will discuss the party system of Rio de Janeiro from the separate and joint analysis of leaders and parties.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Tipos de carreiras e casos	17
Figura 2.2 – Estrutura da carreira política no Brasil	21
Figura 3.1 – Personalismo e partidarismo como duas dimensões independentes.....	52
Figura 5.1 – Padrões de caminhos mais trilhados na carreira política de acordo com o tamanho do município (baseados no número de eleitores)	162
Figura 5.2 – Personalismo e força eleitoral sob a ótica da perenidade dos partidos e líderes.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Eleições municipais, estaduais e federais no Brasil	24
Tabela 2.2 – Estrutura de oportunidades política para os cargos no Brasil	26
Tabela 2.3 – Distribuição de candidaturas aos cargos majoritários	28
Tabela 2.4 – Distribuição de candidaturas aos cargos proporcionais	30
Tabela 2.5 – Distribuição das candidaturas competitivas disputadas de 1982 a 2016 no Rio de Janeiro	32
Tabela 2.6 – Exemplo hipotético sobre a classificação de entrada e saída da vida política dos candidatos competitivos.....	33
Tabela 2.7 – Entrada e saída na vida política dos candidatos competitivos entre 1990 e 2008...36	
Tabela 3.1 – Classificação dos partidos políticos por blocos ideológicos	53
Tabela 3.2 – Número de candidaturas competitivas por partido e por ano para os cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal entre 1982 e 2016	60
Tabela 3.3 – Número de candidaturas competitivas por partido e por ano para os cargos de Prefeito, Senador e Governador entre 1982 e 2016	63
Tabela 3.4 – Tabela descritiva sobre o número de candidaturas competitivas no Rio de Janeiro.....	77
Tabela 3.5 – Candidaturas dos políticos que concorrem em mais de 5 eleições para os cargos majoritários.....	79
Tabela 3.6 – Candidaturas dos políticos que concorrem em mais de 7 eleições para os cargos proporcionais.....	82
Tabela 3.7 – Líderes e candidaturas competitivas pelo PDT de 1982 a 2016	87
Tabela 3.8 – Líderes e candidaturas competitivas pelo PMDB de 1982 a 2016.....	94
Tabela 3.9 – Líderes e candidaturas competitivas pelo PP de 1982 a 2016.....	98
Tabela 4.1 – Classificação dos partidos políticos por blocos ideológicos.....	107
Tabela 4.2 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Deputado Estadual.....	116

Tabela 4.3 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Deputado Federal.....	118
Tabela 4.4 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Prefeito.....	120
Tabela 4.5 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Governador e Senador	121
Tabela 5.1 – Distribuição dos prefeitos por mandato (1982-2016)	153
Tabela 5.2 – Decisão de sair da vida política após as eleições pelos prefeitos eleitos (1982-2016).....	155
Tabela 5.3 – Distribuição da migração dos prefeitos eleitos de acordo com o mandato.....	164
Tabela 5.4 – Análise de prefeitos migrantes e não migrantes por ano (2000 a 2016)	168
Tabela 5.5 – Prefeitos eleitos que migram para o partido do Presidente, do Governador e para outros partidos	170
Tabela 5.6 – Distribuição de candidaturas competitivas por ano e por tamanho do município pelo PMDB	186
Tabela 5.7 – Distribuição do número de candidaturas e candidatos competitivos em eleições municipais pelo PMDB	187
Tabela 5.8 – Distribuição de candidaturas competitivas por ano e por tamanho do município pelo PT	191
Tabela 5.9 – Distribuição do número de candidaturas e candidatos competitivos em eleições municipais pelo PT	191
Tabela 5.10 – Distribuição de candidaturas competitivas por ano e por tamanho do município pelo PDT	194
Tabela 5.11 – Distribuição do número de candidaturas e candidatos competitivos em eleições municipais pelo PDT	195

LISTA DE SIGLAS

AVANTE	Avante
DEM	Democratas
NOVO	Partido Novo
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PAP	Partido da Ação Progressista
PAS	Partido da Ação Social
PASART	Partido Socialista Agrário Renovador Trabalhista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Partido Comunitário Nacional
PCO	Partido da Causa Operária
PD	Partido Democrata
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PFS	Partido da Frente Socialista
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PH	Partido Humanista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMB2	Partido da Mulher Brasileira ¹
PMC	Partido Municipalista Comunitário
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMSD	Partido Municipalista Social Democrático
PN	Partido Nacionalista
PNA	Partido Nacional dos Aposentados
PNAB	Partido Nacional dos Aposentados do Brasil

¹ No banco de dados utilizado nesta tese, há dois partidos diferentes com a mesma sigla: PMB. A primeira sigla surge em 1985 e extingue-se em 1988. A segunda legenda, por sua vez, é fundada em 2008, mas com outra proposta ideológica. Somente as siglas mantêm-se as mesmas. Com a finalidade de diferenciá-las, classificamos a segunda legenda como “PMB2”.

PND	Partido Nacionalista Democrático
PNR	Partido da Nova República
PNT	Partido Nacional do Trabalhadores
PNTB	Partido Nacional dos Trabalhadores Brasileiros
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP1	Partido Renovador Progressista ²
PRP	Partido Renovador Progressista
PRT	Partido Reformador Trabalhista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PS	Partido Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PS do B	Partido Socialista do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL1	Partido Social Liberal ³
PSL	Partido Social Liberal
PSN	Partido da Solidariedade Nacional
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

² No banco de dados, há dois partidos com a mesma sigla: PRP. Em um primeiro momento, o partido surge em 1986 e encerra suas atividades em 1988. Para esse, optamos por diferenciá-lo pela sigla “PRP1”. Em 1989, cria-se novamente o PRP, que fica ativo até 2018; para esse, mantivemos a sigla PRP.

³ A mesma sigla do PSL também aparece em dois momentos diferentes na história. No primeiro período de 1988 a 1990, optamos por classificar o partido como “PSL1” somente para distinguir as diferentes épocas nas quais a sigla aparece. O PSL mais recente, por sua vez, abrange o período de 1996 a 2016.

PSU	Partido Socialista Unido
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade

SUMÁRIO

1 Introdução	1
1.1 O sistema partidário no Rio de Janeiro	5
1.2 Plano de trabalho	12
2 A estrutura de oportunidade política no Rio de Janeiro	13
2.1 Introdução	13
2.2 O estado da arte sobre carreira política	14
2.3 A estrutura de oportunidades	22
2.4 Metodologia e dados	27
2.5 Carreira política no Rio de Janeiro	31
2.5.1 Padrões de entrada e saída na vida política	31
2.5.2 Possíveis trajetórias na carreira política	36
2.6 Conclusões parciais	44
3 Padrões de participação de partidos e de líderes competitivos	47
3.1 Introdução	47
3.2 A literatura sobre partidos e lideranças no Brasil	48
3.3 Metodologia e dados	52
3.4 O padrão de competição visto sob a ótica do partido político	54
3.5 O padrão de competição visto sob a ótica do líder	75
3.6 Conclusões parciais	99
4 Padrões de migração política no Rio de Janeiro	101
4.1 Introdução	101
4.2 O estado da arte sobre migração partidária no Brasil	103
4.3 Metodologia e dados	106
4.4 A migração política no Rio de Janeiro	107

4.4.1 De onde vêm e para onde os políticos migram	113
4.4.2 Sucesso eleitoral e migração	127
4.5 O efeito da migração partidária na composição dos partidos	132
4.6 Conclusões parciais	147
5 A dinâmica de competição dos prefeitos	151
5.1 Introdução	151
5.2 Metodologia e dados.....	152
5.3 A estrutura de oportunidades	152
5.4 As migrações partidárias	162
5.5 O personalismo e a força eleitoral dos partidos nas eleições para Prefeito.....	178
5.5.1. O caso do PMDB	183
5.5.2. O caso do PT	188
5.5.3. O caso do PDT	192
5.6 Conclusões parciais	195
6 Conclusões finais	198

Capítulo 1 – Introdução

A presente pesquisa visa fazer uma análise sobre o sistema partidário do Rio de Janeiro entre os anos de 1982 a 2016, principalmente com relação ao aspecto de institucionalização desse sistema, avaliando ao mesmo tempo lideranças e partidos políticos. O objetivo central é analisar de que forma esses agentes atuaram no cenário fluminense com o propósito de estruturar legendas e líderes políticos nas eleições em um contexto após 1982.

Para compreendermos o sistema partidário brasileiro, precisamos entender o modo como esse surgiu após a ditadura militar, assim como as mudanças na legislação eleitoral e como os partidos e eleitores foram impactados por essas transformações. Em um primeiro momento, descreveremos o cenário nacional, e, depois, focalizaremos a análise do sistema partidário do Rio de Janeiro. No âmbito nacional, o bipartidarismo foi extinto em 1979 com o objetivo de promover um realinhamento partidário por parte do regime militar. Assim, formou-se um novo cenário de partidos no Brasil: um criado da ARENA (PDS), um oriundo do MDB (PMDB), e mais três novos partidos (PT, PDT e PTB). Apesar do pluripartidarismo em vigor, as eleições de 1982 foram marcadas pela concentração de políticos eleitos pelo PDS e pelo PMDB. De fato, de um total de 420 Deputados Federais eleitos, 392 são de um dos dois partidos, e, dos 67 senadores que se elegeram, 63 são afiliados a uma das duas principais siglas (Fleischer, 2007). Os outros partidos conseguiram eleger poucos representantes para a Câmara dos Deputados e para o Senado, resultando em um “pluripartidarismo bipolarizado” nos termos de Fleischer (2007).

As eleições presidenciais marcadas para o começo de 1985 provocaram uma cisão no PDS no ano anterior. Isso porque o partido não tinha um consenso sobre qual candidato iria disputar as eleições para Presidente. Dentro do PDS, havia dois grupos: um, liderado por José Sarney, queria promover uma votação entre os integrantes do partido para eleger seu candidato ao cargo, e outro, majoritário, preferia realizar uma convenção nacional do partido para determinar o candidato (Fleischer, 2007). Assim, o grupo dissidente do PDS (“Frente Liberal”) articulou-se com o PMDB e lançou na disputa a chapa Tancredo Neves e José Sarney, enquanto o PDS promoveu a chapa Paulo Maluf e Flávio Marcílio. É neste contexto que, no início de 1985, a “Frente Liberal” torna-se oficialmente um partido político denominado PFL. Ademais, dois outros partidos também se originam a partir do PDS. São eles: o PDC e o PL.

Com o retorno da democracia a partir de 1985, a legislação eleitoral foi modificada, o que permitiu e facilitou a criação e o registro de novas legendas por intermédio da Emenda Constitucional de número 25. Essa Emenda permitia a “livre criação de partidos políticos”, e assegurava o regime democrático e o pluripartidarismo partidário. Tal fato possibilitou a criação do PFL, do PDC e do PL, partidos que, conforme mencionado, surgiram a partir da cisão com o PDS. Além disso, a Emenda também tornou possível a criação do PSB, bem como o registro de dois partidos de esquerda que estavam na clandestinidade: o PCB e o PC do B.

As eleições municipais de 1988 e as eleições presidenciais de 1989 também marcaram uma expansão do sistema partidário brasileiro com a divisão e a criação de novos partidos. Uma cisão significativa ocorreu dentro do PMDB, em 1988, dando origem ao PSDB. De acordo com Roma (2002), são os parlamentares mais progressistas e à esquerda do PMDB que saem do partido e fundam o PSDB. Esse rompimento ocorre basicamente pela pouca influência que o grupo dissidente tinha dentro do PMDB com espaço político insuficiente dentro do governo Sarney, pela força que o grupo de Orestes Quércia detinha dentro do PMDB, deixando os dissidentes sem espaço no partido, e pela oposição de ideias durante a Assembleia Constituinte sobre a duração do mandato do Presidente e a forma de governo (presidencialismo *versus* parlamentarismo). Assim, um grupo liderado por Mario Covas, Franco Montoro, José Richa e outros parlamentares fundam o PSDB, sendo este considerado, em seu momento de criação, como um partido constituído de “políticos bastante influentes no cenário político nacional” (p. 72). Durante o ano de 1988, outros cinco partidos são criados, visando as eleições do mesmo ano e o pleito de 1989. São eles: PJ, PSC, PTR, PSD e PMB.

Em 1989, há uma nova expansão do sistema partidário, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) habilitou 22 partidos para que estes pudessem concorrer às eleições diretas para Presidente da República. Se, nas eleições de 1988, o sistema partidário era composto por 17 partidos, nas eleições presidenciais, 5 partidos foram criados para concorrer a este pleito. Entre eles, está o PRN, que elegeu Fernando Collor como Presidente da República após a disputa em segundo turno com o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. A expansão do número de partidos foi corroborada nas eleições de 1990, quando 19 siglas conseguiram obter uma representação mínima no Congresso Nacional (Fleischer, 2007). Destacamos os três partidos com o maior número de eleitos: PMDB, PFL e PDT.

O período de 1986 a 1989 é descrito por Melo (2010) como uma fase de mudança na competição das eleições brasileiras. Isso porque as disputas eleitorais saíram do entorno do PDS

e do PMDB e foram para novos partidos, marcando um momento no qual “a preferência dos eleitores passaria a se orientar por novos *issues* e novos atores” (p. 16). Um exemplo é o caso do PRN: recém-criado, esse partido conseguiu eleger um representante – Fernando Collor – para o cargo eletivo mais elevado do país.

Uma importante modificação na legislação eleitoral diz respeito à Lei 8.713 de 1993. Essa lei provocou uma redução do número de partidos no Brasil a partir das eleições de 1994, pois permitia que somente as legendas com mais de 3% de representantes na Câmara dos Deputados pudessem registrar candidatos para as eleições para Presidente e Vice-Presidente. A partir dessa restrição, alguns partidos fundiram-se, com o objetivo de obter o mínimo de representantes permitido por lei para concorrerem nas eleições de 1994. Esse foi o motivo da fusão entre o PDS e o PDC, formando o PPR, e da união do PST e do PTR, originando o PP. Ademais, essa lei também regulou a data limite para o candidato definir sua filiação partidária, reduziu o mandato presidencial para 4 anos, regulou o financiamento de campanha eleitoral (compelindo os partidos a declararem a origem e a quantia das contribuições financeiras) e liberou as coligações para as eleições proporcionais. Segundo Fleischer (2007), essa lei restringiu a possibilidade de candidatura para as eleições presidenciais de 1994 para somente 9 partidos.

A Lei dos Partidos Políticos aprovada em 1995 incentivava as cisões e fusões entre os partidos políticos, além de regular a criação e o registro das legendas, e de esclarecer questões sobre o Fundo Partidário e a Propaganda Eleitoral Gratuita. “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana” (Lei nº 9.096, 1995). Por exemplo, neste mesmo ano, houve a fusão do PP com o PPR, formando o PPB; a cisão do PRTB a partir da saída do PTR; a cisão do PCO a partir da saída do PT; e a criação de partidos como PSN, PAN e PGT.

Entre 1996 e 1998, houve um intenso realinhamento do sistema partidário brasileiro por conta de fusões entre partidos e intensa migração partidária por parte dos políticos, ainda como consequência da Lei dos Partidos Políticos (Fleischer, 2007). Segundo o autor, mais de 10% dos deputados trocaram de partido pelo menos uma vez. As migrações mais intensas ocorreram para as siglas da base governista: PFL, PMDB e, principalmente, PSDB.

A Emenda Constitucional nº 16 de 1997 prevê a possibilidade de reeleição para um mandato subsequente para Presidente, Governadores e Prefeitos. Assim, as eleições de 1998 foram marcadas pela reeleição de inúmeros políticos. De acordo com Fleischer (2007), os

partidos da base governista foram os maiores beneficiados eleitoralmente, principalmente o PSDB e o PFL.

Os anos 2000, por sua vez, marcam a ascensão dos partidos de esquerda na política brasileira, principalmente, a do PT. Na eleição municipal de 2000, partidos como o PT e o PPS conseguem eleger mais prefeituras, com redução do número de Prefeitos eleitos pelo PMDB, pelo PSB e pelo PDT. O fenômeno se repete com mais intensidade em 2004: legendas de esquerda conseguem eleger ainda mais prefeituras, e há uma presença maior dos partidos que compõem a base governista em municípios pequenos (Fleischer, 2007).

Em 2002 e 2006, o TSE determinou a verticalização das coligações nas eleições. Isso obrigava os partidos que se coligavam nas eleições presidenciais a repetir as mesmas coligações no nível estadual. De acordo com Fleischer (2007), as consequências dessa verticalização foram: o número de coligações nos estados praticamente dobrou, especialmente na disputa para Deputado Federal; aumentou a quantidade de partidos, principalmente nas eleições de 2006; e não houve, de fato, as mesmas coligações nos estados: formavam-se coligações para as eleições presidenciais, mas não se formavam coligações nas eleições estaduais.

As eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014 são marcadas, em especial, pela polarização entre PT e PSDB, e o primeiro consegue ser vitorioso nas quatro eleições. Ambos os partidos também são os que possuíram maior número de representantes na Câmara dos Deputados nas quatro eleições, junto à forte representação do PMDB. É importante, no entanto, ressaltar a queda gradativa de Deputados Federais eleitos pelo PT ao longo dos anos: em 2002 eram 91 deputados, e, em 2014, o número é reduzido para 70.

Diante dessa conjuntura, a literatura sobre o sistema partidário brasileiro aponta para um cenário de alta fragmentação partidária e elevados índices de volatilidade eleitoral. Basicamente, um sistema proporcional de lista aberta combinado com um sistema presidencialista provocaria uma ingovernabilidade no país, aumentaria a competição intrapartidária e estimularia a criação de reputações individuais dos políticos em detrimento do partido (Lamounier, 1991; Mainwaring, 1993). Assim, o resultado disso consistiria em partidos com baixa coesão interna, políticos indisciplinados, baixa fidelidade partidária e um perfil ideológico fraco por parte das legendas (Mainwaring, 1999).

Mesmo com uma alta fragmentação partidária, outros autores apontam que os políticos possuem uma considerável disciplina partidária e são ideologicamente consistentes com suas

legendas (Figueiredo, Limongi, 1999). Além do mais, apesar da combinação de um sistema presidencialista com um sistema proporcional de lista aberta que favorece ao personalismo dos políticos, o Executivo teria, ainda assim, enormes poderes legislativos, por deter o controle do processo de tomada de decisões no Congresso, o que abrange, por exemplo, as medidas provisórias (Figueiredo, Limongi, 1998).

Melo (2010) descreve que a combinação do sistema proporcional de lista aberta, a legislação federal e o federalismo não justificam o alto grau de fragmentação partidária. Para o autor, a elevada fragmentação seria justificada pelo fato de que, depois do rearranjo do sistema partidário após a ditadura militar, os partidos não conseguiram se constituir como legendas capazes de direcionar as vontades dos eleitores; ele considera, também, que a facilidade de migração partidária ajudou nas elevadas taxas de volatilidade eleitoral.

1.1 O sistema partidário no Rio de Janeiro

Diante desse contexto nacional, é importante elucidar a história do sistema partidário do estado do Rio de Janeiro. Em 1982, a votação para a Assembleia Legislativa teve como resultado a eleição de 70 Deputados Estaduais pertencentes a somente 5 partidos políticos: PDT, PDS, PMDB, PTB e PT, e concentrou o maior número de eleitos nos dois primeiros partidos. As mesmas cinco legendas apresentaram candidatos para o Governo do Estado; desses, foi Leonel Brizola (PDT) quem conseguiu se eleger.

Enquanto no âmbito nacional o PMDB e o PDS lideraram a composição da Câmara dos Deputados e do Senado (Fleischer, 2007), no Rio de Janeiro, foi o PDT que conseguiu eleger a maioria dos Deputados Estaduais e Federais, e que elegeu, também, um Senador e o Governador⁴. A força desse partido no estado se dá por conta da figura de Leonel Brizola à frente da legenda. Depois de uma disputa intrapartidária para o restabelecimento do PTB com Ivete Vargas após a Ditadura Militar, Brizola funda o PDT em 1980⁵. Ele já havia sido eleito Deputado Estadual, Federal e Governador do Rio de Grande do Sul antes da Ditadura, mas foi em 1962 que foi escolhido para assumir a função de Deputado Federal pelo estado da Guanabara⁶, mudando seu domicílio eleitoral. A decisão de Brizola de disputar as eleições para

⁴ No ano de 1982, foram eleitos 24 Deputados Estaduais, 16 Deputados Federais, 1 Senador e 1 Governador pelo PDT (dados do TRE do Rio de Janeiro).

⁵ Com a redemocratização e a possibilidade de restaurar e de criar novos partidos, há uma disputa entre dois grupos para restabelecer a sigla do PTB. De um lado, havia o grupo liderado por Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio Vargas), e do outro, havia o grupo liderado por Leonel Brizola, representando a ala mais à esquerda. Por meio de uma decisão da Justiça Eleitoral, a sigla do PTB é registrada por Ivete Vargas.

⁶ Após a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, a região que antes era o Distrito Federal passou a ser o estado da Guanabara. Entre 1960 e 1974, o atual estado do Rio de Janeiro era composto

Governador no estado do Rio de Janeiro se justificava pelo “vazio político na antiga capital da República”, local no qual a Ditadura Militar já enfrentava muita rejeição pelos eleitores e o MDB não era expressivo politicamente no Rio de Janeiro (Braga et al., 2004). Assim, Brizola vislumbrou uma janela de oportunidade política no estado. Podemos considerar que sua força e seu capital político ajudaram a alavancar o partido, mesmo recém-criado, em todo o estado.

As eleições de 1986 foram marcadas pela expansão do número de partidos políticos eleitos para a Assembleia, momento no qual 14 legendas conseguiram eleger seus representantes, tendo o maior número de eleitos partidos como PFL, PDT e PMDB. Essa expansão ocorreu principalmente por conta da Emenda Constitucional de nº 25. O maior número de partidos concorrendo também refletiu na disputa para o Governo, quando sete legendas disputaram o cargo, sendo três delas recém-criadas (PASART, PSB e PND). Nesse ano, é o PMDB que consegue eleger seu representante no governo: Moreira Franco.

O candidato eleito já havia disputado as eleições de 1982 para Governador do estado pelo PDS, mas havia ficado em segundo lugar. Concorreu novamente em 1986 com outro partido (PMDB) e, como mencionado, conseguiu se eleger, com uma diferença de aproximadamente 800.000 votos do segundo lugar, que era Darcy Ribeiro, o candidato pelo PDT. Moreira Franco fazia parte do grupo dissidente do PDS que, junto ao PMDB, formou a “Aliança Democrática” em prol da campanha presidencial de Tancredo Neves e José Sarney para as eleições de 1985. Com a saída do grupo dissidente – “Frente Liberal” – do PDS para criar o PFL, Moreira Franco não seguiu com o grupo, mas migrou para o PMDB, e foi eleito Governador do estado. Assim, observamos um alinhamento do Governador do estado com o Presidente, já que ambos eram do mesmo partido (PMDB).

Em 1990, os Deputados Estaduais são eleitos por 14 diferentes partidos, sendo o PDT o principal, com 21 políticos eleitos, e o PMDB (9) e o PT (7), respectivamente, a segunda e a terceira legendas com mais candidatos votados. Novamente, sete partidos lançam candidaturas para o Governo do Estado, e Leonel Brizola (PDT) é eleito mais uma vez como Governador do estado. A eleição de Brizola acontece logo após sua disputa pelo cargo de Presidente da República em 1989. O político conseguiu ficar em terceiro lugar na corrida eleitoral, angariando aproximadamente 11 milhões de votos; contudo, a falta de maior penetração nacional do PDT no país dificultou este processo. O partido ainda sugeriu que ele concorresse às eleições para o

pele estado da Guanabara e pelo estado do Rio de Janeiro. Em 1975, houve a fusão dos dois estados onde o antigo estado da Guanabara passou a ser a cidade do Rio de Janeiro.

Senado, com o objetivo de ser reconhecido nacionalmente nas próximas eleições presidenciais, mas Brizola optou por disputar o Governo do Estado novamente, sendo, assim, eleito (Braga et al., 2004).

Os anos eleitorais de 1994, 1998 e 2002 são marcados pela eleição de 16, 14 e 15 partidos diferentes, respectivamente, para os cargos de Deputado Estadual no Rio de Janeiro. Contudo, há uma alteração dos partidos que mais conseguem eleger seus representantes. Em 1994 e 1998, há uma participação maior do PSDB elegendo seus pares. Além disto, esse partido consegue eleger seu primeiro governador do estado em 1994: Marcello Alencar.

Uma das justificativas para o crescimento do PSDB nesses anos é a migração partidária de Marcello Alencar, que saiu do PDT e foi para o PSDB. Alguns motivos são apontados como razões para essa mudança de legenda. A primeira diz respeito à indicação de sua sucessora na Prefeitura. Marcello Alencar foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1989 e 1992, e não concordou com a decisão de Leonel Brizola e do PDT de apoiarem Cidinha Campos como a candidata do partido para concorrer na disputa para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Além disso, Brizola e Alencar apresentavam discordâncias sobre políticas públicas do Rio de Janeiro como Governador e Prefeito, respectivamente, principalmente em relação às políticas sociais. Por fim, a divergência em relação ao plebiscito de 1993 sobre a forma de governo, momento no qual o PDT apoiava o presidencialismo e Marcello Alencar tinha preferência pelo parlamentarismo, fez com que o PSDB convidasse o político para disputar as eleições para Governador do estado na legenda. Junto ao político, quatro deputados estaduais também migraram para o partido, aumentando a bancada do PSDB de quatro para nove deputados (Monteiro, Barros, Marques, 2010). Desse modo, Alencar conseguiu ser eleito em 1994, deixando Anthony Garotinho, o candidato do PDT, em segundo lugar.

Apesar da possibilidade de lançar sua candidatura para a reeleição em 1998, Marcello Alencar optou por não disputar no pleito após pesquisas eleitorais apontarem que não obteria sucesso na concorrência pelo cargo (Monteiro, Barros, Marques, 2010). Assim, Alencar indica Luiz Paulo Conde como o candidato para sucedê-lo. Entretanto, a disputa se concentra em dois políticos: Anthony Garotinho (PDT) e Cesar Maia (PFL), sendo o primeiro eleito como Governador do estado, superando, em número de votos, os candidatos dos outros 12 partidos que concorreram ao cargo do Executivo estadual.

Em 2002, dois partidos se destacam na Assembleia Legislativa: PSB e PMDB. Cada um elege, igualmente, 12 Deputados Estaduais. Na disputa para Governador, Rosinha Garotinho

(esposa do governador anterior), do PSB, conquista o cargo, obtendo um número maior de votos do que os candidatos dos outros 8 partidos que concorriam no pleito.

O crescimento da bancada estadual pelo PSB nas eleições de 2002 foi concomitante à mudança do governador Anthony Garotinho, que migrou para o partido no ano 2000 – na metade de seu mandato – e à eleição de sua esposa em 2002 pela mesma legenda. A disputa pelo Governo do Estado girou em torno de Rosinha Garotinho e Benedita da Silva (PT), que ficou em segundo lugar, e foi anteriormente vice-governadora de Anthony Garotinho. Apesar de o PT ter ficado em segundo lugar na disputa pelo governo fluminense, o partido consegue eleger Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República pela mesma legenda. No período democrático, Rosinha Garotinho foi a primeira política a se eleger governadora sem ter tido um cargo eletivo anterior no Rio de Janeiro. Antes do pleito, ela só tinha sido nomeada para a Secretaria de ação Social e Cidadania no governo de Anthony Garotinho.

A partir do pleito de 2006, há um aumento da fragmentação partidária, quando 21 partidos conseguem eleger Deputados Estaduais no Rio de Janeiro. Em 2010 e 2014, 22 legendas diferentes conseguem pelo menos um assento na Assembleia. Nos três anos eleitorais, contudo, um ponto é estável: o PMDB elegeu o maior número de políticos. Concomitantemente, os dois governadores eleitos nas três eleições também são do PMDB: Sergio Cabral Filho (2006 e 2010) e Luiz Fernando Pezão (2014).

A partir de 2006, o PMDB no Rio de Janeiro consegue eleger Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais. De 2006 a 2014, o PMDB é a sigla que mais elege Deputados Estaduais e Federais em cada pleito. Ademais, em 2008, Eduardo Paes se elege como Prefeito da capital pelo partido, e é reeleito em 2012. O partido também assume a presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de 2003 a 2017 com Jorge Picciani e Paulo Melo, e a presidência da Câmara dos Deputados com Eduardo Cunha entre 2015 e 2016. Em outras palavras, em um espaço temporal de três legislaturas, um único partido consegue eleger dois governadores e um prefeito da capital, e ter a maior bancada estadual e federal de deputados.

No nível nacional, o PMDB coligou-se ao PSDB nas eleições de 2002 apoiando o candidato do partido, José Serra. Contudo, nas eleições de 2006 a legenda optou por não se coligar a nenhum partido. Já nas eleições de 2010, a sigla compôs a coligação de partidos que apoiavam a candidata Dilma Rousseff para a Presidência da República. Essa mudança na dinâmica de apoio ao governo federal por parte do partido refletiu nos investimentos repassados ao estado do Rio de Janeiro, que tinha uma composição basicamente peemedebista. Desde o

segundo governo Lula, o estado passou a receber mais investimentos de infraestrutura, como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e recursos para a Copa do Mundo em 2014 e para as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016⁷.

Apesar de uma maior participação do PMDB no cenário político-eleitoral nos anos 2000, o estado possui vários partidos concorrendo e sendo eleitos em momentos diferentes; isto é, há uma alta fragmentação partidária, se observamos a composição da Assembleia, Câmara, Prefeituras e Senado. Em oito eleições distintas, por exemplo, o Rio de Janeiro elegeu senadores de nove diferentes partidos ao longo dos anos⁸. Assim, o cenário político-eleitoral do Rio de Janeiro não difere muito do nacional no que tange à fragmentação partidária.

Alguns cientistas políticos discorreram sobre as similaridades do sistema partidário nacional e do estado do Rio de Janeiro. De acordo com Melo (2010), o estado apresenta uma volatilidade eleitoral acima da média nas eleições para Governo do Estado entre 1990 e 2006, se a compararmos com o âmbito nacional. A volatilidade eleitoral consiste em saber quanto há de variação na preferência do eleitorado em relação aos partidos entre uma eleição e outra. Segundo Mainwaring e Scully (1995), quanto mais baixo forem os índices de volatilidade eleitoral, mais o sistema partidário estará institucionalizado.

Ademais, segundo Melo, o sistema partidário brasileiro teria as eleições presidenciais como “ponto de amarração”. Conforme o autor, desde 1994, o PT e o PSDB são os dois partidos que conseguem estruturar a competição presidencial, e, conseqüentemente, estruturam as eleições para Governadores nos estados. Porém, na realidade, existem três possibilidades de cenários para as disputas pelo governo: há estados onde dois ou três partidos estruturam a competição; estados onde somente um partido consegue se destacar nas eleições, alternando seus oponentes partidários; e há estados onde não existe um padrão de competição específico, isto é, alternam-se entre os partidos e os candidatos nas disputas. De acordo com Melo (2010), o Rio de Janeiro encontra-se no último cenário, onde não há uma clareza acerca de quais partidos conseguem estruturar a competição.

Speck (2018) aproxima-se do argumento de Melo (2010), apontando que o Rio de Janeiro se constitui como um estado de baixa personalização e baixa partidarização, ou seja, apresenta “uma grande dispersão na dimensão partidária e também das lideranças individuais” (p. 114).

⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/23/politica/1424706145_134724.html

⁸ São eles: DEM, PDT, PMDB, PP, PR, PRB, PSB, PSDB e PT.

Para o autor, há muitas lideranças e partidos disputando os cargos de Governador, Senador e Prefeito da capital, não se configurando um padrão de regularidade nas competições eleitorais.

Assim como Melo (2010), Speck (2018) descreve o Rio de Janeiro como um caso de descontinuidade de partidos e lideranças competitivas entre as eleições sequenciais, isto é, não há legendas e políticos que estruturam a competição para os cargos majoritários no Rio de Janeiro. Há numericamente muitos líderes competitivos na disputa e também partidos grandes, como o PMDB e o DEM, e estes não conseguem concentrar líderes competitivos que possam ser referência para os eleitores. Portanto, o Rio de Janeiro é visto a partir de um cenário de “despersonalização e de despartidarização”, se comparado com os outros estados brasileiros.

Na história das eleições do Rio de Janeiro desde 1982, observamos que dois atores são fundamentais para a análise de um sistema partidário: líderes e partidos políticos. Os primeiros dependem dos segundos para entrarem na disputa por um cargo eletivo, uma vez que, no Brasil, não há possibilidade de um candidato concorrer a uma eleição sem estar filiado a um partido político. Os segundos também dependem dos primeiros, visto que, para obterem representação perante o eleitorado, precisam ser representados por uma figura pública para fazer política. Assim, o estudo dos líderes, junto à análise de partidos políticos e do eleitorado, é essencial nas democracias atuais (Blondel, 2008). Contudo, essa abordagem sobre a importância do estudo de líderes e partidos em conjunto é mais recente na literatura – antes, os aspectos do personalismo e do partidarismo eram estudados de forma separada.

A análise separada sobre lideranças e partidos diz respeito, basicamente, a um questionamento tradicional da ciência política: os eleitores decidem seu voto por meio da escolha dos partidos ou dos políticos? Assim, na literatura, temos duas vertentes sobre a escolha do voto do eleitor: uma descreve que o eleitor faz a sua decisão a partir do partido, e a outra assume que ele leva em consideração as lideranças políticas.

Na primeira vertente, temos a escola de Michigan, que representa uma corrente teórica, também conhecida como teoria psicossociológica do voto. Para esta corrente, a identificação partidária do eleitor é fundamental para a sua escolha eleitoral no momento do voto. Os eleitores fariam sua escolha do voto a partir de uma afinidade com um determinado partido e teriam também maior preferência com as políticas defendidas por essa legenda. Anthony Downs (1957) também aponta que os eleitores usariam os partidos como referenciais na escolha do voto e, assim, diminuiriam os “custos de obtenção e processamento das informações políticas necessárias para sua tomada de decisão” (Carreirão; Kinzo, 2004, p. 133)

A teoria sobre identificação partidária de Fiorina (1981) explora como a experiência do indivíduo como eleitor é levada em conta na hora de escolher o seu partido de preferência. Basicamente, o indivíduo monitora promessas e desempenhos dos partidos ao longo do tempo, formando, assim, sua própria opinião sobre a legenda. A identificação partidária seria construída, então, a partir de diferentes opiniões e julgamentos que o eleitor tem sobre diversas legendas, fazendo a escolha pelo seu partido preferencial.

Apesar de pequenas diferenças sobre como o eleitor escolhe seu voto, todas essas teorias apresentam o denominador comum de que os eleitores votam em seu partido de preferência, não levando em consideração o papel dos políticos. Os eleitores escolheriam o partido no momento do voto por conta da ideologia partidária, ou por representar um determinado grupo social, ou por questões de afinidade, ou por considerarem que o partido tem um bom desempenho na política, ou por outras razões.

Em contrapartida, para a segunda vertente, a escolha do voto pelo eleitor se dá por intermédio da figura dos políticos, e não do partido. Para a escola do voto pessoal, a decisão do eleitor está diretamente relacionada com a escolha do candidato, e não do partido que o representa. Sistemas eleitorais que favorecem o voto pessoal, como o sistema proporcional de lista aberta no Brasil, moldam o comportamento dos políticos durante seus mandatos mais do que as decisões feitas pelo partido. Assim, os eleitores tenderiam a analisar mais a figura do político do que a figura do partido.

Outros trabalhos apontam a importância de características individuais do candidato que o eleitor leva em consideração para escolher o seu representante. Segundo McDermott (2009), os eleitores se utilizam de elementos heurísticos, como raça, gênero, ocupação e outros, para fazer inferências e julgamentos sobre os candidatos e optar por aqueles que se enquadram em sua preferência, não considerando o partido ao qual estão filiados. Ademais, a escolha do eleitor pelas características dos políticos pode ser, ainda, influenciada pela televisão e por outros meios midiáticos, uma vez que a mídia pode moldar o que será apresentado de mais importante ao eleitor sobre os candidatos (McCallister, 2007).

Em suma, se, para a primeira vertente, o sistema de representação seria considerado partidarizado, para a segunda, a representação seria personalizada. A escolha do eleitor sobre seu voto levaria em consideração os partidos ou os políticos.

1.2 Plano de trabalho

Para a presente pesquisa, não iremos analisar o estado do Rio de Janeiro à luz do partidarismo e do personalismo, mas por meio do estudo dos dois atores separados e em conjunto: partidos e lideranças. Consideraremos que esses são essenciais para entendermos a dinâmica de competição de um determinado sistema partidário, e que não podemos analisar somente um aspecto em detrimento de outro. Apropriar-nos-emos das definições de partidarismo e de personalismo descritas por Speck (2018), que entende o primeiro como o modo na qual os partidos estruturam a competição ao longo dos anos, e o segundo como os líderes políticos também estruturam as eleições por meio de sua presença em diferentes pleitos.

A tese irá discorrer sobre partidos políticos e líderes competitivos no Rio de Janeiro a partir de uma abordagem quantitativa e descritiva dos dados. Na inferência descritiva, não podemos fazer afirmações sobre relações causais, mas conseguimos realizar comparações com a literatura. Apesar de a descrição ser um método mais simples do que os de inferência causal, ela, ainda assim, é um método muito importante para a Ciência Política, visto que consegue responder a perguntas básicas sobre “o que?” (what?) e “como?” (how?), mais facilmente do que a perguntas do tipo “por que?” (why?) (Gerring, 2004).

O trabalho é composto por quatro capítulos de descrição sobre o sistema partidário do Rio de Janeiro. Cada capítulo aborda um aspecto que influencia direta ou indiretamente o sistema partidário. O capítulo 2 descreve a estrutura de oportunidades dos candidatos competitivos no estado, isto é, discorreremos sobre as inúmeras possibilidades acerca do que um candidato pode fazer para se manter na vida política, alternando os cargos disputados. O terceiro capítulo diz respeito à análise de padrões de participação de partidos políticos e de líderes competitivos nas eleições. A análise recairá sobre cada ator em separado e em conjunto. O quarto capítulo, por sua vez, trata dos padrões de migração partidária, momento no qual exploraremos as legendas de origem e de destino dos candidatos competitivos e também o efeito da migração na composição dos partidos políticos. O quinto capítulo tem como objetivo analisar mais detidamente o caso de candidatos competitivos que disputam os cargos de Prefeito. Veremos que esses líderes e a disputa por esses cargos apresentam algumas particularidades. Por fim, o último capítulo é composto pelas conclusões finais da tese, e, nele, apontaremos também possíveis lacunas e caminhos possíveis a serem trilhados em outros trabalhos.

Capítulo 2 – A estrutura de oportunidade política no Rio de Janeiro

2.1 Introdução

Um dos temas discutidos na Ciência Política brasileira e internacional diz respeito à trajetória política dos legisladores, ou, para alguns autores, a carreira política. A literatura sobre o assunto abrange diversos conceitos diferentes com o objetivo de explorar a vida dos políticos. Há estudos sobre a seleção dos candidatos, o recrutamento dos políticos⁹, e sobre a trajetória e a carreira política. Para o presente capítulo, centralizaremos nossa análise na trajetória daqueles vivem profissionalmente da política, e, mais especificamente, nas estruturas de oportunidades que moldam as carreiras desses profissionais.

Partidos e políticos são atores distintos e complementares no nosso sistema representativo. No Brasil, os políticos precisam se apresentar necessariamente como pertencentes a um partido durante a disputa eleitoral; por isso, são atores dependentes. Os partidos podem se apresentar na disputa para todos os cargos e em diferentes eleições; já os políticos não conseguem ter a mesma dinâmica que os partidos, afinal, conseguem se apresentar somente para um cargo em uma determinada eleição (Speck, 2018). Desse modo, os políticos precisam fazer mais escolhas e cálculos com relação às suas vidas na política, visto que são indivíduos e precisam levar em conta restrições às eleições e ao cargo em disputa. “É razoável afirmar que carreiras políticas são expressão da convergência ao longo do tempo das escolhas dos políticos, dos constrangimentos institucionais a que estão submetidos e do resultado das eleições” (BOURDOUKAN, 2006, p. 2).

Diante desse cenário, observamos que o Brasil é apontado como um caso de grande instabilidade na vida política. Isso porque, para alguns cargos, os políticos precisam ser indicados para a disputa eleitoral pelo partido político e, em sequência, precisam ser eleitos pelo voto popular. Caso isso não ocorra, precisarão esperar mais dois anos para disputar novamente as eleições por conta do calendário eleitoral (Barreto, 2017). Ademais, estudos sobre políticos eleitos demonstram que há poucos incentivos para a construção de uma carreira

⁹ Estudos sobre recrutamento dos políticos se referem “ao processo pelo qual os cidadãos são atraídos pelas instituições partidárias e evoca a ação delas em busca de ‘talentos’ para atender as suas necessidades. ‘Seleção’ aponta os procedimentos (formais ou informais) por meio dos quais os cidadãos são escolhidos, o que indica um papel mais decisivo e autônomo das legendas, visto que os ‘candidatos’ já foram ‘recrutados’ e cabe, agora, definir quais efetivamente interessam a elas conforme a situação específica” (BARRETO, 2015, p. 2).

política no Legislativo, concomitante a uma grande renovação de legisladores sem experiência prévia (Figueiredo e Limongi, 1996; Santos, 2000; Samuels, 2003).

A análise sobre a trajetória dos políticos e as possibilidades de estrutura de oportunidades para pleitear um cargo é um dos pontos iniciais para elucidarmos como o fenômeno do personalismo se manifesta na política. As decisões dos políticos para concorrer a outros cargos – sejam ascendentes ou descendentes – são baseadas em suas ambições políticas individuais, mas, muitas vezes, são influenciadas pela figura do partido. Assim, os políticos podem levar em consideração, por exemplo, se haverá espaço para concorrerem em determinado partido, se a legenda oferece recursos financeiros e outros recursos para a campanha, se é possível competir dentro do próprio partido, etc.

Os políticos utilizam estrategicamente seus partidos para atingir suas ambições individuais, como por exemplo, ser eleito e obter um cargo eleitoral; e eles usam as legendas partidárias para sinalizar aos eleitores suas posições políticas (Klein, 2018). Assim, a análise conjunta do partido e do político é essencial para estudarmos o personalismo sob diversas vertentes. Contudo, para a presente tese, faremos análises sob a ótica do político, sob a ótica do partido e os dois em conjunto.

Deste modo, à luz da análise do político, o objetivo do presente capítulo é discorrer sobre as estruturas de oportunidade das carreiras políticas dos candidatos que disputaram eleições entre 1982 e 2016 no Rio de Janeiro. Na primeira parte, discutiremos sobre a literatura de carreiras e sobre a ambição política. Em seguida, iremos explorar as diversas estruturas de oportunidade para que o político almeje o próximo cargo eletivo. A parte final será dedicada à análise empírica sobre a trajetória dos políticos que concorreram às eleições no Rio de Janeiro.

2. 2 O estado da arte sobre carreira política

Os políticos podem ser considerados atores racionais com relação à sua trajetória na vida política, pois consideramos que eles possuem preferências e buscam maximizá-las. Assim, a ambição política molda o comportamento dos políticos (Samuels, 2003), ou seja, políticos que são atores racionais individuais idealizam suas carreiras de acordo com suas preferências. Estudos que debatem ambição e carreiras políticas são construídos baseados na perspectiva *office-seeking*, isto é, pautam seu comportamento racional com o objetivo de se manterem nos cargos públicos eletivos.

Assim, a “ambição” é a disposição do político em buscar um cargo, temperada pela estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema

político e a avaliação que o político faz dos custos e dividendos envolvidos nessa busca. Portanto, ao invés de corresponder ao mero desejo ou vontade do político, é um cálculo de oportunidade. (BARRETO, 2015, p. 5).

O conceito de ambição política é importante para entendermos como os políticos constroem suas trajetórias na vida política. Schlesinger (1966) desenvolve o modelo teórico baseado na política norte-americana sobre três tipos de ambição política: i) estática: quando o indivíduo tem como objetivo se manter no mesmo cargo por vários mandatos seguidos (reeleição); ii) progressiva: quando ele almeja um cargo mais alto hierarquicamente; iii) discreta: quando se mantém em um cargo por pouco tempo, geralmente um mandato, e se retira da vida política.

Schlesinger (1966) parte do pressuposto de que as estruturas de oportunidades políticas moldariam as carreiras, buscando analisar como fatores institucionais e regras eleitorais influenciariam a ambição política do indivíduo para o próximo cargo a ser disputado. Assim, são duas as premissas básicas da teoria da ambição política de Schlesinger (1966): as escolhas de um político estão diretamente relacionadas ao cargo que ele deseja ocupar; e o político, ao escolher o cargo, leva em consideração suas preferências com relação ao valor simbólico do cargo, dimensionado pelo salário, benefícios que oferecem, duração dos mandatos, tamanho da *constituency*, e pela maior ou menor facilidade de progredir na carreira política.

Para Schlesinger (1966), as carreiras políticas também são definidas pela relação entre os cargos. Ao analisar o caso norte-americano, o autor aponta que os cargos eletivos podem relacionar-se entre si de três formas: a eleição pode ocorrer no mesmo distrito eleitoral, ou seja, em *constituencies* iguais ou parecidas; as funções dos cargos podem ser semelhantes (as incumbências de um cargo no legislativo estadual e de um no legislativo federal, por exemplo, são parecidas); e, por último, os cargos podem compartilhar arenas políticas, isto é, representar o mesmo nível da federação. Schlesinger (1966) verifica que, nessas três situações, a transição de um cargo para outro seria mais fácil para o político.

Ainda na literatura norte-americana, Black (1972) aponta que os políticos racionais do tipo *office-seekers* também realizam cálculos para decidir os rumos de sua carreira. Esses políticos levariam em conta alguns fatores para sua decisão, que consistem não só nos benefícios que decorreriam da conquista do cargo obtido e na probabilidade de se obter o cargo almejado, como também nos custos associados à disputa, uma vez que, quanto maior for o custo da competição, maior será a quantidade de recursos despendidos pelo político (tanto em termos

de dinheiro quanto em termos de tempo, esforço, etc.). Black descreve um cálculo racional no qual os políticos agem com o objetivo de ascender na vida política. Para o autor, quando um político é confrontado com a decisão de concorrer a um cargo, ele examinará todas as alternativas possíveis e avaliará a probabilidade da ocorrência de se eleger e o custo de escolher esta opção.

Com relação aos custos, Rohde (1979) demonstra que os parlamentares preferirão um cargo mais alto – ambição progressiva – sempre que a conquista deste cargo não apresente riscos maiores. Para este autor, é mais provável que os parlamentares que disputam cargos mais elevados sejam aqueles que possuem a tendência de assumir maiores riscos.

O estudo de Mayhew (1974) sobre o Congresso norte-americano, por sua vez, demonstra que o objetivo principal dos congressistas é o de se reelegerem, ou seja, eles são movidos pela ambição estática de Schlesinger. O autor verifica empiricamente que a reeleição é o principal objetivo da maioria dos congressistas, o que poderia caracterizá-los como políticos profissionais que, para se manterem na vida política, precisam se reeleger.

O estudo pioneiro de Schlesinger (1966), bem como os de seus sucessores (Black, 1972; Mayhew, 1974; Rohde, 1979), partilham de uma análise institucionalista da escolha racional dos políticos. Isto é, os autores consideram que as escolhas individuais de carreira dos políticos são condicionadas por regras e procedimentos que são definidos pelo contexto institucional ao qual o político pertence. Ademais, esses estudos possuem em comum o fato de construírem uma teoria aplicada somente ao caso dos Estados Unidos, sem intenções de fazer análises comparativas a outros contextos institucionais, e enfocada essencialmente nos casos dos membros do Congresso.

Mais recentemente, Borchert (2011) ampliou a análise sobre carreira política e trouxe contribuições sobre o tema em países com regimes federalistas ou altamente regionalizados. O autor compartilha do conceito desenvolvido por Schlesinger (1966), o de que a ambição política é o motor do comportamento dos políticos, e é o fator principal para que estes almejem cargos mais elevados.

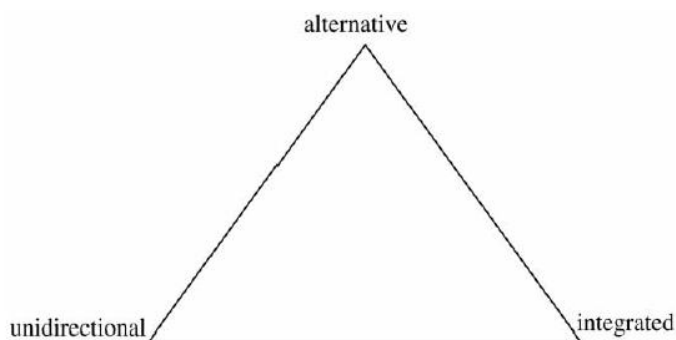
O ponto principal do argumento do autor é que a disponibilidade, a acessibilidade e a atratividade são os fatores mais importantes para a construção de uma carreira política. Em outras palavras, as decisões de carreiras dos políticos são tomadas a partir da quantidade de cargos políticos disponíveis (disponibilidade); da facilidade com que os políticos conseguem

conquistar alguns cargos e outros não (acessibilidade); e as características do cargo que fazem com que ele seja atrativo para o político (atratividade), como, por exemplo, a renda, a chance de se manter no cargo, o nível de influência política, etc.

Ademais, Borchert (2011) analisa minuciosamente as características institucionais da estrutura de oportunidades da carreira política, e chega à conclusão de que a estrutura de oportunidades que determina e define a acessibilidade e os atrativos dos cargos é dependente de quatro fatores: (i) da estrutura do estado, que é o número de níveis do governo e suas competências; (ii) da estrutura das instituições políticas, que diz respeito ao grau de institucionalização de um determinado nível de governo; (iii) da estrutura de representação, que são as regras eleitorais que determinam o acesso aos cargos disputados, tornando-os mais ou menos acessíveis; e (iv) da estrutura das organizações políticas, que trata da mediação dos interesses da sociedade, como, por exemplo, partidos políticos e grupos de interesse.

Borchert (2011) inova ao apontar que há três tipos de padrões de movimento das carreiras políticas. O primeiro é unidirecional (*unidirectional*), no qual os cargos estão organizados de uma forma hierárquica clara, e os políticos tendem a se mover para os cargos mais elevados. Geralmente há um movimento dos políticos para os cargos locais, depois para o estadual e, posteriormente, para o nacional. O segundo é o alternativo (*alternative*), em que não existe uma hierarquia de cargos, mas há um padrão de movimento de acordo com as origens ou preferências dos políticos. Por fim, o terceiro é o integrado (*integrated*), no qual não há fronteiras entre os níveis de governo, ou entre os tipos de instituições, e não há hierarquia de cargos; ademais, nesse tipo de padrão, o cálculo dos custos e benefícios dos cargos por parte dos políticos é realizado de forma conjuntural.

Figura 2.1 – Tipos de carreiras e casos



Fonte: Borchert (2011, p. 132).

O esquema proposto por Borchert apresentado acima pode ser considerado um avanço no debate sobre o tema, pois o autor inova na construção de tipos de carreira que levam em consideração diferentes níveis de governo e de institucionalização, além de abranger a não hierarquização dos cargos.

A literatura exposta até o momento discorre sobre o tema da carreira política à luz, principalmente, do contexto do Congresso norte-americano. No entanto, há diferenças significativas entre o sistema eleitoral estadunidense e o brasileiro, principalmente nas eleições para os Deputados. Nos Estados Unidos, os deputados são eleitos por meio do voto majoritário em distritos eleitorais uninominais, ou seja, somente um deputado é eleito por circunscrição. Já no Brasil, os deputados estaduais e federais são eleitos pelo sistema proporcional de lista aberta, pelo qual são eleitos vários políticos por distrito eleitoral, isto é, são distritos eleitorais plurinominais. Ademais, os votos obtidos pelos candidatos irão determinar a sua ordem na lista do partido, o que faz com que os próprios candidatos façam um esforço ainda maior para serem lembrados pelos eleitores no momento da votação e, assim, conseguirem obter sucesso eleitoral (Graça, Souza, 2014).

Desse modo, diferenças no sistema eleitoral e na quantidade de partidos atuantes na política entre os dois países precisam ser levadas em consideração quando analisamos as trajetórias dos políticos, principalmente dos deputados (grupo majoritariamente estudado pela Ciência Política). Nesse sentido, apesar de nos apropriarmos da literatura norte-americana sobre o tema, precisamos discorrer também sobre as particularidades do caso brasileiro.

Como descrevem Santos e Pegurier (2011), é inadequado analisar a carreira política no Brasil a partir dos mesmos critérios usados para estudar o caso dos Estados Unidos. Isso porque as carreiras políticas no Brasil se aproximam do modelo integrado de Borchert (2011), em que há um intenso movimento não apenas entre o nível municipal, estadual e federal, mas também entre os setores do Legislativo e do Executivo do governo. Os autores apontam que não há barreiras para que os políticos se movimentem entre o Legislativo e o Executivo e entre os três níveis de governo.

Para o caso brasileiro, Samuels (2003) desenvolveu um modelo de carreira política para “cima” ou para “baixo” de acordo com o nível da federação. Segundo o autor, quando o político passa do nível local (municipal) para o nível estadual ou federal, há uma “subida” em sua carreira; quando ocorre o inverso, por outro lado, considera-se que há uma “descida” na carreira. Ademais, Samuels descreve que os Deputados Federais brasileiros não estão

interessados em uma vida longa no Legislativo, mas que suas ambições de carreira se voltam para cargos dos Executivos subnacionais (governadores e prefeitos). A justificativa para que os deputados não construíssem carreiras no Legislativo seria a de que os líderes partidários concentrariam o poder de agenda. O argumento central de Samuels é que há poucos incentivos para o desenvolvimento de carreiras quando analisamos os Deputados Federais, resultando em uma baixa institucionalização da Câmara, uma alta taxa de renovação dos parlamentares, e em uma busca para os cargos extra legislativos, principalmente, para aqueles no governo estadual e municipal. Assim, para o autor, “o principal enigma das eleições legislativas do Brasil não é a reeleição, mas a alta taxa de rotatividade” (Leoni, Pereira, Rennó, 2003, p. 49).

Leoni, Pereira e Rennó (2003, 2004) se aproximam do modelo teórico de Schlesinger (1966). Os autores apontam que, no Brasil, há quatro diferentes cenários para os deputados: sair da vida política (aposentar-se); concorrer a um cargo no Legislativo estadual (ambição regressiva); concorrer à reeleição (ambição estática); ou concorrer para cargos mais elevados, como o Legislativo ou o Executivo (ambição progressiva). Os autores ressaltam que a escolha do próximo cargo por parte dos legisladores é orientada por uma avaliação do cargo, envolvendo a análise do desempenho no cargo, a possibilidade de um salário maior ou o acesso a recursos, e a análise das chances de se obter sucesso eleitoral. De modo geral, os autores esclarecem que deputados tendem a concorrer a cargos mais elevados somente quando consideram ter força eleitoral suficiente para se sobreporem ao risco de concorrer em uma eleição.

Enquanto Samuels (2003) aponta que permanecem na Câmara dos Deputados os políticos que são mais fracos eleitoralmente, visto que os mais fortes buscam outros cargos extra legislativos, tanto no âmbito executivo municipal quanto no estadual, Leoni, Pereira e Rennó (2003, 2004) demonstram o contrário. Os autores verificam que a Câmara também é atraente para os políticos mais fortes eleitoralmente, visto que concorrem à reeleição, e que aqueles que buscam cargos mais altos não são diferentes daqueles que buscam a reeleição no Legislativo.

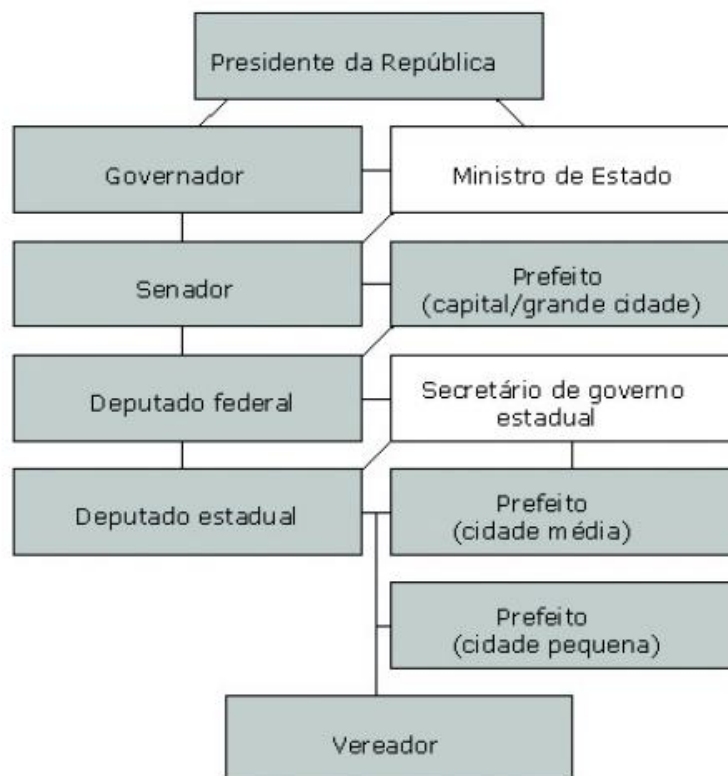
Aproximando-se do argumento de Mayhew (1974) e contrariando as expectativas de Samuels (2003), Pereira e Rennó (2013) demonstram que os Deputados Federais brasileiros tendem a concorrer à reeleição, mesmo que o cenário e a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados não favoreçam os legisladores a se manterem no cargo. Segundo os autores, Deputados que concorrem à reeleição conseguem ter uma maior probabilidade de sucesso eleitoral, comparando-se com aqueles que concorrem a cargos mais altos. O argumento é o de

que há uma maior imprevisibilidade na vitória eleitoral quando o político concorre para cargos mais altos se comparado a sua reeleição.

Ainda para o caso brasileiro, Miguel (2003) descreve uma sequência de cargos que o político almeja durante sua carreira política. Cada cargo pode ter um peso político diferente de acordo com o político, visto que há aqueles que são considerados mais importantes ou influentes. Assim, Miguel (2003) considera que a estrutura de carreiras no Brasil possui um formato quase piramidal e hierarquizado.

Na base dos cargos, encontra-se o Vereador, que seria considerado uma posição política com um menor prestígio em vista dos demais. Miguel (2003) constrói seu esquema de carreiras, de acordo com o qual o Vereador tenderia a ascender em sua carreira disputando o cargo de Deputado Estadual ou de alguma prefeitura de cidade pequena ou média. Posteriormente, o político poderia disputar o cargo de Deputado Federal, ascendendo à Prefeitura de uma cidade grande ou ao Senado; depois, poderia almejar o cargo de Governador e, por fim, chegar à Presidência da República, sendo este o topo da carreira de um político. Há ainda a possibilidade de nomeação como Secretário de Governo ou Ministro de Estado, cargos que possuem pesos políticos diferentes. A crítica ao trabalho de Miguel (2003) diz respeito ao fato de que o autor minimiza a importância dos políticos que são vices (Barreto, 2015), assim como a relevância dos líderes de banca partidária e dos presidentes das casas legislativas, e não consegue classificá-los de acordo com sua estrutura hierárquica.

Figura 2.2 – Estrutura da carreira política no Brasil¹⁰



Fonte: Miguel (2003)

Apesar dessa estrutura de carreiras no Brasil, Miguel (2003) aponta que a carreira política não pode ser considerada rígida, visto que um político pode concorrer a um cargo menos importante com o objetivo de obter sucesso eleitoral. Ademais, uma derrota no pleito também pode ser considerada um avanço, “desde que a campanha tenha divulgado um nome antes menos conhecido ou firmado uma condição de líder de oposição” (p. 117).

A atuação em cargos executivos e legislativos na carreira política seria considerada como o “ideal”. Isso porque os cargos executivos fornecem maior visibilidade ao político, enquanto os cargos no Legislativo fazem com que os políticos cativem o seu eleitorado em busca de votos, e, conseqüentemente, obtenham mais popularidade (Miguel, 2003).

Santos (2000) considera que, no Brasil pós-1988, o Legislativo acaba se tornando uma “rota de passagem” pelos políticos, uma vez que, na verdade, eles almejam cargos mais importantes. Combinando a isto o baixo poder legislativo e a alta competitividade eleitoral, o resultado acaba sendo uma trajetória do tipo “zigue-zague” nas carreiras dos políticos.

¹⁰ As caixas em cinza indicam os cargos eleitos por voto popular (Miguel, 2003).

Santos e Pegurier (2011) verificam que ter um cargo na Câmara dos Deputados pode ser um “trampolim” para uma carreira política ascendente. Os autores apontam que muitos governadores, senadores e prefeitos eleitos passaram anteriormente pela Câmara, assim como muitos ministros indicados por presidentes eram deputados federais antes da nomeação. Santos e Pegurier demonstram que os deputados federais novatos vêm de legislaturas municipais e estaduais, de cargos burocráticos e postos do executivo. Os deputados que são bem-sucedidos voltam para os estados como governadores, secretários de estado ou como prefeitos em grandes cidades, ou também como senadores ou presidentes da Câmara. Aqueles que são menos sucedidos retornam para as assembleias estaduais, com a possibilidade de voltarem para a Câmara no futuro (2011, p. 181).

Em trabalho mais recente, Corrêa (2016) analisou a trajetória política dos deputados estaduais eleitos entre 2006 e 2014. O autor verificou que predominantemente (62%) os deputados estaduais buscam sua reeleição em eleições posteriores. Um padrão constatado pelo autor em relação à origem dos deputados estaduais é o de que eles são candidatos novatos na disputa política, ou pleitearam anteriormente o cargo de vereador. Quando os deputados tentam dar um salto maior para o executivo estadual (Governador), Corrêa aponta que esses deputados não conseguem se eleger.

A partir do levantamento de estudos sobre carreira política nacional e internacional, verificamos uma maior ênfase na análise dos cargos legislativos dos países, principalmente na dos deputados estaduais e federais no Brasil. Apesar de a presente tese estar inserida em um debate teórico maior sobre o personalismo na política, temos como objetivo suprir parcialmente a demanda sobre o estudo de carreira política para outros cargos.

2.3 A estrutura de oportunidades

Uma questão a se considerar pela literatura é a estrutura de oportunidades¹¹ disponível no Brasil para que os políticos continuem na carreira política, ou seja, os fatores institucionais e regras eleitorais em vigor que ajudam ou dificultam o político a pleitear o próximo cargo. Assim, precisamos levar em conta para a análise a magnitude dos distritos, o sistema eleitoral aplicado para a eleição de cada cargo, a frequência com que ocorrem as eleições, o tempo de

¹¹ Segundo Black (1972 apud Samuels, 2003), há três fatores que moldam as estruturas de oportunidade: os benefícios de cada cargo disputado, os custos relativos de se almejar ou manter um determinado cargo, e a probabilidade de se eleger para o cargo dada a decisão de conquistá-lo.

mandato, as chances de concorrer a outros cargos no fim do mandato e a possibilidade de se reeleger.

Conhecer a estrutura de oportunidades é imprescindível, visto que pode auxiliar o político a descobrir quais são suas verdadeiras oportunidades políticas disponíveis e traçar possíveis rotas para obter um cargo público¹². Nas palavras de Schlesinger:

In a democracy, the structure of political opportunities consists of all the available elective offices as well as the rules and customs that define the opportunities for their achievement. The structure of political opportunities, therefore, allows office seekers to know the number of political opportunities available to them and to discern the routes for office advancement (SCHLESINGER, 1991, p. 40).

Segundo Schlesinger, de modo concomitante à estrutura de oportunidades política, o político também precisa considerar a estrutura de competição eleitoral, isto é, deve analisar o sistema eleitoral e suas regras, além de suas reais possibilidades de conseguir se eleger para o cargo. As regras eleitorais ajudam a definir a estrutura de competição eleitoral, ou seja, determinam a magnitude do distrito, o formato da votação e os critérios para ganhar as eleições (p. 41). Ademais, Schlesinger considera que a competição eleitoral é o principal mecanismo que ajuda a controlar a ambição dos políticos. Assim, quanto mais competitivo é o distrito eleitoral, mais incerta será a eleição ou reeleição do político.

Analisando as estruturas de oportunidade do Brasil, os concorrentes aos cargos de Vereador, Deputado Estadual e Federal são eleitos por meio do sistema proporcional de lista aberta, no qual o número de cargos disponíveis é grande (magnitude do distrito sempre maior que 1). Assim, há a possibilidade de se elegerem vários concorrentes para um mesmo cargo. Os cargos de Prefeito, Governador e Presidente, por sua vez, apresentam somente uma vaga disponível a ser preenchida na eleição por meio do sistema majoritário¹³. O cargo de Senador também é regulado pelo sistema majoritário¹⁴, mas há uma alternância no número de vagas: em uma eleição há dois assentos disponíveis, e, na eleição seguinte, somente um, totalizando três

¹² É importante ressaltar que, para Schlesinger (1991), a estrutura de oportunidades política, muitas vezes, não consegue demonstrar todas as opções que um indivíduo tem na vida política. Isso porque, para o autor, os indivíduos possuem diferentes oportunidades sociais que refletem na vida política, isto é, nem todos têm chances iguais de concorrer a um cargo público nos Estados Unidos. Segundo Schlesinger, as vantagens políticas de alguns indivíduos refletem vantagens econômicas e sociais. *“In the game of politics, political as well as social opportunity determines the players”* (1991, p. 47).

¹³ Em cidades com menos de 200 mil eleitores, aplica-se o sistema majoritário de maioria simples, e, em cidades com mais de 200 mil eleitores, aplica-se o sistema majoritário de dois turnos. Neste último, a tendência é a de que os partidos apresentem mais concorrentes para a disputa (Nicolau, 1999).

¹⁴ Também se aplica a regra do tamanho das cidades com relação aos turnos das eleições.

senadores eleitos por estado. Dessa forma, o número de candidatos disputando os três primeiros cargos será sempre muito maior do que a concorrência para os últimos.

Com exceção do cargo de Senador, que possui um mandato de 8 anos, todos os outros cargos possuem tempo limite de 4 anos na função. Desde 1997, com a Emenda Constitucional nº 16, foi permitida a eleição de mais um mandato consecutivo para Prefeitos, Governadores e Presidente. Contudo, foi proibida a possibilidade de reeleição após dois mandatos seguidos; nesse sentido, esses políticos ficarão – no máximo – 8 anos consecutivos no cargo. Já aos Vereadores, Deputado Estadual e Federal e Senadores não é vedada a possibilidade de reeleição.

Outro ponto a ser analisado é a defasagem entre as eleições municipais, estaduais e federais, visto que há uma diferença de dois anos entre uma votação e outra. Essa diferença temporal entre as eleições impacta na decisão tomada pelos políticos para a disputa do próximo cargo, principalmente por conta do número de cargos oferecidos na próxima eleição, da alta imprevisibilidade da disputa eleitoral e da necessidade de renúncia em alguns cargos eletivos para disputar uma próxima eleição. Como forma de visualizar a diferença temporal entre as eleições, esquematizamos os pleitos municipais, estaduais e federais e seus diferentes cargos disponíveis. É importante ressaltar a diferença de 2 anos entre cada corrida eleitoral.

Tabela 2.1 – Eleições municipais, estaduais e federais no Brasil

Eleição 1 (E1)	Eleição 2 (E2)	Eleição 3 (E3)	Eleição 4 (E4)
Vereador	Deputado Estadual	Vereador	Deputado Estadual
Prefeito	Deputado Federal	Prefeito	Deputado Federal
	Governador		Governador
	Senador 1		Senador 3
	Senador 2		Presidente
	Presidente		

Fonte: elaborado pela autora.

Vereadores eleitos em uma primeira eleição (E1) podem disputar as próximas eleições estaduais ou federais (E2) com dois anos completos de mandato, visto que não precisam

renunciar ao cargo para concorrer na disputa. Caso queiram completar o mandato, podem concorrer à reeleição ou disputar o cargo de Prefeito na eleição seguinte (E3).

Deputados Estaduais, Federais e Senadores também não precisam renunciar ao cargo para disputar uma eleição seguinte; por isso, o custo de concorrer a outro cargo, justamente por não haver risco de perder o atual (mesmo que se resolva adentrar em uma disputa eleitoral em pleno mandato), é baixo. Dessa maneira, esses políticos eleitos em E2 podem vir a concorrer na eleição seguinte (E3), comumente ao cargo de Prefeito, ou esperar o fim do mandato e se reeleger ao mesmo cargo ou disputar um cargo ascendente ao fim dos 4 anos de mandato (E4). Todos esses cargos, assim como no caso dos vereadores, não possuem restrições com relação à reeleição; ou seja, é possível se eleger indefinidamente.

O caso dos prefeitos parece ser o mais complexo por conta da diferença temporal entre as eleições municipais, estaduais e federais. Se o Prefeito for eleito na primeira eleição (E1) e quiser concorrer a outro cargo estadual ou federal ainda no primeiro mandato, ele precisará renunciar ao seu cargo como Prefeito no 2º ano do seu primeiro mandato e concorrer às eleições em E2. Caso queira completar o seu primeiro mandato integralmente, poderá disputar sua reeleição em 4 anos (E3). Durante o segundo mandato, o cenário é parecido: o Prefeito pode optar por renunciar ao seu cargo 6 meses antes das eleições durante o 2º ano do segundo mandato e concorrer às eleições estaduais ou federais, ou cumprir os 4 anos de seu mandato reeleito. Contudo, neste último caso, se o Prefeito cumprir os 4 anos integrais do seu 2º mandato, quando terminá-lo, sua única possibilidade será de concorrer ao cargo de Vereador ou esperar 2 anos para concorrer nas próximas eleições estaduais e federais. Essa espera de 24 meses pode levar ao político um alto grau de imprevisibilidade, visto que ele sai do cenário eleitoral e só retorna em 2 anos. Assim, para os prefeitos, a mudança do âmbito municipal para estadual ou federal parece ser permeada de maiores custos e imprevisibilidade¹⁵.

Governadores e Presidente, mesmo com a vedação da reeleição depois de dois mandatos consecutivos, dispõem de uma gama maior de alternativas para disputar um novo cargo: Deputado Estadual e Federal e Senador; ademais, não podemos desconsiderar a possibilidade

¹⁵ Apesar dos altos custos e da imprevisibilidade das eleições para prefeito por conta da alternância das eleições municipais com as estaduais e federais, Graça e Souza (2014) verificaram candidatos que concorreram à Prefeitura em 2008 e não obtiveram êxito, mas que, na eleição seguinte para Deputado Federal (2010), conseguiram, em média, mais votos que os demais candidatos. Os autores apontam o “uso estratégico das eleições alternadas” por parte dos candidatos, por meio do qual estes conseguem obter maior visibilidade perante o eleitorado, têm maior acesso ao HGPE, às notícias da mídia local e um maior apoio do partido durante as eleições municipais; ademais, quando concorrem posteriormente ao Legislativo, conseguem mais facilmente serem lembrados pelos eleitores e, conseqüentemente, obtêm mais votos.

de serem vice para algum outro cargo. Ainda assim, Governadores e Presidente também precisam renunciar ao cargo 6 meses antes das eleições, caso queiram concorrer a outro cargo.

Há ainda uma restrição para concorrer aos cargos eleitorais, que diz respeito à idade mínima que o cargo exige ao político. A idade mínima para a candidatura para Vereador é de 18 anos; para Deputado Estadual, Federal e Prefeito, é 21 anos. Para Governo do Estado, 30 anos é a idade mínima exigida ao político e, para os cargos de Senador e de Presidente da República, a idade é 35 anos. O fator etário tem um peso considerável, visto que pode restringir candidatos novos que pleiteiam cargos ascendentes como os de Governador, Senador ou Presidente.

Schlesinger (1991) demonstra que o fator etário é muito importante para o político e deve ser levado em conta na estrutura de oportunidades política. Para o autor, “*nothing can be a greater stimulant to an individual’s political ambitions than being the right age for the right office at the right time*” (p. 69), ou seja, para o cálculo racional do político, alinhar a sua idade, o cargo em disputa e o momento certo de concorrer pode ser um fator determinante para sua eleição¹⁶. É importante ressaltar que, para o autor, a ambição política não declina de acordo com a idade do político.

Tabela 2.2 – Estrutura de oportunidades política para os cargos no Brasil

	Vereador	Prefeito	Deputado Estadual	Deputado Federal	Governador	Senador	Presidente
Magnitude do distrito	N >1	N = 1	N >1	N >1	N =1	N >1	N =1
Duração do mandato (anos)	4	4	4	4	4	8	4
Possibilidade de terceiro mandato consecutivo no mesmo cargo	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Número de cargos disponíveis na próxima eleição ao fim do mandato completo	2	2	5	5	5	5	5
Idade mínima para o cargo	18	21	21	21	30	35	35

Fonte: Speck, 2018 (adaptado pela autora).

¹⁶ Schlesinger (1991) aponta em seus estudos que, nos anos 1970, a idade ideal para um político se eleger para a House of Representatives nos Estados Unidos é por volta dos 30 anos; enquanto, para o Senado, a faixa etária ideal é por volta dos 40 anos.

2.4 Metodologia e dados

Para a presente tese, construímos um banco de dados com todos os candidatos que concorreram aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito, Senador e Governador no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1982 a 2016. Cada observação corresponde a um candidato concorrendo em um ano eleitoral e para determinado cargo. É importante ressaltar que os candidatos a Prefeito de todos os municípios do estado estão incluídos (92 municípios), e que excluímos o grupo de candidatos a Vereador e a Presidente da República.

Para a construção desse banco de dados, utilizamos duas fontes primárias: o site do repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral¹⁷ e o site sobre dados históricos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro¹⁸. O primeiro nos forneceu informações sobre o período de 1998 a 2016, e o segundo nos gerou as informações para o período de 1982 a 1996. É importante ressaltar que os dados das eleições de 1982 até 1996 podem conter *missing values*, como dados eleitorais de alguns candidatos não eleitos ou eleições de municípios muito pequenos, por conta, principalmente, da ausência de informações por parte do TRE.

É importante evidenciar as limitações e as especificações da presente tese. Consideramos que a análise das carreiras dos políticos descritas nesta seção se restringem somente aos cargos eletivos, isto é, não conseguimos mensurar e verificar os possíveis cargos que os políticos podem exercer para além dos eletivos, que abrangem, por exemplo, os cargos nomeados/indicados (Secretário de governo, Ministro de estado, etc.) e os cargos de liderança no partido. Assim, a análise da carreira política no Rio de Janeiro estará atrelada somente aos cargos eletivos. Isso quer dizer que, por mais que falemos em “carreiras políticas”, sabemos que ainda assim não estamos cobrindo a carreira de toda uma vida de cada político; por isso, usaremos recorrentemente a ideia de estruturas de oportunidade política.

Desse modo, conseguimos analisar a carreira política que envolve os cargos eletivos; nesse sentido, verificamos o momento de decisão em que o político concorre para outro cargo eletivo. Ademais, a saída da vida política retratada na presente tese significa que o político não concorreu a nenhum outro cargo eletivo no período histórico abrangido. Isso não significa que o indivíduo tenha, necessariamente, saído do cenário político, visto que, ainda assim, ele pode ter algum cargo nomeado, ou ainda se fazer presente na política de outra forma. Contudo, dado

¹⁷ Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>.

¹⁸ Disponível em http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/.

o tamanho da amostra, não conseguimos analisar caso a caso. Outro ponto importante diz respeito a quem são os políticos analisados: são aqueles definidos como titulares na competição; não consideramos, em nosso estudo, os vices e suplentes.

Com o objetivo de refinar a análise sobre os candidatos que conseguem ter maior visibilidade na disputa eleitoral, e, conseqüentemente, serem eleitos, e de detalhar o estudo acerca da presença desses líderes ao longo de vários anos eleitorais por meio da sua perenidade na competição¹⁹, classificaremos os candidatos que são de fato competitivos na disputa, separando-os entre aqueles que disputam os cargos majoritários e os cargos proporcionais.

Para a presente tese, classificamos os líderes competitivos que disputam os cargos majoritários (Prefeito, Senador e Governador) como aqueles que alcançam 15% ou mais de votos na competição. Melo (2010) classifica como competitivos os que alcançam mais de 10% de votos, enquanto Speck (2018) classifica dessa forma apenas aqueles que obtêm 20% ou mais dos votos válidos. Apesar disso, optamos pelo valor de 15% dos votos, e isso se deu por algumas razões: (i) este valor inclui todos os políticos eleitos; (ii) abrange também os líderes que ficaram em segundo lugar, e, em casos de municípios de mais de 200 mil votos, envolve aqueles que foram para o 2º turno; (iii) com a inclusão de todas as prefeituras do Rio de Janeiro²⁰, há casos de municípios em que há muitos candidatos competitivos, o que reduz o percentual de votos de cada um. Assim, do total de candidatos que concorreram aos cargos majoritários, 51,8% conseguiram obter 15% ou mais de votos na eleição disputada.

Tabela 2.3 – Distribuição de candidaturas aos cargos majoritários

Cargos majoritários	Frequência	Porcentagem
Não competitivos	1.617	48,2%
Competitivos	1.741	51,8%
Total	3.358	100%

Optamos por classificar os candidatos competitivos que concorrem aos cargos proporcionais (Deputado Estadual e Federal) a partir do cálculo do quociente eleitoral. O quociente eleitoral é calculado a partir da soma dos votos válidos de todos os candidatos; o resultado é dividido pelo número de cadeiras disponíveis para cada cargo, e determina quais partidos, e, conseqüentemente, candidatos conseguiram atingir o valor mínimo do quociente

¹⁹ Discutiremos com maior profundidade a questão da perenidade nas eleições no capítulo 3.

²⁰ Speck (2018) somente inclui na análise os candidatos a Prefeito da Capital.

eleitoral para conseguir uma vaga eletiva. Para o Rio de Janeiro, temos 70 vagas disponíveis para Deputado Estadual e 46 vagas para Deputado Federal. Desse modo, o valor do quociente eleitoral irá variar de acordo com o ano eleitoral e com o cargo pleiteado. Posteriormente, calculamos a porcentagem de votos referente ao quociente eleitoral para cada candidato (variando conforme o ano e o cargo).

Um dos problemas enfrentados na análise de candidatos que concorrem aos cargos de Deputado Estadual e Federal é a grande quantidade de indivíduos que recebem pouquíssimos votos, causando uma grande variância no volume de votos entre os políticos. Essa situação pode ser justificada por vários motivos: (i) existe a possibilidade de o político se recandidatar inúmeras vezes aos cargos proporcionais tendo poucos votos; (ii) não há um impeditivo por parte do partido para que o político concorra a esses cargos, mesmo que tenha obtido um baixo desempenho em eleições passadas (diferentemente, nas disputas majoritárias, o partido opta por candidatos que sejam mais viáveis eleitoralmente); (iii) existe um volume considerável de candidatos que entram na vida política apenas para disputar uma única eleição e saem da competição; (iv) há poucos recursos de financiamento de campanha que possam alavancar a candidatura do político, resultando em votos; (v) é notável a dificuldade do candidato de se sobressair em relação aos outros políticos na competição, dado o grande volume de candidatos que disputam os cargos de Deputado Estadual e Federal. Em outras palavras, verificamos que há uma disparidade entre os candidatos: há alguns que recebem muitos votos e outros que recebem poucos. Essa disparidade fica ainda mais clara quando observamos que 91% dos candidatos obtêm menos de 25.000 votos na eleição²¹.

Desse modo, uma solução metodológica que adotamos foi a separação dos candidatos a partir da porcentagem de seu quociente eleitoral em quartis. Esta operacionalização nos ajuda a verificar quais candidatos possuem mais votos, e, conseqüentemente, maior porcentagem do quociente eleitoral. Assim, para cada ano eleitoral e para cada cargo, classificamos todos os candidatos competitivos que concorreram aos cargos proporcionais como aqueles que se encontram no quarto quartil de porcentagem de votos em relação ao quociente eleitoral. Por exemplo, os 470 candidatos que disputaram o cargo de Deputado Estadual em 1982 foram divididos em quatro quartis iguais a partir do quociente eleitoral; aqueles que estão localizados no último quartil (4º) são os que mais receberam votos, e que, conseqüentemente, são os classificados como competitivos. Assim, temos 117 candidatos competitivos que disputaram a

²¹ Ver histograma no anexo 1.

Assembleia Legislativa em 1982. O mesmo exercício se deu para aqueles que concorreram a Deputado Federal em 1982, e para os candidatos de todos os outros anos. Essa operacionalização consegue classificar de uma forma mais adequada aqueles que conseguiram maiores porcentagens do quociente eleitoral, visto que se mantém fiel à proporção de candidatos concorrendo em cada eleição.

A adoção deste critério para selecionar candidatos competitivos que disputaram as vagas de Deputado Estadual e Federal faz com que quase todos os políticos eleitos estejam dentro da amostra. Há somente dois casos de candidatas à Deputada Estadual que, apesar de terem sido eleitas, não são classificadas como competitivas, pois estão localizadas no terceiro quartil²². Dessa forma, das 17.405 candidaturas aos cargos proporcionais, aproximadamente 25% são classificadas como de candidatos competitivos.

Tabela 2.4 – Distribuição de candidaturas aos cargos proporcionais

Cargos proporcionais	Frequência	Porcentagem
Não competitivos	13.062	75,1%
Competitivos	4.343	24,9%
Total	17.405	100%

A escolha de analisar candidaturas competitivas a partir do ponto de vista dos votos obtidos pelo candidato, tanto para os cargos proporcionais quanto para os majoritários, faz com que a análise se torne mais sólida para todo o período de 1982 a 2016. Isso porque o estudo abrange candidatos que conseguem obter um número considerável de votos para se sobressaírem na disputa, o que gera, conseqüentemente, a eleição de alguns; exclui candidatos que aparecem uma vez na disputa com poucos votos; consegue demonstrar como alguns políticos se repetem na disputa ao longo dos anos; e desconsidera aqueles que tentam várias vezes a disputa eleitoral, mas que não conseguem ter fôlego para concorrer com os mais competitivos. Consideramos também que os candidatos competitivos são o meio-termo entre todas as candidaturas e os eleitos; assim, são considerados como competitivos aqueles que conseguiram obter uma quantidade significativa de votos, sendo eleitos ou não. Além disso, dado o sistema proporcional de lista aberta, frequentemente um candidato não consegue ser eleito mesmo quando obtém uma quantidade grande de votos; assim, conseguimos incluir, entre

²² São elas: Liszt Benjamim Vieira, com 16,06% do quociente eleitoral, e Lucia Beatriz de Arruda, com 11,9%. Ambas são candidatas do PT.

os competitivos, os candidatos que não foram eleitos, mas que conseguiram estar entre os mais votados.

A partir da nossa amostra de candidatos competitivos no estado do Rio de Janeiro entre 1982 e 2016, o objetivo do presente capítulo é responder três perguntas principais:

- 1) Qual cargo o candidato competitivo inicia sua vida política e qual o último cargo disputado?
- 2) Qual cargo o candidato irá disputar na eleição consecutiva e qual cargo o candidato disputou anteriormente?
- 3) Para qual nível federativo e qual poder o candidato irá disputar na eleição seguinte?

Assim, nossa análise se baseará nestas três perguntas norteadoras com o propósito de averiguar as possíveis trajetórias de carreira política dos candidatos competitivos do Rio de Janeiro por meio de padrões desses políticos.

2.5 Carreira política no Rio de Janeiro

2.5.1 Padrões de entrada e saída na vida política

A partir das considerações da literatura sobre ambição e carreira política, e também sobre a estrutura de oportunidades que os políticos possuem para construir sua trajetória na vida política, iremos analisar a carreira daqueles que disputaram eleições no Rio de Janeiro. Como explicitado no capítulo anterior, utilizamos o Rio de Janeiro como um caso a ser analisado sobre os padrões da política estadual, tanto a partir da ótica dos políticos quanto da dos partidos. Ademais, a análise de um caso subnacional pode ser relevante para reflexões a nível nacional.

Para a presente tese, centrar-nos-emos no estudo das candidaturas competitivas. Consideramos um candidato como competitivo quando: (i) ele consegue obter 15% ou mais dos votos em uma eleição concorrendo a algum cargo majoritário (Prefeito, Senador ou Governador); ou (ii) ele está localizado no 4º quartil de votos para os cargos proporcionais (Deputado Estadual ou Federal) para cada disputa e para cada ano eleitoral concorrido, angariando, portanto, mais votos do que os demais. Consideramos também a unidade de análise como candidatura, isto é, quando o candidato junto ao partido se apresentam na disputa.

A disputa no estado e nos municípios do Rio de Janeiro entre 1982 e 2016 teve 6.084 candidaturas competitivas para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Prefeito e Senador. Aproximadamente 72% das candidaturas concorreram nas disputas proporcionais à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados; os outros 28%, por

sua vez, concentraram-se na disputa para as prefeituras, para o Senado e para o Governo do Estado.

Tabela 2.5 – Distribuição das candidaturas competitivas disputadas de 1982 a 2016 no Rio de Janeiro

Cargo	Frequência	Porcentagem (%)
DEPUTADO ESTADUAL	2.990	49,15
DEPUTADO FEDERAL	1.353	22,24
GOVERNADOR	22	0,36
PREFEITO	1.687	27,73
SENADOR	32	0,53
Total	6.084	100

Uma primeira análise a ser feita diz respeito ao início e ao fim da carreira política dos candidatos, passando, portanto, por qual cargo eleitoral que o político concorre pela primeira vez, quando entra para a vida política, e por qual cargo ele disputa por último, encerrando sua trajetória. Consideramos a saída da vida política pelo candidato quando ele disputar pela última vez um cargo eleitoral nos anos que abrangem a nossa análise. Entretanto, é importante ressaltar que não necessariamente o indivíduo realmente saiu da vida política, visto que ele pode ter sido nomeado para cargos do governo ou ainda trabalhar na política com outros candidatos, mas não concorrer diretamente a uma função por pleito eleitoral.

Com o objetivo de mensurar quais candidatos competitivos entraram e saíram da vida política por meio da análise do banco de dados, consideramos somente os anos de 1990 a 2008. Isso porque definimos como critério de entrada de um candidato competitivo na disputa a não participação dele como concorrente em 4 eleições anteriores (1982, 1985, 1986 e 1988), ao passo que identificamos como critério de saída a não concorrência do candidato nas últimas quatro eleições (2010, 2012, 2014 e 2016). Essa operacionalização evita que façamos uma interpretação equivocada sobre a entrada e saída dos candidatos na vida política. O governador eleito em 1982, Leonel Brizola, por exemplo, está classificado no banco de dados como tendo a sua primeira disputa no mesmo ano, porque a análise dos dados da presente tese inicia-se em 1982. Contudo, seria errado classificá-lo como um candidato competitivo que entrou na vida política em 1982, pois ele já havia disputado eleições anteriores a 1982, como descrito no capítulo introdutório. Assim, o critério de o candidato não estar presente nas quatro primeiras eleições do banco de dados indica que o indivíduo realmente não tinha uma carreira política

anterior, ao passo que a sua não presença nas últimas quatro eleições indica que ele possivelmente saiu da vida política. Adotamos o critério de ausência do político em quatro eleições antes (de 1982 a 1988) e depois (de 2010 a 2016), pois abrange duas eleições municipais e duas eleições os cargos proporcionais, para o Senado e para o Governo do Estado.

O exemplo hipotético abaixo ilustra como se dá a análise de entrada e saída dos candidatos competitivos. Temos três candidatos competitivos: A, B e C. O candidato A disputou sua primeira eleição em 1992 e sua última em 2004; logo, conseguimos inferir sua entrada e sua saída na vida política. O candidato B disputou a sua primeira eleição em 1988, mas como nosso banco de dados restringe-se até 1982, não sabemos se ele havia disputado em anos anteriores. Sua saída acontece em 1998, e, após 4 eleições, o candidato B não aparece concorrendo em nenhuma eleição; então, deduzimos que ele saiu da vida política neste último ano. O candidato C concorre pela primeira vez em 2000, e conseguimos visualizar que não há competição nas 4 eleições anteriores, mas sua última disputa acontece em 2012, e não podemos inferir se ele aparecerá novamente na competição ou não. Desse modo, como exemplo, classificá-amos o candidato A a partir de seus momentos de entrada e saída dentro dos anos de referência (entre 1990 e 2008); o candidato B teria contabilizada somente a sua saída em 1998; e o candidato C teria contabilizada a sua entrada em 2000, mas não a sua saída.

Tabela 2.6 – Exemplo hipotético sobre a classificação de entrada e saída da vida política dos candidatos competitivos.

1982	1985	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
				A				A			A						
			B			B		B									
									C		C		C				C

É importante frisar que não incluímos na amostra a ser analisada os cargos de Vereador e Presidente da República. Assim, verificamos que 1.373 candidatos entraram na vida política entre os anos 1990 e 2008, e 1.213 não concorreram mais a um cargo eletivo neste mesmo período. O n diferente para os candidatos que entraram e saíram é justificado pelo exemplo anterior, por meio do qual, muitas vezes, conseguimos mensurar a entrada do candidato na disputa, mas não a sua saída, ou vice-versa. As porcentagens, de entrada e saída, foram calculadas a partir do total de candidatos competitivos que concorreram para cada cargo. Por exemplo, do total de 1607 candidatos competitivos ao cargo de Deputado Estadual, somente 773 iniciaram sua vida nessa disputa.

Analisando a tabela 2.7, verificamos que 48% e 34% dos políticos iniciam sua vida política como Deputados Estaduais e Federais, respectivamente. Isso significa, em média, que 5 em cada 10 candidatos que nunca haviam concorrido a nenhuma eleição iniciam a sua trajetória concorrendo à Assembleia Legislativa, e que 3 em cada 10 candidatos competindo pela Câmara dos Deputados iniciaram sua vida política nesta disputa. Observamos também que são poucos os candidatos que disputam aos cargos de Governador e Senador que não possuem uma experiência anterior na vida eleitoral. Entre os candidatos ao Governo e para o Senado, 1 em cada 10 políticos tenta a corrida eleitoral pela primeira vez. Quando analisamos o caso dos prefeitos novatos, constatamos que 3 em cada 10 políticos concorrem ao cargo.

Entretanto, analisando minuciosamente o caso das prefeituras, separamos as mesmas em dois grupos: aquelas que possuem acima de 200 mil eleitores e aquelas abaixo deste número. A justificativa para essa separação diz respeito ao sistema eleitoral, de acordo com o qual as eleições em municípios acima de 200 mil eleitores são majoritárias de dois turnos, e as eleições abaixo deste número se dão apenas por maioria simples (Nicolau, 1999). Ademais, a disputa em municípios menores tende a ser diferente com relação ao número de candidatos em disputa, ao financiamento de campanha, à dinâmica eleitoral, etc. Separando os dois grupos, verificamos que, nas prefeituras de municípios menores (abaixo de 200 mil eleitores), 4 em cada 10 candidatos a prefeitos são novatos; mas, nos municípios maiores (acima de 200 mil), 19% dos candidatos competitivos concorrem pela primeira vez ao cargo de Prefeito. Em suma, podemos verificar indícios de que as barreiras políticas para o candidato pleitear um cargo na Prefeitura são menores em municípios com menos de 200 mil eleitores²³.

O padrão de saída da vida política dos candidatos se assemelha ao de entrada. O maior número de retirada na carreira acontece entre aqueles que disputam os cargos de Deputado Estadual pela última vez, perfazendo uma média de 4 em cada 10 políticos, uma proporção um pouco mais alta do que a daqueles que se retiram da vida política após disputar a Prefeitura – nesse caso, 3 a cada 10 candidatos competitivos concorrem pela última vez por esse cargo antes de encerrarem sua atuação nesse ramo. A menor taxa de saída da vida política diz respeito aos candidatos que concorrem pela última vez ao cargo de Governador – de fato, apenas 1 candidato em cada 10 saiu da disputa depois de ter concorrido por esse cargo. Ademais, é importante ressaltar a saída de candidatos competitivos que concorreram ao cargo de Senador: desses, 4 em cada 10 candidatos não concorreram mais a nenhum outro cargo.

²³ Para maiores detalhes, ver anexo 2.

Analisando separadamente os prefeitos, observamos que, em municípios abaixo de 200 mil eleitores, cerca de 64% dos políticos concorrem pela última vez para esse cargo. Já nos municípios maiores (acima de 200 mil eleitores), cerca de 15% concorrem pela última vez pela prefeitura²⁴. Nota-se, nesse sentido, que políticos que concorrem para a prefeitura em municípios maiores disputam menos o cargo pela última vez do que os seus pares em municípios menores. Isso pode ser um indício de que, em municípios maiores, os políticos concorram ainda para outros cargos antes de deixar a vida política.

Uma análise anterior sobre a oxigenação externa na política foi a de Speck (2018), na qual o autor também investigou as taxas de entrada e de saída da vida política para esses cargos, tendo como referência os anos eleitorais de 2006 e 2008, e abrangendo todos os candidatos do Brasil. Comparativamente, verificamos semelhanças com os achados de Speck em relação à entrada na vida política: em ambas as análises, verificamos que 4 em cada 10 candidatos competitivos iniciam sua vida política concorrendo ao cargo de Deputado Estadual; 3 em cada 10 indivíduos concorrem inicialmente para Deputado Federal; e 3 em cada 10 candidatos concorrem primeiro para a Prefeitura. Com relação às taxas de saída, observamos que tanto no caso nacional como no do Rio de Janeiro, 4 em cada 10 candidatos competitivos saem da vida política após concorrem ao cargo de Deputado Estadual. Ademais, Speck verificou que 4 em cada 10 candidatos concorrem pela última vez para o cargo de Senador, assim como observado na presente tese.

De modo geral, comparando os nossos resultados do Rio de Janeiro com os índices de todo o Brasil (Speck, 2018), observamos que há uma semelhança para a entrada na vida política para os cargos proporcionais e para o cargo de Prefeito. Constatamos diferenças com relação à entrada na vida política de candidatos competitivos concorrendo para Governador e Senador. No Brasil, 27% dos candidatos competitivos concorrem primeiro ao cargo de Governador, e 32% concorrem primeiro ao de Senador (Speck, 2018). Já no Rio de Janeiro, a entrada na disputa por esses dois cargos é menor: 16% concorrem primeiro para o Governo do Estado, e 17% disputam para o Senado. Isso nos mostra que, no caso estadual, a entrada na vida política por intermédio de cargos mais ascendentes, como Governador e Senador, é mais improvável. Com exceção dos cargos de Deputado Estadual e Senador, as taxas de saída da vida política após a disputa dos cargos de Deputado Estadual, Prefeito e Governador são menores para o caso do Rio de Janeiro.

²⁴ Para maiores detalhes, ver anexo 2.

A possibilidade de que muitos candidatos possam concorrer aos cargos de Deputado Estadual e Federal por conta das regras eleitorais, tanto pela primeira quanto pela última vez, também pode, de forma geral, ser um indicativo de que há uma maior facilidade na entrada e saída desses políticos ao longo dos anos, fazendo com que esses cargos sejam os que possuem maiores taxas de entrada e saída da vida política.

Diante de alguns resultados, entre os cargos majoritários, os candidatos competitivos que concorreram para Senador foram os que mais saíram da vida política após a disputa por este cargo. Este pode ser um indício de que a disputa pelo cargo de Senador seja a última antes de o candidato competitivo sair da vida política. Ressaltamos também as diferenças em relação às disputas para a Prefeitura, que dependem do tamanho do município; nesse contexto, os maiores índices de entrada e saída da carreira política encontram-se entre os candidatos que disputam em municípios menores (aqueles que possuem menos de 200 mil eleitores). As menores taxas de saída entre os candidatos competitivos que disputaram o cargo de Prefeito podem indicar que estes concorrem para outros cargos antes de sair da vida política.

Tabela 2.7 – Entrada e saída na vida política dos candidatos competitivos entre 1990 e 2008

	ENTRADA	SAÍDA
DEPUTADO ESTADUAL	773 48,1%	680 42,3%
DEPUTADO FEDERAL	223 34,2%	202 31,1%
GOVERNADOR	2 16,6%	2 16,6%
PREFEITO	372 38,3%	322 33,2%
SENADOR	3 17,6%	7 41,1%
Total	1.373	1.213

2.5.2 Possíveis trajetórias na carreira política

Um dos debates sobre carreira política é justamente relacionado a observar a trajetória dos políticos ao longo dos anos, o que se dá, mais especificamente, a partir do questionamento: quais cargos eles disputam em uma segunda corrida eleitoral? Assim, analisamos os cargos que os candidatos competitivos concorreram na eleição 1 (E1) e os cargos para os quais eles

disputaram na eleição 2 (E2). Para a análise, consideramos que as eleições são sequenciais por candidato, e não cronológicas por ano da eleição²⁵.

É importante ressaltar que não conseguimos analisar profundamente a carreira dos políticos, uma vez que nosso estudo abrange somente os cargos eletivos; nesse sentido, não conseguimos capturar os políticos que são nomeados, por exemplo, Ministro ou Secretário de Governo entre as eleições, e, igualmente, não abrangemos os cargos de Vereador e Presidente da República. Desse modo, com o objetivo de analisar a próxima trajetória da vida política do candidato, desconsideramos os indivíduos que tiveram somente uma única candidatura em todos os anos da análise²⁶, e desconsideramos aqueles que concorreram pela última vez, visto que não realizaram uma próxima disputa; portanto, focalizamos a análise naqueles candidatos que realmente tentam se prolongar na carreira. Mantivemos a escolha metodológica de analisar somente os candidatos competitivos, tanto na disputa majoritária quanto na proporcional. Tomamos como referência de análise o trabalho de Speck (2018), que avaliou as trajetórias mais trilhadas entre os políticos eleitos e não eleitos para o cenário nacional entre os anos de 1998 a 2016. Nosso objetivo é utilizar a mesma metodologia do autor e realizar uma avaliação mais específica para um único estado: Rio de Janeiro.

O gráfico 2.1 resume informações para quais cargos os competitivos disputam uma segunda eleição. Todas as barras na diagonal reproduzem os resultados da intersecção entre os cargos, ou seja, reflete o cenário daqueles que tentaram um cargo na primeira eleição (E1) e disputaram o mesmo cargo na segunda eleição (E2). Entre os que concorreram a Deputado Estadual, 64% tentaram o mesmo pleito na segunda eleição; por sua vez, 58% dos candidatos a Deputado Federal concorreram para o mesmo cargo na eleição seguinte; em relação aos candidatos para o cargo de Governo do Estado, 25% dos concorrentes repetiram a disputa; 64% dos candidatos a Prefeito também concorreram pelo mesmo cargo posteriormente; e, por último, 14% dos candidatos a Senadores tentaram a disputa novamente na segunda eleição.

As altas taxas de indivíduos que se mantêm no mesmo cargo entre as disputas para Deputado Estadual e Federal são justificadas pela permissividade da legislação eleitoral, isto é,

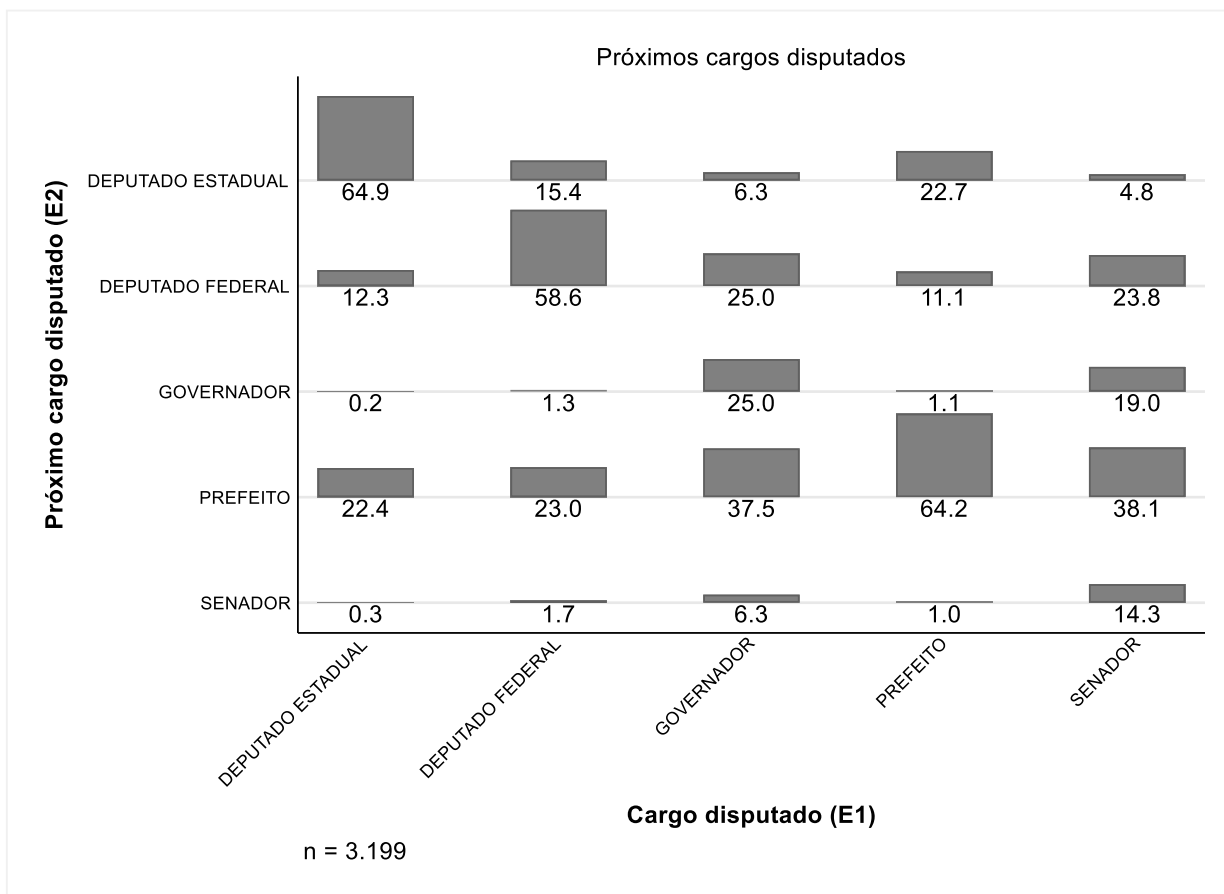
²⁵ Não necessariamente são eleições consecutivas. Por exemplo, se o candidato concorreu a Deputado Estadual em 1986 e não foi eleito, e somente concorreu novamente em 1998 para o mesmo cargo, 1986 é considerado como eleição 1 (E1) e 1998 como eleição 2 (E2).

²⁶ Novamente, é importante ressaltar que, mesmo que o candidato tenha concorrido somente uma vez a um dos cargos analisados, não necessariamente ele encerrou sua carreira política. O político em questão ainda pode continuar na vida política a partir de cargos nomeados ou indicados, atuando como secretário de governo ou como ministro, por exemplo.

o político pode se reeleger indefinidamente para esses cargos, sem a restrição de dois mandatos, como é o caso para os cargos de Governador e Prefeito. Além disso, disputar as eleições para deputado custa financeiramente menos do que para outros cargos, e não há somente uma vaga para o partido lançar candidato, como é o caso das eleições majoritárias; assim, há poucas barreiras para que o candidato concorra para Deputado Estadual ou Federal. No entanto, apesar da não restrição ao número de mandatos com relação ao cargo de Senador, verificamos que poucos são os que disputam o mesmo assento na segunda eleição.

De modo geral, os candidatos a Deputado Estadual, Federal e Prefeito tendem a pleitear o mesmo cargo em um segundo pleito, enquanto Governadores e Senadores buscam outros cargos, como, por exemplo, o de Prefeito (37% e 38%, respectivamente). Verificamos também que são poucos os Deputados Estaduais e Federais que concorrem a cargos mais ascendentes, como o de Senador (0,3% e 1,7%) e o de Governador (0,2% e 1,3%). Nota-se, igualmente, que são poucos os casos de candidatos competitivos que tenham concorrido para Governador e Senador que optam por concorrer para Deputado Estadual na eleição seguinte (6,3% e 4,8%, respectivamente). A preferência é de concorrerem para o cargo de Prefeito e, em segundo lugar, para Deputado Federal. Nesse sentido, se pensarmos na escala de cargos hierárquicos de Miguel (2003), candidatos competitivos que tenham concorrido a cargos que estão no topo da escala hierárquica (Governador e Senador) disputam muito pouco para cargos que estão na base (Deputado Estadual) nas eleições seguintes.

Gráfico 2.1 – Próximos cargos disputados pelos candidatos competitivos (E1) entre duas eleições de 1982 a 2014



Ao analisarmos a origem dos cargos, buscamos averiguar quais cargos os políticos disputaram em uma eleição anterior (E0). Assim como a análise precedente, excluímos do estudo os indivíduos com candidatura única e aqueles que se candidataram pela primeira vez, pois não há como analisar seus cargos anteriores.

As porcentagens das colunas em diagonal referem-se às interseções dos cargos, demonstrando qual a função disputada anteriormente pelo político. Observamos que 69% dos Deputados Estaduais competitivos concorreram ao mesmo cargo em eleição anterior, e que 56% dos Deputados Federais pleitearam a mesma função; verificamos, também, que 18% dos Governadores, 61% dos Prefeitos, e 14% dos candidatos a Senador disputaram as eleições anteriores para o mesmo cargo.

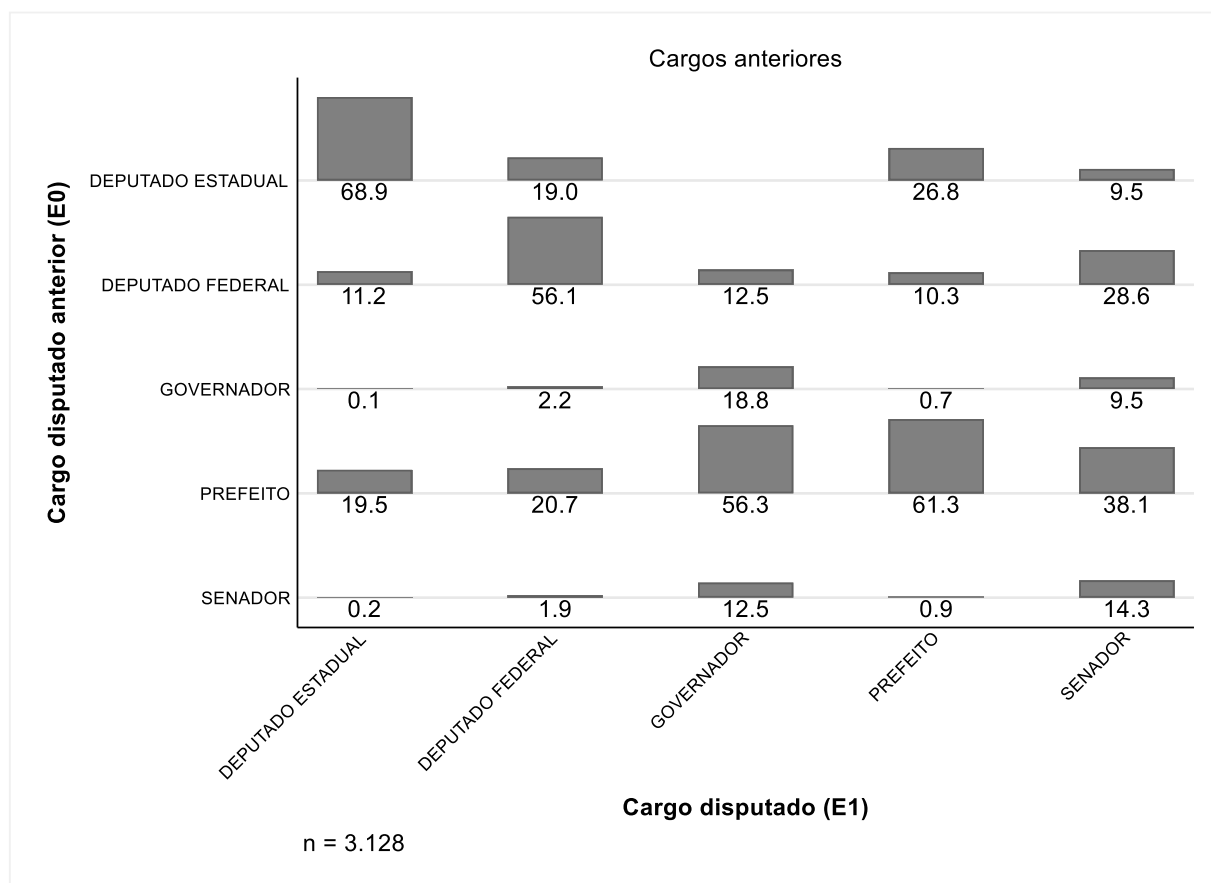
No caso dos candidatos a Governadores competitivos, 56% disputaram anteriormente o cargo de Prefeito. Este pode ser um indício de que há um padrão ascendente com relação a este

cargo, isto é, pode significar que Prefeitos almejam ascender na carreira concorrendo ao Governo do Estado. Também verificamos que 26% dos candidatos a Prefeitos se candidataram anteriormente como Deputado Estadual. Os indivíduos que concorrem ao Senado, por sua vez, são formados basicamente por políticos que disputaram anteriormente os cargos de Deputados Federais e Prefeitos: 28% e 38%, respectivamente.

Verificamos também que são poucos os casos de Deputados Estaduais e Federais e Prefeitos que concorreram anteriormente como Senadores (0,2%, 1,9% e 0,9%, respectivamente). Observamos, ainda, que são poucos os políticos competitivos que concorreram aos cargos proporcionais e municipais que anteriormente tentaram a eleição para Governo do Estado (0,1%, 2,2% e 0,7%). Nenhum candidato a Governador concorreu na eleição anterior como Deputado Estadual entre os candidatos competitivos da amostra.

De modo geral, observamos o mesmo padrão com relação aos cargos que estão no topo e na base. Candidatos competitivos que tenham concorrido para exercer a função de Governador não disputaram anteriormente uma vaga na Assembleia Legislativa, e apenas 9,5% dos que concorreram ao Senado disputaram antes o cargo de Deputado Estadual. O contrário também ocorre. Entre os candidatos que disputaram um cargo na Assembleia, somente 0,1% concorreu anteriormente ao cargo do Executivo estadual, e 0,2% concorreu ao Senado.

Gráfico 2.2 – Cargos antecedentes disputados entre duas eleições pelos candidatos competitivos (E1) entre 1985 e 2016



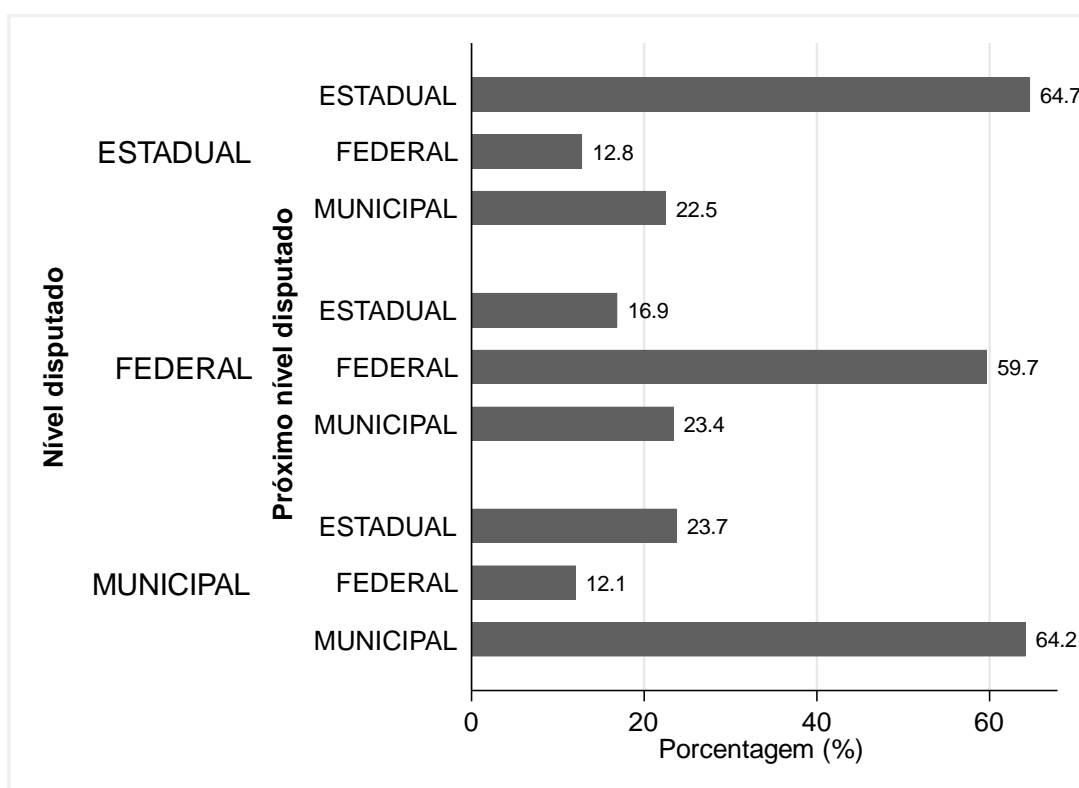
Uma outra forma de análise com relação às trajetórias das carreiras dos políticos é a partir das arenas federativas. Os políticos podem pleitear os cargos em diferentes níveis: estadual, federal e municipal. Consideramos os cargos de Deputado Estadual e de Governador como de nível estadual, os de Deputado Federal e de Senador como de nível federal e o de Prefeito como de arena municipal.

De forma geral, verificamos que os candidatos competitivos, em sua maioria, tendem a pleitear um novo cargo na mesma arena federativa: 64% concorrem novamente no nível estadual, 59% concorrem no nível federal e 64% disputam nos cargos municipais. Candidatos que concorrem no nível estadual optam mais frequentemente por concorrerem na próxima eleição no nível municipal (22,5%), do que no federal (12,8%). Candidatos que concorrem no nível municipal optam de modo mais frequente por concorrer no âmbito estadual na eleição seguinte (23,7%) do que no federal (12,1%). No caso da arena federal, notamos que há um certo equilíbrio entre os candidatos que não concorrem para a mesma arena: os políticos dividem-se

entre a arena estadual e a municipal, com um pouco mais de ênfase na última esfera: 16% e 23%, respectivamente.

Bourdoukan (2006, p. 7) descreve as trajetórias possíveis nas arenas federativas dos Deputados Federais a partir de um movimento ascendente: municipal > estadual > federal; municipal > federal; estadual > federal. Apropriando-nos desta lógica da autora, verificamos que, aproximadamente, 36% dos políticos ascendem aos cargos passando pelo nível municipal, depois pelo estadual, e por último, pelo federal. Aproximadamente 12% passam do nível municipal para o federal, e aqueles que passam do nível estadual para federal representam aproximadamente 13%.

Gráfico 2.3 – Trajetória das carreiras de acordo com o nível da federação: candidatos competitivos (E1) entre 1982 a 2014

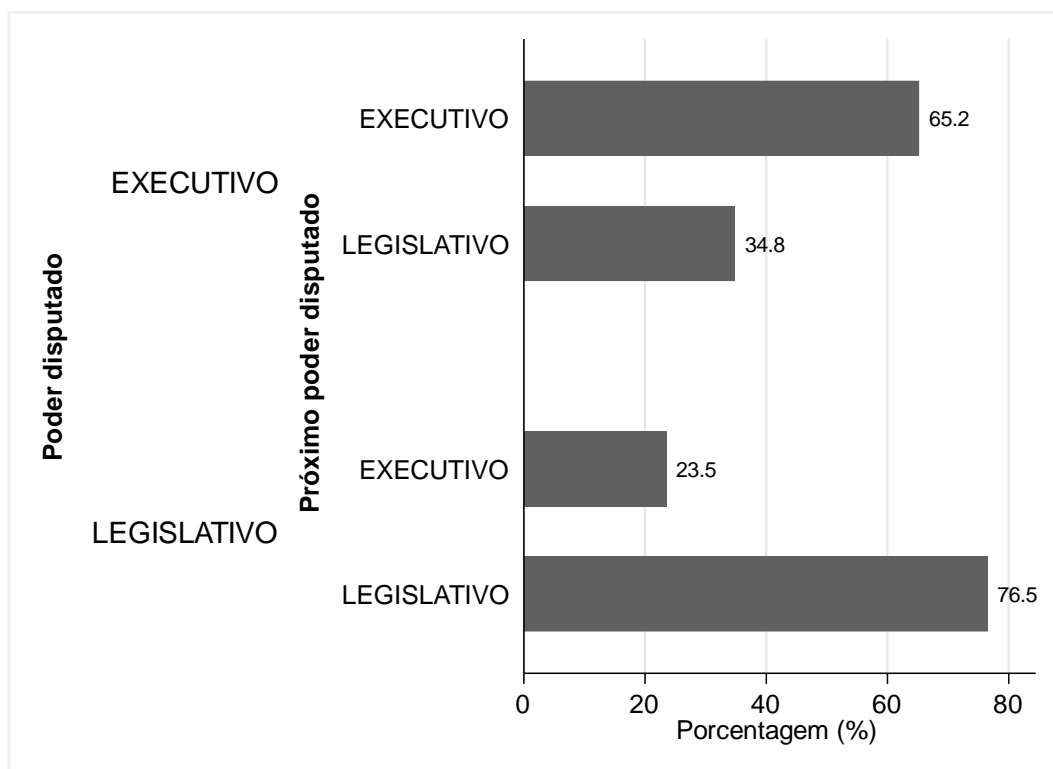


Agregando a análise, também podemos observar as trajetórias das carreiras de acordo com a função do cargo: Legislativo ou Executivo. Consideramos o primeiro como as funções de Deputado Estadual e Federal e de Senador; e o último, como as funções de Prefeitos e Governadores. Observamos que, dos candidatos competitivos em cargos no Legislativo, 76,5% concorrem a cargos no mesmo poder, enquanto 23,5% pleiteiam uma vaga no Executivo. Já

entre aqueles que estão no Executivo, aproximadamente 65,2% buscam se manter no Executivo e 34,8% concorrem para o Legislativo.

Esses resultados indicam que há uma maior tendência de candidatos competitivos que concorrem ao Poder Legislativo de disputarem novamente para o mesmo grupo, principalmente de acordo com a análise anterior de que Deputados Estaduais e Federais majoritariamente concorrem para o mesmo cargo em eleições anteriores e posteriores. Este fenômeno pode ser justificado, sobretudo, pelo sistema eleitoral que regula as eleições dos Deputados. A possibilidade de se recandidatarem ao mesmo cargo sem impeditivos com relação ao número de concorrentes disputando o mesmo pleito e de fazerem uma campanha mais personalista faz com que os políticos, majoritariamente, concorram para estes mesmos cargos e poder. A maior concentração de candidatos competitivos que optam por concorrer novamente ao poder Executivo é justificada, principalmente, pelos candidatos para Prefeito que disputam anteriormente e posteriormente o mesmo cargo nas eleições seguintes.

Gráfico 2.4 – Trajetória das carreiras de acordo com o poder disputado: candidatos competitivos (E1) entre 1982 e 2014



Mais uma vez, verificamos que a estrutura de oportunidades política molda a trajetória dos políticos. O sistema eleitoral e suas regras que instituem a possibilidade de inúmeros

candidatos de pleitearem as vagas de Deputado Estadual, Federal e Senador por conta da magnitude dos distritos faz com que haja maior concorrência para esses cargos, assim como uma maior possibilidade de que eles continuem concorrendo na esfera do Legislativo.

De forma geral, observamos um padrão recorrente para candidatos competitivos do estado do Rio de Janeiro com relação à sua carreira política: majoritariamente, os políticos buscam sua reeleição, e, quando não é este o caso, tendem a concorrer a cargos mais altos na estrutura de vagas disponíveis ao pleito.

O estudo do caso do Rio de Janeiro nos mostra padrões iguais e diferentes do caso nacional estudado por Speck (2018), principalmente quando analisamos a disputa para os cargos de Governador e Senador. Tanto no caso do Rio de Janeiro quanto no caso nacional descrito por Speck (2018), observamos que candidatos ao Governo do Estado disputaram eleições anteriormente aos cargos de Prefeito, Senador e Governador, o que mostra que a dinâmica subnacional se aproxima da nacional. Speck (2018) aponta que, no Brasil, os candidatos ao governo tentam a mesma disputa ou almejam o cargo de Senador nas próximas eleições; já no Rio de Janeiro, verificamos a tentativa do mesmo cargo, mas também a busca por uma Prefeitura. Há também uma diferença no padrão para o caso dos Senadores: em sua maioria, os Senadores concorreram anteriormente como Deputado Federal e Prefeito no Rio de Janeiro, e no caso nacional, eles pleitearam cargos mais elevados como os de Governador e Prefeito (Speck, 2018). Há semelhança quando senadores concorrem para outros cargos, visto que tanto no Rio de Janeiro quanto em todo o Brasil, eles disputam para os mesmos cargos: Governador e Prefeito.

Com relação aos Deputados Estaduais, Federais e Prefeitos, constatamos o mesmo padrão do Rio de Janeiro e do caso nacional descrito por Speck (2018). Candidatos a Deputados Estaduais e Federais concorrem anteriormente e posteriormente para os mesmos cargos, e disputam a Prefeitura também. Já os candidatos a prefeitos disputam anteriormente a Prefeitura ou para a vaga de Deputado Estadual, e candidatam-se posteriormente a sua reeleição e também para a Assembleia Legislativa.

2.6 Conclusões parciais

O objetivo do presente capítulo era de explicitar as principais estruturas de oportunidades que os candidatos competitivos poderiam seguir em sua carreira política. Verificamos que as maiores entradas dos candidatos na vida política ocorrem por meio dos cargos de Deputado Estadual e Federal, o que reforça o argumento da ciência política brasileira de que o baixo custo

de competição para esses cargos – se comparado com o da competição nos cargos majoritários – faz com que haja uma grande oxigenação da política por meio da disputa desses cargos. Esses achados aproximam-se do que foi encontrado na análise nacional por Speck (2018). Observamos também a maior entrada na vida política por intermédio da eleição para o cargo de Prefeito; contudo, constatamos que mais ou menos candidatos competitivos irão disputar o cargo de Prefeito pela primeira vez a depender do tamanho do município de disputa: em municípios com menos de 200 mil eleitores, há mais candidatos competitivos que entram na vida política pleiteando este cargo.

Constatamos também que a entrada na vida política por meio da disputa para os cargos de Governador e de Senador é menor se comparado com os outros cargos, ou seja, normalmente, candidatos competitivos não tentam cargos mais elevados em sua primeira disputa eleitoral. Isso pode ser um indício de confirmação para a estrutura de carreira política descrita por Miguel (2003), de acordo com a qual os políticos tendem a começar a concorrer em cargos “de baixo” (por exemplo, de Vereador e de Deputado Estadual) para, depois, alçar cargos ascendentes.

Entretanto, é importante ressaltar que, ainda que os políticos ascendam gradativamente na carreira política tal como descrita por Miguel (2003), não podemos deixar de desconsiderar o efeito “zigue-zague” descrito por Santos (2000). Sob essa perspectiva, constatamos que 25% dos candidatos competitivos para o cargo Governador concorrem para Deputado Federal na eleição seguinte; da mesma forma, 23,8% dos candidatos competitivos ao Senado também concorrem para a Câmara dos Deputados. Nesse sentido, se levarmos em consideração a hierarquia descrita por Miguel (2003), esses políticos estariam retrocedendo em suas carreiras. Contudo, as eleições são dinâmicas e os resultados são, muitas vezes, imprevisíveis; por isso, os candidatos precisam fazer cálculos a fim de identificar para qual cargo teriam mais chances de serem eleitos, mesmo que isso signifique retroceder em sua carreira política (Florentino, 2008).

Ademais, corroborando o argumento de que não há uma construção de carreira ascendente para todos os candidatos competitivos, verificamos que os mesmos optam majoritariamente por concorrer aos próximos cargos nos mesmos níveis federativos e nos mesmos poderes disputados. Em outras palavras, candidatos que estão no nível estadual optam por concorrer no mesmo nível na eleição seguinte (64%), e candidatos que estão no legislativo optam por permanecer no mesmo poder em 76% dos casos.

Por último, constatamos que candidatos competitivos para as funções de Deputado Estadual e Federal disputam principalmente os mesmos cargos na eleição seguinte, e, também, buscam concorrer para o cargo de Prefeito; verificamos, ainda, que candidatos a Prefeito, por sua vez, disputam esses mesmos cargos incluindo também os do Governo do Estado e do Senado. Ademais, quando analisamos os cargos anteriores, observamos que Governadores e Senadores disputaram anteriormente, em grande parte, a Prefeitura.

Em suma, verificamos que a estrutura de oportunidades de carreira para os políticos competitivos no Rio de Janeiro não ocorre de uma forma estruturada e fechada como descrita por Miguel (2003), mas de um modo mais fluido e dinâmico, uma vez que os candidatos pleiteiam cargos ascendentes e descendentes em diversos momentos da carreira. Entretanto, são notáveis os candidatos competitivos ao cargo de Prefeito que conseguem circular nessas oportunidades tanto para baixo (Deputado Estadual e Federal) quanto para cima (Governador e Senador, feito que analisaremos com mais profundidade no capítulo 5.

Capítulo 3 – Padrões de participação de partidos e de líderes competitivos

3.1 Introdução

Uma das formas de analisar a participação dos partidos políticos e dos líderes na competição eleitoral ao longo dos anos diz respeito à regularidade e à assiduidade com que esses se apresentam na disputa. Na dinâmica político-eleitoral brasileira, existe a possibilidade de que os partidos se apresentem ao mesmo tempo para a disputa de diversos cargos, mas cada político só pode disputar para uma única função por eleição. Dessa forma, os partidos podem se reapresentar várias vezes para diferentes cargos em uma única eleição perante o eleitor, enquanto o político se apresenta somente uma vez em uma eleição em determinado partido político.

Entendendo que essas duas dinâmicas acontecem juntas durante o período eleitoral, momento no qual um ator não atua sem a presença do outro, nosso objetivo principal é analisar quais são os padrões de participação dos partidos políticos e dos líderes na competição eleitoral do Rio de Janeiro. Partimos do pressuposto de que os partidos precisam se apresentar com candidatos competitivos e viáveis na disputa para se diferenciarem entre si, assim como os políticos precisam se sobressair entre os seus pares para conseguirem se eleger. Essa dinâmica faz com que os dois atores sejam dependentes um do outro e se reapresentem de diversas formas ao longo de várias disputas eleitorais.

Consideraremos o seguinte argumento de Speck (2018):

A ideia básica é simples. Da mesma forma como os partidos políticos consolidam sua posição como mediadores junto ao eleitorado, na medida em que produzem candidatos fortes em eleições subsequentes, os líderes políticos nas democracias também se tornam referências relevantes para os eleitores quando se afirmam como candidatos fortes em várias eleições seguidas. Para os partidos políticos, essa característica da perenidade foi descrita como uma das dimensões da sua institucionalização. A perenidade da presença das lideranças na arena eleitoral está vinculada à profissionalização da política (p. 75).

Diante desse cenário, consideramos relevante analisar a dinâmica de participação de partidos e lideranças competitivas no Rio de Janeiro, visto que são os dois atores que, juntos, constituem as candidaturas nas disputas eleitorais. Em outras palavras, o objetivo principal do presente capítulo é verificar a frequência e os possíveis padrões sobre as eleições no cenário carioca a partir da análise dos dois atores: partidos e candidatos competitivos na disputa.

3.2 A literatura sobre partidos e lideranças no Brasil

O atual sistema partidário brasileiro surgiu a partir da transição da Ditadura Militar para o regime democrático. A extinção do bipartidarismo em 1979 e o surgimento de um pluripartidarismo moderado composto por poucos partidos no começo dos anos 80 foram a principal marca de transição desse período. Contudo, foi a partir da Emenda Constitucional nº 25 de 1985, que permitia a formação de novos partidos políticos e a saída da clandestinidade de duas legendas (PCB e PC do B), que o sistema partidário foi se expandindo gradativamente. Em 1989, o sistema partidário sofreu uma nova expansão no número total de partidos, quando o Tribunal Superior Eleitoral habilitou 22 partidos para disputar as eleições para o cargo da Presidência.

Nesse contexto de expansão do sistema partidário e criação de inúmeras legendas, surgem os primeiros estudos²⁷ sobre institucionalização dos partidos, cujo debate girava em torno de analisar o grau de estabilidade dos partidos e do sistema partidário em si. O principal expoente desta literatura é Mainwaring (1999), que discorre sobre a importância da constância da participação de partidos políticos na competição. Seu principal argumento é de que os partidos que possuem uma presença frequente no sistema partidário a partir de várias eleições disputadas geram uma maior conexão com os eleitores, e, conseqüentemente, se “enraízam” na sociedade.

Desse modo, a institucionalização dos partidos no Brasil, para Mainwaring (1999), é formada a partir de quatro dimensões: a) a regularidade dos padrões de competição partidária; b) o enraizamento dos partidos na sociedade; c) a legitimidade das legendas; d) a independência das organizações partidárias em relação aos interesses dos líderes. Assim, Mainwaring aponta que, a depender da regularidade da presença de partidos, eles serão considerados mais ou menos institucionalizados na sociedade.

Ademais, a questão da volatilidade eleitoral, isto é, a quantidade de votos que passa de um partido para outro(s) de uma eleição para a seguinte, também está intrínseca nessa literatura. Segundo Mainwaring (1999), para estudarmos o grau de institucionalização dos partidos, devemos levar em consideração a volatilidade eleitoral. Bohn e Paiva (2009), por sua vez, também destacam que, quanto menor o índice de volatilidade nas eleições e nos estados, mais o sistema partidário brasileiro torna-se institucionalizado. Nas palavras de Braga (2010):

“[...] portanto, o quanto o sistema partidário confere coerência e regularidade aos padrões de competição entre os partidos, isto é, o

²⁷ Temos como referência os estudos brasileiros sobre a institucionalização do sistema partidário.

quanto o sistema institucionaliza a participação e, dessa maneira, institucionaliza a si mesmo. De acordo com Przeworski (1975), Pedersen (1990), Bartolini e Mair (1990) e Mainwaring (1999), a institucionalização dos sistemas partidários deve ser verificada pela análise do índice de volatilidade eleitoral” (BRAGA, 2010, p. 51).

A principal crítica ao trabalho de Mainwaring diz respeito às diferentes dimensões de análise para avaliar a institucionalização dos partidos. De fato, somente a primeira dimensão refere-se ao sistema partidário em si, ao passo que as outras três dimensões são referentes aos partidos políticos (Braga, 2010).

A literatura brasileira mais recente descreve a institucionalização partidária a partir da ótica dos partidos e das lideranças políticas, o que significa, em essência, que novos estudos discutem outras formas de análise e mensuração acerca do tema. Destacamos aqui os trabalhos de Braga (2010) e de Melo (2010). Ambos os autores analisam conjuntamente o papel dos dois atores na estruturação e institucionalização do sistema partidário a partir, principalmente, da frequência com que partidos e líderes se apresentam em diversas eleições, e de como partidos estruturam a competição em outros níveis subnacionais.

Braga (2010) aponta que a institucionalização dos partidos é formada por três elementos: a) pela existência de organização competitiva no nível das eleições nacionais; b) por partidos institucionalizados que apresentam candidatos às disputas eleitorais nacionais; c) pela necessidade de que o partido participe de pelo menos três eleições consecutivas. Contudo, é importante ressaltar que a autora leva em consideração a questão da nacionalização: em casos de elevada nacionalização e alta institucionalidade, a disputa eleitoral segue padrões próximos à realidade nos estados; por outro lado, “no caso de baixa nacionalização e baixa institucionalização, partidos votados em subunidades podem ser competidores menos relevantes em outras, ou mesmo podem nem fazer parte daquele subsistema estadual numa determinada eleição” (p. 50). Assim, a autora considera que tanto a institucionalização quanto a nacionalização são condições necessárias para a continuidade dos atores partidários.

Sua principal conclusão diz respeito à análise da volatilidade eleitoral e ideológica e à estrutura de competição. Para o primeiro aspecto, Braga (2010) aponta que “a verificação do grau de institucionalização do sistema partidário pela volatilidade eleitoral e ideológica identificou uma dinâmica gradativa de institucionalização do sistema de partidos no Brasil” (p. 68). A estrutura de competição, por sua vez, se tornou mais fechada, principalmente no âmbito do Executivo nacional, onde duas legendas principais estruturam a competição (PT e PSDB).

A estruturação da competição presidencial descrita por Braga (2010) foi desenvolvida por outros autores a partir do conceito de perenidade para além da competição somente no nível do Executivo. Dois desses estudiosos são Melo (2010) e Speck (2018), que desenvolveram a questão da perenidade de partidos e líderes para outros níveis de disputa eleitoral.

Melo (2010) utilizou as mesmas ideias sobre a presença regular dos partidos na corrida eleitoral e discorreu sobre como a competição partidária a nível nacional estrutura a competição subnacional. Para o autor, desde 1994, o PT e o PSDB conseguem ser os dois principais polos de disputa nacional, e, assim, toda a dinâmica nacional eleitoral ocorre em torno desses dois partidos. Esses conseguem estruturar a competição presidencial, pois (i) conseguem mostrar que são partidos capazes de elaborar um projeto de política nacional; (ii) apresentam candidatos que realmente são competitivos e se destacam entre os demais; e (iii) são capazes de manter um mecanismo de padrão entre uma eleição e outra.

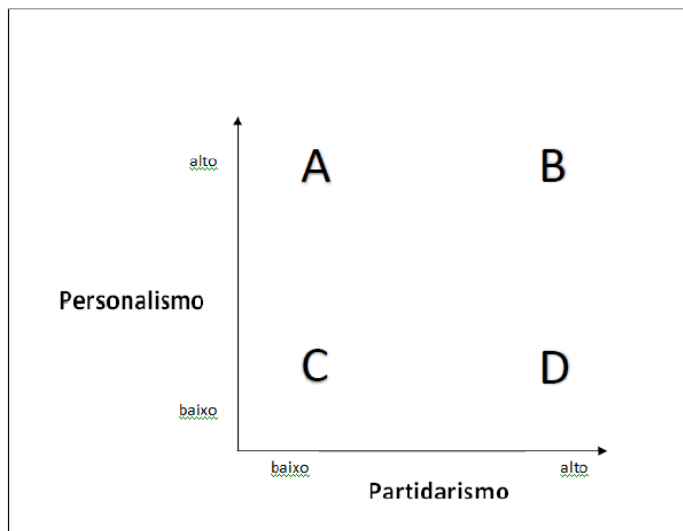
De acordo com Melo (2010), as eleições presidenciais permitiram que o sistema partidário se estruturasse em torno de dois polos: um situado à esquerda e outro, à centro-direita. O primeiro seria liderado pelo PT e teria uma participação do PC do B, do PSB e do PDT; já o segundo seria liderado pelo PSDB e contaria com a participação do DEM e do PPS. Partidos como o PMDB, o PP e o PTB oscilariam entre os polos, a depender de como são construídas as alianças e as bancadas do Congresso. Esse cenário nacional teria consequências para o sistema partidário subnacional, principalmente em relação à competição para Governador do Estado. Melo aponta que, diante do cenário nacional, haveria três diferentes cenários estaduais possíveis e, assim, existem estados onde: (i) há dois ou três partidos que estruturam a competição; (ii) há somente um partido se destaca na competição (alternando os adversários); (iii) há alternância de partidos e candidatos em competição a cada eleição, sem um padrão definido. O primeiro cenário possível descrito por Melo, onde há dois ou três partidos que estruturam a competição estadual, não diz respeito necessariamente aos dois partidos apontados como estruturantes das eleições presidenciais (PT e PSDB), mas a partidos que se enquadram a alguns critérios descritos pelo autor: dentre os candidatos ao governo, Melo verifica – considerando, consequentemente, o partido do qual cada político faz parte – os que conseguiram ser eleitos, os que ficaram em 2º lugar na disputa e, também, os que obtiveram mais de 10% dos votos em eleições subsequentes.

Em trabalho mais recente, Speck (2018) ampliou a análise sobre o conceito de perenidade dos partidos e dos políticos no sistema partidário. O autor aponta que a análise da competição

eleitoral nos estados não pode ser limitada somente ao cargo de governador, como descrito por Melo (2010), mas deve incluir outros dois cargos relevantes para a disputa: os de Senador e de Prefeito da capital. Há três argumentos principais para Speck incluir a análise da competição para os três cargos: (i) essas funções possuem alta visibilidade na disputa eleitoral nos estados; (ii) há uma conexão entre os cargos, visto que os mesmos líderes buscam disputar, em momentos diferentes, pelo menos mais de um desses cargos, o que é evidenciado, por exemplo, pela “frequente candidatura de ex-governadores para o senado ou de ex-prefeitos da capital para governador e de senadores para ambos os cargos” (p. 77); (iii) os candidatos aos três tipos de cargos são eleitos por meio de eleições majoritárias, o que coloca a disputa em igualdade perante as regras eleitorais. Para a análise sobre como os partidos estruturam a competição eleitoral em um mesmo distrito ao longo de várias eleições, o autor avalia a presença de candidaturas por cada partido e classifica as mais competitivas quando alcançam mais de 20% dos votos. Ele também analisa a frequência da presença dos mesmos líderes na disputa para esses três cargos ao longo dos anos, o que seria uma forma de mensurar a personalização das disputas para esses cargos-chave.

A partir da análise das duas óticas (partidos e lideranças), Speck (2018) descreve a possibilidade de quatro cenários presentes nos estados. O primeiro (A) é descrito a partir da presença de partidos personalistas, e, nele, as eleições se estruturam nas lideranças políticas individuais, e não nos partidos. O segundo (B) diz respeito a um sistema de representação em que tanto os partidos quanto os líderes políticos estruturam as eleições: os políticos são vistos como “lideranças dominantes” e, ao mesmo tempo, os partidos também conseguem se fazer presente. O terceiro (C) ocorre quando nem os partidos nem os líderes políticos estruturam a competição eleitoral, não se reapresentando em eleições consecutivas. O quarto e último cenário (D) representa a estruturação dos partidos, e, nesse contexto, o eleitor se identifica com este ator e não necessariamente com a figura do político. Para Speck, esse último padrão representa “os modelos de análise dos partidos consolidados nas democracias mais antigas”.

Figura 3.1 – Personalismo e partidarismo como duas dimensões independentes



Fonte: Speck (2018, p. 73)

Tanto Melo (2010) quanto Speck (2018) se utilizam do mesmo conceito com diferentes formas de mensuração para avaliar possíveis padrões eleitorais subnacionais no que concerne à presença de partidos políticos e lideranças. Desse modo, constatamos que os trabalhos de Mainwaring (1999) deram origem a outros estudos mais recentes que se inspiraram em seu conceito sobre institucionalização dos partidos, e, assim, cunharam novos conceitos e desenvolveram novos métodos de mensurar a participação de partidos e líderes no sistema partidário.

3.3 Metodologia e dados

Para o presente capítulo, utilizaremos o mesmo banco de dados criado com informações sobre candidatos a Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador e Prefeito no Rio de Janeiro entre os anos eleitorais de 1982 a 2016, descrito no capítulo anterior.

Ademais, a análise recairá sobre os candidatos classificados como competitivos. Como explicitado anteriormente, consideramos os candidatos competitivos que concorreram aos cargos majoritários aqueles que obtiveram 15% ou mais de votos em uma eleição, quando concorreram aos cargos de Prefeito, Senador ou Governador. Entre os candidatos a Deputado Estadual e Federal, classificamos aqueles que estão localizados no 4º quartil de porcentagem do quociente eleitoral para cada ano eleitoral e para cada cargo disputado, e consequentemente, são aqueles que conseguiram mais votos na corrida eleitoral.

Com o objetivo de auxiliar a nossa análise sobre os partidos políticos, fizemos uma separação das siglas por blocos ideológicos de acordo com a classificação de Power e Zucco Jr. (2009, 2011) e Faganello e Fernandes (2018). É importante frisar que a análise por bloco ideológico se refere somente ao período de 1996 a 2016 e, por isso, não há uma classificação de todos os partidos políticos já existentes. Assim, a classificação dos partidos seria:

Tabela 3.1 – Classificação dos partidos políticos por blocos ideológicos

Esquerda		Centro		Direita		
PT	PCO	PMDB	REDE	PHS	PTC	PSL
PSTU	PDT	PMN	SD	DEM	PRP	PST
PSOL	PSB	PSDB	PMB	PR	PRTB	PTB
PC do B	PPL	PV	PROS	PP	PSC	PT do B / AVANTE
PCB		PEN		PPS	PSD	PTN / PODEMOS

Fonte: Faganello, Fernandes, 2018 (adaptado pela autora).

Inspirar-nos-emos nos estudos de Melo (2010) e de Speck (2018), com o objetivo de verificar os possíveis padrões de participação dos partidos e dos políticos na dinâmica partidário-eleitoral do Rio de Janeiro. Para isso, separamos a análise em duas seções: a primeira será sobre o padrão de competição visto sob a ótica do partido; e a segunda será sob a ótica do líder competitivo.

Para a primeira seção almejamos estudar três pontos principais em relação aos partidos políticos:

- 1) Qual a frequência de candidaturas competitivas por (i) cargo, (ii) ano, (iii) partido e (iv) por bloco ideológico.
- 2) Como é a personalização e a força eleitoral das legendas nas eleições proporcionais e majoritárias.
- 3) Qual a frequência de candidaturas competitivas nos três partidos que mais se destacaram no Rio de Janeiro: PDT, PMDB e PP.

Posteriormente, na segunda seção, exploraremos os padrões de competição com relação aos líderes competitivos sob dois aspectos principais:

- 1) A frequência com que as lideranças competitivas se recandidatam na disputa.
- 2) Quais são os líderes que mais concorrem nas eleições proporcionais e majoritárias.

Por fim, faremos uma análise simultânea de três partidos que mais se destacaram nas eleições do Rio de Janeiro – PDT, PMDB e PP – e suas respectivas lideranças.

3.4 O padrão de competição visto sob a ótica do partido político

Uma das formas de analisar a partidarização na disputa eleitoral é a partir da compreensão de como os partidos lançam candidatos para a competição e de quantos são competitivos. Os partidos podem concorrer a todos os cargos disponíveis em uma dada eleição, e não possuem restrições quanto a serem eleitos indefinidamente para o mesmo cargo. Nesse sentido, enquanto os líderes não podem se reeleger mais do que 2 vezes consecutivas para o mesmo cargo (com exceção dos Deputados Estaduais e Federais), um partido pode conquistar o mesmo cargo por indefinidas vezes. Assim, analisaremos o padrão de competição dos partidos em relação à frequência de candidatos que estes lançam na disputa e a partir do grau de competitividade daqueles que concorrem pelo partido. Com o intuito de analisar os possíveis padrões de participação dos partidos políticos, teremos como norte os trabalhos de Melo (2010) e de Speck (2018).

Em um primeiro momento, avaliaremos a frequência de todas as candidaturas competitivas para todos os cargos de 1982 a 2016 nos gráficos 3.1, 3.2 e 3.3. Em seguida, faremos uma análise a partir da frequência dos candidatos competitivos divididos pelos partidos (tabelas 3.2 e 3.3) e por bloco ideológico (gráficos 3.4 e 3.5).

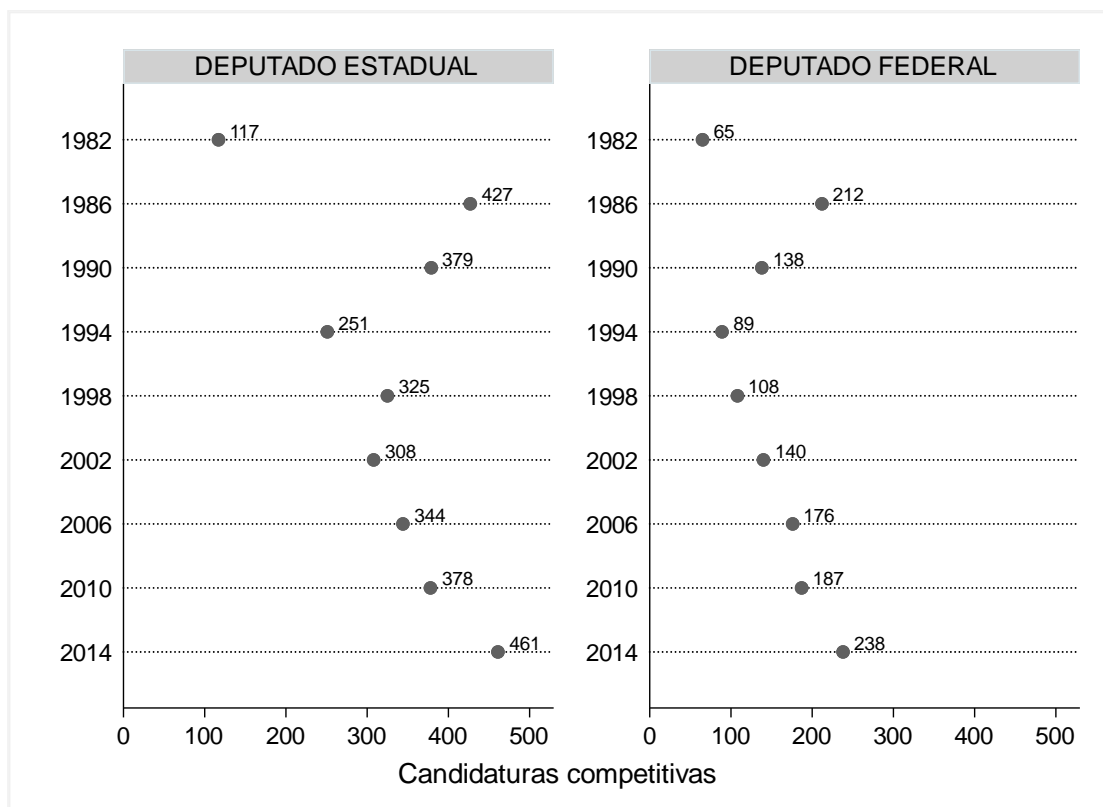
A análise longitudinal a partir dos anos eleitorais nos permite observar nuances sobre a história do sistema partidário do Rio de Janeiro. Para a disputa aos cargos proporcionais, observamos que os anos eleitorais com a maior frequência de candidatos competitivos foram 2014 e 1986. Uma das justificativas para o maior número de candidaturas competitivas para este último ano é a Emenda Constitucional número 25, que ampliou a quantidade de partidos políticos concorrendo nas eleições no processo de transição democrática. Em outras palavras, a maior oferta de legendas na disputa pode aumentar o número de candidaturas na competição, e, conseqüentemente, o número de candidatos competitivos.

Já no caso de 2014, observamos um crescimento no número de candidaturas competitivas para ambos os cargos proporcionais desde 1994. Uma das causas para esse aumento é o crescimento natural do eleitorado, o que ocasionou o crescimento do número de candidaturas a serem disputadas pelos partidos. De acordo com dados do TSE²⁸, concomitante ao crescimento

²⁸ Dados disponíveis em <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>.

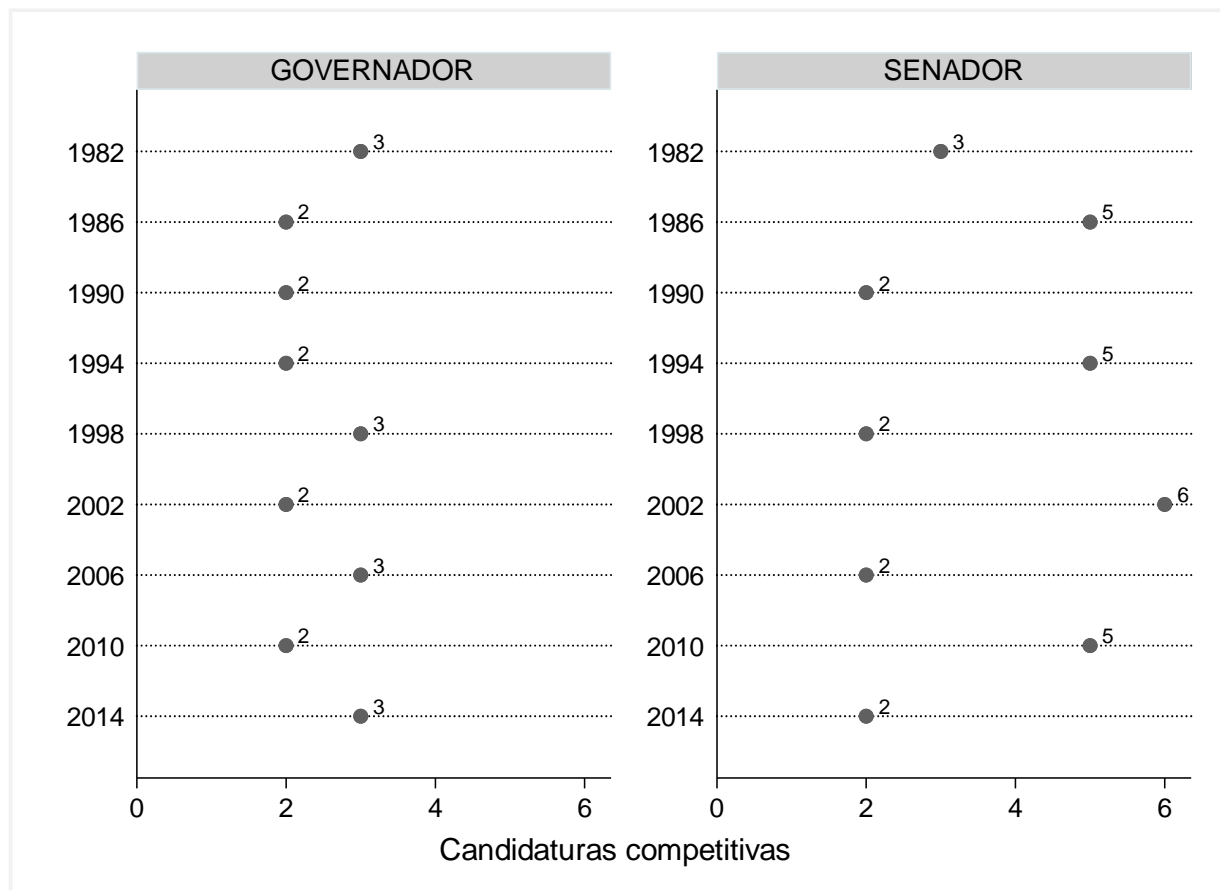
do eleitorado no Brasil, há o aumento da quantidade de eleitores filiados aos partidos, e consequentemente, de candidatos competitivos. É importante ressaltar que para todos os anos analisados, o número de vagas para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados manteve-se constante, sendo 70 e 46 vagas, respectivamente.

Gráfico 3.1 – Frequência de candidaturas competitivas para Deputado Estadual e Federal por ano



Não há grandes diferenças na frequência de candidaturas competitivas para o cargo de Governador entre os anos eleitorais, visto que há de 2 a 3 candidatos dependendo do ano. O mesmo ocorre para a disputa ao Senado; há somente uma maior frequência de candidatos competitivos em anos eleitorais nos quais há duas vagas para o cargo, como é o caso de 1988, 1994, 2002 e 2010. O fato de os dois cargos apresentarem poucas vagas em disputa – 1 no caso de Governador e 2 (no máximo) para o Senado dependendo do ano – faz com que os partidos maximizem suas chances de obter sucesso eleitoral nas eleições. Isto é, por muitas vezes, um partido pequeno sem força eleitoral não conseguiria ser competitivo em um desses cargos, mas a legenda pode se coligar a um ou mais partidos para, juntos, lançarem somente um candidato que seja viável na competição, isto é, competitivo o suficiente para possivelmente ser eleito. Assim, de modo geral, são poucos as candidaturas competitivas para essas disputas.

Gráfico 3.2 – Frequência de candidaturas competitivas para Governador e Senador por ano

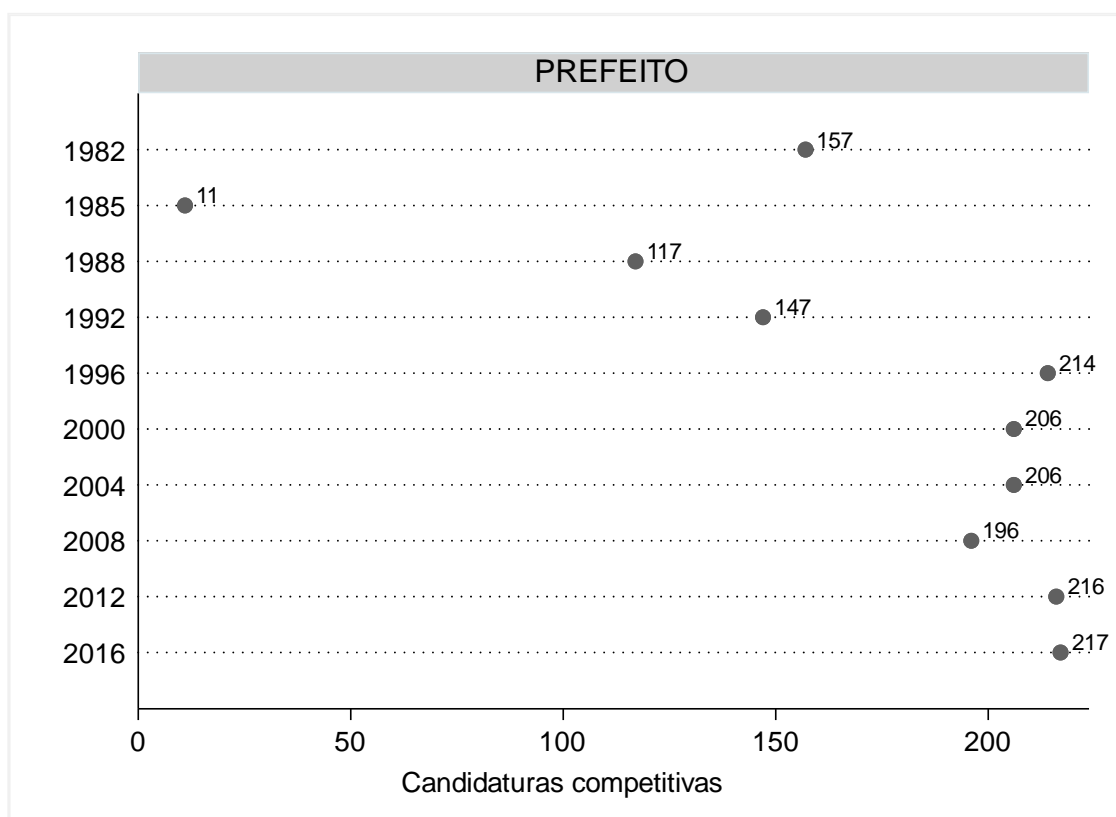


No caso das disputas para Prefeitos, observamos algumas oscilações no número de candidaturas competitivas por ano. Em primeiro lugar, verificamos que, em 1985, há poucos casos de candidaturas competitivas. Isso ocorre porque, nesse ano, só tiveram eleições municipais nas cidades de Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Volta Redonda. Os municípios de Angra dos Reis, Duque de Caxias e Volta Redonda eram vistos como “áreas de segurança nacional” no período ditatorial, por serem, na época, considerados locais estratégicos. O primeiro era assim visto por conta das usinas nucleares, o segundo, por ter uma refinaria da Petrobras, e o último, por ter a Companhia Siderúrgica Nacional. Com o fim da Ditadura Militar, essas áreas passaram a ser de controle do estado e não mais do governo federal, e puderam ter eleições livres. Arraial do Cabo teve a sua primeira eleição por ter sido fundada no mesmo ano. Ademais, o ano de 1985 também marcou a primeira eleição direta para Prefeito, já que, anteriormente, os prefeitos eram nomeados pelo governo federal.

A partir das eleições de 1988, estabeleceu-se uma periodicidade na ocorrência de pleitos eleitorais para as Prefeituras, que passaram a ser realizados a cada 4 anos. Ademais, as votações passaram a ocorrer por meio dos habitantes dos municípios do estado, que, assim, começaram a eleger seus representantes municipais. Até 1988, há somente 67 municípios emancipados no Rio de Janeiro.

Nas eleições municipais, verificamos que o crescimento de candidatos competitivos aconteceu principalmente a partir de 1992. Uma das justificativas de tal ocorrência é a emancipação de vários municípios ao longo dos anos 1990 e 2000. Entre 1990 e 1999, por exemplo, 21 distritos foram emancipados e tornaram-se municípios. Desde as eleições de 2004 são contabilizados, ao todo, 92 municípios no estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 3.3 – Frequência de candidaturas competitivas para Prefeito por ano



Uma importante análise a ser feita diz respeito à distribuição dos políticos competitivos pelos partidos políticos. A frequência de candidaturas competitivas por ano e por partido para os cargos proporcionais acontece de uma forma difusa, visto que são muitos partidos concorrendo a um número grande de vagas disponíveis a cada eleição (no total, 116 vagas disponíveis para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados). Contudo,

conseguimos verificar alguns padrões de competição por partido, como apresentado na tabela abaixo.

Observamos que o PDT consegue emplacar muitas candidaturas competitivas de 1982 até 1998; após isso, o partido declina quanto ao número de candidatos competitivos a cada eleição. No entanto, apesar da queda da participação de candidaturas competitivas pelo partido, o PDT é a legenda que mais possui candidaturas competitivas para todos os anos, totalizando 639.

O PMDB é o segundo partido com mais candidaturas competitivas nas eleições proporcionais. É importante notarmos que a legenda teve uma participação assídua em todos os anos da análise; contudo, ela se destaca em duas épocas. De fato, observamos uma força expressiva do partido nos dois primeiros anos eleitorais (1982 e 1986), justificada pelo reflexo do sistema partidário nacional da época. A formação do PMDB no fim do regime militar, composto basicamente de políticos que já estavam no MDB durante a época, é uma das justificativas para a expressiva participação do partido nesses anos. Ademais, ressaltamos a crescente presença da sigla entre os anos de 2006, 2010 e 2014, coincidindo com os anos nos quais o PMDB esteve no poder estadual e municipal, com os governadores Sergio Cabral Filho e Luiz Pezão, e com o prefeito Eduardo Paes.

O PR aparece como uma legenda que aumenta, a cada ano eleitoral, a participação de candidaturas competitivas, principalmente a partir de 2002, constituindo, assim, o terceiro partido com mais candidaturas competitivas somadas ao longo dos anos nas eleições proporcionais. Verificamos que, nos anos de 2010 e de 2014, a legenda praticamente duplicou o número de candidaturas na disputa. Uma das razões para a crescente participação deste partido nesses anos é o reflexo da presença de figuras já conhecidas pelo eleitor fluminense durante as eleições. Em 2010, por exemplo, há a participação de Fernando Peregrino na disputa para Governador do Estado, ficando em 3º lugar; há, também, a presença de Anthony Garotinho e de Samuel Malafaia na disputa para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, respectivamente. Já em 2012, há a entrada de Rosinha Garotinho, como candidata pelo partido, e de seu marido, concorrendo ao Governo do Estado pela legenda na eleição seguinte. Ressaltamos também que o crescimento do partido no estado também ocorre pela mobilização do eleitorado evangélico, uma vez que o casal Garotinho e Samuel Malafaia declararam-se publicamente evangélicos e se utilizaram desse fator durante a campanha eleitoral. A preferência do eleitorado evangélico em votar em candidatos declaradamente pertencentes a

esta religião já foi constatada em trabalhos anteriores (Netto, 2016; Boas, 2014), inclusive analisando o político Anthony Garotinho (Bohn, 2004).

Partidos como o DEM e o PTB apresentam padrões de redução de candidaturas competitivas ao longo dos anos. São partidos que conseguem lançar um número considerável de candidaturas competitivas até 1998, mas que, depois, reduzem essa quantidade.

Notamos um mesmo padrão entre o PT e o PSDB: há um crescimento no número de candidaturas competitivas concomitante à presença do mesmo partido na Presidência da República. O PSDB apresenta mais políticos competitivos entre 1994 e 1998, período em que Fernando Henrique Cardoso era Presidente, e o PT apresenta mais candidatos com essa característica entre 2002 até 2014, anos em que o partido elegeu Lula e Dilma Rousseff para o cargo do Executivo. É importante ressaltar que este último partido consegue emplacar mais de 30 candidaturas competitivas em quase todos os anos eleitorais, excetuando-se 1982.

Tabela 3.2 – Número de candidaturas competitivas por partido e por ano para os cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal entre 1982 e 2016

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Total
PDT	63	154	140	68	52	31	44	51	36	639
PMDB	48	148	53	35	30	37	58	61	49	519
PR		41	33	27	16	47	34	74	82	354
DEM		98	37	12	79	36	38	21	8	329
PT	1	34	37	25	34	49	41	45	51	317
PSDB			25	57	72	30	33	28	22	267
PP	55	16	12	23	40	41	17	24	20	248
PTB	15	57	42	10	21	19	32	15	27	238
PSB		17	5	13	23	63	25	31	21	198
PSC			7	13	21	20	46	23	12	142
PTdoB			7		19	18	15	15	21	95
PHS						2	23	11	38	74
PPS		6	3	5	4	7	28	17	4	74
PTC		3	41			1	2	13	12	72
PV				4	2	21	10	20	14	71
PSDC					3	5	20	9	30	67
PCdoB		2	3	3	2	5	13	22	16	66
PDC		20	36							56
PRB							2	19	33	54
PSL					1	8	2	10	33	54
PMN		2	3	8	5		20	8	5	51
PSOL							6	10	27	43
PTR		16	27							43
PSD				5	4	3			28	40
PRP			1	1	3	3	3	17	10	38
PRTB						2	4	13	18	37
SD									34	34
PPR				29						29
PTN		2			1		3	8	10	24
PEN									21	21
PROS									15	15
PASART		12								12
PSTU				2	1		1		1	5
PCN		1	3							4
PS		4								4
PMB		2								2
PNR		2								2
PMC		1								1
PND		1								1
PNT			1							1
PPL									1	1
PSL1			1							1
Total	182	639	517	340	433	448	520	565	699	4.343

Quando desagregamos a análise da quantidade de candidaturas competitivas por partido e por ano para os cargos majoritários, observamos padrões semelhantes aos das candidaturas proporcionais. O PDT e o PMDB apresentam-se como os partidos que mais possuem candidaturas competitivas para todos os anos. Contudo, para a disputa majoritária, é a segunda legenda que lidera o número de candidaturas, tendo quase o dobro de candidatos em relação ao PDT.

De fato, o PMDB apresenta candidaturas competitivas em todos os anos eleitorais com exceção de 1990, 1994 e 1998. Nesses anos, o partido não possui nenhuma candidatura competitiva concorrendo aos cargos de Governador e de Senador. Observamos sua força partidária nos primeiros anos eleitorais, após o fim do regime militar até 1988, quando cresceu a participação de outros partidos nas eleições. Entre 1988 a 2000, a sigla apresenta uma estabilidade de, em média, 30 candidaturas competitivas aos cargos de Prefeito disponíveis no estado. Mas é a partir de 2004 que o partido cresce a sua participação principalmente nos pleitos municipais, praticamente dobrando o número de políticos competitivos na disputa. Novamente, esse período de crescimento nas eleições municipais – de 2004 a 2016 – coincide com momentos da história nos quais o PMDB esteve presente na política com dois Governadores e um Prefeito da capital.

O PDT, por sua vez, mostra-se como um partido forte para lançar candidaturas competitivas até o ano 2000. Após este ano, há uma redução no número de políticos competitivos, principalmente nas disputas para as Prefeituras. A legenda não apresenta candidatos para os cargos de Governador e de Senador nos anos de 2006, 2010 e 2014.

O PP apresenta muitas candidaturas competitivas somente em 1982, por conta do sistema partidário da época, quando os partidos que mais tinham força eleitoral eram o PDS e o PMDB²⁹. Entretanto, a partir de 1994, o partido diminui o número de candidaturas competitivas, mas, ainda assim, é o terceiro partido que mais possui competitivos aos cargos majoritários.

O PT e o PSDB apresentam a mesma configuração observada nas candidaturas proporcionais. Ambos os partidos conseguem emplacar mais candidaturas competitivas – principalmente nas Prefeituras – em anos em que a mesma legenda estava no poder Executivo. Nesse sentido, metade do número total de candidatos competitivos do PSDB concentrou-se

²⁹ Por conta das inúmeras fusões e mudanças de nome do PDS, este passou a ser classificado como PP no banco de dados, pois é o nome final do partido após inúmeras modificações. Para mais detalhes sobre as fusões e a renomeação do partido, ver anexo 4.

somente nos anos 1996 e 2000, quando o FHC estava no poder, ao passo que o PT duplica sua participação entre os anos de 2004 a 2012, quando Lula e Dilma eram presidentes.

O PR mantém uma constância na quantidade de candidatos competitivos ao longo dos anos, com um aumento a partir de 2014³⁰. Como já explicitado, o crescimento do partido é concomitante à participação do casal Garotinho e de Samuel Malafaia nas disputas majoritárias e proporcionais. O DEM tem uma participação significativa de candidaturas de 1988 a 2004, e, após esse ano, apresenta uma redução na sua participação na corrida eleitoral. Mais recentemente, a partir de 2012, observamos o crescimento na participação de candidatos competitivos nos pleitos municipais de partidos como PSB, PTB, PSC e PSD.

Podemos notar que fatores políticos conjunturais influenciam a quantidade de candidaturas competitivas em disputa pelos partidos. Isso ocorreu em três casos principais: o do PT, o do PSDB e o do PTB. No caso dos dois primeiros partidos, verificamos um ápice de líderes disputando um cargo de Prefeito, Senador ou Governador pelo partido no ano eleitoral após a eleição do Presidente da República pela mesma legenda, e um crescimento na participação de políticos competitivos ao longo dos anos de mandato do presidente em vigor pelo mesmo partido. Já no caso do PTB, percebemos um governismo estadual: o maior número de candidatos competitivos pelo partido acontece em 1992, ano eleitoral posterior à eleição de Leonel Brizola para assumir a função de Governador do Estado em 1990 pelo mesmo partido. Ademais, de 2004 a 2016, os governadores eleitos do Rio de Janeiro são do PMDB³¹, e esse mesmo período também marca as maiores taxas de participação de candidatos que conseguiram mais de 15% dos votos pelo mesmo partido.

De modo geral, observamos que partidos que estão no poder na esfera estadual e na federal influenciam o número de candidaturas competitivas disputadas no estado do Rio de Janeiro. Observamos esse padrão tanto nas eleições proporcionais quanto nas majoritárias.

Tabela 3.3 – Número de candidaturas competitivas por partido e por ano para os cargos de Prefeito, Senador e Governador entre 1982 e 2016³²

³⁰ É importante ressaltar que o PR é definido como tal somente em 2006, com a fusão do PL e do PRONA. Antes disso, os líderes disputavam por esses dois partidos.

³¹ A governadora Rosinha Garotinho foi eleita pelo PSB em 2002, mas, já no primeiro ano de mandato, migrou para o PMDB.

³² Há 2 *missing values* de candidatos competitivos concorrendo aos cargos majoritários por falta de informação para qual partido concorreram: Helio Teixeira Vogas concorrendo a Prefeito por São Sebastião do Alto em 1988 e Carlos Verbicario Botelho concorrendo a Prefeito por Santa Maria Madalena em 1988. A tabela apresenta 1.739 candidaturas mas no total de competitivos concorrendo aos cargos majoritários temos 1.741.

Partidos	1982	1985	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	Total
PMDB	75	2	2	31		34		33		33	1	73	1	58	2	46	1	55	447
PDT	9	5	3	26	2	45	2	30	1	67	1	14		18		18		16	257
PP	73			5		4	1	24	1	16	1	19	1	20		22		28	215
PSDB					1	8	2	56	1	28	1	11		14		3		15	140
DEM		3	1	20		18		23	1	11		18		7	1	5	1	7	116
PR			1	11		7		12		3	1	12		10		24	1	16	98
PT		1		4	1	6	1	4		7	2	19		22	1	23		3	94
PSB				4		4	1	9	1	15	1	4		8		15	1	18	81
PTB	6			6		11		7		8		11		6		4		10	69
PV						2		2		11		7		4	1	4		6	37
PSC				1				3		1		11		9		10		1	36
PRB													1	6	1	9	1	9	27
PPS								1		2		3	1	6		4		8	25
PSD						1		4		1						10		5	21
PMN						1		4		2		2		1		2			12
PHS												1		4		2		3	10
PCdoB													1			6			7
PTdoB								1						1	1	2		2	7
PDC				3		3													6
PSOL																3		3	6
PTR				4		2													6
PTN														1				4	5
PRP								1		1						1		1	4
PROS																		2	2
PSDC																2			2
PTC												1		1					2
SD																		2	2
PEN																		1	1
PMB2																		1	1
PMSD						1													1
PRTB																1			1
REDE																		1	1
Total	163	11	7	115	4	147	7	214	5	206	8	206	5	196	7	216	5	217	1.739

Uma outra forma de analisarmos a presença dos partidos políticos no sistema partidário do Rio de Janeiro é por meio da classificação ideológica das legendas, separadas por três blocos principais: centro, direita e esquerda. Logo, esse tipo de análise perpassa, naturalmente, pela forma como foi realizada a competição no estado a partir da ótica ideológica. Como descrito na subseção de metodologia e dados, a separação dos partidos de acordo com a ideologia foi realizada a partir do ano de 1996. A consequência dessa restrição é que nem todas as siglas contidas na base de dados estão classificadas ideologicamente. Apesar disso, ressaltamos que os partidos grandes e que mais se manifestam na presente tese estão classificados de acordo com sua ideologia.

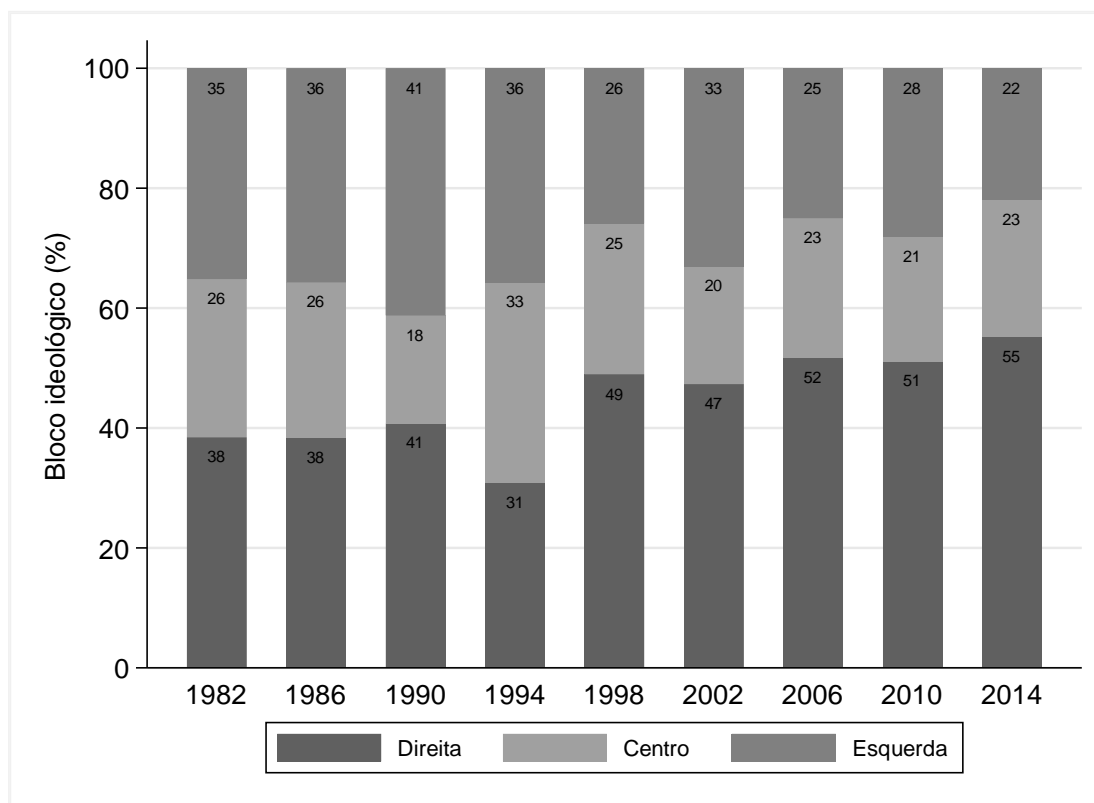
Verificamos que, para todos os anos eleitorais, há um equilíbrio na participação de candidaturas competitivas entre partidos de direita e de esquerda, tendo o bloco ideológico de centro a menor participação. Somente no ano de 1994, os três blocos apresentam uma porcentagem praticamente igual de participação na competição.

De 2006 até 2014, as legendas de direita conseguem uma participação maior que 50% na corrida eleitoral. Um dos partidos que contribuiu para o crescimento deste bloco foi o PR, que conseguiu dobrar a sua participação nas eleições proporcionais, como descrito nas tabelas 3.2 e 3.3.

A maior participação da esquerda em 1990 pode ser justificada pela participação do PDT, que, naquele ano, apresentou 140 candidaturas competitivas e do PT com 37. Para os anos seguintes, ambos os partidos reduziram sua participação, o que refletiu também na composição do bloco ideológico.

De modo geral, observamos um padrão de crescimento do bloco da direita e de redução da participação das siglas de esquerda; verificamos, também, uma estabilidade na presença de partidos ideologicamente de centro.

Gráfico 3.4 – Distribuição das candidaturas competitivas para os cargos proporcionais por bloco ideológico e ano (%)



Quando analisamos a participação dos partidos pela classificação ideológica para os cargos majoritários, constatamos alguns padrões, principalmente no que concerne às eleições municipais. Nesses anos, a participação de partidos de centro é mais significativa, em especial, em 1996, 2004, 2008 e 2016. Em relação aos últimos anos, verificamos que o bloco de direita é mais expressivo por conta da participação do PMDB; já em 1996, é o PSDB que mais demonstra força eleitoral dentro do bloco, como constatamos na tabela 3.3.

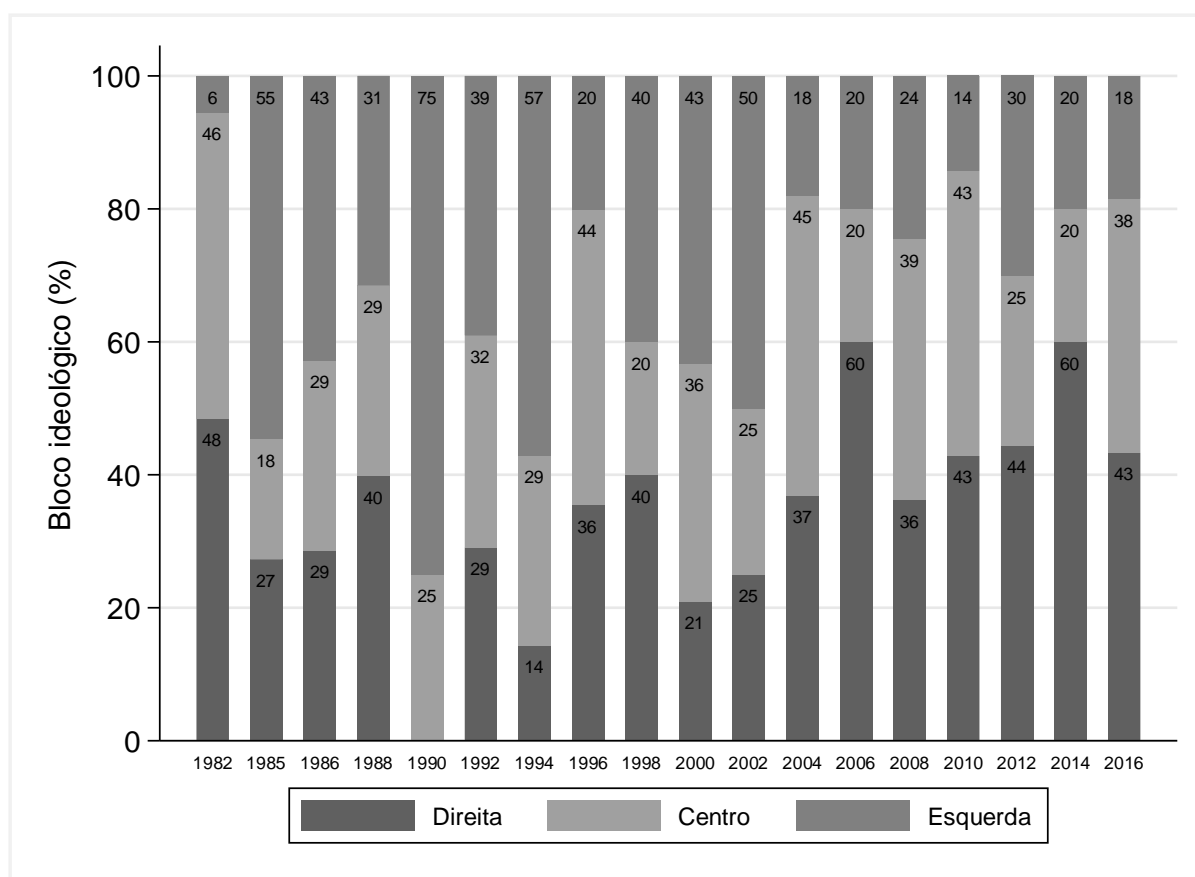
2002 é marcado como o ano que possui metade de competitivos pertencentes a partidos de esquerda. Esse achado justifica-se pelo fato de, no mesmo ano, o Presidente da República (Lula) ter sido eleito por um partido do mesmo bloco ideológico (PT). De toda forma, observamos uma presença considerável deste bloco até o ano de 2002. Após, há uma redução da participação de partidos de esquerda concomitante ao crescimento de partidos de direita e de centro.

O crescimento de partidos de direita a partir de 2004 pode ser justificado pela participação do PR e do PP. Ambos conseguem aumentar a sua participação nas disputas municipais e na

competição para o Governo do Estado em 2014, como foi o caso do PR. Esse último ano apresenta três candidatos a Governador e a Senador por meio dos partidos de direita DEM, PR e PSC, elevando, assim, a participação deste bloco ideológico em 60%.

Outro ano que nos chama a atenção é 1990, no qual 75% das candidaturas competitivas para Governador e Senador vieram de partidos de esquerda. Essa disputa apresentou duas candidaturas pelo PDT e uma pelo PT, sendo os três classificados como partido de esquerda. Já o PSDB apresentou somente uma candidatura competitiva; assim, 25% das candidaturas vieram de uma legenda classificada como de direita.

Gráfico 3.5 – Distribuição das candidaturas competitivas para os cargos majoritários por bloco ideológico e ano (%)



Uma das formas de analisar padrões de competição dos partidos políticos é por meio da frequência com que essas legendas participam das eleições. Em outras palavras, quando um partido possui candidaturas competitivas disputando para vários cargos e em diferentes eleições, mais facilmente ele será lembrado pelo eleitor como uma legenda que está sempre presente na competição. Desse modo, consideramos que quanto mais candidaturas o partido

tiver em diferentes eleições, mais o eleitor terá uma memória sobre a legenda. Assim, quanto mais candidaturas competitivas o partido tiver, maior será o seu grau de força eleitoral na competição política. O objetivo dessa mensuração é analisar quais partidos se repetem com frequência nas eleições do Rio de Janeiro, que são, conseqüentemente, siglas que estruturam a competição eleitoral.

A força eleitoral será calculada a partir das referências dos trabalhos de Melo (2010) e de Speck (2018). Calcularemos o quanto os partidos apresentam candidaturas competitivas ao longo das eleições, sendo elas divididas como: candidaturas que apresentam mais de 15% dos votos para eleições majoritárias e candidaturas que estão localizadas no quarto quartil de quociente eleitoral, calculado por ano e por cargo disputado nas eleições proporcionais.

Os partidos podem apresentar diferentes candidatos para cada eleição disputada ou optar por fortalecer a imagem de poucos e repeti-los em várias competições. Consideraremos que, se o partido optar por, a cada eleição, apresentar uma nova candidatura competitiva diferente da eleição anterior, menos o partido será personalizado. Ao contrário, se a legenda apresentar candidatos que se repetem em várias disputas, mais o partido será personalizado, e, conseqüentemente, o eleitor vinculará a imagem de alguns líderes a determinado partido.

O grau de personalização do partido político será calculado a partir do número total de disputas eleitorais que a legenda participou dividido pela quantidade total de candidatos competitivos que a mesma sigla teve em todos os anos da análise. Desse modo, se um partido disputou 20 eleições e apresentou 20 diferentes candidatos, seu grau de personalismo é igual a 1, ou seja, a legenda é pouco personalizada, visto que, a cada nova eleição, apresenta um candidato diferente. De outro modo, se uma legenda disputou 20 eleições e apresentou 10 diferentes candidatos, seu grau de personalismo é igual a 2; sendo um partido mais personalizado do que o anterior, concentrando, assim, menos líderes na competição.

Plotamos o gráfico abaixo com o grau de personalização e força eleitoral para as eleições proporcionais. O eixo horizontal representa a força eleitoral, definida pela soma de candidaturas competitivas que os partidos tiveram ao longo dos anos, e o eixo vertical representa a personalização, calculada a partir da divisão do número de disputas que um partido teve em todos os anos pela quantidade de líderes que concorreram nessas eleições. Assim, o grau de personalização começará pelo índice igual a 1, representando uma baixa personalização do partido, visto que, a cada nova eleição, a legenda apresenta um líder diferente concorrendo na

disputa. Quanto maior o índice do grau de personalização (sempre maior que 1), mais o partido será personalizado.

Partidos pouco personalizados e fracos eleitoralmente formam uma constelação no índice de personalização igual a 1. São eles: PASART, PCN, PEN, PMB, PMC, PND, PNR, PNT, PPL, PPR, PROS, PRP, PS, PSD, PSL e SD. Essas legendas apresentam diferentes líderes competitivos para cada eleição disputada. O PMB, por exemplo, apresentou duas candidaturas competitivas distintas em duas disputas diferentes. Já o PSD concorreu com 40 candidaturas, sendo cada uma disputada por um líder distinto. Assim, ambos os partidos são considerados pouco personalizados, visto que, a cada disputa, apresentam um novo candidato competitivo. Contudo, vale observar que, se compararmos os dois partidos, o PSD é um pouco mais forte eleitoralmente que o PMB, já que concorreu em muitas eleições proporcionais.

Ressaltamos que, nesse quadrante de pouca personalização e fracos eleitoralmente, há a presença de partidos que tiveram uma vida política curta, como é o caso do PASART (criado em 1985 e extinto em 1990) e do PNT (originado em 1990 e extinto em 1991). Há, também, a presença de partidos recém-criados nesse quadrante, como o PROS (formado em 2010) e o SD (criado em 2012).

O PSTU apresenta-se como a legenda mais personalizada para as eleições proporcionais no Rio de Janeiro. Em 5 disputas, o partido apresentou somente 3 líderes diferentes. Apesar de ser o partido mais personalizado, a legenda não possui força para estruturar a competição, visto que participa de poucas disputas eleitorais.

No outro polo, temos o PDT e o PMDB, e ambos os partidos são os mais fortes nas eleições proporcionais, ou seja, apresentam mais candidaturas competitivas para todas as eleições. O PDT apresenta 639 candidaturas competitivas e o PMDB, 519. Com relação ao personalismo, ambos se apresentam na metade da escala, isto é, não são pouco personalizados, mas também não atingem o grau máximo de personalização – encontram-se em uma posição mediana. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo, os partidos apresentam novas lideranças na disputa, mas também repetem algumas ao longo das eleições. O PDT apresenta 448 líderes diferentes, e o PMDB, 379.

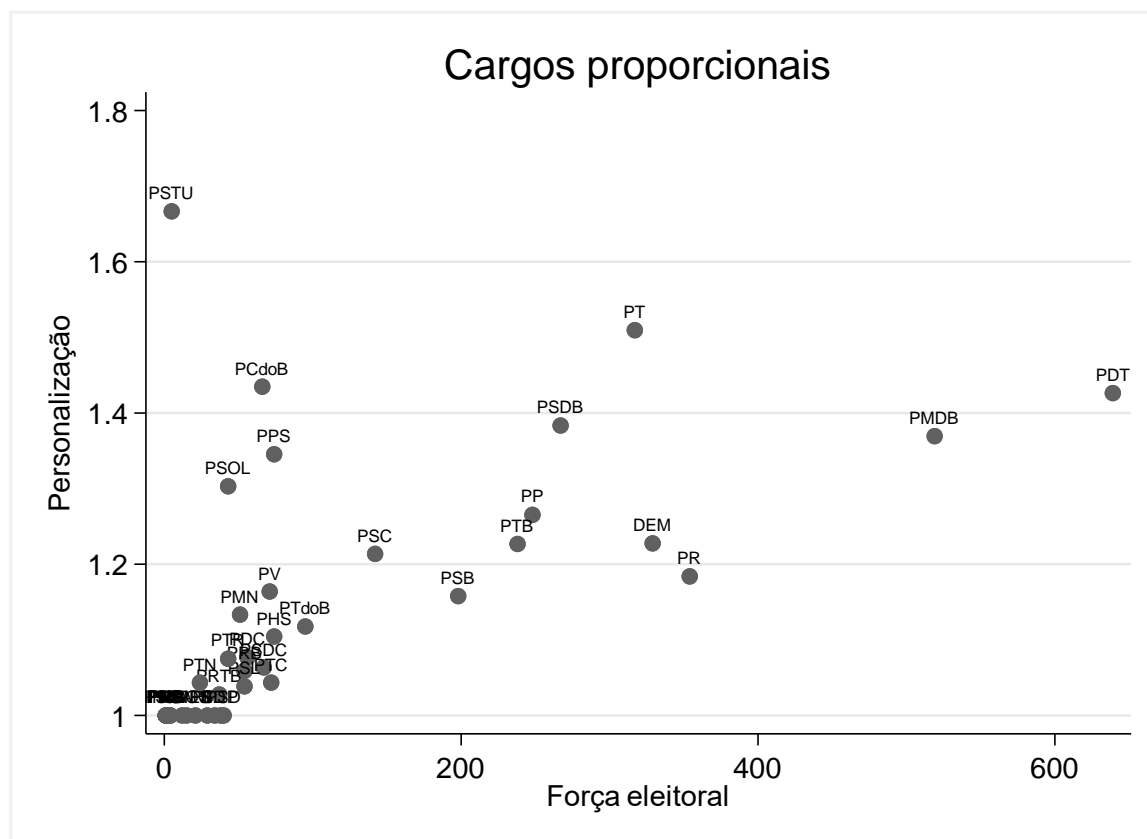
No centro do gráfico, temos o PT e o PSDB. Ambos os partidos estão no meio da escala de força eleitoral e de personalização. Em outras palavras, as legendas participaram de cerca da metade das disputas eleitorais que o partido mais forte eleitoralmente concorreu (PDT), e são

menos personalizados do que o partido mais personalista (PSTU). O PT participou de 317 disputas com 210 líderes diferentes, enquanto o PSDB concorreu em 267 disputas com 193 candidatos competitivos.

Verificamos que quatro partidos classificados como ideologicamente de direita são menos personalizados, mas se encontram em uma tendência de força eleitoral. São eles: PR, DEM, PP e PTB. Nesse contexto, essas legendas apresentam candidaturas competitivas recorrentemente nas eleições, com a ajuda de candidatos que se apresentam em diversas eleições, mas também apresentam políticos que mudam entre uma eleição e outra.

De modo geral, constatamos que, no eixo da personalização, há exemplos das duas extremidades: partidos pouco personalizados, com índice igual a 1, sendo alguns deles o PASART, o PCN e o PEN; e um partido muito personalizado, com índice igual a 1,7, que é o PSTU. Os mesmos partidos pouco personalizados também são fracos na arena eleitoral, e verificamos que o PDT e o PMDB são os mais fortes da competição proporcional. Contudo, não observamos exemplos de partidos que sejam ao mesmo tempo altamente personalizados e muito fortes, que, teoricamente, seriam localizados na parte direita e superior do gráfico, e não constatamos partidos muito fortes eleitoralmente, mas pouco personalizados, que estariam na parte direita e inferior do gráfico. Os partidos com maior força eleitoral se apresentam em uma escala mediana do grau de personalismo.

Gráfico 3.6 – Personalização e força eleitoral nas eleições proporcionais



A partir das mesmas métricas sobre personalização e força eleitoral, plotamos no gráfico abaixo os achados para os cargos majoritários. Ao contrário da disputa proporcional, em que o candidato pode se recandidatar indefinidamente, na disputa majoritária, caso eleito, o candidato tem a restrição de concorrer à reeleição somente mais uma vez consecutiva, e, caso tente concorrer a um terceiro mandato, precisará esperar pelo menos mais um mandato para disputar novamente. Ainda assim, acreditamos que seja importante a análise da perenidade e dos diferentes líderes que disputam os cargos majoritários, pois eles podem concorrer para os três cargos em análise (Prefeito, Governador e Senador), que são os de mais visibilidade na política subnacional e interligados entre si, como descrito por Speck (2018).

Partidos pouco personalizados e fracos eleitoralmente formam uma nuvem no eixo Y igual a 1. São eles: PC do B, PDC, PEN, PMB, PMSD, PROS, PRTB, PSDC, PTC, PTN, PTR, PV, REDE e SD. São legendas que apresentaram diferentes candidatos competitivos para todas as eleições disputadas. A REDE, por exemplo, apresentou 1 candidato competitivo em 1 eleição proporcional disputada. Já o PC do B apresentou 7 diferentes candidatos competitivos, e concorreu nas mesmas 7 eleições. Assim como observado nas disputas proporcionais,

verificamos que partidos com baixa personalização e fracos na arena eleitoral são legendas novas (PROS, SD e PEN), siglas que existiram por pouco tempo na política (PMSD e PDC, por exemplo) e partidos pequenos com pouca força eleitoral (como o PRTB e o PV).

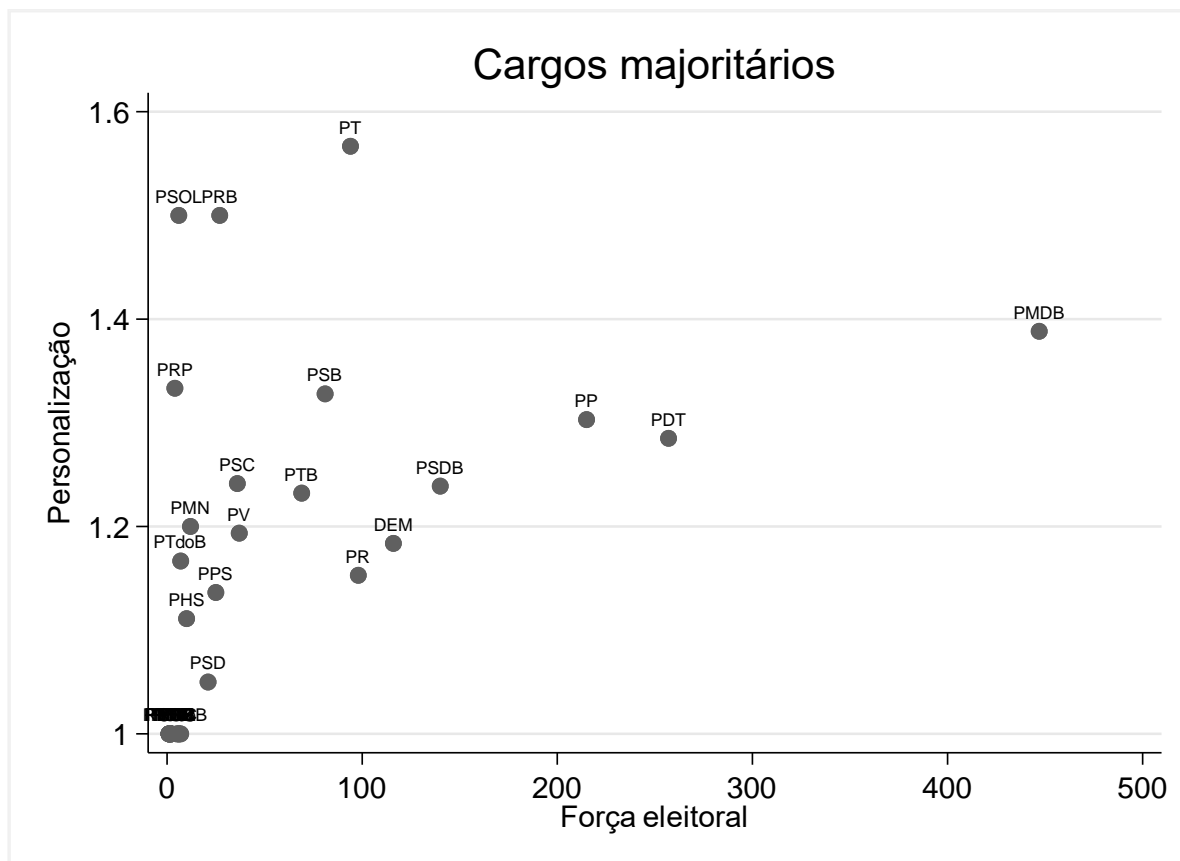
Quanto mais alto o partido estiver na escala vertical, mais será personalizado. O PT teve 94 candidaturas competitivas com 60 líderes diferentes, tendo o seu grau de personalização igual a 1,5, o que o identifica como o partido mais personalizado do Rio de Janeiro. Isso indica, também, que o PT concentrou a menor quantidade de líderes diferentes em suas candidaturas majoritárias. Contudo, se comparado a outras legendas, o PT não é um dos partidos que mais lançam candidaturas no estado. Em seguida, temos o PSOL e o PRB como siglas mais personalistas no Rio de Janeiro, mas ambas as legendas apresentam poucas candidaturas competitivas para os cargos majoritários.

O PMDB representa o partido com maior grau de força eleitoral, ou seja, é a legenda que mais apresenta candidaturas competitivas em todas as eleições. De fato, a sigla apresentou 447 candidaturas, com 322 líderes diferentes. O PMDB, assim, é classificado como o quarto partido mais personalizado, e é a legenda que mais estrutura a competição majoritária.

No centro do gráfico, temos o PP e o PDT, que se encontram aproximadamente no meio da escala de personalização e, ao mesmo tempo, no centro da escala de força eleitoral. Isso quer dizer que as duas legendas conseguem um número mediano de candidaturas competitivas, mas não são tão personalizados quanto o PT e nem são tão despersonalizados como os partidos que possuem índice igual a 1. O PP concorre em 215 disputas com 165 líderes diferentes, enquanto o PDT concorre em 257 disputas com 200 líderes competitivos.

Observamos o mesmo padrão verificado nas eleições proporcionais: há partidos mais personalistas (PT) e menos personalizados (PC do B, PDC, PEN, e outros) que apresentam poucas candidaturas e são localizados nos dois extremos da escala de personalização. Contudo, não há partidos localizados na parte direita e inferior do gráfico, que seriam legendas com baixa personalização e ao mesmo tempo muito fortes na arena eleitoral. O partido que mais se aproxima de um perfil de legenda mais personalista e com maior peso eleitoral (parte superior e direita do gráfico) é o PMDB, o único que consegue emplacar mais de 400 candidaturas competitivas com um grau de personalização de, aproximadamente, 1,4.

Gráfico 3.7 – Personalização e força eleitoral nas eleições majoritárias



Ao longo desta seção, verificamos a presença de três principais partidos no que concerne à candidatura de candidatos competitivos tanto nas eleições proporcionais quanto nas majoritárias: o PMDB, o PDT e o PP. Dentre o total de candidaturas competitivas em todos os anos e distribuídas por todos os partidos (6.084), 2.325 pertencem a esses três partidos, representando aproximadamente 39% do total.

Com o objetivo de analisar os três partidos que mais lançam candidaturas competitivas na disputa eleitoral para os cargos majoritários e proporcionais, mostramos a distribuição de candidaturas no gráfico abaixo comparando-os com todos os outros partidos. Observamos que, na disputa proporcional, o PDT é o que apresenta mais candidaturas competitivas, tendo 14,1% de seus candidatos concorrendo à Deputado Estadual e 16% para Deputado Federal. O segundo partido que mais apresenta candidaturas competitivas é o PMDB, seguido pelo PP.

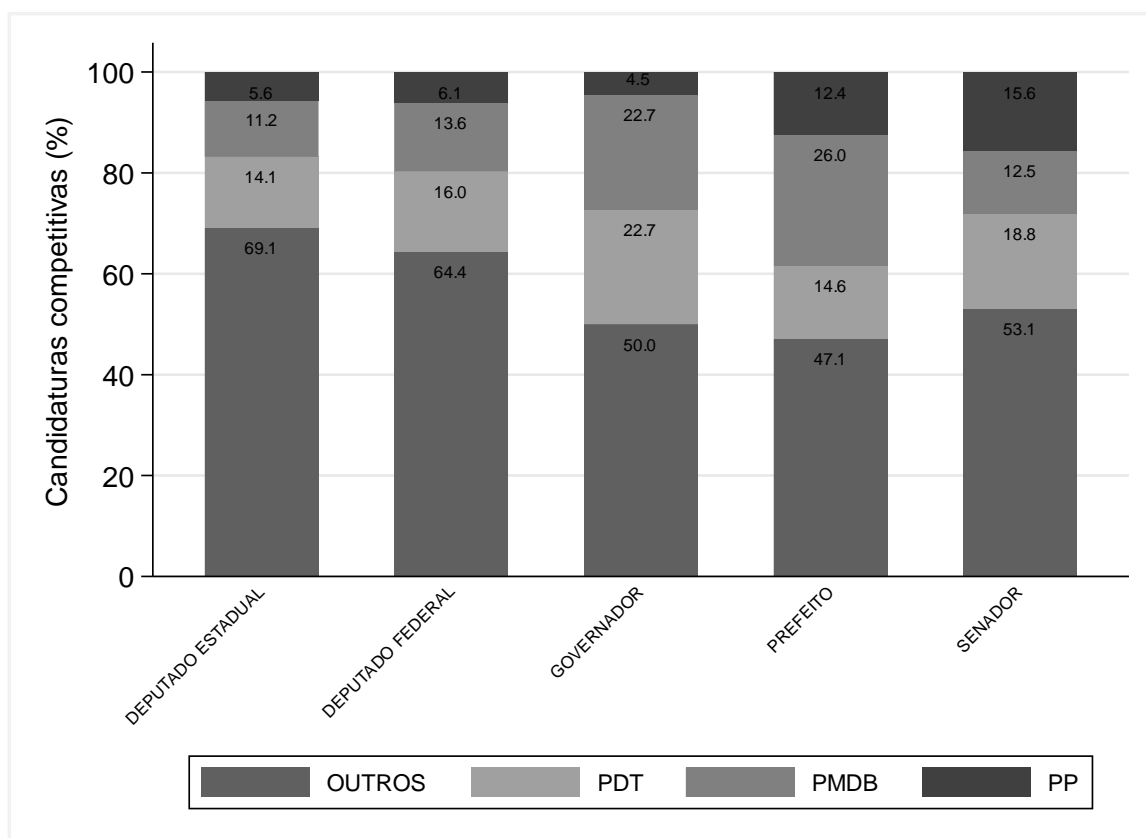
Na disputa para Governador do Estado, verificamos que o PDT e o PMDB conseguem emplacar igualmente candidatos competitivos na disputa eleitoral, com 22,7% cada. Já o PP

apresenta 4,5% dos candidatos competitivos concorrendo para este cargo. Para a eleição municipal, aproximadamente metade das candidaturas competitivas pertence aos três partidos juntos: 26% dos políticos pertencem ao PMDB, enquanto, cerca de 14,6% pertencem ao PDT e 12,4% ao PP.

Em comparação com os outros cargos, o PP mostra uma maior expressão na competição para o Senado, na qual apresenta 15,6% das candidaturas competitivas; mas, ainda assim, o PDT possui o maior número de competitivos, com 18,8%. O PMDB, por sua vez, é o partido com a menor quantidade de candidaturas competitivas ao Senado.

Em suma, verificamos que o PDT e o PMDB são os partidos que mais emplacam candidaturas competitivas separando a análise por cargo, mas não podemos desconsiderar o PP na estruturação da competição para Senador. Ademais os três partidos concentram aproximadamente metade de candidaturas competitivas nas eleições se comparado com o somatório de candidaturas de todos os outros partidos.

Gráfico 3.8 – Candidaturas competitivas disputadas pelo PDT, PMDB, PP e outros partidos



Quando analisamos esses três principais partidos e a frequência da distribuição pelos anos eleitorais, observamos um padrão mais específico, principalmente, no que tange à disputa pelos cargos majoritários.

O PDT lança candidaturas competitivas para o Governo do Estado e para o Senado somente até os anos de 1998 e 2002, respectivamente. Nesse período, o partido estrutura sua participação nas eleições por meio de candidatos como Leonel Brizola, Marcello Alencar, Roberto Saturnino Braga, Darcy Ribeiro e Anthony Garotinho (quando este ainda era do partido).

O PMDB, por sua vez, possui candidaturas competitivas para esses cargos nos dois extremos de análise dos anos eleitorais: de 1982 a 1986, e, depois, de 2002 a 2014. Para o primeiro período, há a participação de Nelson Carneiro, Artur da Távola, Moreira Franco e Miro Teixeira. No período mais recente de maior participação do PMDB, os candidatos competitivos são Sergio Cabral, Luiz Fernando Pezão e Jorge Picciani. Em contrapartida, observamos que há um período de ausência de candidaturas competitivas pelo PMDB, que ocorre de 1988 a 2000.

O PP, por sua vez, se mostra como um partido que não consegue lançar candidaturas competitivas para o Governo do Estado, com exceção das eleições de 1982, sendo Moreira Franco o único a disputar o cargo pelo partido. Já para o Senado, o partido possui candidaturas competitivas entre 1994 a 2006, período que coincide com o intervalo de tempo de ausência do PMDB. Nesse período, os candidatos competitivos são constituídos por Francisco Dornelles, Celio de Oliveira Borges, Manoel Ferreira, Roberto de Oliveira Campos e Nelson Carneiro.

Em todos os anos eleitorais, os três partidos possuem candidaturas competitivas para os cargos de Deputado Estadual e Federal. Da mesma forma, também lançam candidaturas competitivas para as eleições municipais. Em relação ao número de candidatos competitivos para disputar a Prefeitura, podemos observar que o PMDB é a legenda que mais apresenta esse tipo de concorrente, seguida pelo PDT e, por fim, pelo PP. Observamos também que há uma queda do número de candidaturas do PDT a partir de 2002, época concomitante ao crescimento do PMDB.

Gráfico 3.9 – Distribuição de candidaturas competitivas do PDT, do PMDB e do PP por ano eleitoral

Ano	PDT					PMDB				
	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL	GOVERNADOR	PREFEITO	SENADOR	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL	GOVERNADOR	PREFEITO	SENADOR
1982	45	18	1	7	1	27	21	1	73	1
1985				5					2	
1986	95	59	1		2	93	55	1		1
1988				26					31	
1990	93	47	1		1	40	13			
1992				45					34	
1994	49	19	1		1	23	12			
1996				30					33	
1998	37	15	1			23	7			
2000				67					33	
2002	18	13			1	26	11			1
2004				14					73	
2006	28	16				37	21	1		
2008				18					58	
2010	36	15				33	28	1		1
2012				18					46	
2014	22	14				33	16	1		
2016				16					55	

Ano	PP				
	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL	GOVERNADOR	PREFEITO	SENADOR
1982	36	19	1	71	1
1985					
1986	9	7			
1988				5	
1990	8	4			
1992				4	
1994	17	6			1
1996				24	
1998	26	14			1
2000				16	
2002	28	13			1
2004				19	
2006	10	7			1
2008				20	
2010	16	8			
2012				22	
2014	16	4			
2016				28	

3.5 O padrão de competição visto sob a ótica do líder

Uma das formas de estudar o padrão de candidaturas competitivas pelos líderes políticos diz respeito à frequência com que os líderes se candidatam para a disputa, assim como à frequência com que alguns repetem a sua presença na corrida eleitoral, alternando a disputa pelo cargo e até mesmo o partido político.

A disputa para os cargos proporcionais de Deputado Estadual e Federal entre 1982 e 2016 totaliza 4.343 candidaturas competitivas, sendo elas classificadas de acordo com o último quartil do quociente eleitoral dos candidatos. Contudo, se um candidato A concorre na eleição

e, no pleito seguinte, o mesmo candidato concorre novamente, ele terá duas candidaturas competitivas no banco de dados. Assim, das 4.343 candidaturas competitivas, há somente 2.677 diferentes políticos. Para os cargos majoritários de Prefeito, Senador e Governador, por sua vez, há o total de 1.741 candidaturas competitivas, sendo 1.002 políticos.

Na tabela 3.4, verificamos o número máximo de candidaturas por líder político, ou seja, quantas vezes cada líder se recandidatou a um dos cargos ao longo dos anos. É importante ressaltar que separamos a descrição entre as disputas para os cargos proporcionais e para cargos majoritários, e ambas as análises são de candidatos classificados como competitivos.

Para os cargos proporcionais, observamos que 67,4% dos candidatos competitivos concorrem somente uma vez para Deputado Estadual ou Federal. É possível constatar, também, que 92,4% dos candidatos competitivos concorrem somente até 3 vezes nas disputas para esses cargos. Nesse sentido, a tendência é que cada vez menos políticos disputem muitas vezes para esses cargos. Observamos que quatro políticos concorrem 9 vezes, cinco políticos disputam em 8 eleições, e dezesseis concorrem 7 vezes diferentes. Destacamos, ainda, que esses quatro políticos competitivos que concorreram 9 vezes a um dos cargos proporcionais abrangem todas as 9 eleições para os cargos de Deputado Estadual e Federal da presente tese, isto é, são candidatos que estão presentes em todos os anos de análise das eleições proporcionais³³.

Analisando os cargos majoritários, percebemos que dois líderes competitivos concorreram em 7 eleições diferentes para algum ou para todos os cargos em análise (Governador, Senador e Prefeito). Isso quer dizer que, das 18 eleições que a presente tese analisa (1982-2016), esses dois líderes participaram de cerca de 40% do total. Sete líderes disputaram a corrida eleitoral por 6 vezes e 22 concorreram 5 vezes. Observamos que 81% dos líderes só concorrem, no máximo, uma ou duas vezes para esses cargos majoritários. Somente 9 líderes tentaram entre 6 e 7 vezes a disputa eleitoral.

De modo geral, observamos que são muito poucos os líderes competitivos que se candidatam inúmeras vezes tanto para os cargos proporcionais quanto para os cargos majoritários, sendo 9 o número máximo de candidaturas competitivas para os primeiros e 7 o número máximo de candidaturas para os últimos.

³³ São eles: Arolde de Oliveria; Atila Nunes Pereira Filho; Fernando Lopes de Almeida e Simão Sessim.

Tabela 3.4 – Tabela descritiva sobre o número de candidaturas competitivas no Rio de Janeiro.

CARGOS PROPORCIONAIS			CARGOS MAJORITÁRIOS		
Número máximo de candidaturas	Número de candidatos competitivos	Porcentagem	Número máximo de candidaturas	Número de candidatos competitivos	Porcentagem
1	1.806	67,4%	1	581	57,9 %
2	4698	17,4%	2	232	23,1%
3	205	7,6%	3	102	10,1%
4	94	3,5%	4	56	5,5%
5	52	1,9%	5	22	2,2%
6	27	1,0%	6	7	0,7%
7	16	0,6%	7	2	0,2%
8	5	0,1%			
9	4	0,1%			
Total	2.677	100%		1.002	100%

Uma das formas descritas por Speck (2018) para analisar o personalismo em um sistema partidário subnacional é verificar quais líderes políticos se recandidatam várias vezes para os mesmos cargos. Com o objetivo de mensurar quais políticos se repetem na competição eleitoral, seguiremos os mesmos passos de Speck. A tabela 3.5 descreve os 31 líderes políticos competitivos que mais se candidataram aos cargos de Prefeito, Senador e Governador entre os anos eleitorais de 1982 a 2016. Do total dos 31 líderes, dois políticos se recandidataram 7 vezes aos cargos, sete candidataram-se 6 vezes, e vinte e dois concorreram em 5 pleitos diferentes, como descrito na tabela anterior. Todos os candidatos são classificados como competitivos, ou seja, em pelo menos uma ou mais eleições, eles alcançaram 15% ou mais dos votos para o cargo em disputa.

Dentre os 31 líderes competitivos que concorrem por mais de cinco vezes a um cargo majoritário, 25 disputam para Prefeituras em municípios abaixo de 200 mil eleitores. Isto significa que apenas seis líderes competitivos concorrem mais de cinco vezes às eleições para Governador, Senador e Prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores. São eles: Marcelo Bezerra Crivella, Cesar Epitacio Maia, Jorge Roberto Saad Silveira, Anthony Willian Garotinho, Jorge Camilo Zito e Nelson Roberto Bornier.

Dois líderes competitivos concorreram a uma vaga para o cargo de Senador, Governador ou Prefeito em sete diferentes eleições: Ivany Samel e Marcelo Crivella. Entretanto, os dois se apresentam como políticos com perfis e objetivos completamente opostos. Ivany Samel

disputou a vaga de Prefeito de um município pequeno 7 vezes, nos anos de 1982, 1992, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, mas só conseguiu se eleger em 1982, 1992 e 2008. O político concorreu em todas as eleições para a Prefeitura de Miracema, município no noroeste fluminense com cerca de 22 mil eleitores, e nunca pleiteou cargos em outros municípios. Já Marcelo Crivella é o oposto: somente concorreu no município do Rio de Janeiro, tentando os três cargos majoritários possíveis. Crivella concorreu, em 2002, ao Senado; em 2004, para a Prefeitura da capital; em 2006, para Governador; em 2008, outra vez para Prefeito; em 2010, novamente para o Senado, em 2014, novamente para Governador; e, em 2016, mais uma vez para Prefeito. Foi eleito nas duas disputas em que concorreu ao Senado (2002 e 2010), e na última vez que concorreu à Prefeitura (2016). O político somente pleiteou cargos majoritários em todos os anos de vida política, e conseguiu ser eleito para Senador como seu primeiro cargo.

Cesar Epitacio Maia é outra figura política que, desde 1992, concorre somente para cargos majoritários no Rio de Janeiro. Disputou a Prefeitura da capital em 1992, 2000 e 2004, sendo eleito nas três tentativas; concorreu ainda para o Executivo estadual em 1998, e a uma vaga no Senado nos anos de 2010 e de 2014. Apesar de não ter sido eleito para Governador e Senador, Cesar Maia é reconhecido pelos eleitores cariocas por ter expandido as linhas do metrô; concluído a Linha Amarela, via expressa que liga a Barra da Tijuca a Ilha do Fundão; e realizado o projeto Rio Cidade, que consistia na urbanização de bairros do município. No entanto, também é reconhecido por ter enfrentado uma crise na área da saúde no seu último mandato. Durante todas essas disputas a um cargo eletivo majoritário, o político, que era do PDT até 1991, migrou para o PMDB; depois, em 1999, mudou para o PTB, e, por fim, disputou as últimas eleições pelo DEM. Suas migrações aconteceram tanto por conta de suas divergências com o partido ao qual estava filiado, principalmente em relação ao programa de governo e a posições defendidas na Câmara dos Deputados, o que justificou sua saída do PDT e do PMDB, quanto por questões estratégicas: sua entrada no PTB, por exemplo, foi com o objetivo de concorrer às eleições municipais pelo partido³⁴.

Anthony Garotinho é outro exemplo de político que circulou nas disputas majoritárias. Garotinho disputou eleições para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes em 1988 e em 1996, sendo eleito nas duas vezes, e concorreu ao cargo de Governador em 1994, 1998 e 2014, sendo eleito somente no ano de 1998. Diferentemente de Cesar Maia, que concorreu por diversas

³⁴ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-epitacio-maia>. Acesso em: 08/07/2019.

vezes no município do Rio de Janeiro, Garotinho tem sua base eleitoral essencialmente no município de Campos dos Goytacazes, cidade com cerca de 350 mil eleitores, onde trabalhou como radialista e ficou conhecido por ter apresentado programas musicais na década de 80. Seu mandato como Governador foi marcado pela criação dos restaurantes e dos hotéis populares, e pela implementação do policiamento comunitário em algumas favelas do estado. A saída do político do PDT no ano de 2000 foi marcada por divergências com Leonel Brizola, que, na época, era presidente do partido. Desse modo, ele foi para o PSB com o objetivo de disputar as eleições presidenciais de 2002, mas foi expulso da legenda por não apoiar o Presidente eleito (Lula), em cuja base governista estava o partido ao qual então pertencia Garotinho. Migrou para o PMDB em 2003 e ficou no partido até 2009, quando saiu do partido justificando suas divergências com o governo de Sergio Cabral no estado do Rio. Por fim, ficou no PR durante 9 anos, e atualmente está no PRP³⁵.

Outro caso interessante é o do político Carlo Bussato Junior. O político concorre pela primeira vez à Prefeitura de Mangaratiba em 1996 e é eleito. Com a introdução da possibilidade de reeleição, ele se recandidata em 2000 pelo mesmo município e é reeleito. Carlo é eleito para os dois mandatos pelo PSDB. Em 2004, ele concorre para a Prefeitura de Itaguaí, e é eleito pelo DEM. Quatro anos depois, o político se recandidata pelo PMDB para o mesmo município e obtém sucesso eleitoral novamente. Com a impossibilidade de trocar de domicílio eleitoral mais uma vez³⁶, o político espera mais quatro anos e disputa novamente as eleições de Itaguaí, sendo eleito em 2016.

Tabela 3.5 – Candidaturas dos políticos que concorrem em mais de 5 eleições para os cargos majoritários

Nome do candidato	Competitivo	Eleito	Município < 200 mil eleitores
IVANY SAMEL	7	3	Sim
MARCELO BEZERRA CRIVELLA	7	3	Não
CESAR EPITACIO MAIA	6	3	Não
EURICO PINHEIRO BERNARDES JUNIOR	6	2	Sim
JOSE CARLOS SOARES	6	2	Sim

³⁵ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anthony-william-matheus-de-oliveira>. Acesso em: 09/07/2019.

³⁶ A Lei nº 9.504 de 1997 estabelece que o candidato deverá possuir domicílio eleitoral no distrito eleitoral para o qual irá concorrer por pelo menos um ano antes do pleito. Em 2017, o prazo passou a ser de 06 meses (Lei nº 13.488 de 2017).

JOSE ELIEZER TOSTES PINTO	6	4	Sim
MARIO DE OLIVEIRA TRICANO	6	4	Sim
ROBERTO DANIEL CAMPOS DE ALMEIDA	6	4	Sim
SERGIO ALBERTO SOARES	6	3	Sim
HUGO CANELLAS RODRIGUES FILHO	5	2	Sim
JORGE ROBERTO SAAD SILVEIRA	5	4	Não
ADILSON FARACO BRUGGER DE OLIVEIRA	5	3	Sim
ALAIR FRANCISCO CORREA	5	4	Sim
ANABAL BARBOSA DE SOUZA	5	3	Sim
ANDRE LUIZ CECILIANO	5	2	Sim
ANTHONY WILLIAM GAROTINHO MATHEUS	5	3	Não
CARLO BUSATTO JUNIOR	5	5	Sim
CARLOS MORAES COSTA	5	2	Sim
CLAUDIO CERQUEIRA BASTOS	5	3	Sim
CLAUDIO EDUARDO BARBOSA LINHARES	5	3	Sim
DELMIRES DE OLIVEIRA BRAGA	5	3	Sim
GILSON NUNES SIQUEIRA	5	4	Sim
JORGE SERFIOTIS	5	3	Sim
JOSE CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO	5	3	Não
JOSE LAERTE D ELIAS	5	3	Sim
JUAREZ GONCALVES CORGUINHA	5	3	Sim
MANOEL JOSE DE ARAUJO	5	3	Sim
MANOEL MARTINS ESTEVES	5	2	Sim
MARIA INES PANDELO CERQUEIRA	5	1	Sim
NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA	5	3	Não
PAULO CESAR VASSALLO DE AZEVEDO	5	2	Sim

Analisando as candidaturas dos políticos competitivos que concorreram aos cargos de Deputado Estadual e Federal ao longo dos anos, verificamos que 25 deles se candidataram em mais de 7 eleições. A tabela a seguir descreve os candidatos competitivos que mais concorreram às eleições proporcionais de 1982 a 2016 no Rio de Janeiro. Do total de candidatos, quatro concorreram em 9 eleições, cinco disputaram 8 eleições, e dezesseis disputaram 7 eleições.

Por conta da permissividade da legislação eleitoral, de acordo com a qual políticos eleitos aos cargos de Deputado Estadual e Federal podem se recandidatar para executar as mesmas funções indefinidamente, observamos diferenças no que concerne à repetição dos candidatos que disputam esses cargos em relação àqueles que concorrem aos cargos de Prefeito, Senador e Governador. Analisando a tabela abaixo, observamos que alguns candidatos competitivos que concorreram nas eleições proporcionais conseguiram se eleger em todas as disputas. São eles: Simão Sessim; Carlos Minc; Jair Messias Bolsonaro; Jandira Feghali; Maria Aparecida Campos

Straus; e Miro Teixeira. Exemplificaremos três casos de sucesso eleitoral em todas as candidaturas disputadas.

Simão Sessim disputou por 9 vezes a eleição para Deputado Federal, e em todas conseguiu se eleger. Sessim possui ampla atuação no município de Nilópolis, em que habitam cerca de 130 mil eleitores, e, desde a Ditadura Militar, consolidou esta área como seu reduto eleitoral. Durante a Ditadura, era filiado à Arena, partido de apoio ao regime, e foi nomeado como Secretário Municipal de Educação em Nova Iguaçu. Logo depois, foi indicado como Procurador-Geral de Nilópolis em 1971. No mesmo ano, elegeu-se como Prefeito do município e ficou no cargo até 1977. Em 1978, elegeu-se como Deputado Federal, e concorreu em todos os outros anos para o mesmo cargo, sendo sempre eleito. Vale observar que, apesar de sua trajetória sempre voltada para a Câmara dos Deputados, o político migrou algumas vezes de legenda. Nas eleições de 1982, concorreu pelo PDS, e migrou para o DEM (antigo PFL) quando este foi fundado. Assim, disputou as eleições de 1986 e 1990 por este partido. Migrou em 1994 para o PPR, e, já nas eleições de 1998, estava filiado ao PSDB. De 2002 até 2014, Sessim concorreu em todas as disputas pelo PP.

Um exemplo de político que disputou em oito eleições a Deputado Estadual e elegeu-se em todos pleitos é Carlos Minc³⁷. Ele ajudou a fundar o PV em 1987 junto ao Fernando Gabeira e ao Alfredo Sirkis, mas rompeu com o partido em 1989 por conta das eleições presidenciais do mesmo ano. Isso ocorreu porque Minc apoiava o candidato Luís Inácio Lula da Silva, o que fez com que ingressasse no mesmo partido do político (PT). Assim, em 1986, é eleito pelo PV para a Assembleia Legislativa, e, em todos os outros anos, concorre pelo PT, e também é eleito. Sua bandeira eleitoral sempre esteve ligada a questões ambientais. Por essa razão, foi indicado como Secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro entre 2006 e 2008, e como Ministro do Meio Ambiente entre 2008 e 2010 durante o governo Lula.

Jair Messias Bolsonaro, por sua vez, disputou sete vezes em eleições para o cargo de Deputado Federal, e foi eleito em todas. Bolsonaro entrou na vida política em 1988 a partir da sua eleição como Vereador, mas renunciou para tomar posse na Câmara dos Deputados em 1991, quando foi eleito pelo PDC. Com a fusão do PDC com o PDS, formando o PPR em 1993, Bolsonaro migrou para este partido e, novamente, foi eleito no ano seguinte. Em 1995, com a fusão do PPR com o PP, formando o PPB (que depois seria renomeado como PP), o político se

³⁷ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/minc-carlos>. Acesso em: 09/07/2019.

manteve nesse partido até a última eleição, quando disputou para a Câmara em 2014. Mais recentemente, o político foi eleito como Presidente da República pelo PSL em 2018.

Ressaltamos também o caso de outros seis candidatos que não conseguem obter sucesso eleitoral em todas as candidaturas disputadas, mas conseguem se eleger em pelo menos 75% das eleições nas quais concorreram. Esse é o caso de: Arolde de Oliveira, Atila Nunes; Paulo Cesar Melo; Alexandre Aguiar Cardoso; Jorge Sayed Picciani e Maria das Graças Tuze.

Esses achados podem ser um indício de que, apesar do grande volume de candidaturas competitivas disputando os cargos de Deputado Estadual e Federal, observamos uma concentração de poucos políticos que conseguem concorrer inúmeras vezes aos cargos e serem eleitos. Assim, essas características podem indicar que, na disputa para os cargos proporcionais, observamos um cenário de alta personalização nos moldes descrito por Speck (2018), no qual há a concentração de poucos – e dos mesmos – líderes nos cargos proporcionais.

Tabela 3.6 – Candidaturas dos políticos que concorrem em mais de 7 eleições para os cargos proporcionais

Nome do candidato	Competitivo	Eleito
AROLDE DE OLIVEIRA	9	8
ATILA NUNES PEREIRA FILHO	9	7
FERNANDO LOPES DE ALMEIDA	9	5
SIMAO SESSIM	9	9
CARLOS MINC BAUMFELD	8	8
EDMILSON JOSE VALENTIM DOS SANTOS	8	5
FERNANDO ANTONIO FOLGADO GONÇALVES	8	3
PAULO CESAR MELO DE SA	8	6
PAULO SERGIO RAMOS BARBOZA	8	6
ADROALDO PEIXOTO GARANI	7	1
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	7	6
ERNANI BOLDRIM DE FREITAS LIMA	7	1
GERSON BERGHER	7	2
HELONEIDA STUDART SOARES ORBAN	7	4
JAIR MESSIAS BOLSONARO	7	7
JANDIRA FEGHALI	7	7
JOAO ALVES PEIXOTO	7	1
JORGE SAYED PICCIANI	7	6
JOSE RENATO DE JESUS	7	2
MARIA APARECIDA CAMPOS STRAUS	7	7
MARIA DAS GRACAS TUZE DE MATOS	7	6
MIRO TEIXEIRA	7	7

OSMAR LEITAO ROSA	7	2
ROBERTO DO NASCIMENTO CID	7	1
VIVALDO VIEIRA BARBOSA	7	3

Uma forma de observar o padrão de competição nas eleições do Rio de Janeiro diz respeito à análise conjunta de lideranças competitivas e de partidos políticos. Nesse sentido, selecionamos três legendas que mais apresentaram candidaturas competitivas ao longo dos anos – PDT, PMDB e PP – e seus respectivos líderes competitivos, com o objetivo de verificar padrões nas eleições.

A tabela 3.7 apresenta duas dimensões de análise: a primeira refere-se às lideranças e a segunda, aos cargos disputados. As lideranças são todos os candidatos competitivos que concorreram pelo partido para os cargos de Governador, Senador ou Prefeito da capital. Selecionamos somente essas lideranças, pois consideramos que elas correspondem aos políticos que mais se destacam, tanto dentro quanto fora da legenda. Há, na tabela, todas as disputas realizadas por cada liderança competitiva. Assim, a linha do político mostrará todas as suas disputas com votação considerada competitiva independentemente do partido político. Consideramos esta análise longitudinal importante, visto que demonstra a trajetória de disputas do político como liderança, identificando, também, por quais partidos ele concorreu. Na segunda dimensão, agregamos todos os políticos competitivos que concorreram para os cargos de Deputado Estadual, Federal e Prefeito (com exceção de Prefeito da capital). O objetivo central da tabela é demonstrar a força eleitoral do partido em determinados anos no Rio de Janeiro e os líderes mais expressivos de cada legenda. Replicamos este exercício de análise nas tabelas 3.8 (PMDB) e 3.9 (PP).

O PDT apresentou 9 candidatos competitivos de 1982 a 2016 que concorreram para Senador, Governador ou Prefeito da Capital pelo partido, e pleitearam outros cargos como Deputado Estadual, Federal ou Prefeito de outros municípios. A candidata que mais concorre pelo partido é Maria Aparecida Campos Straus, conhecida como Cidinha Campos, que disputou para o cargo de Prefeita do Rio de Janeiro em 1992, e, em 7 outras disputas, concorreu para Deputada Estadual e Federal. Outro candidato competitivo que se destaca é Jorge Roberto Saad, que concorreu 6 vezes pelo partido, sendo, por três vezes, candidato ao cargo de Prefeito de Niterói. Em seguida, temos Anthony William Garotinho, com 5 disputas pelo partido entre 1986 e 1998, época em que disputou por duas vezes a Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

Verificamos que as porcentagens de candidatos competitivos do PDT em relação ao total de políticos desse tipo em cada eleição vai diminuindo com os anos. Observamos que o partido consegue mais de 20% de políticos competitivos na disputa até aproximadamente 1994; a partir disso, há uma queda na participação de candidatos competitivos nos pleitos disputados.

As disputas até o ano de 1994 contam com três principais figuras no partido concorrendo aos principais cargos majoritários: Leonel Brizola, Marcelo Nunes Alencar e Saturnino Braga. Consideramos que esses três políticos competitivos foram essenciais para o crescimento do partido nesta época e ajudaram alavancar a participação eleitoral da legenda nas eleições até 1997.

Brizola foi um dos fundadores do PDT no começo da década de 1980. Ele ajudou a consolidar suas diretrizes e levou para o partido políticos que pertenciam ao PTB antes da Ditadura Militar³⁸. Por indicação de Brizola, Marcelo Alencar foi nomeado presidente do BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro) em 1983 e, meses depois, assumiu o lugar de Jammil Haddad na Prefeitura do Rio de Janeiro³⁹. Com o término do período ditatorial, Roberto Saturnino Braga era a principal liderança do PMDB no Rio de Janeiro, mas mudou para o PDT para concorrer nas eleições de 1982, por conta da fusão do PP e do PMDB. Foi eleito Senador em 1982 e Prefeito do Rio de Janeiro em 1985⁴⁰. Devido a todos esses feitos, é visível que essas três principais lideranças do partido podem ter ajudado a legenda a conseguir uma participação significativa nas eleições do Rio de Janeiro até 1994.

O ano de 1994 marca a primeira eleição na qual Marcelo Alencar e Roberto Saturnino Braga disputam por outros partidos: o PSDB e o PSB, respectivamente. Nesse período, Brizola perde um pouco da sua força, tanto eleitoral quanto de dentro do partido, principalmente por conta do desgaste na sua imagem. O político disputou as eleições presidenciais de 1989 e perdeu, conquistando apenas o terceiro lugar nas votações, mas conseguiu obter sucesso eleitoral na eleição de 1990 para Governador do estado. Seu mandato, contudo, foi marcado por disputas internas no partido, por conta, em especial, da aproximação de Brizola com o

³⁸ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>. Acesso em: 01/11/2019.

³⁹ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-nunes-de-alencar>. Acesso em: 01/11/2019.

⁴⁰ Biografia do Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1026>. Acesso em: 02/11/2019.

presidente Collor, que sofreu processo de impeachment em 1992, e das eleições municipais do mesmo ano, nas quais a candidata do partido Cidinha Campos não conseguiu se eleger. Brizola terminou seu mandato com uma imagem desgastada tanto pelo partido quanto pelo eleitorado, principalmente pelas chacinas da Candelária e de Vigário Geral. Assim, uma nova figura se projeta dentro do partido: Anthony William Garotinho. Este já havia sido eleito como Deputado Estadual e como Prefeito de Campos dos Goytacazes e, a partir de 1994, passa a concorrer pelo estado fluminense como Governador. O político iniciou sua vida política no PDT e permaneceu na legenda até o ano 2000, quando migrou para o PSB com o objetivo de concorrer às eleições presidenciais⁴¹.

As eleições de 1996 já apresentam uma queda do PDT no Rio de Janeiro; nessa conjuntura, somente 14% dos candidatos competitivos nas eleições municipais pertencem à legenda e, até os anos 2000, Garotinho apresenta-se como a principal liderança do partido. O político, no entanto, sai da legenda em 2001 para concorrer ao cargo de Presidente da República em 2002 pelo PSB. Com sua saída, o partido deixa de apresentar fortes lideranças que alavanquem a votação eleitoral da legenda. Brizola concorre pela última vez em 2002 ao cargo de Senador, mas não consegue se eleger; Jorge Roberto Saad é eleito Prefeito pelo município de Niterói em 2008; e Cidinha Campos elege-se Deputada Estadual em todas as candidaturas disputadas de 1994 a 2014.

Dos nove líderes competitivos que concorreram pelo menos uma vez aos cargos de Governador, Senador ou Prefeito da Capital, somente um – Jorge Roberto Saad – não iniciou sua vida política no partido. A partir do ano analisado (1982), oito líderes começaram a competir no novo sistema democrático pelo PDT. Posteriormente, quatro migraram para outro partido em eleições seguintes.

Verificamos que o período no qual o PDT mais apresentou candidatos competitivos é concomitante à época em que o partido tinha três principais lideranças: Leonel Brizola, Marcelo Alencar e Roberto Saturnino Braga. Simultaneamente, no período em que o partido está perdendo forças eleitorais, não há lideranças competitivas que permaneçam na legenda por muitas eleições.

⁴¹ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anthony-william-matheus-de-oliveira>. Acesso em: 01/11/2019.

Em suma, consideramos que a força eleitoral do PDT no Rio de Janeiro esteve baseada nas lideranças que se destacavam dentro do partido, e, conseqüentemente, a ausência destas fez com que a sigla perdesse numericamente a sua representação eleitoral de candidatos competitivos.

Tabela 3.7 – Líderes e candidaturas competitivas pelo PDT de 1982 a 2016

		CANDIDATURAS COMPETITIVAS															Total					
PDT		1982	1985	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	Total		
LIDERANÇAS	Anthony Willian Garotinho			DEPUTADO ESTADUAL (PDT)	PREFEITO (PDT)			GOVERNADOR (PDT)	PREFEITO (PDT)	GOVERNADOR (PDT)						DEPUTADO FEDERAL (PR)		GOVERNADOR (PR)		5		
	Darcy Ribeiro			GOVERNADOR (PDT)		SENADOR (PDT)															2	
	Jammil Haddad			PREFEITO CAPITAL (PDT)																	1	
	Jorge Roberto Saad			DEPUTADO ESTADUAL (PTB)	DEPUTADO ESTADUAL (PDT)	PREFEITO (PDT)		SENADOR (PDT)	PREFEITO (PDT)		PREFEITO (PDT)					PREFEITO (PDT)					6	
	José Frejat			DEPUTADO FEDERAL (PDT)		SENADOR (PDT)							DEPUTADO ESTADUAL (PSDB)								2	
	Leonel Brizola			GOVERNADOR (PDT)		GOVERNADOR (PDT)							SENADOR (PDT)								3	
	Maria Aparecida Campos					DEPUTADO FEDERAL (PDT)	PREFEITO CAPITAL (PDT)	DEPUTADO FEDERAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)	8	
	Marcelo Nunes Alencar			SENADOR (PDT)	PREFEITO CAPITAL (PDT)			GOVERNADOR (PSDB)														2
	Roberto Saturnino Braga			SENADOR (PDT)	PREFEITO CAPITAL (PDT)			SENADOR (PSB)		SENADOR (PSB)												2
CARGOS	Deputado Estadual	45 38,40%		93 22,20%		93 24,50%		49 19,50%		36 11,30%		17 5,80%		27 8,13%		35 9,52%		21 4,77%		416 14,14%		
	Deputado Federal	17 27,60%		59 27,80%		46 34,05%		18 21,30%		15 13,80%		13 9,28%		16 9,09%		15 8,02%		14 5,88%		213 15,96%		
	Prefeito	6 3,84%	4 45,4%		23 21,90%		44 30,50%		28 14,2%		66 33%		14 6,86%		17 9,32%		18 8,41%		16 7,47%		236 14,55%	
	Total	72 20,8%	5 45,4%	157 24,3%	26 22,3%	142 27,2%	45 30,6%	70 20,2%	30 14,2%	53 12,1%	67 32,5%	32 7,1%	14 6,7%	44 8,3%	18 9,1%	51 8,9%	18 8,3%	36 5,11%	16 7,5%	896 14,7%		

O PMDB apresenta-se como outra legenda com relevância na história do sistema partidário do Rio de Janeiro após 1982, conforme podemos observar no seu padrão de competição, exposto na tabela 3.8. A sigla apresentou 10 diferentes líderes que disputaram pelo menos uma vez os cargos de Senador, Governador do Estado ou Prefeito da capital. O candidato competitivo que mais concorreu pelo partido foi Jorge Sayed Picciani, com 5 disputas distintas. Entretanto, ele concorreu ao cargo de Senador somente uma vez; em todas as outras disputas, Picciani concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado. O político que mais se candidatou para cargos majoritários para o Senado e para o Governo, por sua vez, foi Sergio de Oliveira Cabral, com 3 disputas de 2002 a 2010. Destacamos também a participação de Eduardo Paes na disputa pela Prefeitura do município do Rio de Janeiro nos anos de 2008 e de 2012.

A legenda apresenta uma participação oscilante nas eleições fluminenses ao longo dos anos estudados na presente tese. Verificamos que, de 1982 a 1992, o partido apresenta mais de 20% de candidatos competitivos para todos os cargos, com exceção dos anos de 1985 e de 1990. De 1994 a 2002, há uma redução na participação de candidaturas competitivas tanto nas eleições municipais quanto nas legislativas e estaduais. Novamente, o partido passa a ter um crescimento na participação de competitivos desde 2004 até 2016, principalmente nas eleições municipais.

Essa oscilação na participação concomitante de lideranças e do partido nas eleições coincide com dois momentos da sigla no estado. O primeiro, de 1982 a 1992, diz respeito à herança política e eleitoral do PMDB em relação ao MDB da Ditadura Militar. A criação do PMDB se deu no contexto do fim da época ditatorial, quando os militares estrategistas tinham por objetivo desarticular a força eleitoral do MDB e, conseqüentemente, fragmentar a oposição criando um novo partido – o PMDB (Fleischer, 2007). De certa forma, os militares conseguiram desarticular a oposição, visto que os políticos que estavam no MDB não migraram em sua totalidade para o novo partido; basicamente, metade dos políticos optaram por permanecer no PMDB (Fleischer, 2007; Mucinhato, 2019). Assim, o novo partido já nasce com uma participação expressiva na Câmara dos Deputados e no Senado⁴².

Podemos considerar que a força nacional da legenda nesse período refletiu no caso subnacional do Rio de Janeiro, quando o partido conseguiu emplacar um número considerável

⁴² De acordo com Fleischer (2007), o PMDB mantém-se como o segundo partido com a maior presença de políticos na Câmara dos Deputados e no Senado até 1983; e é o partido com mais Deputados Federais e Senadores entre 1987 e 1994.

de candidatos competitivos até 1992, principalmente por conta de sua herança política do MDB. Entretanto, é importante ressaltarmos que, ainda assim, nessa época, o PDT lança mais candidatos competitivos do que o PMDB no estado do Rio de Janeiro⁴³.

O segundo momento do partido diz respeito aos anos de 2004 até 2016: cresce a participação de candidatos competitivos no partido principalmente nas eleições municipais. Candidatos competitivos concorrendo para Prefeito pelo PMDB são mais de 20% nos anos de 2004, 2008, 2012 e 2016; e, nos anos de 2006 e de 2010, mais de 10% dos candidatos competitivos que concorrem à Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado e Governo do estado são do partido. Esse período de crescimento da participação da sigla e de seus candidatos competitivos coincide com um momento no qual, ao mesmo tempo, o Prefeito da Capital, o Governador do Estado e o presidente da Assembleia Legislativa fazem parte do PMDB. São eles, respectivamente: Eduardo Paes (eleito em 2008 e em 2012), Sergio Cabral (eleito em 2006 e em 2010) e Jorge Sayed Picciani (eleito de 2003 a 2011, e de 2015 a 2017). Desse modo, verificamos a forte presença de dois líderes do partido em cargos majoritários e de um líder no legislativo nesse período. Podemos considerar que a participação desses líderes, somada ao fato de o partido estar no controle do Estado e do município da Capital – o que gera mais autonomia sobre políticas públicas e sobre a governança do estado –, contribuiu para o crescimento de candidatos competitivos pelo partido durante esse período.

De 1982 a 1992, cinco líderes competitivos se destacam no partido: Cesar Maia, Nelson de Souza Carneiro, Artur da Távola, Valdemiro Teixeira e Moreira Franco. Reforçando nosso argumento de que a força política e eleitoral do partido nesse período tinha como origem políticos que antes eram filiados ao MDB, verificamos que somente Cesar Maia e Moreira Franco migraram de outros partidos. De fato, Nelson Carneiro, Artur da Távola e Valdemiro Teixeira já eram filiados ao MDB antes de este ser renomeado. Antes da Ditadura Militar, Nelson Carneiro foi filiado à União Democrática Nacional (UDN) em 1945, ao Partido Libertador (PL) em 1953 e ao Partido Social Democrático (PSD) em 1958, e se elegeu como Deputado Federal pelos três partidos. Durante a Ditadura, filiou-se ao MDB e se elegeu como Senador em 1970 e em 1978. Além disso, ele filiou-se ao PMDB com a extinção do MDB, e ficou no partido até 1982, quando a legenda incorporou o PP. Nesse momento, filiou-se ao PTB, e permaneceu no partido até 1985, quando Ulisses Guimarães convidou-o para retornar ao PMDB e liderar a legenda no Rio de Janeiro. Assim, disputou as eleições para o Senado em

⁴³ Ver tabela 3.7.

1986 e foi eleito⁴⁴. Apesar de Nelson Carneiro ter feito uma passagem breve pelo PTB por conta de divergências internas no PMDB, consideramos que o fato de ele ter sido um político notório no MDB possibilitou a transferência de sua força política e eleitoral para o PMDB após a época ditatorial. O político permaneceu no partido até 1993, quando migrou para o PP e candidatou-se novamente ao Senado nas eleições do ano seguinte.

Artur da Távola, por sua vez, foi eleito Deputado Estadual em 1960 e em 1962 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente. Em 1964, teve seus direitos políticos cassados pela Ditadura Militar e se exilou no Chile. Retornou ao Brasil em 1968, mas recuperou seus direitos somente em 1976, quando filiou-se ao MDB. Nesse ínterim, publicou colunas em um jornal carioca defendendo o fim da Ditadura Militar. Com a criação do PMDB, filiou-se ao partido e se candidatou ao Senado nas eleições de 1982, mas não obteve sucesso eleitoral. O político permaneceu na legenda até 1990, quando migrou para o PSDB⁴⁵.

Valdemiro Teixeira – mais conhecido como Miro Teixeira – elegeu-se Deputado Federal pelo MDB nas eleições de 1970, 1974 e 1978. Com a criação do PMDB, permaneceu no partido e se candidatou para Governador do Estado nas eleições de 1982, não sendo eleito. Miro permaneceu no partido até 1988, quando migrou para o PDT⁴⁶. Vale destacar que tanto Artur da Távola quanto Miro Teixeira foram jornalistas opositores à Ditadura Militar, e se filiaram ao MDB como forma de oposição.

Moreira Franco e Cesar Maia são os únicos políticos que não migraram diretamente do MDB para o PMDB após a criação da legenda. Moreira Franco foi filiado ao MDB durante a Ditadura Militar e se elegeu Deputado Federal e Prefeito de Niterói pelo partido. Contudo, com o fim da sigla e a criação do PMDB, Moreira Franco optou por se filiar ao Partido Democrático Social (PDS) em 1980. Assim, ele candidatou-se pelo PDS ao Governo do Estado em 1982, ficando somente atrás de Leonel Brizola (PDT) na votação. A partir de divergências dentro do partido com relação às eleições presidenciais, o político deixa a legenda e migra para o PMDB,

⁴⁴ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-de-sousa-carneiro>. Acesso em: 09/11/2019.

⁴⁵ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-alberto-artur-da-tavola-m-m-de-barros>. Acesso em: 09/11/2019.

⁴⁶ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valdemiro-abdalla-teixeira>. Acesso em: 09/11/2019.

onde permanece até 2006, e, posteriormente, passa a assumir cargos não eletivos. Ademais, Moreira Franco presidiu o partido no estado do Rio de Janeiro de 1995 até 2004⁴⁷.

No final desse primeiro período de destaque do PMDB no Rio de Janeiro (1982-1992), Cesar Maia entra no partido para concorrer às eleições de Prefeito da capital em 1992. Apesar de o político não ter construído uma carreira política sólida no PMDB antes dessa disputa, ele consegue se destacar como um candidato competitivo. De fato, o político elegeu-se Deputado Federal em 1986 e em 1990 pelo PDT com uma das votações mais expressivas do partido. Posteriormente, Maia rompe com o partido e migra para o PMDB em 1991. Como obteve votações expressivas na legenda anterior, o político consegue se eleger como Prefeito do Rio de Janeiro em 1992. Após o seu mandato, Maia migra para o PFL em 1996, com o objetivo de lançar sua candidatura ao Governo do estado pelo partido⁴⁸. Apesar de sua passagem curta pela legenda, o político conseguiu angariar uma expressiva votação – sendo sua primeira disputa pela sigla – e obteve sucesso eleitoral pelo PMDB.

No segundo período de crescimento de candidatos competitivos do PMDB, de 2004 a 2016, temos três políticos que se destacam: Eduardo Paes, Sergio Cabral e Jorge Sayed Picciani. Os três políticos destacam-se como candidatos que vieram de outros partidos, migraram para o PMDB e disputaram e foram eleitos por esta legenda. Antes de migrar para o PMDB, Eduardo Paes elegeu-se como Deputado Federal nas eleições de 1998 e de 2002 pelo DEM. Disputou, ainda, as eleições de 2006 para o Governo do estado, filiado ao PSDB, mas não foi um candidato competitivo (obteve cerca de 5% dos votos). Em 2007, migrou para o PMDB a convite do Governador Sergio Cabral e disputou as eleições municipais do Rio de Janeiro em 2008 e em 2012 pela legenda.

Sergio Cabral filiou-se ao PMDB em 1981, quando o partido estava sendo consolidado pelo novo nome, apoiando seu pai na disputa para Vereador. O político saiu da legenda junto ao grupo de dissidentes que formaram o PSDB em 1988, e concorreu por este partido para as eleições de 1994 e de 1998 como Deputado Estadual, e, em 1996, como Prefeito da Capital. Após competir em relação ao controle do PSDB no Rio de Janeiro com Marcelo Alencar,

⁴⁷ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wellington-moreira-franco-1>. Acesso em: 11/11/2019.

⁴⁸ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-epitacio-maia>. Acesso em: 11/11/2019.

contudo, Cabral opta por sair do partido e migrar para o PMDB. Na legenda, construiu sua carreira política como Senador, eleito em 2002, e como Governador do Estado, eleito em 2006 e em 2010⁴⁹.

Jorge Picciani é o político que mais destaca no PMDB nas eleições para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, principalmente pelo tempo de exercício na função. O político concorreu pela primeira vez à vaga em 1986 pelo PSB, mas não foi eleito. Migrou para o PDT e se candidatou ao mesmo cargo, sendo eleito nos anos de 1990 e de 1994. Após a derrota do PDT nas eleições para Governo do estado em 1994, Picciani migra para o PMDB e continua disputando o cargo de Deputado Estadual em quatro eleições posteriores (1998, 2002, 2006 e 2014). Em 2010, tentou a disputa para o Senado, mas, apesar de ter sido um candidato competitivo, não obteve sucesso eleitoral. Neste meio tempo, foi Presidente da Assembleia Legislativa de 2003 a 2011, e de 2015 a 2017⁵⁰.

No período mais recente do PMDB fluminense, surgem dois políticos competitivos: Luiz Fernando de Souza (Pezão) e Pedro Paulo Carvalho. Ambos foram políticos formados pelo partido para que pudessem suceder o Governador e o Prefeito da capital após os dois mandatos consecutivos; nesse sentido, eles tinham como objetivo substituir Sergio Cabral e Eduardo Paes, respectivamente. De fato, Pezão conseguiu ser eleito em 2014 como Governador do Estado, mas seu mandato foi envolto em escândalos da Lava Jato que acusavam o Governador e outros políticos de receberem propinas indevidas, o que resultou em sua prisão em 2018. Com o PMDB e seus políticos envoltos em denúncias da Lava Jato, Pedro Paulo Carvalho, por sua vez, não conseguiu suceder Eduardo Paes na Prefeitura do Rio de Janeiro. Tanto Pedro Paulo quanto Pezão vieram de outros partidos antes de disputarem no PMDB: PSDB e PDT, respectivamente.

Assim, verificamos que o crescimento da participação do PMDB de 2004 a 2016 nas eleições fluminenses pode ter ocorrido devido aos três políticos que foram eleitos aos cargos mais visados no estado: Governador, Prefeito da Capital e Presidente da Assembleia Legislativa. Novamente, consideramos que a presença de fortes lideranças no partido contribuiu para a maior participação da legenda nas eleições em dois momentos principais: de 1982 a 1992, e de 2004 a 2016. Ademais, é importante mencionar o período de 1994 a 2002, no qual não há

⁴⁹ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-de-oliveira-cabral-santos-filho>. Acesso em: 10/11/2019.

⁵⁰ Biografia da ALERJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/263>. Acesso em: 13/11/2019.

lideranças significativas no partido; assim, conseqüentemente, a legenda diminui a sua participação nas eleições.

Tabela 3.8 – Líderes e candidaturas competitivas pelo PMDB de 1982 a 2016

		CANDIDATURAS COMPETITIVAS															Total			
PMDB		1982	1985	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	Total
LIDERANÇAS	Cesar Eptacio Maia			DEPUTADO FEDERAL (PDT)		DEPUTADO FEDERAL (PDT)	PREFEITO CAPITAL (PMDB)			GOVERNADOR (DEM)	PREFEITO CAPITAL (PTB)		PREFEITO CAPITAL (DEM)		SENADOR (DEM)		SENADOR (DEM)			1
	Eduardo Paes									DEPUTADO FEDERAL (DEM)		DEPUTADO FEDERAL (DEM)			PREFEITO CAPITAL (PMDB)		PREFEITO CAPITAL (PMDB)			2
	Jorge Sayed Picciani			DEPUTADO ESTADUAL (PSB)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PDT)		DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)		DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)		DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)		SENADOR (PMDB)		DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)		5
	Luiz Fernando de Sousa				PREFEITO (PMDB)				PREFEITO (PDT)		PREFEITO (PDT)							GOVERNADOR (PMDB)		2
	Nelson de Souza Carneiro			SENADOR (PMDB)				SENADOR (PP)												1
	Paulo Alberto Artur da Távola M. M. de Barros	SENADOR (PMDB)		DEPUTADO FEDERAL (PMDB)		DEPUTADO FEDERAL (PSDB)		SENADOR (PSDB)				SENADOR (PSDB)								2
	Pedro Paulo Carvalho													DEPUTADO ESTADUAL (PSDB)		DEPUTADO FEDERAL (PMDB)		DEPUTADO FEDERAL (PMDB)	PREFEITO CAPITAL (PMDB)	3
	Sergio de Oliveira Cabral			DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)				DEPUTADO ESTADUAL (PSDB)	PREFEITO CAPITAL (PSDB)	DEPUTADO ESTADUAL (PSDB)		SENADOR (PMDB)		GOVERNADOR (PMDB)		GOVERNADOR (PMDB)				4
	Valdemiro Teixeira	GOVERNADOR (PMDB)		DEPUTADO FEDERAL (PMDB)																2
	Wellington Moreira Franco	GOVERNADOR (PDS)		GOVERNADOR (PMDB)				DEPUTADO FEDERAL (PMDB)				DEPUTADO FEDERAL (PMDB)		PREFEITO (PMDB)						3
CARGOS	Deputado Estadual	27 23,07%	92 21,77%	40 10,55%	23 9,16%	22 7,07%	25 8,44%	36 10,75%	33 8,73%	32 7,15%	330 11,20%									
	Deputado Federal	21 32,30%	53 25,94%	13 9,42%	11 13,48%	7 6,48%	10 7,85%	21 11,93%	27 14,97%	15 6,72%	178 13,59%									
	Prefeito	73 46,49%	2 18,18%	30 26,49%	33 22,44%	33 15,42%	33 16,01%	72 35,43%	57 29,08%	45 20,83%	54 24,88%	433 25,72%								
	Total	123 35,6%	2 18,2%	150 23,2%	31 26,5%	53 10,2%	34 22,4%	35 10,1%	33 15,4%	30 6,9%	33 16,01%	38 8,4%	73 35,4%	59 29,1%	63 30,8%	50 24,8%	46 24,8%	55 24,8%	966 15,9%	

O PP apresenta-se como o terceiro partido que mais lança candidaturas competitivas no estado do Rio de Janeiro, seguido do PMDB e do PDT. Para a presente tese, consideramos as renomeações e fusões do PP ao longo dos anos. Assim, consideramos o PDS, PPB e PP em torno da mesma legenda: PP⁵¹.

A legenda apresentou 6 diferentes líderes que disputaram em algum momento os cargos de Governador, Senador e Prefeito da Capital. Os políticos com mais candidaturas são Francisco Dornelles, que concorreu três vezes para a Câmara dos Deputados e uma vez para o Senado pela legenda; e Roberto de Oliveira Campos, que concorreu duas vezes ao cargo de Deputado Federal e duas vezes para o Senado.

O partido apresenta uma participação acentuada de candidatos competitivos nas eleições de 1982, ao passo que há uma redução do volume desse tipo de político no decorrer dos anos. A grande participação da sigla nas eleições de 1982 se deve ao contexto político e histórico daquele momento. O PDS foi criado como um partido sucessor direto da ARENA, e muitos dos políticos que estavam nesta legenda optaram por permanecer no PDS. Assim como no caso do MDB, as eleições de 1982 refletiram a manutenção de boa parte dos políticos nos partidos criados a partir de legendas da Ditadura Militar (Fleischer, 2007). Nessa eleição, temos três lideranças presentes: Celio de Oliveira Borja, Moreira Franco e Roberto de Oliveira Campos. O primeiro teve forte participação na ARENA durante o período ditatorial: elegeu-se pelo partido como Deputado Federal nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978, sendo indicado para a liderança do partido na Câmara em 1975; ademais, foi o Deputado Federal mais votado do Rio de Janeiro em 1978. O político optou por permanecer no partido para as eleições de 1982, mas não obteve sucesso eleitoral. Logo após, saiu da vida política para atuar no setor privado⁵².

Moreira Franco também era uma liderança presente durante o regime militar. Durante tal período, foi filiado ao MDB; porém, com a dissolução do partido e subsequente renomeação da legenda para PMDB, optou por migrar para o PDS. Assim, disputou o cargo de Governador pelo partido nas eleições de 1982, mas não obteve sucesso eleitoral. Logo em seguida, decidiu mudar sua filiação para o PMDB. Roberto de Oliveira Campos foi diplomata e, durante a Ditadura Militar, foi Ministro do Planejamento de Castelo Branco e teve forte atuação na

⁵¹ Para mais detalhes sobre renomeações e fusões, ver anexo 4.

⁵² Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celio-de-oliveira-borja>. Acesso em: 13/11/2019.

formulação da política externa brasileira. Em 1982, concorre e é eleito pela primeira vez para o cargo de Senador pelo partido. Foi eleito em 1990 e 1994 ao cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro; ademais, em 1998, tentou se eleger à vaga de Senador, mas não obteve sucesso eleitoral. Logo após, afastou-se da vida política⁵³.

Dessa forma, observamos que duas lideranças que eram presentes na dinâmica – restrita – eleitoral da Ditadura Militar disputaram as eleições pelo partido em 1982, mas não permaneceram na legenda. Somente Roberto de Oliveira Campos permanece na sigla, disputando, posteriormente, uma vaga na Câmara dos Deputados. Nas eleições seguintes, a taxa de candidatos competitivos do PP (antigo PDS) reduz drasticamente. Podemos considerar dois motivos principais para este fato: o primeiro é o rearranjo do sistema partidário, uma vez que outros partidos foram criados na década de 1980, políticos migraram de legendas, e eleitores optaram por votar em outras siglas; e o segundo é que, com a saída de Celio de Oliveira Borja e de Moreira Franco, o partido ficou sem lideranças atuantes para ajudar a trazer votos para a legenda.

Já na década de 1990, há basicamente uma liderança mais atuante: Francisco Dornelles. O político elegeu-se como Deputado Federal em 1986 pelo DEM, após ter sido Ministro da Fazenda no Governo Sarney. Elegeu-se novamente em 1990 pelo mesmo partido, e migrou para o PDS em 1993. Após sua entrada na legenda, tornou-se Presidente do partido no estado. Foi eleito por mais três legislaturas ainda na Câmara dos Deputados (1994, 1998 e 2002). Em 2006, foi eleito Senador e, durante seu mandato, exerceu o papel de líder do partido no Senado. Após o término de seu mandato como Senador, foi eleito Vice-Governador do Rio de Janeiro na chapa com Pezão (PMDB) em 2014.

No mesmo período, há dois políticos que também concorrem pelo partido: Roberto de Oliveira Campos e Nelson de Souza Carneiro. O primeiro disputou os cargos de Deputado Federal em 1990 e 1994, e para o Senado em 1998, não conseguindo se eleger. Já Nelson Carneiro encerrou sua carreira política disputando o cargo de Senador pelo PP em 1994, após ter tido uma trajetória atuante no MDB e no PMDB.

Mais recentemente, Manoel Ferreira entra na vida política concorrendo para o cargo de Senador pela legenda em 2002, mas não consegue se eleger. Anteriormente, o político era

⁵³ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-de-oliveira-campos>. Acesso em: 13/11/2019.

Pastor da Assembleia de Deus e ajudou a fundar o Conselho Nacional de Pastores do Brasil. Após sua tentativa na legenda, o político migra para o PTB e, pelo partido, é eleito Deputado Federal em 2006.

Verificamos que, no período de 2008 a 2016, não há lideranças competitivas que se candidatam aos cargos de Governador, Senador ou Prefeito da Capital pelo partido. Ao mesmo tempo, observamos que as taxas de candidatos competitivos pela sigla aumentam se comparadas com as dos outros anos, principalmente em relação à participação de lideranças competitivas nas eleições municipais, uma vez que, nos três pleitos, há a participação de mais de 10% de candidatos do PP. É possível considerarmos que esse crescimento do partido pode ter sido resultado da coligação entre o PP e o PMDB nos anos em que este último esteve no poder nos âmbitos estadual e municipal.

Vale também elucidar que Francisco Dornelles é a única liderança que se destaca nesse período. Ele tem seu mandato em curso (eleito em 2006), e a coligação entre PP e PMDB resulta na indicação desse político ao cargo de Vice-Governador na disputa encabeçada por Pezão do PMDB em 2014. Desse modo, consideramos que o crescimento do PP nos últimos anos no Rio de Janeiro pode ter sido consequência da aliança entre o partido e o PMDB.

Tabela 3.9 – Líderes e candidaturas competitivas pelo PP de 1982 a 2016

		CANDIDATURAS COMPETITIVAS																		
PP		1982	1985	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	Total
LIDERANÇAS	Celio de Oliveira Borja	SENADOR (PP)																		1
	Francisco Dornelles			DEPUTADO FEDERAL (DEM)		DEPUTADO FEDERAL (DEM)		DEPUTADO FEDERAL (PP)		DEPUTADO FEDERAL (PP)		DEPUTADO FEDERAL (PP)		SENADOR (PP)						4
	Manoel Ferreira											SENADOR (PP)		DEPUTADO FEDERAL (PTB)						1
	Nelson de Souza Carneiro			SENADOR (PMDB)						SENADOR (PP)										1
	Roberto de Oliveira Campos	SENADOR (PP)				DEPUTADO FEDERAL (PP)		DEPUTADO FEDERAL (PP)		SENADOR (PP)										4
Wellington Moreira Franco	GOVERNADOR (PP)		GOVERNADOR (PMDB)				DEPUTADO FEDERAL (PMDB)				DEPUTADO FEDERAL (PMDB)		PREFEITO (PMDB)							1
CARGOS	Deputado Estadual	36	9			8		17		26		28		10		16		16		166
		30,70%		2,10%		2,11%		6,77%		8%		9,09%		2,90%		4,23%		3,47%		5,55%
	Deputado Federal	19	7			3		5		13		12		7		8		4		78
		29,20%		3,30%		2,89%		6,74%		12,90%		9,28%		3,97%		4,27%		1,68%		5,76%
	Prefeito	71			5		4		24		16		19		20		22		28	
	45,20%			4,27%		2,72%		11,20%		7,76%		9,22%		10,20%		10,18%		12,90%		12,30%
Total	129	16		5		12		4		25		42		18		24		20		464
	37,10%			2,47%		4,27%		2,30%		2,72%		6,90%		11,20%		9,30%		7,76%		9,30%

3.6 Conclusões parciais

O presente capítulo buscou analisar a questão da perenidade de partidos e líderes competitivos na disputa eleitoral e como, de alguma forma, esses atores estruturam a competição.

Na análise da competição sob o ponto de vista do partido político, constatamos três principais siglas que mais aparecem nas disputas proporcionais e majoritárias com candidaturas competitivas: PMDB, PDT e PP. Contudo, vale considerar que há uma maior presença dos dois primeiros partidos em relação ao último. Na disputa para os cargos de Governador e de Senador, verificamos que o PDT e o PMDB estruturam a competição em anos eleitorais diferentes: o primeiro lança mais candidaturas competitivas de 1982 a 2002, e o segundo apresenta mais candidaturas desse tipo de 2002 a 2014. Na dinâmica municipal, observamos que o PMDB possui a maior participação numérica em todos os anos eleitorais, com um crescimento a partir do ano de 2004. Ao mesmo tempo, o PDT reduz o número de candidatos competitivos a partir do mesmo ano.

A disputa dos cargos proporcionais apresenta um padrão mais difuso com a participação de candidatos competitivos dos três partidos. Contudo, há um crescimento do número de líderes competitivos pelo PMDB a partir de 2002, e de outros partidos, como o PR e o PT.

Analisando os partidos políticos à luz da força eleitoral e da personalização, constatamos que, nas disputas proporcionais, o PDT é a sigla que mais estrutura a competição, ou seja, aquela que mais apresenta o maior número de candidaturas competitivas; em seguida há o PMDB como segundo colocado. Já o PSTU se mostra como o partido mais personalizado, isto é, o que menos apresenta líderes diferentes competindo no total de disputas do partido. Entretanto, apesar de esse partido ser o mais personalizado, ele não é forte eleitoralmente, pois não consegue apresentar muitas candidaturas competitivas na competição.

No cenário das eleições majoritárias, verificamos que o PMDB é o partido mais forte na arena eleitoral, ou seja, é o que apresenta o maior volume de candidaturas competitivas, tendo o dobro de candidaturas do PDT, segunda legenda com maior força eleitoral. O PT apresenta-se como o partido mais personalizado, concentrando, portanto, a menor quantidade de candidatos diferentes nas eleições. Nas disputas para todos os cargos (majoritários e proporcionais), verificamos que, no Rio de Janeiro, há inúmeros partidos pouco personalizados e fracos eleitoralmente. São legendas que disputam poucas eleições no total e, para cada eleição,

apresentam um novo candidato na competição. Isso dificulta em relação à memória do eleitor sobre o partido e os candidatos.

No que tange à análise da competição do ponto de vista dos líderes competitivos, observamos que são poucos os candidatos que concorrem várias vezes na disputa tanto para os cargos proporcionais quanto para os majoritários. Entretanto, há uma diferença na análise para cada cargo. Verificamos que nenhum candidato competitivo que concorreu a Prefeito, Senador ou Governador conseguiu se eleger em todas as eleições disputadas. Em contrapartida, dentre aqueles candidatos que concorreram para Deputado Estadual ou Federal, seis líderes conseguiram obter sucesso eleitoral em todas as eleições disputadas ao longo dos anos.

A diferença nesses dois cenários pode ser decorrente de dois fatores. O primeiro fator a ser levado em consideração é o número de vagas disponíveis para cada cargo em questão. Enquanto para Deputado Estadual e Federal há 116 vagas em disputa (70 e 46, respectivamente), e o político pode se reeleger indefinidamente, para os cargos de Governador, Senador e Prefeito, há somente 1 vaga por distrito eleitoral (2 em anos alternados para Senador) e o impeditivo de se eleger somente 2 vezes consecutivas. Essa diferença no sistema eleitoral permite que, por exemplo, o candidato que concorreu a 9 vezes a um cargo proporcional ainda assim consiga se eleger em todas as suas tentativas. O segundo fator diz respeito à carreira política. Políticos que se elegem diversas vezes a um mandato para a Assembleia ou para Câmara possuem menos ambição na carreira política se os compararmos com aqueles que optam por concorrer para cargos majoritários. A opção de se manter nos mesmos cargos pode ser decorrente da falta de espaço no partido para concorrer às eleições para um cargo com apenas 1 vaga, ou da possibilidade de se manter “seguro” em uma determinada função para a qual o político já tem o know-how de como se eleger e já tem seu eleitorado cativado.

Consideramos também que a maior ou menor presença do partido nas eleições está relacionada com a presença de lideranças competitivas pela mesma sigla, casos exemplificados do PDT, PMDB e PP. Em períodos que há maior participação dessas legendas é concomitante a presença de lideranças competitivas que se sobressaem no partido.

Ademais, há uma diferença quando analisamos os casos dos candidatos à Prefeitura, a depender do tamanho do município. Proporcionalmente, políticos que concorrem em municípios com menos de 200 mil eleitores são mais competitivos do que aqueles que competem em municípios maiores. No entanto, exploraremos mais este ponto sobre os Prefeitos no capítulo 5.

Capítulo 4 – Padrões de migração partidária no Rio de Janeiro

4.1 Introdução

A migração partidária é um fenômeno que acontece em todo mundo, mas varia de acordo com os diferentes sistemas governamentais e eleitorais, e, também, se relaciona com a intensidade na quantidade de trocas entre os partidos. Os Estados Unidos, por exemplo, com um governo presidencialista e um sistema majoritário de maioria simples, teve, entre os legisladores, em média, 0,4% de incidência de migração partidária de 1991 a 1999; já a Itália, com um sistema parlamentarista e uma representação proporcional de lista fechada, teve, em média, 31,9% de mudanças de partidos de 1988 a 2000 entre os legisladores (Heller, Mershon, 2009a). Desse modo, dependendo do contexto político, do sistema de governo e do eleitoral, as taxas de migração partidária irão se alterar de país para país.

No caso do Brasil, estudos sobre o tema demonstraram que a mudança de partidos pelos legisladores apresenta taxas relativamente altas, principalmente no período após o regime militar. Nessa perspectiva, Melo (2004) demonstrou que, em média, 28,7% dos políticos eleitos para a Câmara dos Deputados trocou de partido durante a legislatura de 1983 e 2003. Desposato (2009), por sua vez, indicou que, em média, 49,5% dos legisladores migraram de legenda entre 1991 e 2007. Ademais, Entre 1995 e 2008, 24% dos parlamentares trocaram de partido ao menos uma vez (Freitas, 2008).

Assim como as taxas de migração variam de acordo com os países, observam-se também diferenças com relação à percepção da saída de um político do partido: há países que não percebem a migração como um problema, enquanto, em outros casos, ocorrem práticas de constrangimentos legais para evitar a saída do político⁵⁴. As leis que dificultam as trocas de partidos pelos políticos são justificadas pelo fato de que a migração entre legendas causa problemas de representação entre políticos e eleitores (Janda, 2009), isto é, quando os políticos trocam de partido, acabam provocando um distanciamento entre a vontade do eleitor expressa no momento da eleição e a representação real no Legislativo (Freitas, 2008).

Por muito tempo, desde o restabelecimento do sistema pluripartidário, o Brasil foi considerado permissivo em relação às suas regras formais para a mudança de partidos (Lima Junior, 1993). Em 2007, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que o mandato do parlamentar passava a pertencer ao partido político e não mais ao político, e, mais recentemente, em 2015,

⁵⁴ Leis que punem políticos de saírem dos partidos são mais comuns em novas democracias do que em democracias mais consolidadas (Janda, 2009).

a desfiliação partidária seria aceita somente em três circunstâncias: “mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; grave discriminação política pessoal; mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação”⁵⁵. Entretanto, essas regras são aplicadas somente aos políticos eleitos pelo sistema proporcional, visto que, de acordo com a determinação do Superior Tribunal Federal, no caso deste sistema, o mandato pertenceria ao partido, enquanto, no sistema majoritário, o cargo pertence ao político eleito⁵⁶. Mesmo assim, era esperado que as mudanças de legisladores entre partidos reduzissem; contudo, não foi isso que aconteceu, e as migrações continuaram a existir, como demonstrado por Freitas (2012).

A ocorrência da migração entre partidos pelos políticos pode estar vinculada à força do personalismo na política. Políticos que se mantêm nos mesmos partidos ao longo de várias eleições tendem a fortalecer a imagem do partido e a sua própria. Em contrapartida, aqueles que migram com maior intensidade entre as legendas fortalecem a sua própria imagem em detrimento da do partido, e reforçam o personalismo na política. Consideraremos que a migração partidária é uma das estratégias do político de se manter na vida política, visto que este é um ator racional em busca de sucesso eleitoral, e, a depender das taxas de mudança de partido, reforçará um cenário mais personalístico ou partidário no estado. Levaremos em conta que os políticos são atores essenciais para a construção de partidos políticos fortes e que podem ser analisados de forma conjunta ou de modo separado para avaliar a relação destes atores com a presença mais forte de políticos e/ou de partidos no local em que se elegeram ou estão tentando conquistar um cargo. Assim, o político e o partido são essenciais para a sobrevivência um do outro, sendo o político primordial para a representação política (Blondel, 2008).

No presente capítulo, exploraremos se, no caso do Rio de Janeiro, os políticos almejam se manter no poder por meio das mudanças de legendas, favorecendo uma personalização da política. Para isso, apresentaremos a revisão da bibliografia sobre o tema, e discorreremos acerca de como ocorre este fenômeno no caso do Rio de Janeiro e também sobre efeitos na composição dos partidos políticos.

⁵⁵ Artigo 22-A da lei nº 9.096 de 1995 (Lei dos Partidos Políticos).

⁵⁶ O constrangimento legal de restringir as trocas de partidos pelos políticos eleitos proporcionalmente é colocado em xeque, visto que estes podem mudar de legenda sem a perda do cargo quando migram para partidos novos (recém-criados) ou quando a sigla sofre incorporação ou fusão com outra.

4.2 O estado da arte sobre migração partidária no Brasil

Durante os anos 1990, para uma primeira geração de autores, a migração partidária era justificada pela combinação dos arranjos institucionais que levariam o Brasil à baixa estabilidade governamental. Ademais, o fenômeno seria justificado pelo excessivo número de partidos políticos; ao mesmo tempo, a fragilidade institucional das legendas seria uma causa para a constante troca de partidos entre políticos e parlamentares, e esta fragilidade seria causada pela legislação partidária (Mainwaring, 1991; Lima Junior, 1993). A flexibilidade da legislação, principalmente no momento de implementação do pluripartidarismo e rearranjo do sistema partidário, justificaria as trocas de partidos. Nesse contexto, a facilidade na formação das legendas políticas, a ausência de fidelidade partidária obrigatória, a possibilidade de coligações e alianças e o sistema proporcional de lista aberta, que estimulava o personalismo das candidaturas, seriam fatores capazes de contribuir, direta ou indiretamente, para a migração de uma legenda para outra por parte dos políticos. Nesse sentido, assim como apontado em boa parte dos trabalhos sobre o sistema partidário brasileiro, o arranjo institucional como um todo causaria inúmeras trocas de partidos pelos políticos (Freitas, 2008).

Mainwaring (1991), mais especificamente, aponta que o sistema proporcional de lista aberta no Brasil, combinado com a ausência de identificação dos eleitores com os partidos, faz com que as siglas sejam consideradas frágeis, dificultando um fortalecimento do sistema partidário. Segundo o autor, o excesso de migração entre os partidos seria uma consequência desses fatores.

Nicolau (1996) demonstra que, no período de 1981 a 1994, a intensa troca de partidos pelos políticos pode ser justificada a partir de três razões: “a) o conflito de natureza ideológico-programática no seu partido de origem; b) conflito de natureza pessoal no seu partido de origem; e c) maximização das oportunidades eleitorais” (p. 70). Desse modo, a troca pode ocorrer quando o político não está totalmente de acordo com a ideologia do partido, como foi o caso do grupo de dissidentes do PMDB que criou o PSDB; pode ocorrer também por conta de conflitos pessoais, como, por exemplo, os que envolveram Leonel Brizola e Roberto Saturnino Braga no PDT do Rio de Janeiro; por fim, a mudança pode acontecer em virtude da simples decisão do migrante, no sentido de, com a migração, tentar maximizar suas possibilidades de eleição. De forma geral, Nicolau (1996) aponta que o ônus de sair do partido era relativamente menor do que o custo de permanecer na legenda.

As mudanças de partido são justificadas por Araújo (2000) a partir do conflito por conta da incompatibilidade entre a lógica estadual e a federal presentes no Brasil. Segundo o autor, há uma forte diferença na correlação de forças entre as duas arenas, ou seja, antes das eleições, as lideranças nacionais tenderiam a se alinhar com os líderes estaduais, enquanto, no momento pós-eleitoral, os legisladores tenderiam a se aproximar da esfera federal, o que causaria um conflito entre os dois níveis. Ademais, para o autor, é preciso analisar o processo histórico-político dos estados, visto que há estados onde a migração é mais acentuada do que nos demais.

O Brasil, durante o período democrático de 1945 a 1962, apresentou baixas taxas de migração partidária entre os deputados. Em 1962, por exemplo, somente 6,3% dos deputados saíram dos principais partidos (PSD, PTB e UDN) para migrar para outros (Santos, 2001). Esses índices são relativamente baixos, visto que o período é marcado por uma multiplicação de coalizões e pelo crescimento dos partidos pequenos em detrimento dos conservadores (Campello de Souza, 1976; Santos, 2001). De fato, o fenômeno cresce somente a partir da consolidação da redemocratização e do pluripartidarismo em 1982, e torna-se endêmico (Melo, 2004). De 1991 a 2001, em média 36% dos deputados na Câmara trocaram de partido ao menos uma vez (Heller, Mershon, 2009a).

A troca de partidos entre os políticos passou a ser vista por alguns autores, mais recentemente, como uma estratégia de maximizar e otimizar a sua carreira política (Melo, 1999; Mershon, 2014), e é considerada uma ferramenta que os políticos utilizam para alcançar suas ambições individuais (Heller, Mershon, 2009b). Desse modo, a mudança de partido é vista como uma oportunidade de o político aumentar suas chances de se eleger sempre que as condições do novo partido sejam melhores, ou que este tenha mais o que oferecer ao político do que a sigla anterior (Diniz, 2000). Em outras palavras, os políticos saem dos partidos que reduzem suas chances de reeleição e migram para aqueles que aumentam essa chance (Mershon, 2014).

No caso brasileiro, Melo (2002) descreve que a migração de políticos entre os partidos também seria justificada por dois fatores. O primeiro é a frágil conexão entre os partidos e os eleitores, uma vez que nem sempre os partidos sabem quem são seus eleitores e nem sempre os eleitores sabem quem está representando-o e, na maioria das vezes, não possuem identificação com algum partido político, o que facilitaria a troca de partido pelo candidato. O segundo é que, por muitas vezes, na carreira política, um cargo no Legislativo geralmente é considerado um “ponto de passagem” para o objetivo real do político, que seria o de obter um cargo no

Executivo. Logo, caso o político tenha mais chances de obter o cargo por meio de outro partido, ele migrará para ter maior sucesso. Apesar de Melo (2002) considerar o sucesso eleitoral como motivo essencial para a troca de partido pelo político, o autor ressalta que as altas taxas de renovação parlamentar levam a um alto grau de incerteza na carreira política, no qual a migração de partido resultaria necessariamente em um melhor desempenho do político nas próximas eleições, acarretando sua reeleição.

Ademais, a migração para partidos que compõem a base governista também seria um forte incentivo para a troca de legenda (Melo, 2002, 2004; Desposato, 2009). Melo (2002) aponta duas vantagens para a migração de partidos do governo: a primeira reside no fato de que o político pode, com a mudança, sinalizar ao eleitor a sua posição de “situação” em relação ao governo; a segunda é que os recursos disponíveis pelo governo aos parlamentares que o apoiam podem constituir um diferencial positivo no momento de competição eleitoral.

Deputados tenderão a assumir um caráter mais nitidamente governista quando mais os partidos de base do governo compartilharem o acesso às arenas decisórias ou, dito de forma mais concreta, quando a equipe ministerial for o resultado de um acordo entre o Presidente da República e os partidos que o apoiam. Quando não for este o caso, as migrações tenderão a ocorrer tanto uma maior evasão na base governista ou um aumento nas migrações que possuem outro sentido qualquer (MELO, 2002, p. 27).

Em outras palavras, quanto mais o partido estiver posicionado favoravelmente em relação ao governo e quanto mais capacidade de acesso a recursos ele tiver, maior será o incentivo para o parlamentar migrar para esse partido. É importante ressaltar o papel da popularidade do governo: quanto maior for a popularidade do governo e do presidente, maior será a tendência de migrações para os partidos governistas (Melo, 2002).

A migração partidária possui um impacto direto no sistema partidário em vigor. Se, por um lado, o político é movido por ambição com o objetivo de se (re)eleger, de obter cargos no Executivo ou no Legislativo e de ter acesso a recursos, por outro, os partidos buscam manter uma unidade partidária forte para ter influência sobre políticas públicas, formar fortes coalizões e fazer parte da coalizão governista (Heller, Mershon, 2009a). Do mesmo modo, as mudanças podem ocorrer a partir de decisões individuais ou coletivas, ou a partir de escolhas partidárias coletivas, como a criação de novos partidos⁵⁷. Desse modo, não podemos desconsiderar a

⁵⁷ De acordo com Heller e Mershon (2009a), a migração pode ocorrer a partir do tipo de decisão (i) individual, quando o político migra de legenda independentemente dos outros membros, ou (ii) em grupo, quando há migração “em bloco”, geralmente organizada por líderes partidário; e a partir da decisão de migrar baseada na origem do

análise dos padrões de troca de legendas no Rio de Janeiro para compreendermos o sistema partidário do estado.

4.3 Metodologia e dados

Para este capítulo, utilizaremos o mesmo banco de dados descrito no capítulo anterior com informações sobre Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Prefeitos e Governadores, eleitos e não eleitos, entre 1982 a 2016.

Para classificar a troca de partido, consideramos como “migração partidária” qualquer troca na filiação partidária de um político já eleito ou concorrendo a um cargo no Legislativo ou Executivo⁵⁸ entre uma eleição e outra; assim, caso o político troque de partido entre uma eleição e outra, independentemente do fato de ser ou não incumbente, ele será classificado como migrante. É importante ressaltar que, em caso de renomeações, cisões e fusões de legendas políticas, não são identificados como migrantes os políticos que já estavam no partido e que se mantiveram; só são assim classificados aqueles que tem como origem outro partido. Por exemplo, no momento de renomeação do PFL para DEM, em 2007, os políticos que estavam no partido e continuaram mesmo com a mudança de nome não são considerados migrantes; de fato, só são classificados dessa forma aqueles que eram de outros partidos e mudaram para o DEM.

A análise sobre a migração ocorre a partir de uma ótica futura, ou seja, analisamos se, na eleição seguinte a que o candidato competitivo concorreu, ele mudou ou não de partido. Em outras palavras, o objetivo é verificar se, na eleição seguinte, os candidatos são migrantes ou não migrantes. É importante ressaltar também que a mudança de partido é classificada de acordo com as candidaturas sequenciais do político, e não cronologicamente por ano da eleição. Por exemplo, se um político se candidatou em 1992 pelo partido A e somente se candidatou novamente em 2000 pelo partido B, ele será classificado como migrante, mesmo não tendo concorrido em 1996.

Ademais, utilizaremos a mesma classificação em relação à ideologia dos partidos descrita no capítulo anterior e simplificada na seguinte tabela.

partido, pode ocorrer (i) uma criação, quando são formados novos partidos sem origem anterior; (ii) uma cisão, quando um partido se divide originando dois ou três partidos; (iii) uma fusão, quando dois ou mais partidos se unem, formando uma legenda; (iv) uma renomeação, quando um partido já existente muda de nome, mas mantém os mesmos membros e características; e (v) uma extinção, quando um partido se extingue sem alocação dos membros em outros partidos; geralmente, nesses casos, o partido concorre somente a uma única eleição.

⁵⁸ Utilizamos a mesma definição de Heller e Mershon (2009a) e Mershon (2014).

Tabela 4.1 – Classificação dos partidos políticos por blocos ideológicos

Esquerda		Centro		Direita		
PT	PCO	PMDB	REDE	PHS	PTC	PSL
PSTU	PDT	PMN	SD	DEM	PRP	PST
PSOL	PSB	PSDB	PMB	PR	PRTB	PTB
PC do B	PPL	PV	PROS	PP	PSC	PT do B / AVANTE
PCB		PEN		PPS	PSD	PTN / PODEMOS

Fonte: Faganello, Fernandes, 2018 (adaptado pela autora).

Para o presente capítulo, separamos a análise em três partes: a primeira diz respeito aos padrões de origem e de destino dos migrantes com relação a partidos e bloco ideológico; a segunda parte refere-se ao sucesso eleitoral dos migrantes; e por fim, estudaremos a composição dos partidos a luz da classificação dos candidatos, ou seja, se os partidos são compostos por candidatos novos na disputa, migrantes ou não migrantes.

Para o presente capítulo, separamos a análise em três partes: a primeira diz respeito aos padrões de origem e de destino dos migrantes com relação a partidos e bloco ideológico; a segunda se refere ao sucesso eleitoral dos migrantes; e a terceira, por fim, trata da composição dos partidos à luz da classificação dos candidatos, identificando se os partidos são compostos por candidatos novos na disputa, migrantes ou não migrantes.

A partir deste capítulo, buscaremos analisar quatro diferentes aspectos sobre a migração partidária no Rio de Janeiro:

- 1) Os padrões de migração partidária por ano e por cargos disputados pelos candidatos competitivos.
- 2) A origem e o destino de migração dos candidatos competitivos em diferentes perspectivas: (i) entre os partidos; (ii) entre os cargos disputados; (iii) por bloco ideológico; (iv) para a base governista estadual, federal ou para outros partidos.
- 3) O padrão de migração entre eleitos e não eleitos.
- 4) Os perfis de candidatos competitivos nas eleições e partidos: novatos, migrantes ou fiéis.

4.4 A migração política no Rio de Janeiro

Em um primeiro momento, exploraremos o cenário estadual do Rio de Janeiro no que tange ao fenômeno da migração partidária. Para isso, verificamos a porcentagem de candidatos

que migraram ou não de partido entre uma eleição e outra. Assim, excluimos os políticos que tiveram candidatura única, ou seja, que se candidataram para a eleição somente uma única vez durante todo o período analisado, e excluimos a última disputa daqueles que se candidataram mais de uma vez, pois não conseguimos mensurar em qual partido ele estará depois. Ademais, mantivemos a amostra para candidatos classificados como competitivos na disputa, isto é, quando alcançam mais de 15% dos votos nas eleições majoritárias e quando estão alocados no 4º quartil da porcentagem do quociente eleitoral nas eleições proporcionais, calculado para cada ano e por cada cargo.

Com o objetivo de ter uma investigação longitudinal em todos os anos eleitorais, separamos a análise sobre as taxas de migração dos candidatos competitivos ao longo dos anos em dois grupos: a primeiro é referente às eleições municipais (Prefeito), e a segunda diz respeito às eleições estaduais e federais (Deputado Estadual e Federal, Governador e Senador). Optamos por essa segregação inicial por conta de os anos eleitorais serem diferentes para cada competição⁵⁹. Consideramos um candidato competitivo migrante como aquele que, por exemplo, no ano de 1982, tenha disputado na próxima eleição por outro partido; por isso, nossa análise partirá do ano de 1982. Essa abordagem faz com que possamos analisar o que os candidatos competitivos fazem no futuro. Em outras palavras, a porcentagem de migrantes de 1982 representa quantos mudaram de partido na eleição seguinte. É importante ressaltar que consideramos a eleição seguinte do candidato e, não necessariamente uma eleição consecutiva.

Observamos que, nas eleições municipais, as taxas de migração dos candidatos competitivos oscilam ao longo dos anos. Mais de 50% dos candidatos que concorreram nas eleições de 1982, 1988, 1992 e 2000 disputam por outro partido na eleição seguinte. Nos anos de 1996 e 2004, observamos o fenômeno de redução da migração, ou seja, candidatos competitivos que concorreram nesses anos migraram menos nas eleições seguintes. Esses anos têm em comum o fato de cada um constituir um primeiro ano eleitoral municipal após a eleição do primeiro mandato de um presidente: em 1996, de Fernando Henrique Cardoso; em 2004, de Luís Inácio Lula da Silva. Nos anos eleitorais após a eleição do segundo mandato do presidente, verificamos dois fenômenos: o crescimento de migrantes que disputaram em 2000 e a redução desse grupo em 2008. O ano de 1985 é o ano eleitoral municipal em que menos migrantes

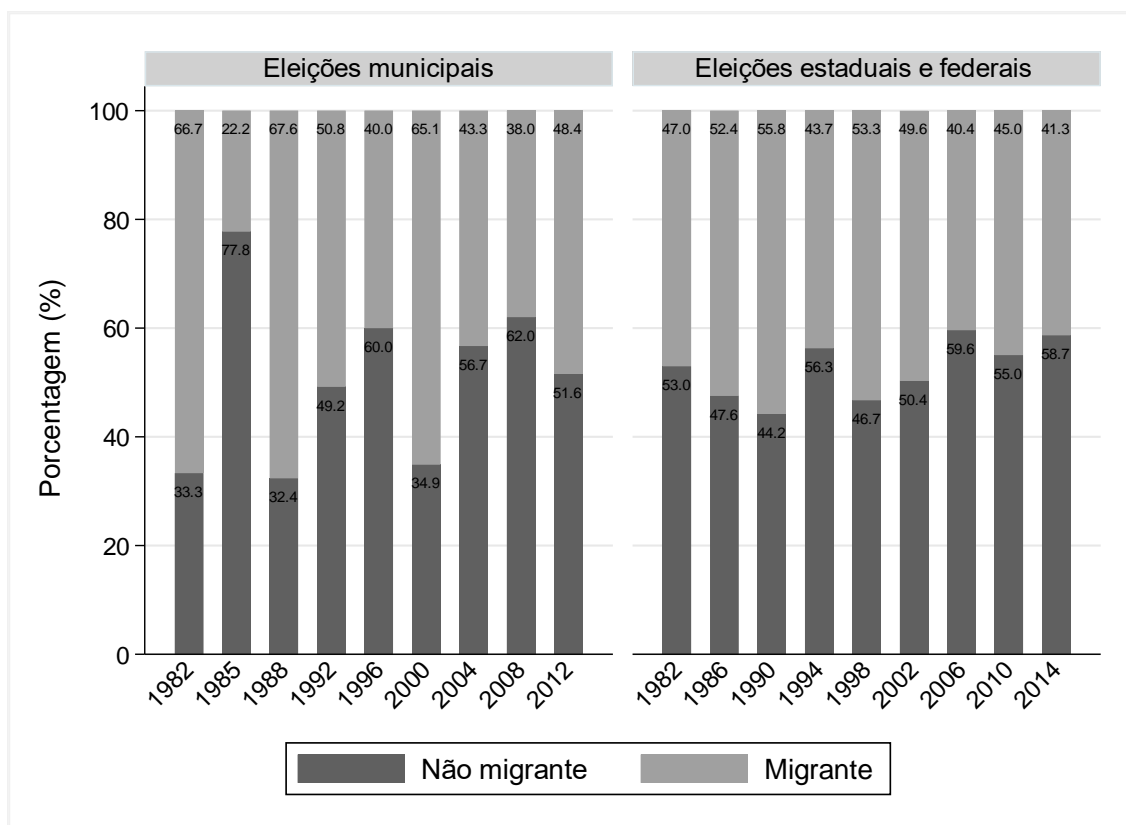
⁵⁹ Para visualizar o gráfico da distribuição de todos os candidatos competitivos migrantes e não migrantes em todos os anos (sem separação por eleição), ver anexo 3.

mudam de partido na eleição seguinte (22,2%) e, 1988 apresenta a maior proporção de candidatos que optaram por concorrer em outro partido na próxima eleição (67,6%).

Os dados para as eleições estaduais e federais apontam que, no período compreendido pela análise, há uma menor oscilação entre migrantes e não migrantes do que no caso das eleições municipais. A maior taxa de migração apresenta-se no ano de 1998, quando 54% dos candidatos competitivos mudaram de partido na eleição seguinte, enquanto, em 2006, somente 40,4% optaram por mudar de legenda na próxima eleição. De forma geral, observamos que, tanto nas eleições municipais quanto nas estaduais e federais, a tendência é que de 40% a 50% dos candidatos competitivos mudem de partido na eleição seguinte a ser disputada.

A redução nas taxas de migração no ano de 2008 (se comparada com a dos anos anteriores) pode ser consequência da decisão do TSE de 2007 de que o mandato eleitoral passava a pertencer ao partido, e não mais o político, o que provocaria um constrangimento em relação à mudança de legenda por parte dos políticos. Contudo, com cerca de 48,4% dos candidatos competitivos que concorreram em 2012 migram de partido, verificamos que, ainda assim, tal medida não teve resultados totalmente efetivos na redução da taxa de migração.

Gráfico 4.1 – Taxa percentual de migração partidária das candidaturas competitivas (E1) no Rio de Janeiro no período de 1982 a 2014

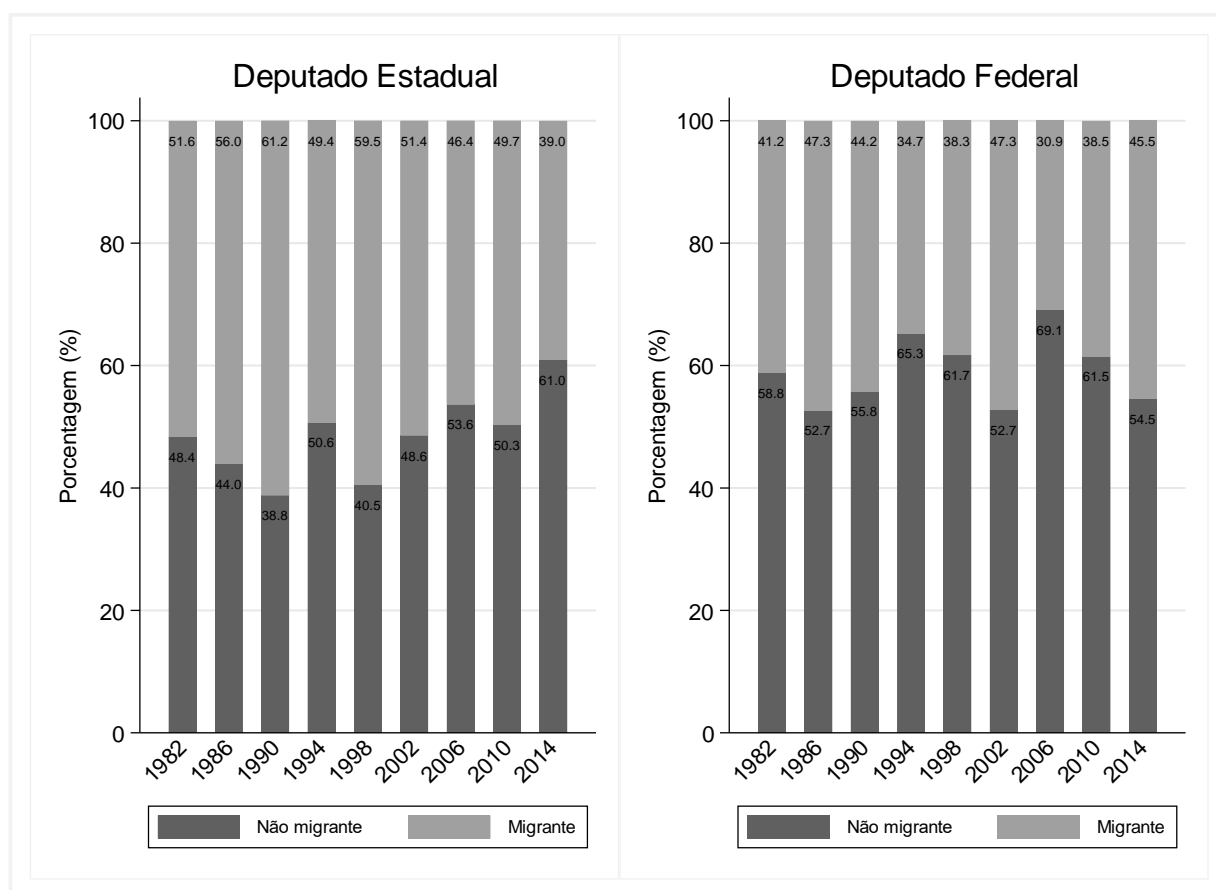


Desagregando a análise sobre troca de partidos por parte dos candidatos competitivos, avaliamos comparativamente as duas eleições proporcionais para os cargos de Deputado Estadual e Federal. Observamos que, nas eleições para Deputado Estadual, há uma maior oscilação de migrantes entre os anos eleitorais do que na disputa para o cargo de Deputado Federal. Verificamos também que, em 1998, 59,5% dos candidatos competitivos migram na eleição seguinte, e que a menor taxa de migração entre os candidatos para Deputado Estadual ocorre em 2014 e é de 39%.

Em contrapartida, na corrida eleitoral para Deputado Federal, observamos que as taxas de migração são menores se comparadas com as da disputa para Deputado Estadual, cujo percentual de migração não atinge mais de 50% em nenhuma eleição. Observamos que a menor taxa de migrantes acontece no ano de 2006, 30,9% dos candidatos mudam de legenda na próxima eleição.

Desse modo, verificamos que as disputas para as Assembleias Legislativas são compostas por mais candidatos migrantes, ao passo que esse número reduz quando analisamos a disputa para a Câmara dos Deputados. Candidatos competitivos que concorrem como Deputado Estadual migram mais na próxima eleição se comparados com os que disputam ao cargo de Deputado Federal.

Gráfico 4.2 – Migração de candidatos competitivos (E1) nas eleições proporcionais por ano e por cargo



Analisando o cenário das eleições majoritárias, constatamos dois padrões diferentes: um no qual há uma oscilação na disputa de migrantes e de não migrantes, o que é o caso dos Prefeitos; e outro no qual há muitos não migrantes concorrendo às eleições, o que é o caso das disputas para Governador e Senador.

Nas eleições municipais, verificamos que há uma predominância de candidatos competitivos migrantes nas eleições seguintes nos anos de 1982, 1988, 1992 e 2000. As menores taxas de migrantes que mudam de legenda na próxima eleição encontram-se nos anos

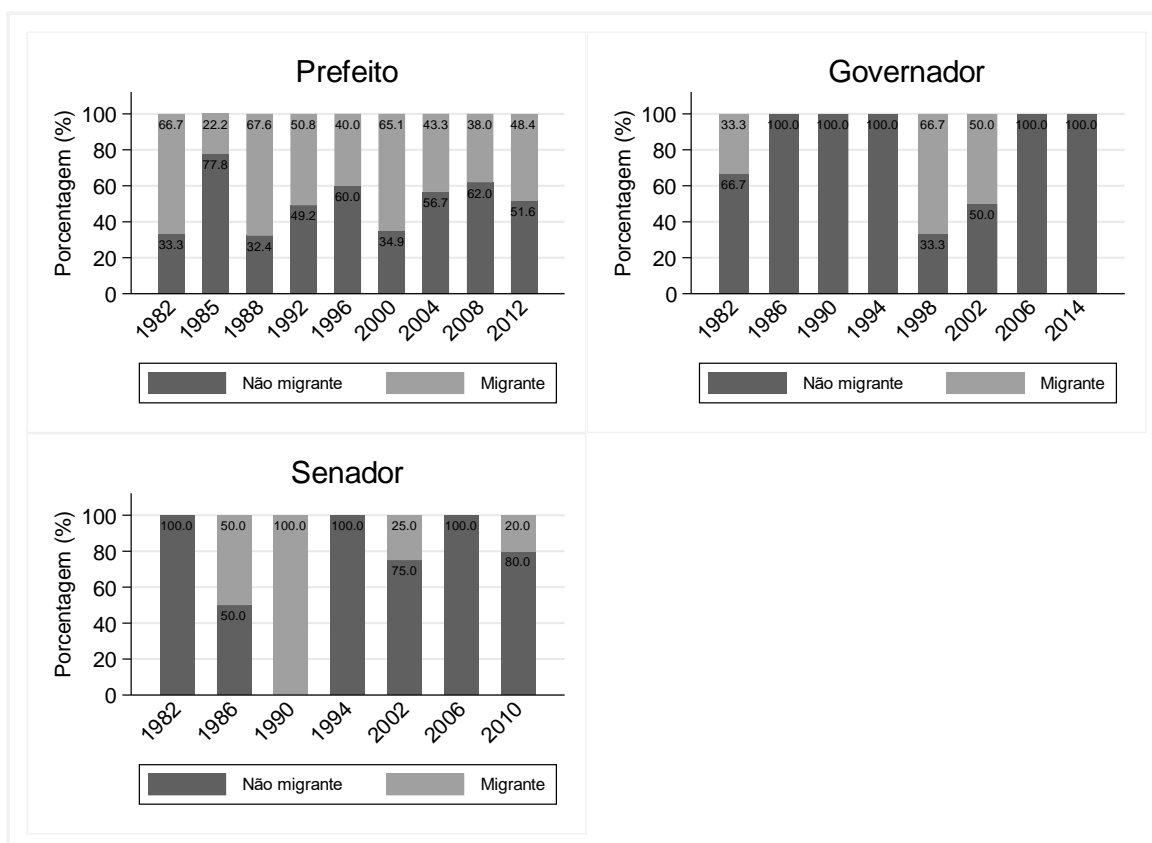
de 1985, 1996, 2004, 2008 e 2012. Observamos que o padrão dos últimos três pleitos municipais é de que há menos migração de candidatos competitivos na eleição seguinte.

Nas eleições para Governador, observamos que a predominância na disputa é de candidatos não migrantes. Somente em 1998 os candidatos competitivos migram mais do que em outros anos na eleição seguinte. Candidatos competitivos não migrantes conseguem ser maioria na disputa em todos os outros anos eleitorais. A disputa para Senador segue o mesmo padrão da anterior: somente em 1986 e em 1990 os candidatos competitivos migrantes somam mais de 50% da disputa na próxima eleição. Em todos os outros anos eleitorais, há mais políticos não migrantes concorrendo ao cargo.

A ausência de descrição sobre migrantes e não migrantes em alguns anos eleitorais diz respeito a saída dos candidatos competitivos da competição eleitoral. Isto é, candidatos competitivos que concorreram em um determinado ano e que saem da vida política não podem ser classificados como migrantes ou não migrantes. É o caso da disputa para Senador em 1998 na qual Roberto de Oliveira Campos e Roberto Saturnino Braga concorreram pela última vez; a eleição para Senador em 2014 na qual Cesar Maia e Romário e Souza Faria não disputaram na eleição seguinte; e a eleição para Governador em 2010 na qual Fernando Gabeira e Sergio Cabral não disputaram posteriormente.

Assim, nas eleições majoritárias, verificamos que predominantemente a disputa para Governo do Estado e para o Senado é realizada por políticos competitivos que não migram de partido entre uma eleição e outra, enquanto, para as Prefeituras, há um equilíbrio entre políticos migrantes e não migrantes. Isso pode ser um indicativo de que, mesmo com um cenário eleitoral igual – com magnitude do distrito eleitoral igual a 1 –, as dinâmicas se alterem de acordo com o cargo disputado.

Gráfico 4.3 – Migração de candidatos competitivos (E1) nas eleições majoritárias por ano e por cargo



4.4.1 De onde vêm e para onde os políticos migram

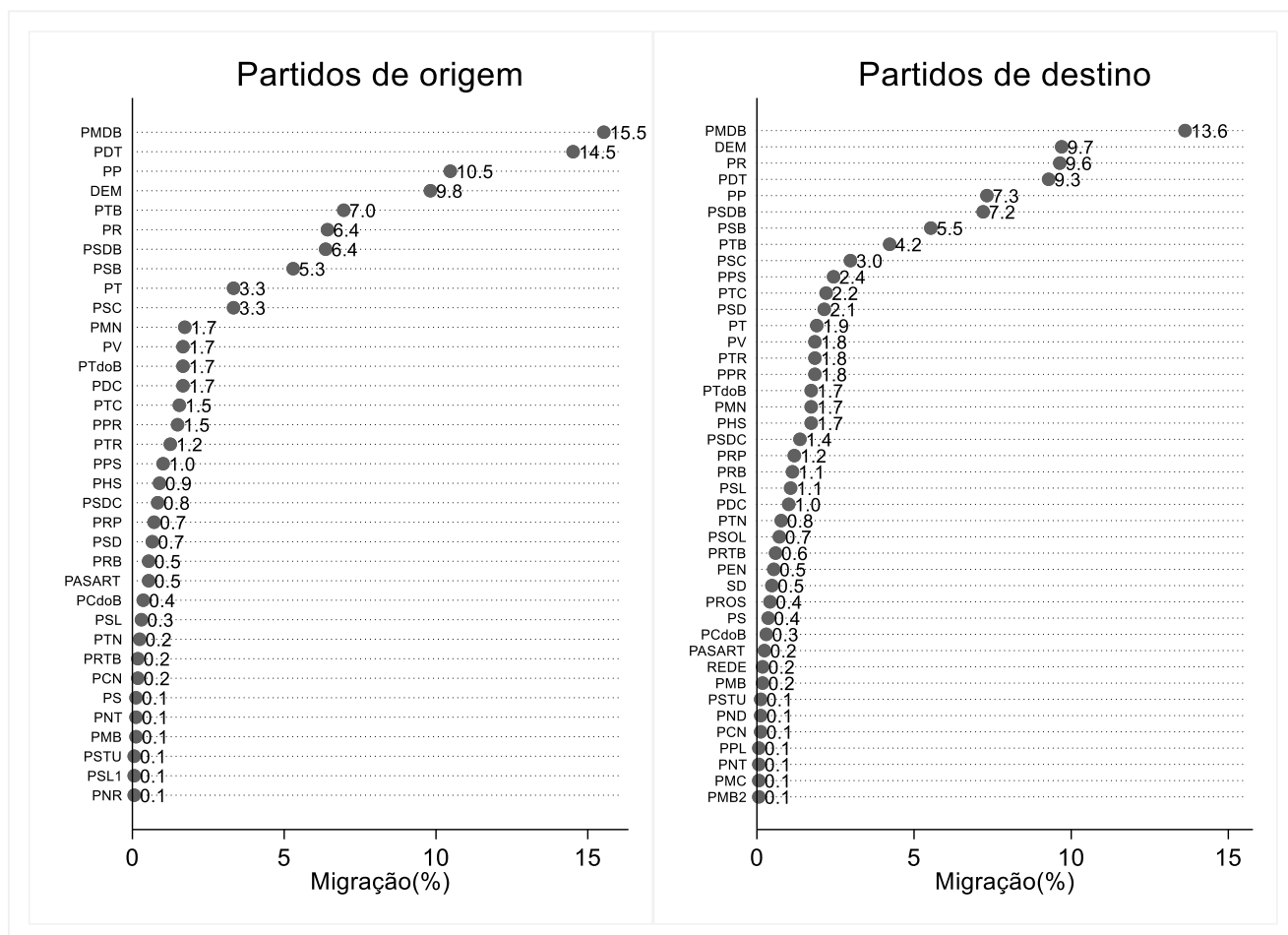
Uma pergunta importante para a presente tese é: para quais partidos foram os políticos que mudaram de legenda e de onde eles vieram? Com o objetivo de responder a esse questionamento, plotamos no gráfico abaixo quais são os partidos de origem dos candidatos competitivos (de onde saem), e quais são seus partidos de destino (para onde migram).

Os candidatos competitivos saem principalmente do PMDB (15,5%), do PDT (14,5%), do PP (10,5%), do DEM (9,8%) e do PTB (7%). Os três primeiros partidos concentram 40% dos candidatos que saem das legendas. Com exceção do PP, os outros quatro partidos mantêm-se como os principais destinos dos migrantes, acrescentando a participação do PR. Na ordem de partidos que recebem mais migrantes, temos: PMDB (13,6%), DEM (9,7%), PR (9,6%), PDT (9,3%) e PP (7,3%). Os três primeiros partidos recebem 33% do total de migrantes competitivos.

A partir desses dados, notamos que os partidos que mais saem políticos são majoritariamente os mesmos que recebem mais migrantes. Isso pode ocorrer por dois fatores:

(i) as legendas são partidos grandes que recebem muitos candidatos, e por isso, possuem maiores fluxos de entrada e saída de migrantes; e (ii) as siglas são partidos que comumente conseguem obter bons resultados eleitorais, o que poderia ser um fator maior para o troca-troca.

Gráfico 4.4 – Distribuição de migrantes competitivos por partidos de origem e de destino



Entretanto, precisamos analisar minuciosamente quais partidos políticos os candidatos competitivos saíram e para quais legendas eles foram, a depender do cargo disputado. Desse modo, plotamos cinco tabelas diferentes com as principais origens e destinos de partidos políticos de candidatos competitivos.

Para a primeira tabela, observamos a dinâmica de candidatos competitivos que disputaram para o cargo de Deputado Estadual. Considerando o total de 773 candidatos migrantes, verificamos que o PMDB é o partido de onde mais saiu concorrentes (93), seguido pelo PDT, de onde saíram 86 migrantes; logo em seguida, há a saída de 84 candidatos competitivos pelo DEM. PP e PR aparecem também como partidos de onde saem candidatos para Deputado Estadual.

Quando analisamos os partidos de destino dos migrantes, verificamos que o PMDB é o que mais recebe candidatos. DEM e PR, por sua vez, recebem igualmente 75 migrantes cada. O PDT aparece sendo o quarto partido de preferência de destino dos migrantes, e o PSDB fica em quinto lugar, recebendo 50 candidatos competitivos.

Outros fluxos migratórios nos chamam a atenção quando analisamos a disputa para a Assembleia Legislativa. 20 candidatos competitivos saíram do PP para migrar para o DEM; 17 candidatos saíram do PSB para o PMDB; e 14 saíram do PDT para o PMDB.

Analisando minuciosamente os dados, constatamos que o primeiro fluxo migratório entre o PP e o DEM acontece de uma forma mais intensa no momento após a criação deste último partido. De fato, 16 candidatos saem do PP e migram para o DEM entre 1982 e 1985, embora, na época, este partido correspondesse a duas siglas diferentes: PDS e PFL. A migração entre o PSB e o PMDB acontece de uma forma mais concentrada nos anos de 2004 a 2006, período no qual 12 partidos mudaram de legenda. Por fim, as migrações do PDT para o PMDB apresentam-se de uma forma mais diluída em todos os anos.

Tabela 4.2 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Deputado Estadual

		PARTIDO DE ORIGEM																								Total										
		DEM	PASART	PCN	PCdoB	PDC	PDT	PHS	PMB	PMDB	PMN	PNT	PP	PPR	PPS	PR	PRB	PRP	PRTB	PS	PSB	PSC	PSD	PSDB	PSDC	PSL	PSOL	PT	PTB	PTC	PTN	PTR	PTdoB	PV	Total	
PARTIDO DE DESTINO	PMDB	13					14	3	1	4		9			6						17	6		14	1					5	1	2		1	97	
	DEM			1		1	9	1		6	2	20	2		7		1				3	3		3	2				5	1	1	1	4	2	75	
	PR	5	1			3	11	1		9	3	5		2				1		1		7	4	1	1		3	9	4		1	3		75		
	PDT	11								12	1	10	1		7						5	2	1	5	2			4	8	1			1		71	
	PSDB	4			1	2	8			13		3	2	4		1					2	1						1	2	3		2		1	50	
	PSB	4				1	8			5	1	4		1	4		1					1		7				4	1				3	1	46	
	PP	7	1			1	1			5				8	5						1	2	1	4				2	3	1					42	
	PTB	5					3	1		5			5			1	1						1	2	1							2	1		28	
	PSC	4				3				4	1	1	2								3		1			1			2	1		3	1		27	
	PTC	5	2				1			5						2	1				2			1					1						20	
	PSD	1					5			3	1				1	4					2			2												19
	PPS	1				2				1			2								1	1			1	1		3	1	1			1	1	17	
	PSDC	3		1			3			1			1			1			2		2	1				2									17	
	PV	1				6	1				1				1							2		1					2						17	
	PSL	1					1			2					2	2					2	4		1	1											16
	PT							1		3	1				1	2						4							1				1	1	15	
	PHS						1			1	1		2		5	1											2		1						14	
	PPR	5				2				2			2																	2		1			14	
	PTdoB	2	1			2	1								1	2		1							1				3						14	
	PMN	2					5			1											3	1												1	13	
	PTR	2		1			1			3			3																2						12	
	PDC	4					1			5																										10
	PTN							1		2	1				1	1	1						1			1										9
	PRB	1					1						1									1			1	1			1							8
	PSOL					2													1		1	1							3						8	
	PEN					1		1		1						2									1					1						7
	PRP							3		1						1																2				7
	PRTB	1					1										1											1	1				1	1	7	
	SD	2								2																				1					5	
	PS		1						1													1								1					4	
	PROS																					1	1		1										3	
	PCN						1																												1	
	PCdoB																1																		1	
	PMB2																											1							1	
	PMC																1																		1	
PNT		1																																1		
REDE																																		1		
Total	84	7	3	1	16	86	13	1	93	17	1	69	13	8	59	2	10	3	2	53	31	4	49	11	6	1	24	47	15	3	11	20	10	773		

Na segunda tabela, observamos a dinâmica de candidatos competitivos que disputaram o cargo de Deputado Federal. Verificamos que, do total de 315 candidatos migrantes, 55 saíram do PMDB, 49 do PDT, 35 do DEM, 27 do PP e 22 do PR.

O DEM é o partido que mais recebe migrantes; de fato, um total de 41 candidatos muda para a legenda. Com frequências muito parecidas, o PR recebe 33 migrantes e o PSDB, 31. Não podemos deixar de considerar o PDT e o PP, que recebem, respectivamente, 26 e 23 migrantes.

Verificamos três concentrações de migração entre partidos: 10 candidatos saem do PP e vão para o DEM, 9 deixam o PMDB e mudam para o PSDB, e 7 trocam o PMDB pelo PDT. Novamente, constatamos dois fluxos migratórios em determinados anos. O primeiro é a migração de 6 candidatos do PP para DEM em 1986 após o partido ser criado, no caso, como PDS e PFL; e o segundo fluxo, por sua vez, é a migração de 4 políticos do PMDB para o PSDB em 1990, depois da fundação deste partido. Já a migração do PMDB para o PDT acontece de forma desconcentrada entre os anos.

No geral, observamos que, para ambos os cargos proporcionais disputados, os partidos de onde mais saem candidatos competitivos e as legendas para onde mais migram são: PMDB, DEM e PDT. Ademais, constatamos duas particularidades: o PP aparece como um dos cinco partidos de onde mais saem candidatos competitivos concorrendo para Deputado Estadual e Federal, e o PR aparece entre os cinco partidos que mais recebem migrantes. Observamos também que o PSDB é um dos partidos que mais recebem migrantes que disputam tanto para Deputado Estadual quanto para Federal.

Tabela 4.3 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Deputado Federal

		PARTIDO DE ORIGEM																										Total				
		DEM	PASART	PCdoB	PDC	PDT	PHS	PMB	PMDB	PMN	PNR	PP	PPR	PPS	PR	PRB	PRP	PRTB	PSB	PSC	PSD	PSDB	PSDC	PSTU	PT	PTB	PTC	PTN	PTR	PTdoB	PV	Total
	DEM					5			6	1		10			3							2				3	3			1	34	
	PR	5		1		6	1		4			3		1		1		2			2	2		1	2	2				33		
	PSDB	6				5			9			1	1		4			2				1			2					31		
	PDT	7			2				7			3			1					1				2	1				2	26		
	PP	1			1	3			6	1			6		1					1		1			2					23		
	PMDB	1				6						2		1	2				3			2			1				1	19		
	PTB	2				1	1		7											1	2							2		16		
	PTC	3	1			2			5		1				2										1					15		
	PHS					1			3						1					1					1		1	1	1	10		
	PPR	2			2							2			2												2			10		
	PSB	1				4						2					1			1				1						10		
PARTIDO DE DESTINO	PTdoB		1		1			1	2							1				2				1	1					10		
	PPS					3	1								1							2								7		
	PRB				1	1			1						1				1	1				1						7		
	PSC					1			1			1							1			1					1			1	7	
	PSD	3				1	1					1																		6		
	PEN											1			2			1												1	5	
	PT					2																		1		1				1	5	
	SD	1							1	1								1											1	5		
	PRP	1				2														1										4		
	PRTB	1													1					1									1	4		
	PV	1				1																		1			1			4		
	PROS					1									1					1										3		
	PSDC					1			1																				1	3		
	PSOL																		1					2						3		
	PTR					2			1																					3		
	PMN								1										1											2		
	PSL																					1							1	2		
	PSTU			1																					1					2		
	PTN											1											1							2		
	REDE																								2					2		
	PCdoB														1															1		
	PPL					1																								1		
	Total	35	2	2	7	49	4	1	55	3	1	27	7	2	22	1	3	2	11	11	2	11	4	1	12	15	8	2	2	5	8	315

Com relação aos prefeitos, verificamos que 476 candidatos competitivos migraram para outra legenda. Observamos que o PMDB é o principal partido de origem, visto que, dele, saem 99 candidatos; a sigla é seguida pelo PDT, de onde saem 80 candidatos, 54 do PP, 42 do DEM e pelo 41 do PSDB.

O PMDB se mantém como principal partido de destino dos migrantes; de fato, 97 candidatos vão para o partido, ao passo que 49 políticos mudam para o PP; 48, para o PDT; 43, para o PSDB; e 42, para o PR. Nota-se que o PMDB recebe o dobro de migrantes competitivos vindo de outras legendas em relação ao segundo partido que mais recebe candidatos migrantes, ou seja, o PP.

Ressaltamos dois fluxos migratórios grandes envolvendo somente dois partidos. No primeiro, 30 candidatos competitivos saem do PDT e vão para o PMDB, e, no segundo, 17 candidatos saem do PMDB e migram para o PDT. Dos 30 migrantes que saíram do PDT para o PMDB, 21 deles migraram em 2004, ano posterior à eleição do Governador do Estado pelo PMDB. Já as migrações entre o PMDB para o PDT aconteceram de uma forma dispersa ao longo dos anos. Assim, observamos que dois partidos concentram a movimentação de entrada e saída entre aqueles que disputam a Prefeitura: o PMDB e o PDT.

Tabela 4.4 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Prefeito

		PARTIDO DE ORIGEM																							Total		
		DEM	PCdoB	PDC	PDT	PHS	PMDB	PMN	PP	PPS	PR	PRB	PRTB	PSB	PSC	PSD	PSDB	PSDC	PT	PTB	PTC	PTN	PTR	PTdoB	PV	Total	
PARTIDO DE DESTINO	PMDB	11			30	1	3	7	1	4	2	1	7	5	3	9			3	4		1	2		3	97	
	PP	7		1	5		12	1	1	1	3			2	3		6		2	4					1	49	
	PDT	5	1				17	1	10		5	1		1	1		3				2					1	48
	PSDB	4		1	5	1	16		4	1	3			1	1				1	3						2	43
	PR	2	1		4	1	13		6	2		1		1	1		4	1	2	2					1		42
	DEM		1		1		10		10		3			3		1	2				3			1		1	36
	PSB	2			11	1	5	1	1		2				1		1			1	1					2	29
	PTB	2		1	3		6		4						1	1		3									21
	PSC	1			4		4								1		1									2	13
	PPS	2			2		3					1				1				1							10
	PSD				1						3	1			2			2				1					10
	PT				3		1											4				1					9
	PV	1			1	1								2			3		1								9
	PHS				1				1		1	1					1		2								7
	PPR	2		2			2		1																		7
	PRP	2			1		2										1		1								7
	PRB				1		1		1		1					1				1							6
	PMN				2				1					2													5
	PTdoB	1			1		2	1																			5
	PTR				1				3																		4
	PCdoB				1						1									1							3
	PSDC								1			1						1									3
	PDC						1		1																		2
	PEN				1				1																		2
	PSL						1																			1	2
	PTC						1		1																		2
	PTN						1													1							2
	PCN				1																						1
PROS										1																1	
SD									1																	1	
Total	42	3	5	80	4	99	7	54	6	27	8	1	23	15	4	41	1	17	20	1	1	3	1	13	476		

A migração de candidatos competitivos para Governador e Senador é numericamente menor, visto que são poucos os políticos que conseguem ser competitivos na disputa e que migram de legenda na eleição seguinte – 4 e 5 casos, respectivamente. Os partidos de onde saem os candidatos competitivos para Governador são: DEM, PDT, PP e PSB. Já os que recebem os migrantes são o PR, o PTB e o PMDB, sendo este último o partido que mais recebe migrantes (2).

No caso dos candidatos competitivos a Senador, temos cinco partidos de onde saem os migrantes (PDT, PP, PR, PSDB e PT do B) e quatro que os recebem (PC do B, PSDB, PTB e PTR). É importante ressaltar que dois candidatos competitivos mudam para o PTR, mas essas migrações ocorrem em momentos pontuais, quando o partido ainda existia (1986 e 1990).

Tabela 4.5 – Distribuição de migrantes por partidos de origem e de destino nas eleições para Governador e Senador

		GOVERNADOR				
		PARTIDO DE ORIGEM				
		DEM	PDT	PP	PSB	Total
PARTIDO DE DESTINO	PMDB			1	1	2
	PR		1			1
	PTB	1				1
	Total	1	1	1	1	4

		SENADOR					
		PARTIDO DE ORIGEM					
		PDT	PP	PR	PSDB	PTdoB	Total
PARTIDO DE DESTINO	PTR			1	1		2
	PCdoB					1	1
	PSDB	1					1
	PTB		1				1
	Total	1	1	1	1	1	5

Um dos debates sobre migração partidária questiona se a mudança de legenda pelo político é orientada por uma mudança ideológica. Em outras palavras: os políticos migram para partidos com a mesma orientação ideológica que a do seu partido anterior ou há uma mudança ideológica quando ocorre a troca da legenda? No intuito de responder tal pergunta, agruparemos os partidos políticos em blocos de acordo com a sua ideologia e verificaremos para quais blocos

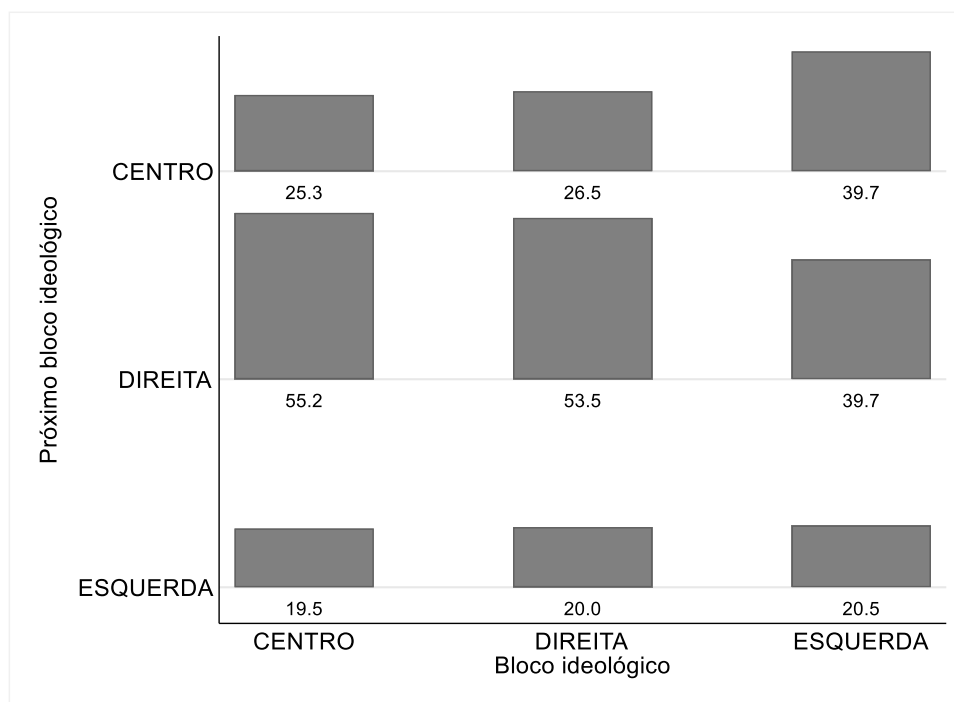
os candidatos competitivos vão. Selecionamos os políticos que disputaram em eleições consecutivas e foram classificados anteriormente como competitivos. É importante elucidar que o balanço sobre a migração dos políticos por bloco ideológico foi realizado apenas entre os anos eleitorais de 1996 a 2016, principalmente por conta da classificação ideológica dos partidos políticos explicitada na seção metodológica.

Verificamos que, dos candidatos que estavam em partidos de centro, 55,2% migram para partidos de direita, 25,3% optam por mudar de legenda, mas se manter no mesmo bloco ideológico (centro), e 19,5% optam por partidos de esquerda. Migrantes que saem do bloco ideológico da direita seguem o mesmo padrão anterior: 53,5% mudam para partidos de direita, ou seja, permanecem no mesmo bloco ideológico, 26,5% migram para partidos de centro e 20% mudam para partidos de esquerda.

Candidatos competitivos que saem de partidos de esquerda se dividem entre migrar para partidos de centro ou de direita. Nesse sentido, 39,7% optam por legendas centristas, ao passo que exatamente a mesma porcentagem de políticos escolhe siglas de direita. Somente 20,5% optam por permanecer em partidos com o mesmo viés ideológico.

Faganello e Fernandes (2018) apontaram que a tendência no bloco ideológico da esquerda seria que as migrações para o mesmo bloco fossem maiores se comparados aos outros blocos. Entretanto, obtivemos resultados contrários: candidatos competitivos que saem do bloco ideológico da esquerda migram, em sua maioria, para a direita e para o centro. Esses achados podem ser indícios de diferentes padrões migratórios se compararmos o caso do Rio de Janeiro com o nacional (Faganello, Fernandes, 2018).

Gráfico 4.5 – Origem e destino da migração dos candidatos competitivos (E1) por bloco ideológico



Para uma análise mais acurada, separamos os candidatos competitivos de acordo com o cargo disputado e analisamos os fluxos de migração conforme o bloco ideológico para o qual migram.

Em primeiro lugar, observamos que candidatos para Deputado Estadual e Federal possuem um perfil parecido com relação ao bloco ideológico para o qual migram. Ambos os cargos mudam majoritariamente para legendas classificadas como de direita (54% e 61%, respectivamente). Políticos que disputam a Assembleia Legislativa migram para partidos de centro (26%) e para siglas de esquerda (19%). Os candidatos competitivos que concorrem à Câmara dos Deputados também seguem o mesmo padrão: 24% mudam para legendas de centro e 16% mudam para partidos de esquerda.

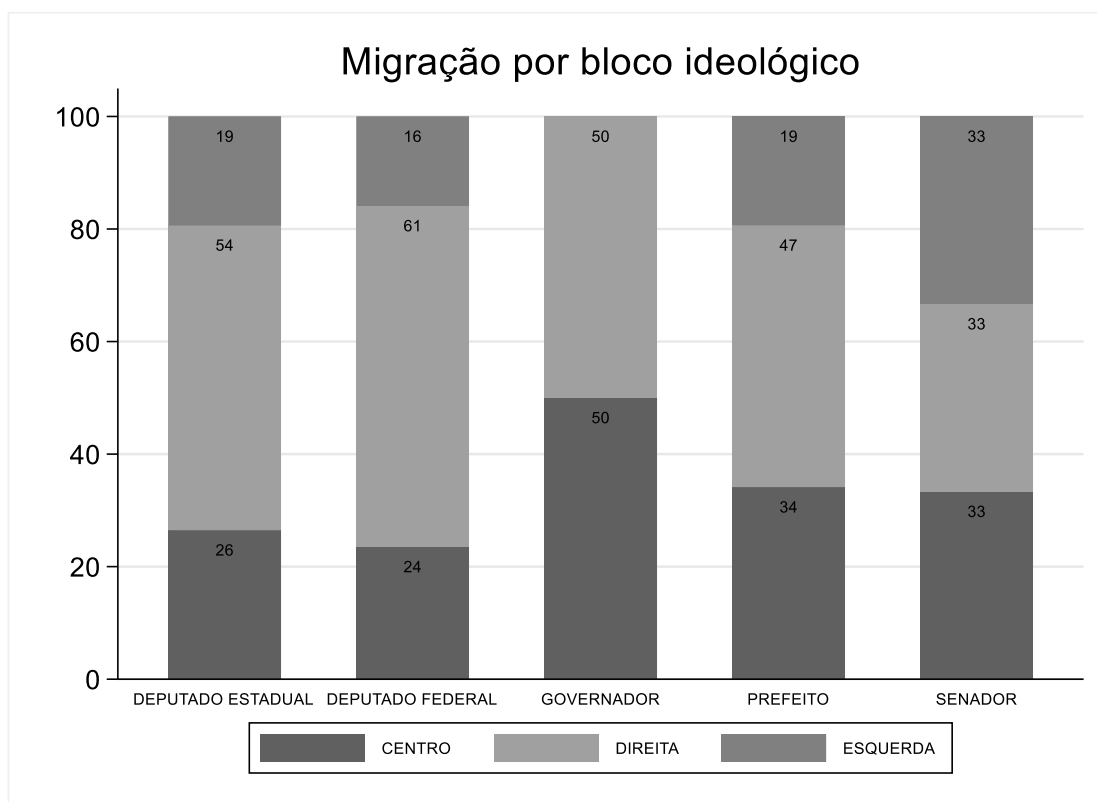
No caso dos candidatos para Prefeito, observamos que 47% mudam para legendas de direita, e 34%, para legendas de centro. Somente 19% dos candidatos competitivos migram para partidos de esquerda.

É notável o caso de políticos que concorreram aos cargos de Governador e de Senador em eleições seguidas. Dos candidatos competitivos para Governador, metade muda para legendas de centro e a outra metade migra para partidos de direita. Não observamos migrações

para partidos de esquerda. Na disputa para o Senado, verificamos que, igualmente, os competitivos migram para partidos de centro (33%), para legendas de direita (33%) e para partidos de esquerda (33%).

De modo geral, constatamos que candidatos competitivos que disputam os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Prefeito migram, em sua maioria, para legendas de direita; em segundo lugar, para partidos de centro; e, em menor proporção, para legendas de esquerda.

Gráfico 4.6 – Distribuição de migrantes competitivos (E1) por cargo disputado e por bloco ideológico de destino



Discorrendo ainda sobre para onde vão os políticos migrantes, nossa análise recairá sobre a migração a partir da base governista. Assim, buscaremos avaliar se a migração ocorre para o partido ao qual o Presidente da República pertence ou se para o partido que o Governador do Estado se encontra presente. A literatura aponta que fazer parte da base governista, tanto estadual quanto federal, pode ser um incentivo para que políticos mudem de partido (Melo, 2002, 2004; Desposato, 2009). Isso porque pertencer à base do governo pode ser favorável tanto sob a ótica eleitoral (no sentido de o político, com tal ação, sinalizar ao eleitor que está em uma

situação favorável no governo) quanto sob a ótica do político (no sentido de o indivíduo, com tal mudança, receber benefícios financeiros, cargos, *pork*, etc.).

Os candidatos competitivos migrantes para partidos do governo (estadual ou federal) foram classificados quando na primeira eleição disputada pelo político, ele não era filiado ao partido do Governador e do Presidente e migra para disputar a eleição seguinte pelo mesmo partido do Executivo.

Do total de 1.570 candidatos competitivos migrantes em todos os anos, verificamos que aproximadamente 20% deste grupo migra para o partido governista (federal ou estadual). Isso significa que a migração dos 1.259 candidatos restantes não apresenta um padrão governista e, assim, a mudança deles foi classificada como migração para “outros partidos”.

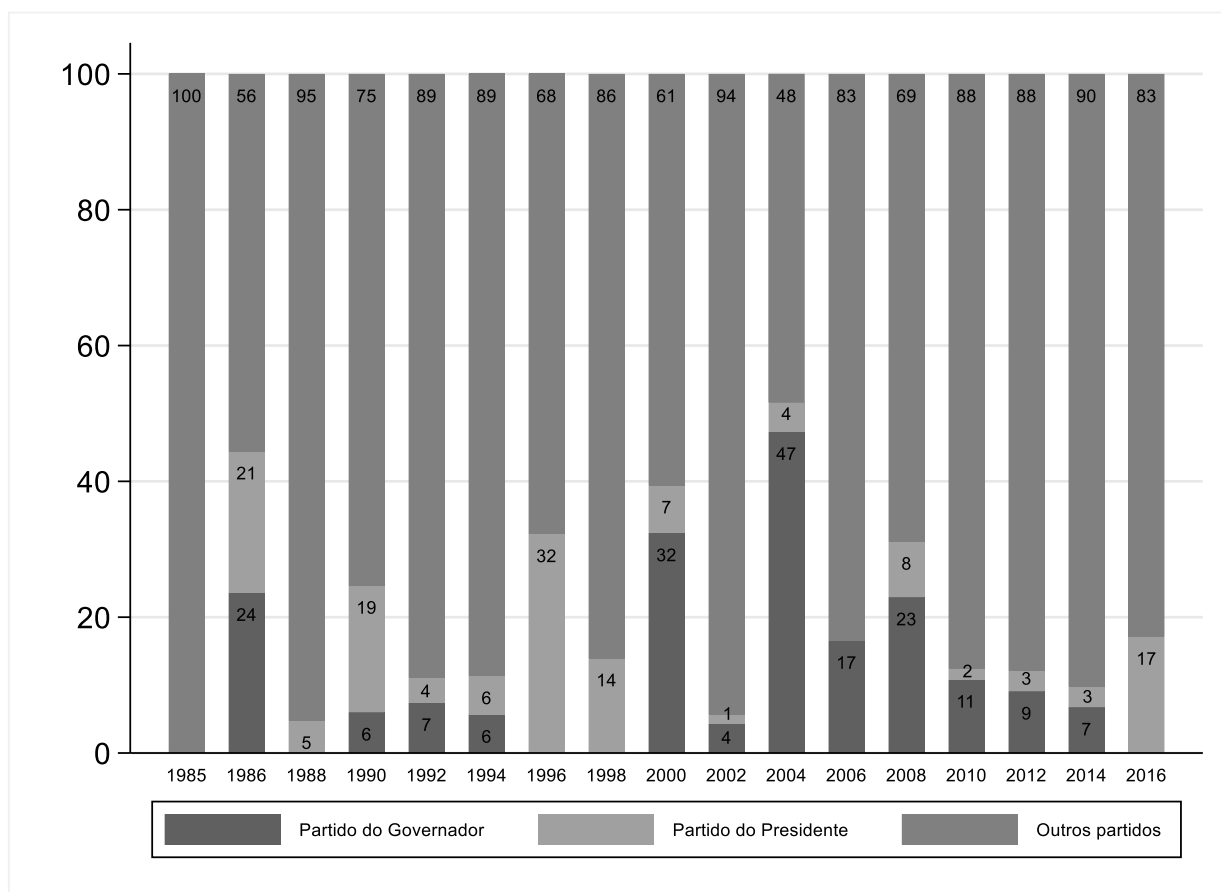
Observamos que, para todos os anos da análise, o que predomina são as migrações para outras legendas, e não para partidos do Presidente ou do Governador que estão no poder. Contudo, ainda assim, há alguns resultados a serem explorados quando comparamos somente as migrações para o partido do Presidente com as mudanças para a legenda do Governador.

Verificamos que as mudanças para os partidos do Governador são maiores – se comparadas com as migrações para o partido do Presidente – nos anos de 2000 a 2014, e também os anos de 1986 a 1992. Destacamos os anos de 2000 e 2004 como significativos no que tange às migrações para o partido do Governador, que chegam a somar quase metade das migrações totais em 2004, perfazendo uma taxa de 47%.

Já as migrações para o partido do Presidente destacam-se nos anos de 1990, 1996, 1998 e 2016. Com exceção de 1990, verificamos que, nesses anos, não houve mudanças de candidatos competitivos para partidos do Governador.

Observamos que o último ano eleitoral da análise (2016) é marcado pela migração somente para o partido do Presidente em exercício, sem mudanças para o do Governador. Apesar disso, em suma, percebemos que, na maior parte dos anos eleitorais, houve a predominância de migração dos políticos para o partido do Governador em relação às mudanças para o partido do Presidente em exercício, quando comparamos somente as migrações para as bases governistas (estadual e federal).

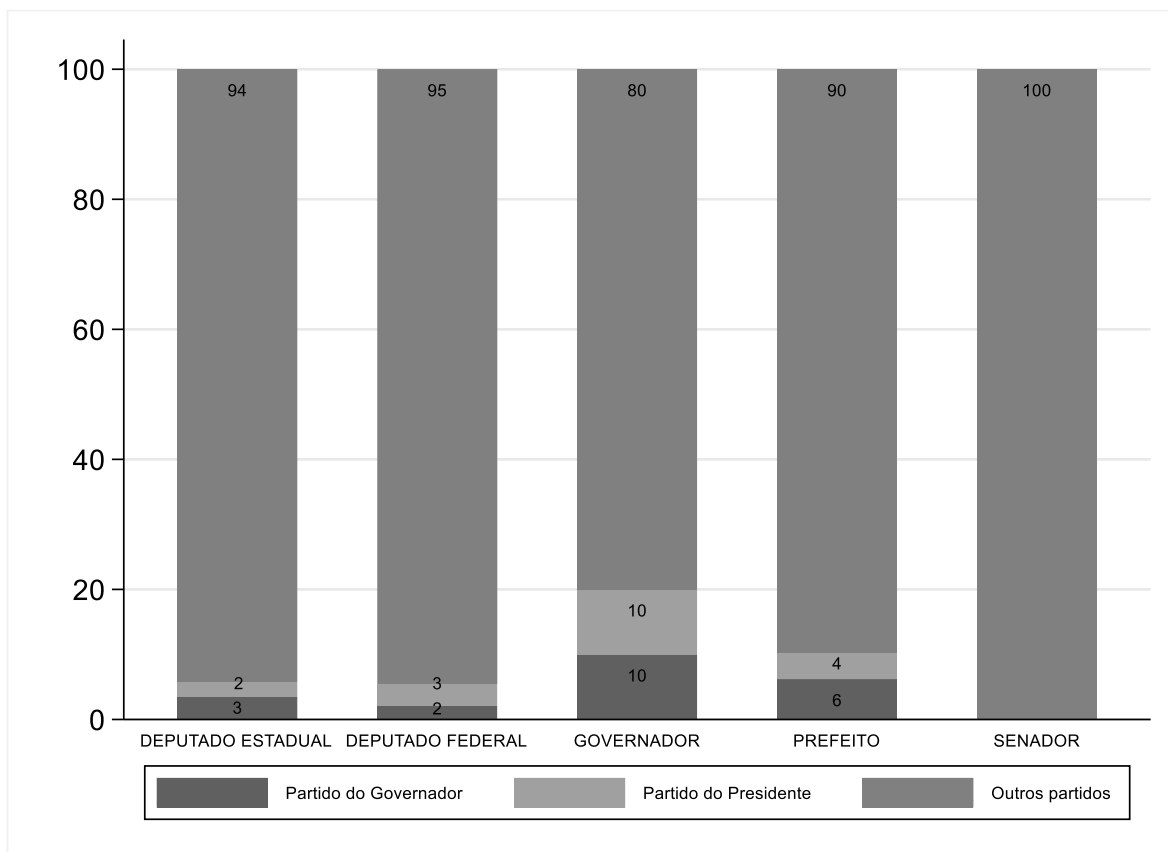
Gráfico 4.7 – Migração para os partidos do governo estadual e federal e para outros partidos por ano



Outra análise a ser realizada diz respeito à migração para a base governista de acordo com o grupo de políticos que estão se candidatando a um cargo. Neste sentido, almejamos verificar para quais partidos os candidatos competitivos que disputam a cada cargo migram.

Novamente, verificamos que a maioria das migrações não ocorre nem para o partido do presidente, nem para o do governador, mas para outros partidos. Dos candidatos competitivos que concorrem para Deputado Estadual, 3% migram para o partido do Governador, e 2%, para o partido do Presidente. Contrariamente, na disputa para a Câmara dos Deputados, 2% mudam para o partido do Governador, e 3%, para a legenda do Presidente. Na disputa das prefeituras, as migrações aumentam: 6% mudam para o partido do Governador, e 4%, para o partido do Presidente. Aqueles que concorrem ao Governo do Estado migram igualmente para os partidos do governador e do presidente em questão (10% cada). Por último, não há migrações para nenhum dos dois grupos quando analisamos candidatos competitivos ao Senado.

Gráfico 4.8 – Migração para os partidos do governo estadual e federal e para outros partidos por cargo de origem disputado



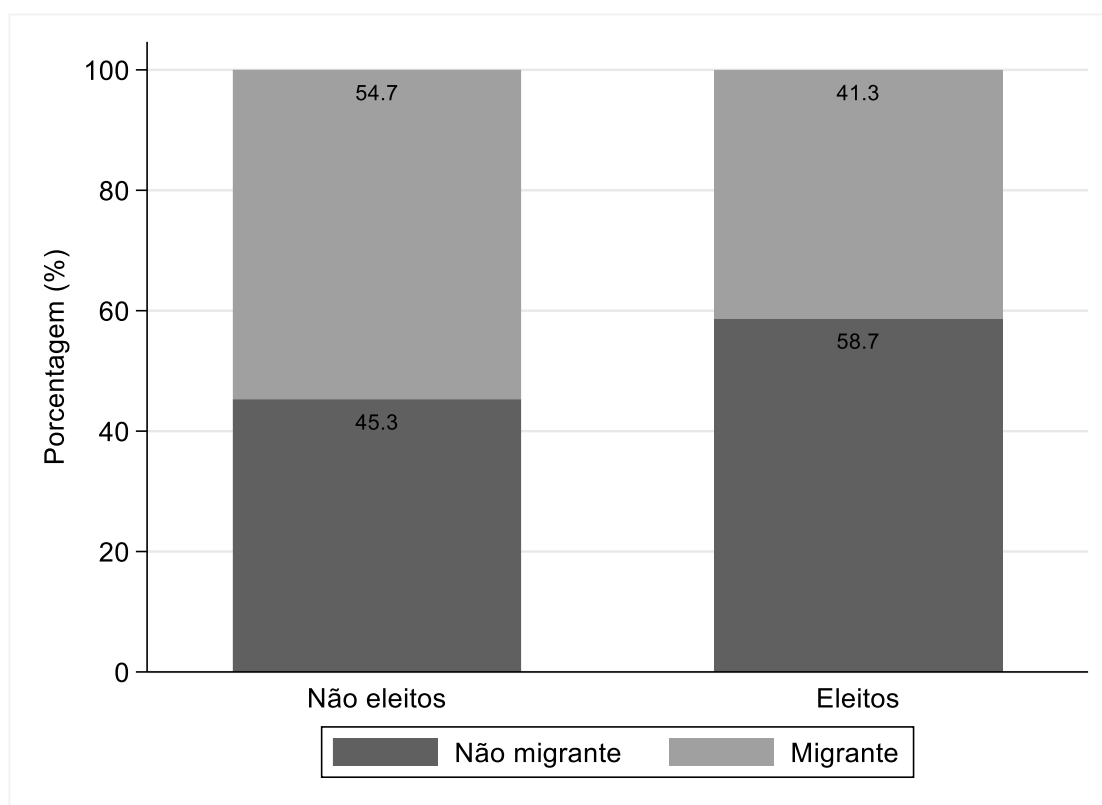
4.4.2 Sucesso eleitoral e migração

Um importante tema da presente pesquisa diz respeito ao sucesso eleitoral. Afinal, candidatos migrantes conseguem se eleger após a mudança de partido? Um exame preliminar sobre sucesso eleitoral consiste em verificar a porcentagem de políticos que conseguiram se eleger dentre migrantes e não migrantes. Assim, faremos uma análise generalizada e também por cada cargo disputado.

Encontramos um total de 3.199 candidaturas competitivas de 1982 a 2016 para os cargos de Deputado Estadual, Federal, Prefeito, Governador e Senador no Rio de Janeiro. Desse total, 1.881 candidaturas são de políticos que não se elegeram e 1.318 são de políticos eleitos. Separando a nossa análise entre os eleitos e os não eleitos, observamos que dentre os não eleitos, 54,7% mudaram de partido na eleição seguinte, e 45,3% se mantiveram no mesmo partido. O fenômeno é o oposto no caso de políticos eleitos: 58,7% se mantêm no mesmo partido na próxima eleição, e 41,3% trocam de legenda.

Esses achados podem ser indícios de que a mudança de partido é, possivelmente, uma estratégia daqueles que não conseguiram se eleger anteriormente para obter sucesso eleitoral em uma próxima eleição. Os políticos não eleitos que migram de partido podem estar em busca de diversos fatores que possam otimizar suas possibilidades de sucesso, tais como, por exemplo, a obtenção de maior tempo de propaganda eleitoral, de mais recursos financeiros do partido, de maior notoriedade dentro do novo partido, etc. Já entre os eleitos, a tendência é a de que os políticos, em geral, permaneçam nos partidos pelos quais foram eleitos. Contudo, a porcentagem de eleitos que trocam de legendas não deve ser desconsiderada da análise (41,3%).

Gráfico 4.9 – Mudança de partido de candidatos competitivos.



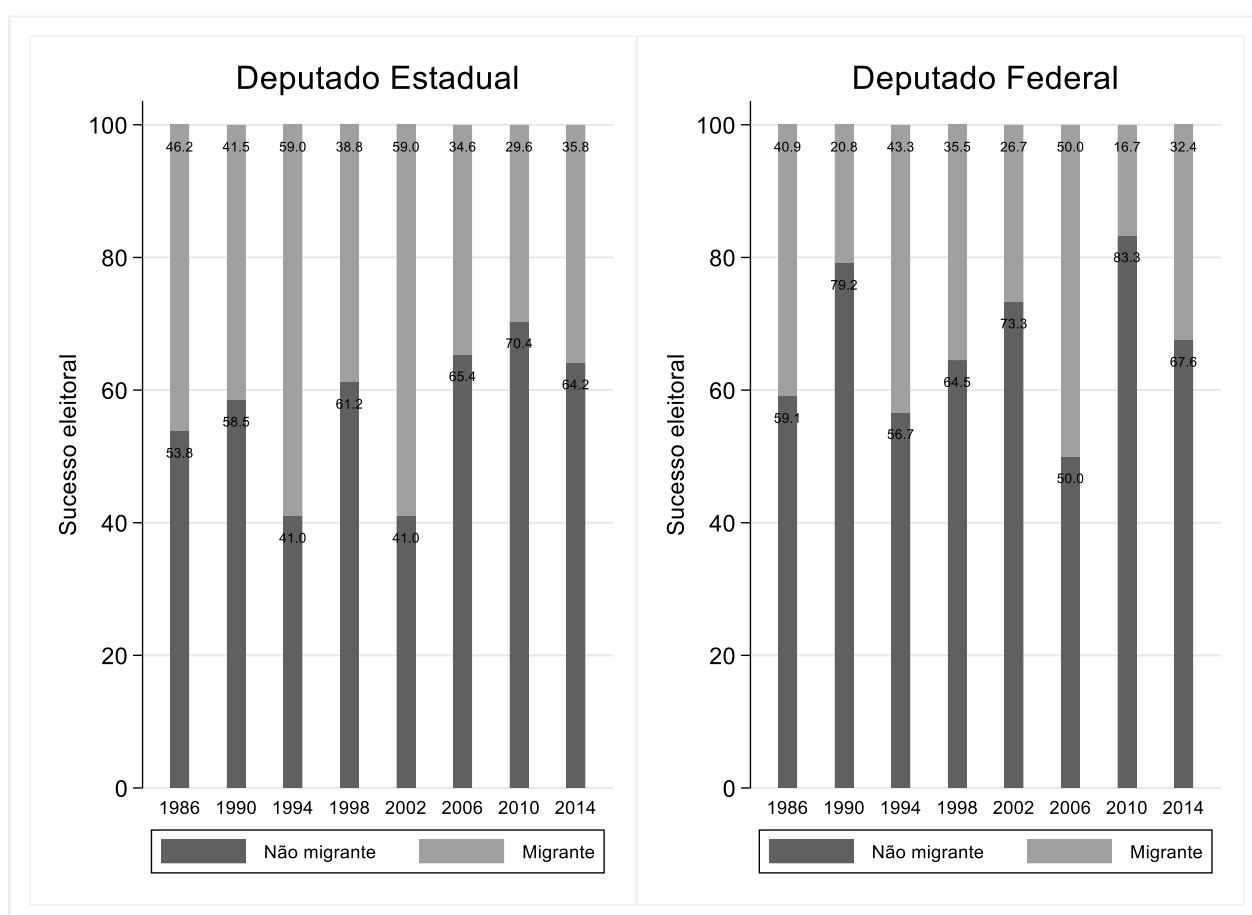
Com o objetivo de analisar o sucesso eleitoral, a partir do total de eleitos para cada cargo, calcularemos a quantidade de migrantes e de não migrantes. Assim, a porcentagem total de eleitos para um cargo e um ano (100%) será calculada entre quantos são compostos por candidatos competitivos que mudaram de partido e aqueles optaram por não migrar.

Em primeiro lugar, discutiremos sobre os candidatos competitivos das eleições proporcionais. Dos eleitos a Deputado Estadual, somente nos anos de 1994 e 2002, houve mais migrantes que conseguiram se eleger do que políticos que não mudaram de partido. Em todos os outros anos, ocorreu o oposto, e mais políticos não migrantes foram eleitos. Já para aqueles

que concorreram para Deputado Federal, verificamos que, em todos os anos, a porcentagem de políticos não migrantes eleitos sempre foi maior do que a de migrantes. Somente no ano de 2006, metade dos candidatos competitivos migrantes obtiveram sucesso eleitoral.

De forma geral, observamos que as porcentagens de migrantes eleitos são maiores entre os candidatos competitivos que disputam cargos de Deputado Estadual do que entre os que concorrem para Deputado Federal. Esse pode ser um indício de que, em competições para a Câmara dos Deputados, haja uma dificuldade maior para que migrantes consigam se eleger.

Gráfico 4.10 – Sucesso eleitoral entre candidatos competitivos a Deputado Estadual e Federal



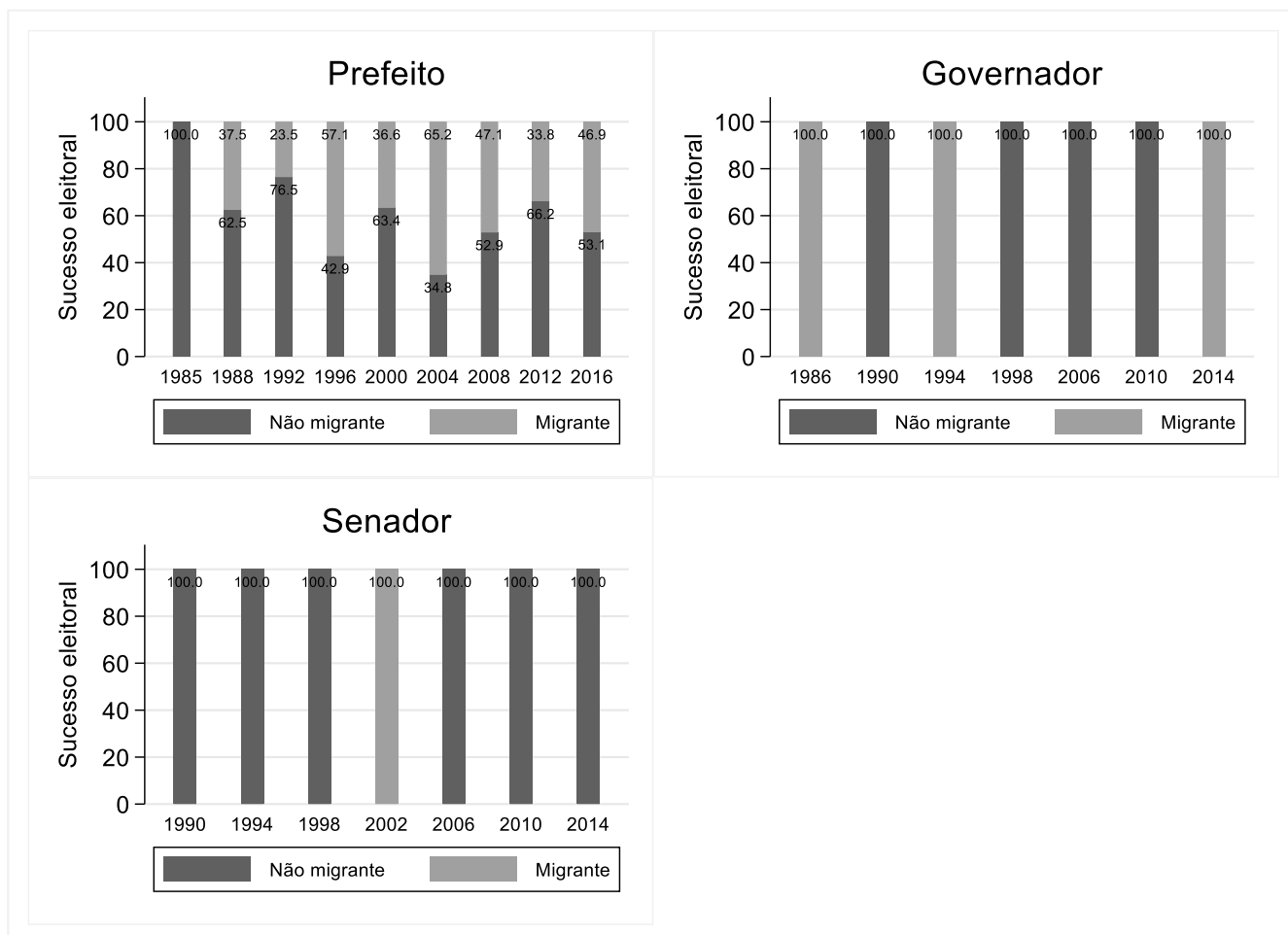
Para o cargo de Prefeito, observamos que somente em 1996 e 2004 há mais migrantes eleitos do que não migrantes. Em todos os outros anos, candidatos competitivos que não mudaram de partido se elegeram mais do que aqueles que optaram pela troca. É interessante notar que 1996 e 2004, anos nos quais há mais eleitos migrantes, marcam, cada um, a primeira eleição municipal após a vitória de um presidente que não era do mesmo partido de seu antecessor. Nesse sentido, 1996 marca a primeira eleição municipal após a ascensão de

Fernando Henrique Cardoso à presidência em 1994, e 2004, por sua vez, é o ano em que ocorre a primeira eleição municipal após a vitória de Lula, eleito em 2002.

Ao analisar as eleições de governadores e senadores, observamos que são poucos os casos daqueles que migram de legenda e conseguem se eleger. Somente em três anos eleitorais isso ocorreu no pleito ao Governo do Estado – 1986, 1994 e 2014 –, e apenas em um ano – 2002 – o político que migrou de partido conseguiu obter sucesso eleitoral para o cargo de Senador.

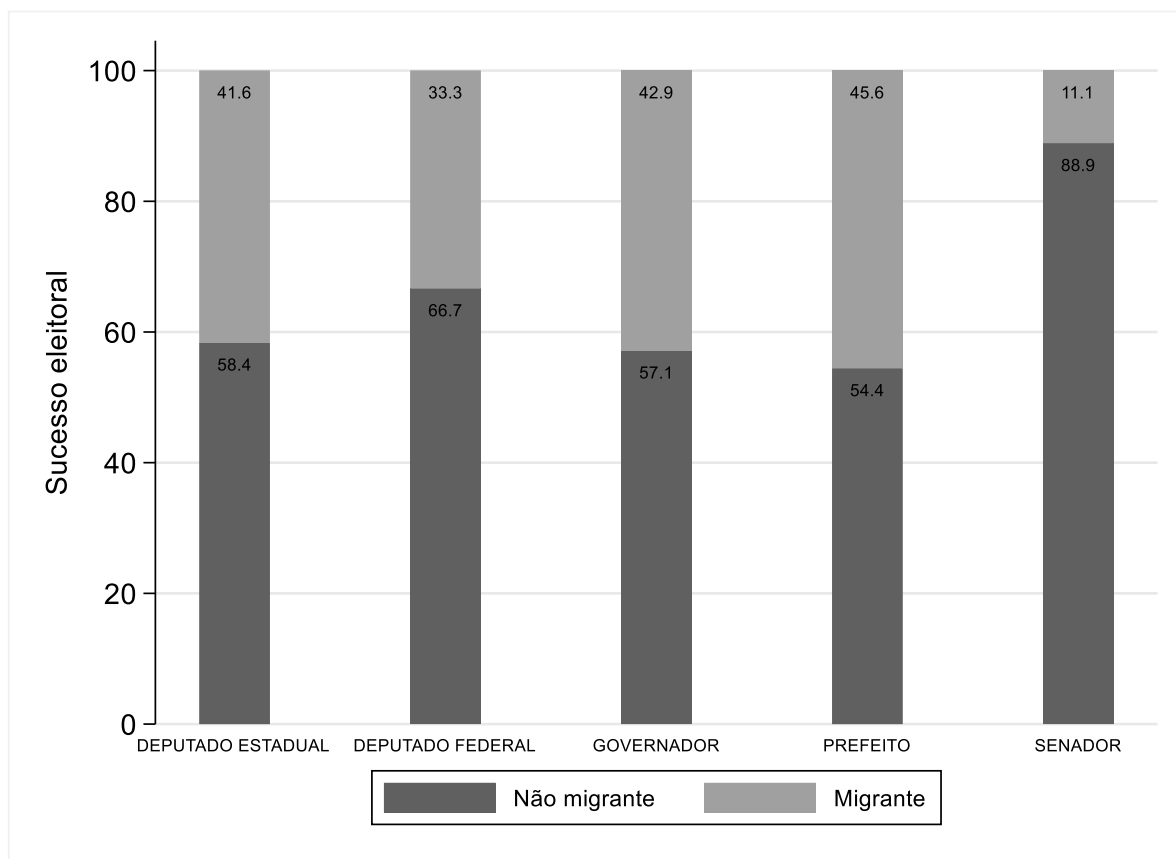
Os três governadores eleitos pelo Rio de Janeiro que vieram de outros partidos são: Moreira Franco, eleito em 1986 pelo PMDB e filiado ao PDS na eleição anterior; Marcello Alencar, que foi eleito em 1994 pelo PSDB e que antes era do PDT; e Luiz Fernando de Souza (Pezão), que se elegeu em 2014 pelo PMDB e que, na eleição anterior, era membro do PDT. Já no Senado, Sergio Cabral Filho foi o único candidato migrante eleito: na eleição anterior, disputou o cargo de Deputado federal pelo PSDB e, em 2002, concorreu e foi eleito pelo PMDB para o Senado.

Gráfico 4.11 – Sucesso eleitoral entre candidatos competitivos a Prefeito, Governador e Senador



Plotamos o gráfico abaixo com a porcentagem para qual cargo o candidato irá disputar na eleição seguinte entre migrantes e não migrantes. Verificamos que o maior percentual de migrantes eleitos concorre para a Prefeitura, isto é, 45,6% dos eleitos tentam uma vaga como Prefeito. Em seguida, temos que 42,9% dos eleitos migrantes concorrem para o Governo do Estado. Na disputa para os cargos proporcionais, 41,6% são migrantes eleitos que disputam o cargo de Deputado Estadual, e 33,3% são de migrantes eleitos que concorrem para Deputado Federal. A menor porcentagem de migrantes eleitos que disputam um cargo é para a vaga ao Senado. 88,9% que concorrem como Senador na eleição seguinte são candidatos eleitos não migrantes.

Gráfico 4.12 – Sucesso eleitoral por cargo disputado dos candidatos competitivos



4.5 O efeito da migração partidária na composição dos partidos

A presente seção tem como objetivo analisar a relação entre a personalização e a composição dos partidos políticos por diferentes perfis de candidatos. Assim, investigaremos como se dá a composição dos partidos a partir de diferentes tipos de políticos: (i) os novatos: aqueles que são novos no partido político e não disputaram anteriormente em nenhuma eleição; (ii) os fiéis: políticos que se mantêm no mesmo partido entre uma eleição e outra; e (iii) os migrantes: aqueles que mudam de legenda entre as eleições.

O primeiro grupo de políticos (novatos) corresponde a uma oxigenação do partido, isto é, quando novas lideranças entram na disputa eleitoral trazendo uma novidade entre os candidatos do partido. O segundo grupo (fiéis) corresponde a uma estabilização da imagem do partido, que ocorre quando o político se candidata pelo mesmo partido por duas eleições consecutivas (ou mais) e, assim, ajuda o eleitor a vincular a imagem do partido aos políticos e vice-versa. Políticos que concorrem por muitas eleições pela mesma legenda acabam sempre sendo vinculados a ela, o que fortalece a imagem do partido em torno de alguns líderes. O terceiro grupo (migrantes), contudo, prejudica a consolidação da imagem do partido em torno de alguns

líderes, visto que o eleitor tende a não vincular os políticos migrantes aos partidos políticos. O estudo sobre a composição dos candidatos que concorrem ao partido político nos ajuda a entender se os eleitores possuem uma imagem mais personalizada ou não dos partidos, a depender da quantidade de políticos novatos, fiéis e migrantes.

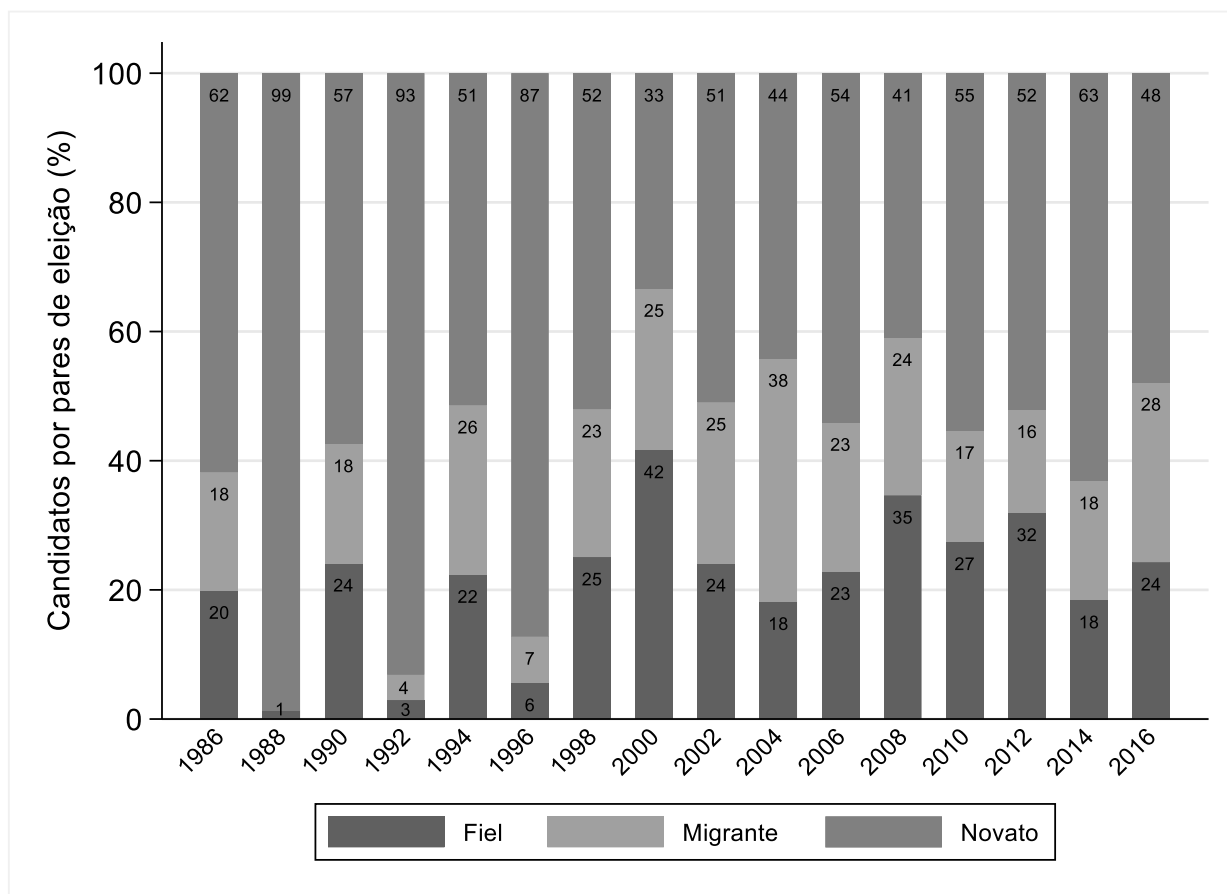
É importante ressaltar que a análise recai sobre os candidatos competitivos tanto para os cargos proporcionais quanto para os majoritários. No gráfico 4.13, verificamos que, na maioria dos pares de eleição, a quantidade de candidatos novatos concorrendo ao pleito eleitoral é maior que 50%, ou seja, mais da metade dos líderes são novos na disputa.

A partir de 1998, observamos a redução de candidatos novatos e o aumento de concorrentes migrantes e fiéis. Quando analisamos as eleições municipais, verificamos que em alguns anos, há uma presença maior de migrantes (2004, 2016) e, em outros, há uma presença maior de candidatos fiéis ao partido (2000, 2008, 2012).

Nos anos de eleições para Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Senador, há uma alternância entre a porcentagem de candidatos fiéis e a de migrantes. De fato, há anos com maior presença do primeiro grupo (1990, 1998, 2010) e anos com maior presença do segundo grupo (1994 e 2002). Contatamos também que, em 2006 e em 2014, há igualmente o mesmo número de candidatos fiéis e de migrantes.

De modo geral, observamos um crescimento no número de candidatos competitivos que permanecem no mesmo partido de 1998 a 2016, com um ápice no ano 2000. Já entre os candidatos migrantes, verificamos que, em 2004, houve a maior concentração deste grupo. Ademais, as maiores porcentagens de candidatos novatos na maioria dos anos representam, principalmente, o grande volume de entrada de candidatos para Deputado Estadual e para Deputado Federal.

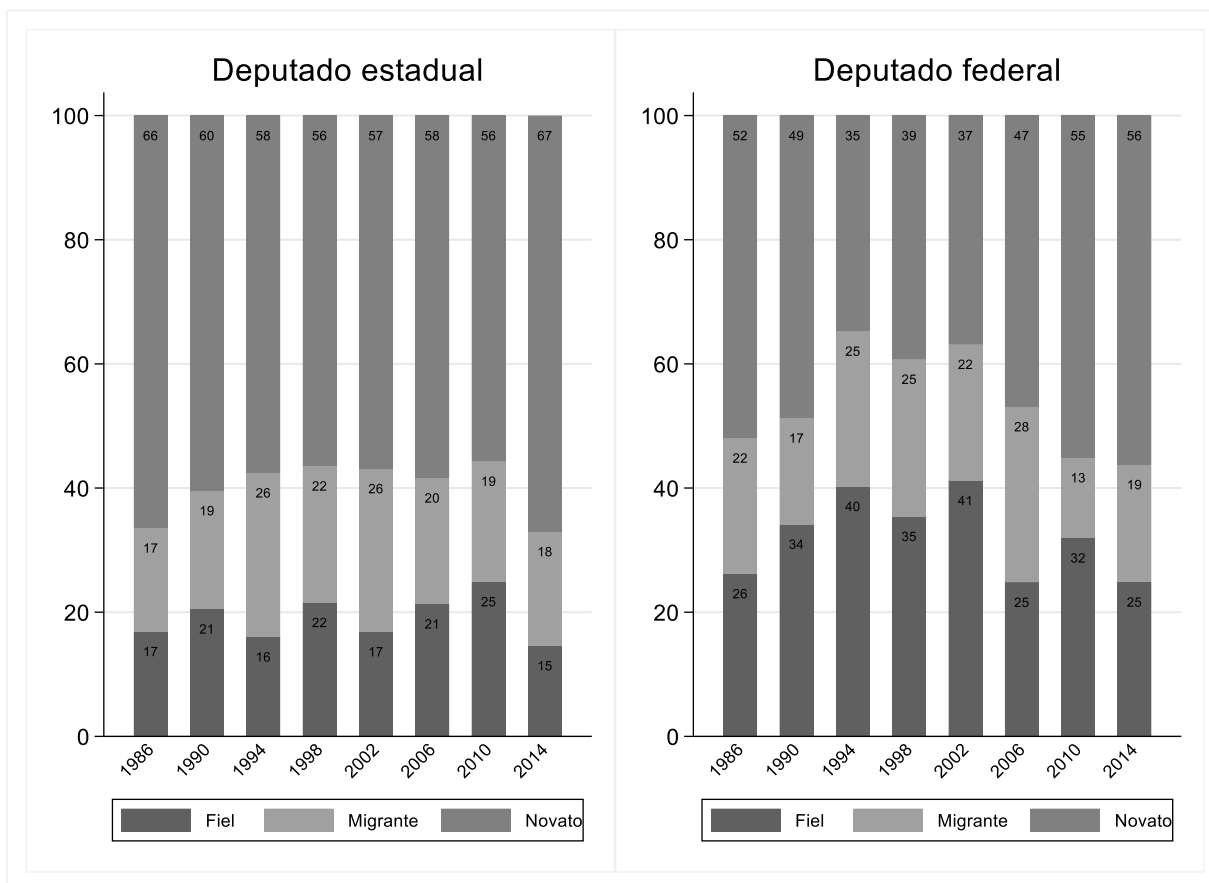
Gráfico 4.13 – Perfis de candidatos competitivos por pares de eleição (%)



Analisando separadamente as eleições proporcionais, verificamos que o padrão de a maioria dos candidatos competitivos ser novata na competição permanece, principalmente na disputa para a Assembleia Legislativa. Em média, 59% dos candidatos para Deputado Estadual são novos na competição. Constatamos o crescimento do número de migrantes nos anos de 1994, 1998 e 2002, e, para todos os outros anos, há mais políticos fiéis do que migrantes.

Observamos que, nas eleições para Deputado Federal, a taxa de políticos novatos participando da disputa diminui em relação à daqueles que concorrem para Deputado Estadual, o que reforça o argumento de que há uma entrada maior de novos políticos a partir deste último grupo. Em todos os anos analisados, verificamos que há mais candidatos competitivos que permanecem no mesmo partido do que candidatos competitivos migrantes. Ao contrário dos achados para Deputado Estadual, na disputa para a Câmara, observamos que há um crescimento de políticos fiéis nos anos de 1994, 1998 e 2002. Observamos que, de forma geral, na disputa para a Câmara dos Deputados metade dos candidatos é composta por migrantes e fiéis.

Gráfico 4.14 – Porcentagem de candidatos competitivos nas eleições proporcionais por pares de eleição de eleição



Nos gráficos seguintes, analisaremos a composição dos políticos nos partidos para os três cargos majoritários em disputa: Prefeito, Senador e Governador. Até 1996, observamos que há basicamente políticos novatos que disputam as eleições municipais; isso ocorre basicamente por conta da legislação eleitoral, que não permitia a possibilidade de reeleição dos prefeitos após o primeiro mandato. Notamos o efeito da possibilidade de reeleição a partir do ano eleitoral de 2000, no qual menos da metade dos políticos em disputa eram novatos. A partir de 2000, há o crescimento das lideranças que se mantêm no mesmo partido entre duas eleições consecutivas e também daquelas que optam por mudar de legenda. Os anos eleitorais de 2000, 2008 e 2012 são marcados por presença maior de políticos que permanecem no mesmo partido entre as eleições do que de indivíduos que migram. Em contrapartida, em 2004 e em 2016, observamos a maior composição de lideranças migrantes.

Em relação à disputa para o Senado, observamos que, em toda a série temporal, há uma redução de candidatos novos e o crescimento de políticos já conhecidos na corrida eleitoral, tanto daqueles que se mantêm no mesmo partido quanto daqueles que optam por mudar de

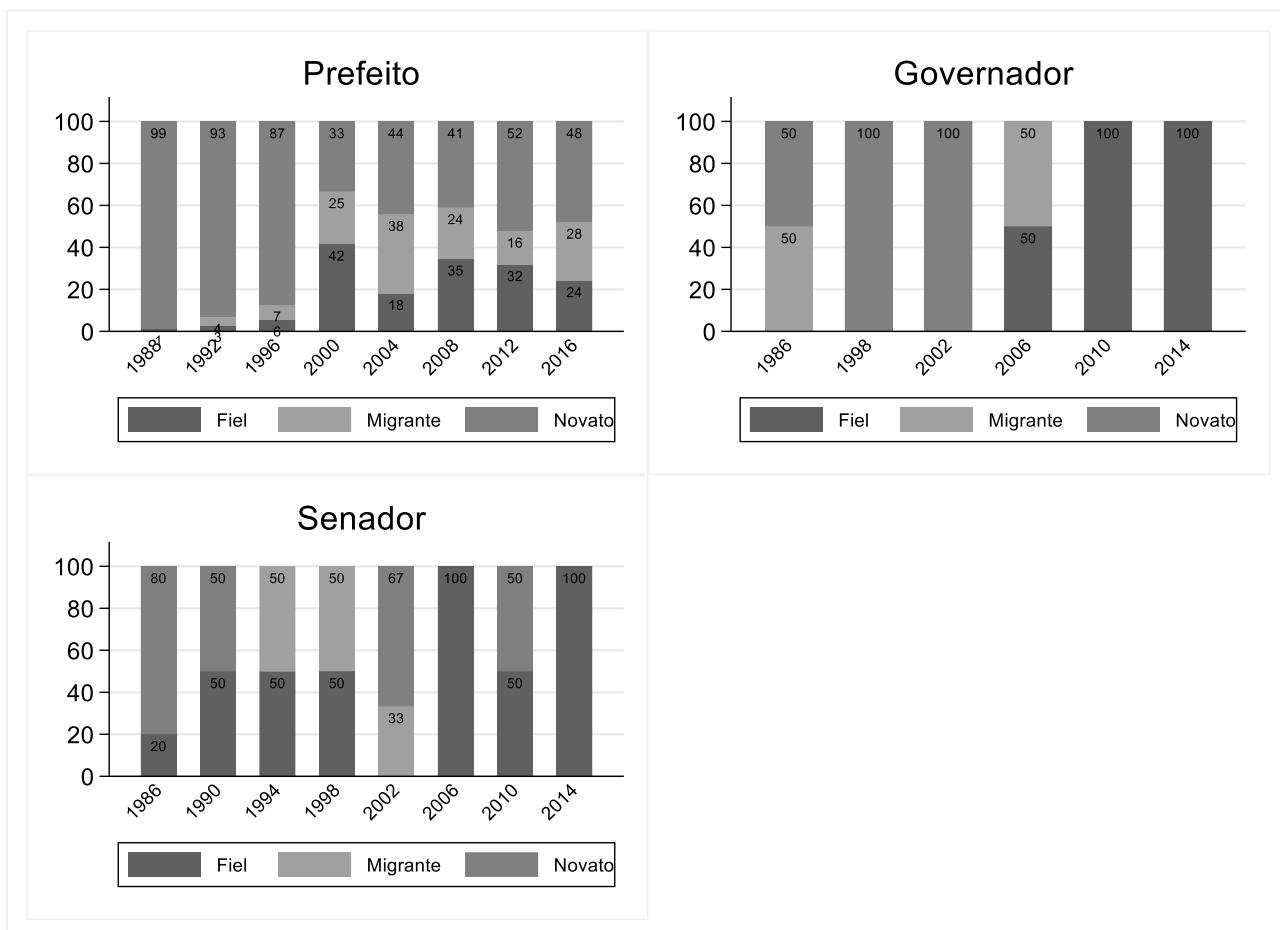
partido. A proporção de políticos que permanecem no partido e que disputam para o Senado é maior do que a daqueles que mudam de legenda em 2006 e em 2014. Candidatos competitivos que permanecem no partido representam, no mínimo, a metade dos candidatos nos anos de 1990, 1994, 1998, 2006, 2010 e 2014. Observamos que a presença de migrantes e de novatos é menor se comparada com a de outros cargos. Assim, é perceptível que as eleições para Senador são marcadas basicamente pela disputa de políticos que permanecem nos partidos, e, apenas em segundo plano, pelos migrantes. Ademais, analisando todos os anos de eleição para o cargo de Senador, é possível considerar que a tendência é a disputa entre indivíduos que não são novatos na política e, principalmente, entre aqueles que optam por permanecer no mesmo partido de uma eleição para outra.

As eleições para Governador nos apontam um cenário diferente em relação ao das eleições para Prefeito e Senador. Observamos que candidatos competitivos que permanecem no mesmo partido estão concentrados nos anos de 2006, 2010 e 2014. Já em 1986, 1998 e 2002, verificamos a maior presença de candidatos novatos e migrantes.

É importante ressaltar que a análise da composição dos partidos nos anos eleitorais para todos os cargos mensura os políticos entre uma primeira eleição e a consecutiva para a disputa dos mesmos cargos após 4 anos, e, igualmente, aqueles classificados como competitivos⁶⁰. Nesse sentido, a análise dos perfis de candidatos é feita a partir de pares de eleição. Assim, em relação aos concorrentes na disputa de 2014, por exemplo, avalia-se se o candidato: concorreu pelo mesmo partido na eleição de 2010 (fiel); concorreu por outro partido em 2010 (migrante); ou não teve nenhuma outra candidatura nos anos anteriores (novato).

⁶⁰ Isso explica a ausência de candidatos nos anos de 1990 e 1994 na análise para governador. Não há candidatos competitivos que tenham migrado ou permanecido no partido na eleição consecutiva após 4 anos.

Gráfico 4.15 – Porcentagem de candidatos competitivos nas eleições majoritárias por pares de eleição



Um dos objetivos da nossa análise é descobrir de onde vêm os votos dos candidatos competitivos nos partidos: a partir dos políticos novatos, daqueles que se mantêm no mesmo partido ou daqueles que optam por mudar de legenda? Para isso, fizemos um balanço para todos os anos eleitorais e a porcentagem de votos para cada perfil de político em disputa.

Uma primeira consideração sobre o gráfico 4.16 é que, ao longo dos anos, a quantidade dos votos dos políticos que permanecem no partido oscila entre uma eleição e outra, chegando a ter valores próximos aos dos migrantes. Já o grupo de candidatos competitivos novatos é o que consegue captar menos votos em todas as eleições.

A porcentagem de votos dos políticos migrantes varia entre as eleições. Observamos que, em eleições municipais, e conseqüentemente após anos de eleições gerais, a porcentagem de votos dos políticos migrantes aproxima-se da dos candidatos competitivos que optam por permanecer no mesmo partido; assim, ambos os grupos em eleições municipais possuem

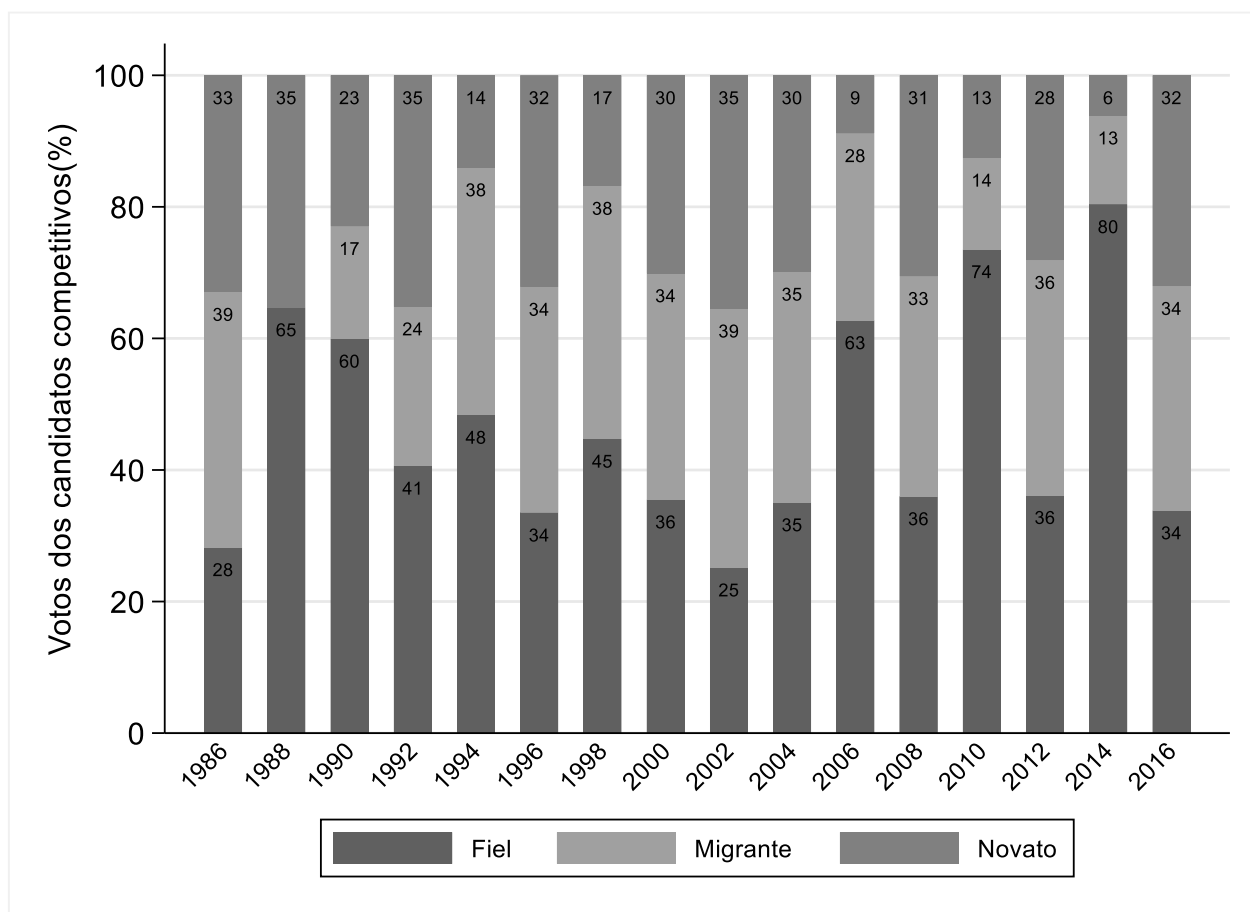
porcentagens totais parecidas de votos. Isso ocorre nos anos de 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016.

De modo geral, nos anos de eleição para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente, verificamos que os políticos que permanecem no mesmo partido conseguem ganhar mais votos do que os migrantes. O fenômeno ocorre em todas as eleições gerais de 1990 a 2014 com a única exceção no ano de 2002, no qual 25% dos votos das eleições vieram de políticos fiéis, e 39%, de políticos que trocaram de partido.

Ademais, constatamos o crescimento do número de votos dos candidatos fiéis ao partido nos anos de 2006, 2010 e 2014. Neste último, inclusive, atingiu a marca de 80% do total de votos para todas as disputas.

Desse modo, verificamos que, em anos de eleições municipais, a porcentagem de votos obtidos pelos políticos migrantes é quase igual à porcentagem de votos obtidos pelos políticos que permanecem no partido. Já em anos de eleições gerais, acontece outro fenômeno: a porcentagem de votos dos políticos fiéis ao partido é maior do que a dos migrantes, exceto no ano de 2002. Em todos os anos, candidatos competitivos novatos possuem menos votos em comparação com os outros dois perfis de políticos.

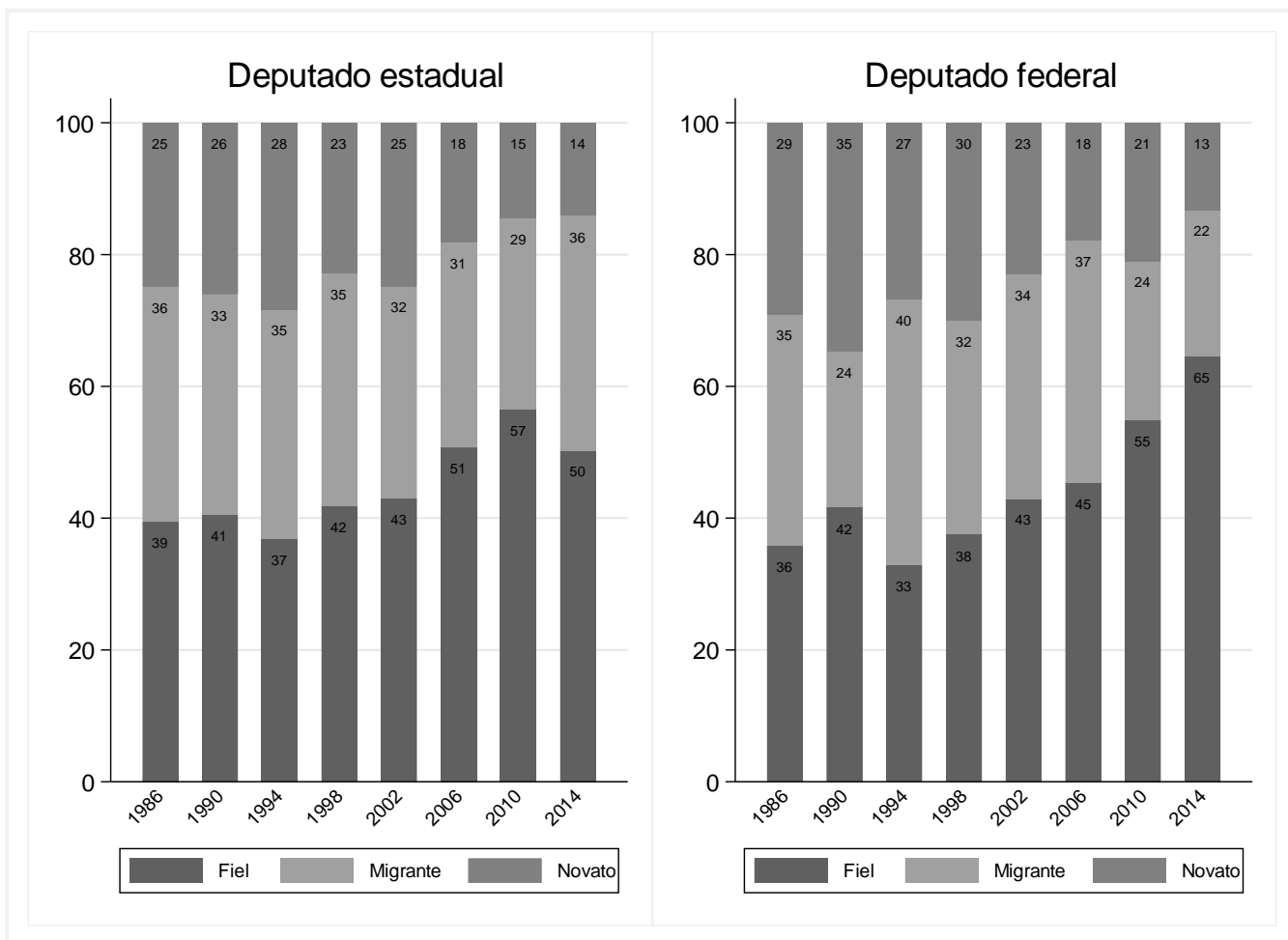
Gráfico 4.16 – Porcentagem de votos dos diferentes tipos de candidatos competitivos por ano eleitoral para todos os cargos



Para uma análise mais acurada, separamos os diferentes tipos de políticos por cargo em disputa. No gráfico 4.17, analisamos somente políticos que disputaram as eleições proporcionais para Deputado Estadual e Federal. Para ambas as disputas, verificamos que os políticos que permanecem no mesmo partido conseguem captar mais votos, seguidos pelos migrantes e, por último, pelos novatos. Assim, os dois cargos possuem semelhanças em suas composições de porcentagem de votos por perfil de político.

Entretanto, observamos o crescimento do número de votos recebidos pelos políticos fiéis na disputa para Deputado Federal de uma forma mais acentuada a partir de 1994, culminando na maior taxa de votos recebidos por esses candidatos em 2014, quando 65% dos votos vieram de políticos fiéis. Ademais, 1994 é o único ano eleitoral no qual os votos dos candidatos migrantes ultrapassam os dos candidatos que optaram por permanecer no partido, totalizando 40% e 33%, respectivamente.

Gráfico 4.17 – Porcentagem de votos dos diferentes tipos de candidatos competitivos por ano eleitoral para Deputado Estadual e Federal

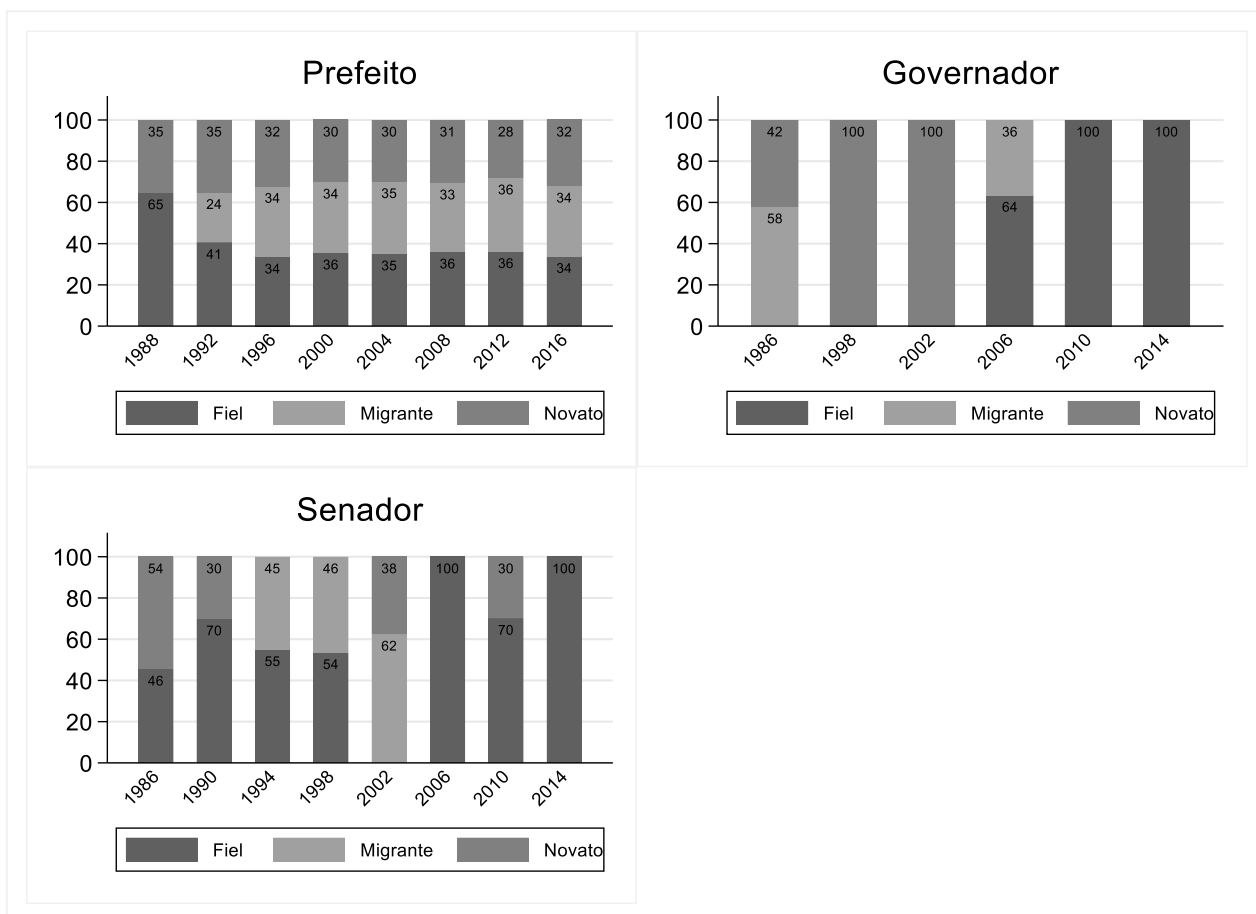


A análise da porcentagem de votos dos políticos continua no que tange aos cargos de Prefeito, Senador e Governador. Verificamos um equilíbrio na porcentagem de votos entre os políticos que optam por se manter no partido e os migrantes que concorrem para a Prefeitura. Isto é, não há diferenças significativas na porcentagem de votos recebidos por políticos fiéis e por migrantes para o cargo de Prefeito. Políticos novatos recebem, em média, 32% dos votos nas eleições. Em outras palavras, podemos considerar que os votos dos candidatos ao cargo de Prefeito têm sua origem igualmente por meio de políticos novatos, fiéis e migrantes.

Em relação aos políticos que concorrem ao Senado, observamos que, com exceção do ano eleitoral de 2002, aqueles que se mantêm no mesmo partido recebem mais votos do que migrantes e novatos. Observamos uma quebra desse padrão no ano de 2002, quando políticos migrantes receberam mais votos que os demais. De forma geral, políticos novatos que concorrem ao Senado conseguem menos votos que os demais.

Em relação à disputa para o Governo do Estado, constatamos que, a partir de 2006, os políticos que permanecem no mesmo partido conseguem obter mais votos que os demais. Até 2002, a tendência é a de que os votos tenham origem nos candidatos novatos. Na disputa para os cargos de Senador e de Governador, observamos que políticos fiéis ao partido conseguem majoritariamente mais votos em comparação com os outros. Entretanto, na disputa municipal, há um equilíbrio entre a porcentagem de votos dos políticos fiéis e a dos políticos migrantes.

Gráfico 4.18 – Porcentagem de votos dos candidatos competitivos nas eleições majoritárias

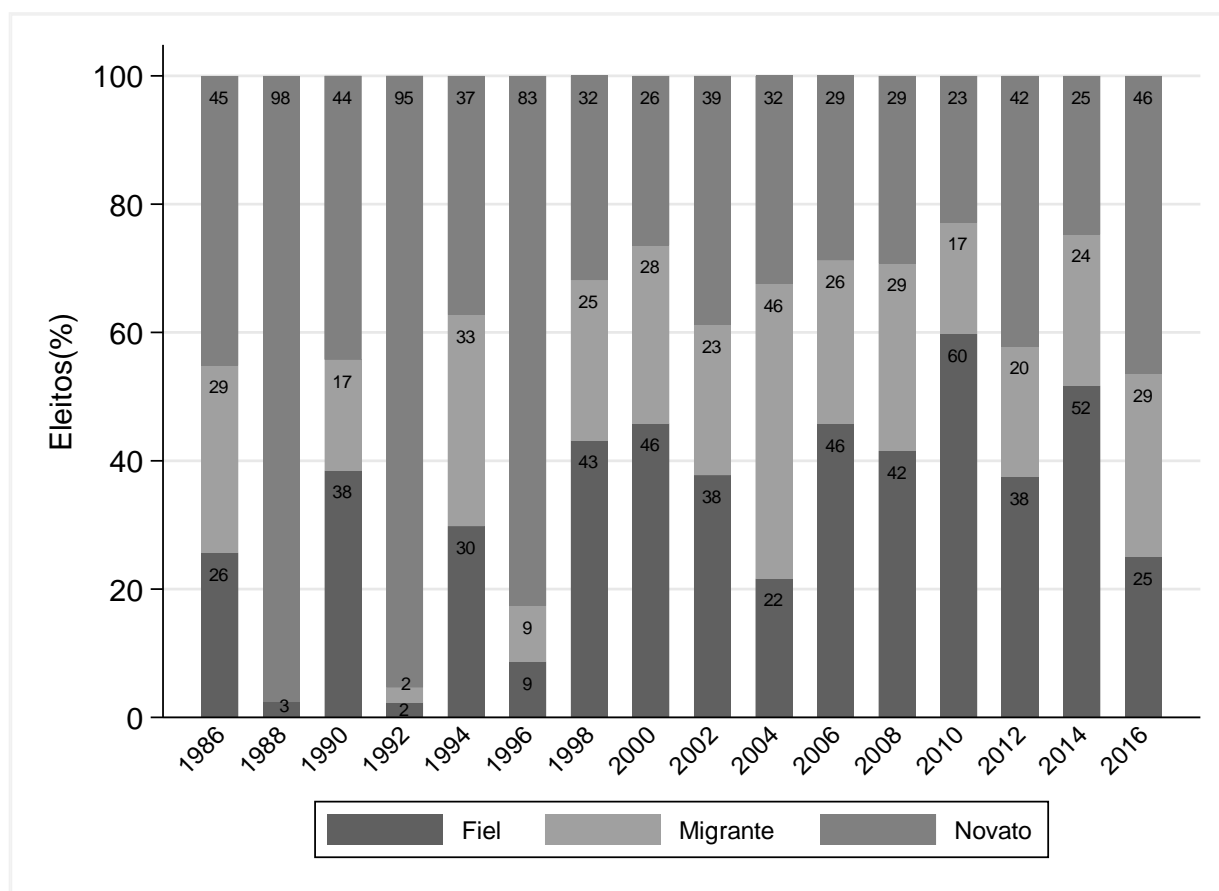


O próximo passo é identificar a origem dos políticos eleitos. Para isso, calcularemos a porcentagem de políticos que conseguiram se eleger, classificando-os de acordo com o perfil correspondente: fiel, migrante ou novato. De 1986 a 1996, encontramos o seguinte padrão: nas eleições gerais, há mais políticos fiéis sendo eleitos do que migrantes, mas existe, também, um número considerável de novatos sendo eleitos. No caso das eleições municipais (1988, 1992 e 1996), há a predominância de políticos novatos sendo eleitos, principalmente pela impossibilidade de reeleição do prefeito.

A partir do ano de 1998, observamos que, na maioria dos anos eleitorais, políticos que se mantêm no partido conseguem se eleger mais do que os outros. Há somente duas exceções: o ano de 2004, marcado pela eleição de mais políticos migrantes do que de novatos e fiéis, e o de 2016, no qual mais migrantes se elegem do que políticos fiéis ao partido. Nas duas últimas eleições municipais (2012 e 2016), observamos que há o crescimento de políticos novatos sendo eleitos.

Verificamos que, depois da permissividade de reeleição para Governadores e Prefeitos, a partir de 1998, o padrão que se forma é o de que, na maioria dos anos eleitorais, os políticos que permanecem no partido se elegem mais do que os demais; em seguida, os migrantes são os segundos mais votados; e, por último, os novatos, com a menor porcentagem de eleitos.

Gráfico 4.19 – Porcentagem de eleitos por perfil de liderança



Nesta etapa, iremos discorrer sobre o grupo de políticos que permanecem no mesmo partido entre uma eleição e outra, ou seja, os políticos fiéis. A partir da análise deste grupo, podemos observar com mais clareza como a permanência de políticos no mesmo partido entre as eleições ajuda a fortalecer a imagem da legenda em relação ao eleitorado, tornando mais fácil

para o eleitor vincular alguns políticos a determinados partidos. “Os líderes que permanecem como candidatos do partido em duas eleições consecutivas representam a estabilização da imagem do partido em torno de um grupo fixo de políticos que o representam” (SPECK, 2018, p. 186).

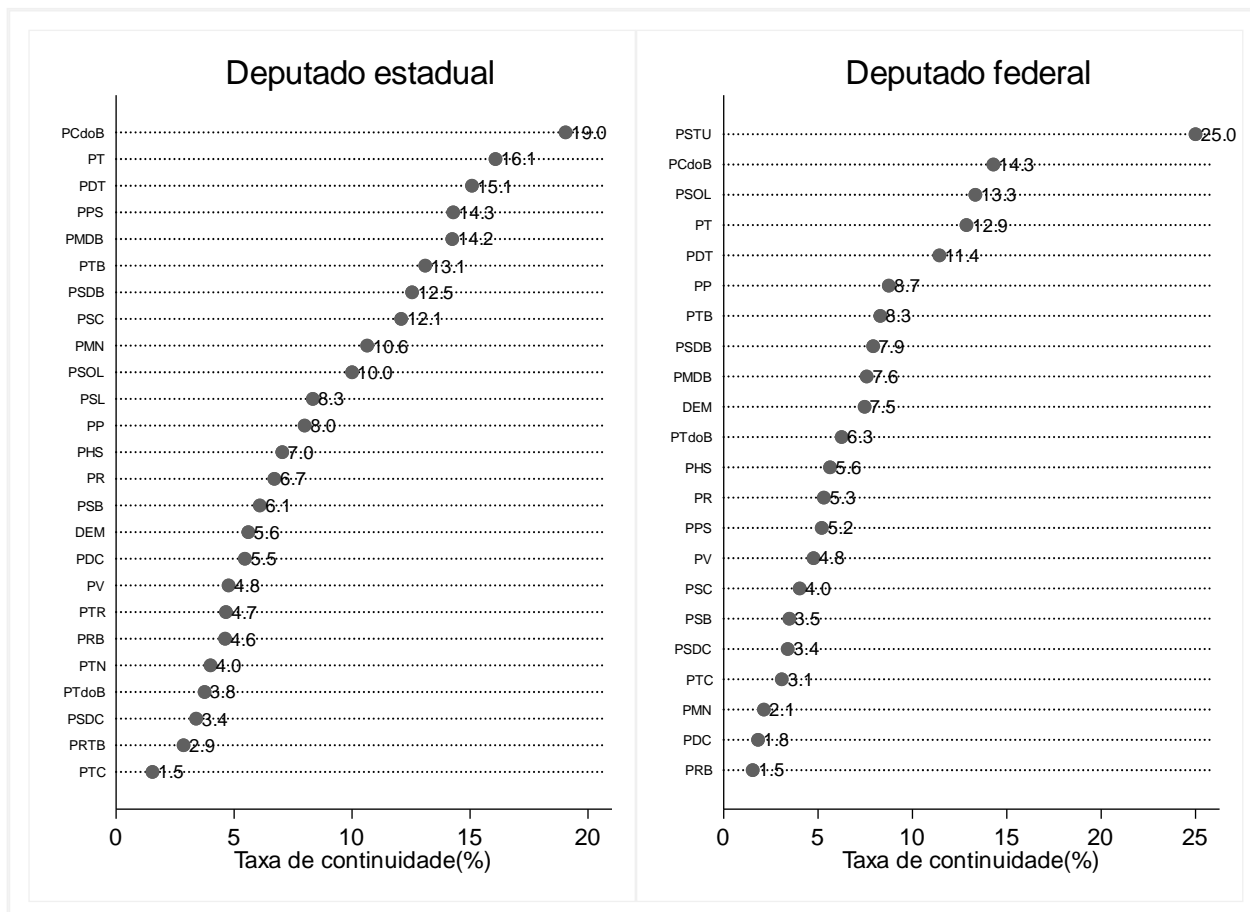
Para isso, avaliaremos a taxa de continuidade dos políticos por legenda, isto é, a porcentagem de políticos que se mantêm nos partidos sobre todos os candidatos da mesma legenda para cada cargo em disputa. Em primeiro lugar, iremos analisar as taxas de continuidade dos políticos nos partidos quando estes concorrem para Deputado Estadual e para Deputado Federal.

Verificamos que, na disputa para Deputado Estadual, o PC do B, o PT, o PDT, o PPS e o PMDB são os cinco principais partidos nos quais os políticos fiéis permanecem. Ressaltamos que o PC do B, o PT e o PDT são os três partidos que possuem maiores taxas de permanência de políticos e todos são partidos classificados ideologicamente como de esquerda.

A permanência nos partidos entre aqueles que concorrem para Deputado Federal assemelha-se ao primeiro grupo. Cinco legendas concentram os políticos fiéis: PSTU, PC do B, PSOL, PT e PDT. A primeira concentra quase o dobro do total de candidatos competitivos que optaram por permanecer na mesma legenda se comparado com a segunda legenda. Novamente, os cinco partidos que mais possuem candidatos fiéis ao partido na disputa para Deputado Federal são classificados ideologicamente como partidos de esquerda. Assim, observamos que o cenário de permanência nos partidos pelos candidatos competitivos é parecido na disputa dos dois cargos proporcionais.

Observamos o padrão de que as maiores taxas de continuidade para ambas as disputas são de partidos ideologicamente de esquerda. Esses achados corroboram o argumento de Faganello e Fernandes (2018) de que legendas de esquerda conseguem ter maiores taxas de preservação de candidatos entre as eleições, e de que esses partidos conseguem reter com mais facilidade os políticos em seus quadros (p. 114).

Gráfico 4.20 – Taxa de continuidade dos candidatos competitivos por partido nas eleições proporcionais



Verificaremos também as taxas de continuidade dos políticos fiéis nos partidos para as disputas dos cargos de Prefeito, Senador e Governador. O primeiro ponto a ser observado é a redução da quantidade de partidos que retêm políticos na disputa para os cargos majoritários. Há 15 partidos que apresentam taxas de continuidade na disputa para Prefeitura, 3 na disputa para Governador e 6 que concorrem ao cargo do Senado. Em contrapartida, temos 25 partidos que retêm políticos de uma eleição para a outra nas disputas para Deputado Estadual e Federal. Isso ocorre principalmente pelo fato de que o número de candidatos competitivos para os cargos majoritários diminui, principalmente nos casos das disputas para Governador e Senador, nos quais a magnitude do distrito eleitoral é igual a 1 (2 em anos alternados para Senador).

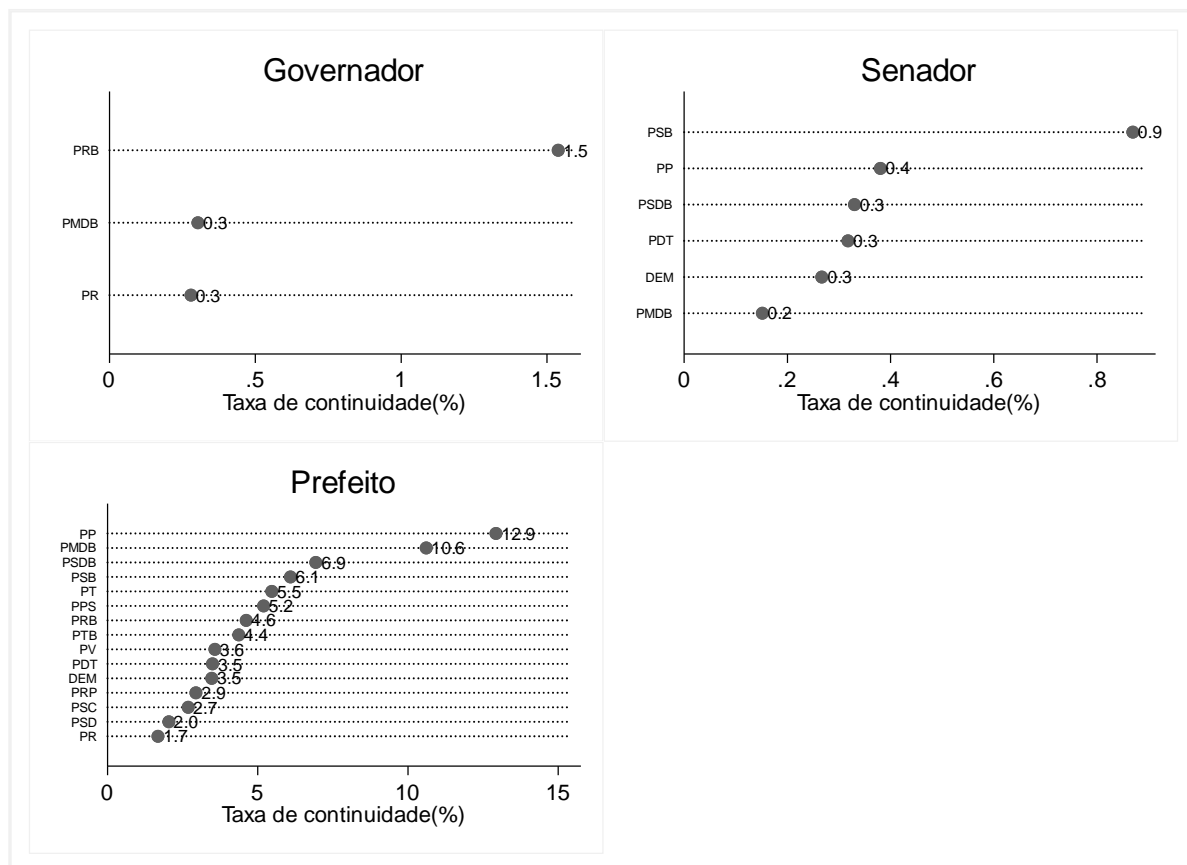
12,9% dos candidatos competitivos que concorrem à Prefeitura permanecem no PP entre duas eleições. Esse partido é o que apresenta a maior taxa de continuidade em relação aos candidatos ao cargo de Prefeito. Vale também enfatizar que o PP possui uma taxa de continuidade de políticos equivalente a quase o dobro da porcentagem do PSDB, que é o

terceiro maior. O PMDB, o PSDB, o PSB e o PT, por sua vez, são, respectivamente, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto partidos com taxas mais altas de continuidade de políticos.

1,5% dos candidatos competitivos que disputaram o cargo de Governador optaram por permanecer no PRB. 0,3% de candidatos competitivos optaram por permanecer no PMDB e no PR entre uma eleição e outra. A disputa para o Governo do Estado é a que apresenta o menor número de partidos que retém os seus candidatos competitivos. Entretanto, é notável a força do PRB ao concentrar cinco vezes mais seus candidatos de uma eleição para outra, se comparado com os demais partidos.

A taxa de continuidade nos partidos que concorrem ao cargo de Senador, por sua vez, é mais diluída se a compararmos com a dos que disputam o Governo do Estado. Em relação ao Senado, o PSB concentra o dobro de candidatos competitivos no partido se comparado ao segundo lugar (PP). O PSDB, o PDT, o DEM e o PMDB são outros partidos em que candidatos competitivos a Senador optam por continuar na legenda na eleição seguinte. Desse modo, verificamos que, na disputa para o Senado e para o Governo, os candidatos competitivos que optam por permanecer nos mesmos partidos concentram-se em poucas legendas.

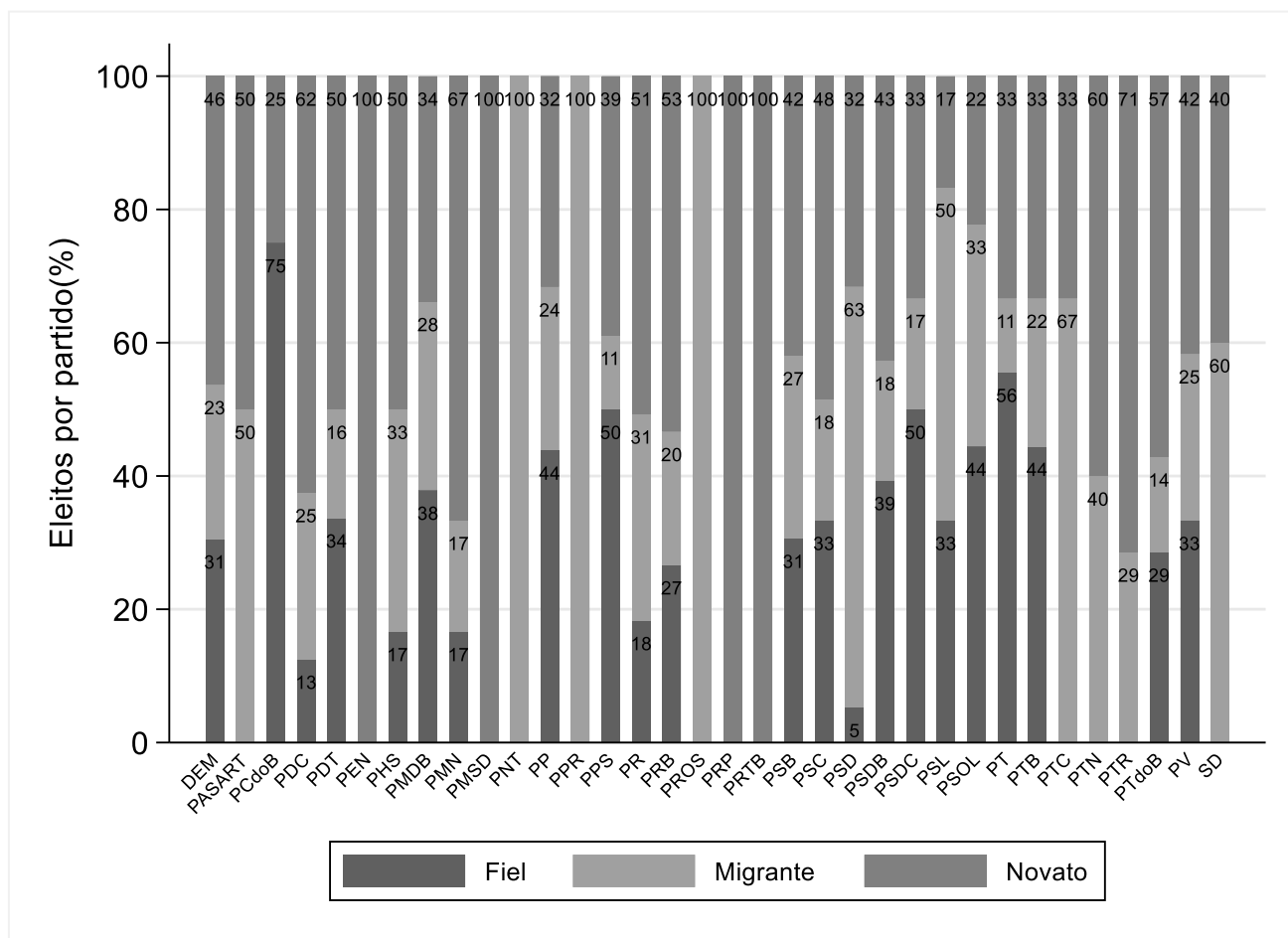
Gráfico 4.21 – Taxa de continuidade dos candidatos competitivos por partido nas eleições majoritárias



Uma última análise diz respeito ao perfil dos políticos que conseguem se eleger nos partidos. No gráfico abaixo, analisamos a porcentagem de cada tipo de candidato que consegue obter sucesso eleitoral dentro do seu partido. PPS, PSDC, PT e PC do B são os partidos que conseguem eleger 50% ou mais de candidatos competitivos que permanecem na mesma legenda entre duas eleições consecutivas. PSL, PTC, PPR, PROS, PSD, PNT e SD, por sua vez, são os partidos que conseguem eleger mais de 50% de seus políticos que vieram de outras legendas (migrantes). Verificamos também que são muitos os partidos que conseguem eleger políticos novatos, tais como: PDT, PMN, PR, PTN, PTR, PT do B.

Partidos que elegem muitos políticos que permanecem na mesma legenda entre as eleições, como o PC do B (75%) e o PT (56%), reforçam o argumento da literatura de que partidos de esquerda conseguem ter mais políticos fiéis ao partido do que de outros blocos ideológicos (Melo, 2004; Faganello, Fernandes, 2018). Verificamos que partidos novos na disputa eleitoral são aqueles que conseguem eleger mais políticos migrantes. É o caso do PROS e do SD, criados em 2010 e 2013, respectivamente.

Gráfico 4.22 – Porcentagem de políticos eleitos por partido



4.6 Conclusões parciais

O presente capítulo teve como objetivo analisar o fenômeno da migração partidária no Rio de Janeiro sob a ótica do partido e dos cargos disputados. Exploramos também a origem e o destino dos partidos dos líderes migrantes, incluindo o viés ideológico, o viés para a base governista (estadual e federal) e o sucesso eleitoral dos mesmos. Por fim, analisamos a composição dos partidos pelos candidatos competitivos: os partidos são majoritariamente formados por candidatos migrantes, fiéis ou novatos?

Uma primeira análise diz respeito à participação de migrantes nos cargos a serem disputados. Verificamos que a maioria dos candidatos competitivos que concorrem para Deputado Estadual são compostos por migrantes, e que o número reduz na disputa para a Câmara dos Deputados. Ademais, são poucos os migrantes que disputam os cargos de Governador e Senador. Na disputa para as Prefeituras, por sua vez, há um equilíbrio entre migrantes e não migrantes.

Um ponto de destaque diz respeito aos partidos de origem e de destino para onde os candidatos competitivos migram. De forma geral, verificamos que o PMDB, o PDT e o PP são os partidos de onde mais saem candidatos, enquanto o PMDB, o DEM e o PR são os que mais os recebem. Quando analisamos a troca de partidos a partir do bloco ideológico, constatamos que a maior parte dos migrantes que saem de partidos de direita e de centro optam por ir para legendas de direita, enquanto migrantes que saem de partidos da esquerda mudam para partidos de centro. Para todos os cargos em análise, a tendência, em primeiro lugar, é que os migrantes mudem para partidos de direita, em segundo, para partidos de centro, e, por último, para legendas de esquerda.

Parte da literatura aborda a tendência de migrações para partidos da base governista, tanto estadual quanto federal (Melo, 2004; Desposato, 2009). Analisamos as migrações para partidos do Presidente e do Governador em exercício e verificamos que elas ocorrem predominantemente para legendas às quais não pertencem nem o Governador e nem o Presidente. Entretanto, observamos um maior número de migrações para a base governista estadual entre os anos 2000 a 2014. Esse período é marcado, a partir de 2004, pelo alinhamento do governo estadual (PMDB) com o governo federal (PT).

Um primeiro achado importante sobre o sucesso eleitoral diz respeito às taxas de migração de políticos eleitos e não eleitos. Observamos que a maioria dos eleitos (58,7%) decidem permanecer no mesmo partido na próxima eleição. Já entre os não eleitos, 54,7% migram de legenda na próxima disputa. Esses resultados demonstram que a migração de partido pode ser uma estratégia daqueles que não obtiveram sucesso eleitoral, e que, assim, optam por mudar de legenda possivelmente em busca de se elegerem. Como descreve Diniz (2000), a troca de partidos só é realizada quando o candidato analisa os ganhos a serem obtidos pela mudança. Nesse sentido, aqueles que não foram eleitos podem almejar fatores como, por exemplo, maior acesso de recursos no outro partido, maior tempo de propaganda eleitoral e menor competição entre seus pares.

Com relação ao sucesso eleitoral, observamos que a tendência é a de que a maioria dos não migrantes consigam se eleger mais do que os migrantes. Mas quando separamos por cargo, verificamos que no caso da disputa para a Prefeitura, os migrantes são os que mais conseguem se eleger (45,6%).

Apesar da estratégia de migração por parte dos candidatos não eleitos, observamos que ainda assim, em geral, há uma probabilidade, para a maioria dos cargos, de que mais não

migrantes obtenham sucesso eleitoral. Por isso, analisamos também como se dá o perfil de composição dos partidos políticos e qual é a origem dos votos dos candidatos.

Candidatos competitivos que concorrem para Deputado Estadual e Federal são majoritariamente novatos; o segundo número mais expressivo desse tipo de candidatos que disputam esses cargos é composto por concorrentes que decidem permanecer no mesmo partido entre uma eleição e outra; por fim, em menor número, há os migrantes. Na disputa para a Prefeitura, observamos que, até 1996, mais de 87% dos candidatos eram novatos – por conta da regra eleitoral de não reeleição – e, a partir da eleição de 2000, uma metade dos concorrentes é composta por novatos e a outra é dividida entre fiéis e migrantes. A disputa para Governador e Senador, por sua vez, é realizada basicamente por candidatos fiéis e migrantes.

Em todos os anos da análise, observamos que a maioria dos votos é por meio de candidatos que permanecem no mesmo partido, um número seguido pelo de migrantes, e por último, pelo de novatos. O mesmo ocorre em relação à porcentagem de eleitos: com exceção dos anos nos quais não havia possibilidade de reeleição do prefeito (1988, 1992 e 1996), em todos os outros, mais políticos fiéis conseguem se eleger, seguidos por migrantes e, por último, por novatos.

Por fim, verificamos o perfil de candidatos eleitos em relação a cada partido. Encontramos partidos que conseguem eleger mais candidatos fiéis (PT e PC do B, por exemplo); partidos com mais migrantes eleitos (PSL, PPR e outros); e partidos que elegem mais candidatos novatos (PDT, PR e outros). O PMDB encontra-se em um equilíbrio: consegue eleger quase igualmente o mesmo número de políticos fiéis (38%), migrantes (28%) e novatos (34%).

Chama a nossa atenção a figura de dois partidos no cenário político carioca: o PMDB e o PR. O primeiro concentra migrações principalmente no âmbito das eleições majoritárias; o segundo, por sua vez, recebe mais migrantes que concorrem nas eleições proporcionais. Ademais, entre os migrantes eleitos – independentemente do cargo disputado –, o PMDB figura como a principal legenda que consegue sucesso eleitoral. Esses achados podem ser indícios de que alguns partidos concentram e apostam na figura de políticos migrantes para conseguirem espaço na conjuntura política.

Quando analisamos em que medida o perfil do político influencia os votos e o sucesso eleitoral, verificamos que, de modo geral, políticos que permanecem no mesmo partido entre uma eleição e outra conseguem ter mais vantagem quando disputam os cargos de Deputado

Estadual, Federal, Governador e Senador. Novamente, candidatos migrantes conseguem angariar mais votos nas disputas para a Prefeitura do que nas competições para outros cargos.

Nesse contexto, o fator migratório parece atingir mais especificamente eleições para as Prefeituras e para determinados partidos grandes, como o PMDB. A composição do partido político por diferentes perfis de candidatos (fiéis, novatos e migrantes) precisa ser analisada pela ótica dos dois atores: candidatos disputando para determinados cargos podem se ver mais propensos a migrarem para partidos que usualmente elegem migrantes; além disso, o partido pode fazer o cálculo de investir em mais políticos novatos, fiéis ou migrantes a depender de quantos candidatos de cada tipo conseguiram eleger anteriormente.

Capítulo 5 – A dinâmica de competição dos prefeitos

5.1 Introdução

No decorrer desta pesquisa, verificamos que candidatos que disputam para o cargo de Prefeito apresentam algumas peculiaridades em relação à disputa para outros cargos. Primeiro, frisamos que, apesar de a eleição para Prefeito ser majoritária, com um sistema eleitoral de dois turnos e com magnitude do distrito eleitoral igual a um, ela possui diferenças quando analisamos a disputa para o cargo em municípios menores (com menos de 200 mil eleitores) e em municípios maiores (com mais de 200 mil eleitores). Isso porque a disputa parece ser diferente de acordo com o tamanho do município, principalmente quando observamos a competição intrapartidária para estar na lista de disputa para o cargo, o volume de financiamento de campanha necessário para se eleger, a quantidade de votos, etc. Assim, consideramos que, em municípios maiores, com mais de 200 mil eleitores, toda essa dinâmica de competição é mais difícil do que em municípios menores. Nesse sentido, a dinâmica da disputa entre os candidatos que concorrem para a Prefeitura do Rio de Janeiro com cerca de 4 milhões de eleitores, por exemplo, é diferente da dinâmica entre aqueles que concorrem em Nova Friburgo com aproximadamente 150 mil eleitores⁶¹.

Ademais, na estrutura de carreira política do Brasil, Miguel (2003) separa a classificação daqueles que disputam o cargo de Prefeito a partir de três tamanhos de municípios: cidade pequena, cidade média e cidade grande/capital. O autor observa que, muitas vezes, o trajeto de vida política do candidato perpassa pela disputa ascendente desses cargos; igualmente, ele equivale uma disputa para a Prefeitura de uma cidade média com a disputa para Deputado Estadual, e uma eleição para uma capital ou Prefeitura de cidade grande com uma eleição para o Senado.

Como demonstrado em resultados do capítulo anterior, a eleição para Prefeito é a única entre as disputas majoritárias que apresenta as mesmas proporções de candidatos competitivos migrantes e não migrantes nas disputas subsequentes. Para cargos de Governador e de Senador, há, predominantemente, não migrantes na disputa.

Consideramos, dessa maneira, que, apesar de o cargo de Prefeito ser transitório – visto que o político eleito só pode se manter na função por até dois mandatos consecutivos, não havendo possibilidade de indefinidas reeleições –, ainda assim, ele possui um papel central para

⁶¹ Dados do TSE sobre o número de eleitores por município para as eleições de 2016. Para maiores informações, ver www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo.

entendermos a dinâmica dos trajetos trilhados pelos líderes competitivos ao longo de suas carreiras e a dinâmica de migrações entre os partidos com o objetivo de se manterem no poder.

5.2 Metodologia e dados

Para o presente capítulo, utilizaremos o mesmo banco de dados descrito nos capítulos anteriores. Contudo, nossa amostra se restringirá somente aos Prefeitos competitivos e eleitos no estado do Rio de Janeiro de 1982 a 2016.

O capítulo está dividido em três grandes seções: a estrutura de oportunidades dos Prefeitos, a migração partidária e o personalismo e a força eleitoral dos partidos políticos. Na primeira seção, analisaremos o perfil dos Prefeitos competitivos do Rio de Janeiro e para quais cargos eles concorrem após o mandato como Prefeito, e apontaremos os principais caminhos a serem trilhados por esse grupo de políticos. Na segunda seção, analisaremos as migrações partidárias que os Prefeitos fazem após os seus mandatos. Nesse sentido, estudaremos (i) a migração do ponto de vista do bloco ideológico de destino, (ii) se a migração ocorre para o partido do Presidente, do Governador ou para outras legendas, e (iii) o sucesso eleitoral dos Prefeitos migrantes. Na última seção, avaliaremos o personalismo e a força eleitoral nas eleições para Prefeito de acordo com as métricas de Speck (2018). Analisaremos o caso de três partidos que possuem diferentes perfis de personalismo e força eleitoral nas eleições municipais do Rio de Janeiro: PMDB, PDT e PT.

5.3 A estrutura de oportunidades

A seção seguinte analisará mais detidamente o caso dos Prefeitos nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de estudar detalhadamente os Prefeitos, iremos considerar todos aqueles que foram eleitos em todos os anos da análise (de 1982 a 2016) para todos os municípios do estado.

Para fins de melhor precisão analítica, classificamos todos os prefeitos eleitos por mandato. Na categoria primeiro mandato, estão os prefeitos que necessariamente teriam um mandato consecutivo no mesmo distrito eleitoral. Também foram classificados como de primeiro mandato os prefeitos que se elegeram somente uma única vez e não se elegeram novamente. O segundo mandato foi considerado como o mandato consecutivo ao primeiro, ou seja, ele necessariamente está atrelado ao primeiro mandato. Dos 748 prefeitos eleitos, temos 656 classificados em uma dessas duas categorias. 92 prefeitos, por sua vez, não foram classificados em nenhuma categoria, pois são prefeitos que foram eleitos pela terceira ou pela quarta para o mesmo cargo após o término dos dois mandatos consecutivos e que já esperaram

4 anos ou mais para a sua nova candidatura. Um desses casos é o do político Aarão de Moura Brito Neto, que foi prefeito do município de Mangaratiba: ele foi eleito primeiro em 2004 (classificado como de primeiro mandato), consecutivamente em 2008 (classificado como de segundo mandato), e ainda se elegeu novamente em 2016; esta última eleição, contudo, não é contabilizada na amostra.

Do ponto de vista histórico, precisamos separar a análise no que concerne à possibilidade de reeleição por parte dos Prefeitos. A Emenda Constitucional nº 16 de 04 de junho de 1997 permitiu a possibilidade de reeleição consecutiva por parte dos chefes do Executivo, como os Prefeitos, Governadores e Presidentes. Isso significa que, a partir das eleições de 1998, foi possível que os chefes do poder Executivo pudessem se reeleger para o mesmo cargo após 4 anos de mandato. Por isso, não há prefeitos classificados com um segundo mandato de 1982 a 1996.

Verificamos que, em média para todos os anos, 79,4% do total de prefeitos eleitos tiveram um primeiro mandato e 20,6% tiveram um mandato consecutivo, sendo este somente possível a partir das eleições de 2000. Analisando somente os anos nos quais há a possibilidade de reeleição, de 1998 a 2016, observamos que 65,7% dos prefeitos fazem um primeiro mandato e 34,3% elegem-se consecutivamente.

Tabela 5.1 – Distribuição dos prefeitos por mandato (1982-2016)

	1º MANDATO	2º MANDATO	Total
Eleitos sem possibilidade de reeleição (antes de 1998)	262 100%	0	262 100%
Eleitos com possibilidade de reeleição (depois de 1998)	259 65,7%	135 34,3%	394 100%
Total	521 79,4%	135 20,6%	656 100%

Após completar o mandato, o político tem duas escolhas: concorrer novamente ao mesmo cargo ou a outro, ou não concorrer e sair da competição eleitoral. Barreto (2017) aponta três principais motivos para que os políticos não concorram em uma eleição seguinte: i) a opção do próprio político por não pleitear um novo cargo, mesmo que a legislação eleitoral permita; ii) a saída definitiva da vida política; iii) a decisão partidária, ou seja, por parte do partido, que pode decidir não indicar um político para concorrer a um cargo, mesmo que ele queira. No caso dos prefeitos, há ainda o impedimento legal de não concorrer ao mesmo cargo após o segundo mandato consecutivo.

Florentino (2008) aponta que os políticos que saem de cena também o fazem porque já esgotaram sua influência e contribuição no campo político por razões como a participação em escândalos, a idade avançada, ou o pertencimento a grupos que normalmente não conseguem penetrar na vida política tão bem como os seus pares, tais como é o caso de mulheres, de suplentes de senadores, e de parlamentares de bancadas pequenas.

Verificamos que, do total de prefeitos eleitos ao longo dos anos (656)⁶², aproximadamente 36% desses políticos não concorrem a nenhum outro cargo após o exercício na Prefeitura, isto é, não disputam mais cargos eletivos durante o período abrangente, de 1982 a 2016. Aproximadamente 64% dos prefeitos eleitos, após o término de seu mandato, concorrem para outro cargo eletivo.

Quando analisamos separadamente o período em que não há a possibilidade de reeleição dos prefeitos, de 1982 a 1996, observamos que 26% optam por não concorrer mais a nenhum cargo depois de passar pela Prefeitura, ou seja, saem da disputa para um cargo eleitoral; e 73% decidem concorrer para outro cargo. Com a possibilidade legal de se reeleger para um segundo mandato a partir de 1998, observamos que a taxa de políticos que decidem não concorrer mais para qualquer outro cargo eletivo aumenta para 43%, ao passo que 56% decidem disputar outro cargo. A maior porcentagem de decisão de não concorrer – para qualquer cargo – nas próximas eleições após a instauração da possibilidade de reeleição a partir de 1998 vai no sentido contrário do que seria esperado. Contudo, isso pode ser um indício de uma maior oxigenação da política no caso do Rio de Janeiro.

⁶² Prefeitos classificados com 1º e 2º mandatos.

Tabela 5.2 – Decisão de sair da vida política após as eleições pelos prefeitos eleitos (1982-2016)

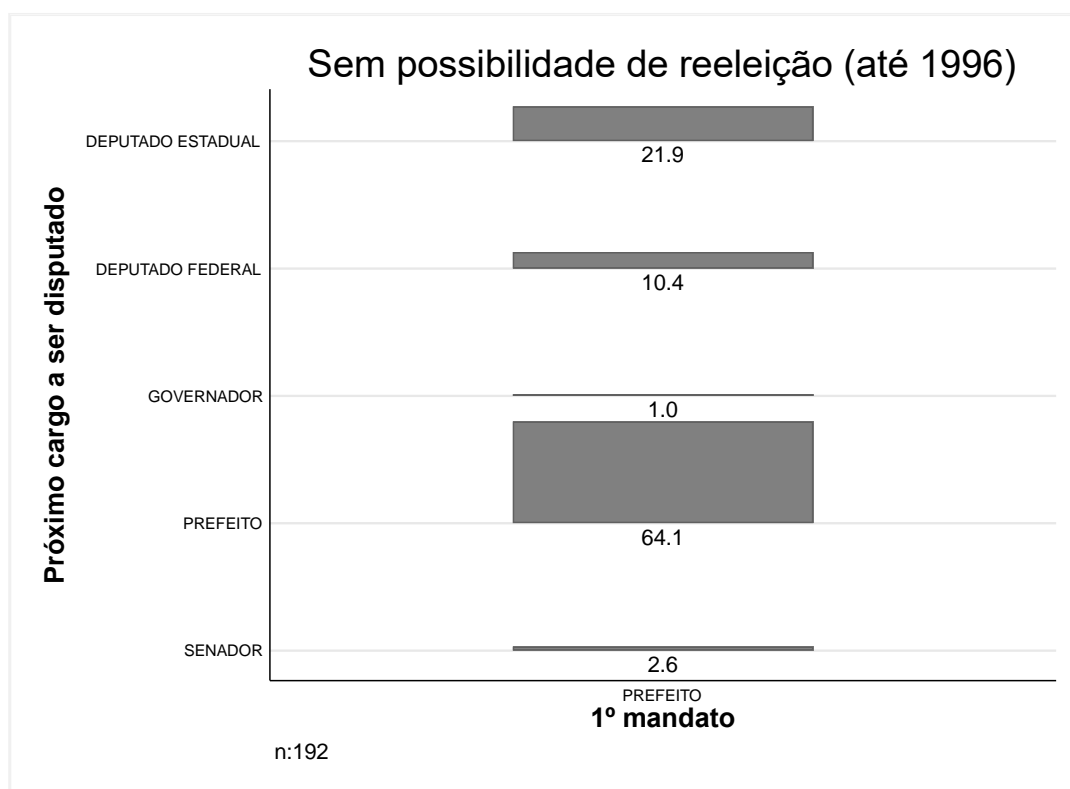
REELEIÇÃO	SAÍDA	
	Não	Sim
Não	192 73,2%	70 26,7%
Sim	222 56,3%	172 43,6%
Total	414 63,2%	242 36,8%

Em busca de estudar a estrutura da carreira política dos prefeitos eleitos nos municípios do Rio de Janeiro, verificamos para quais cargos eles disputam depois de concorrer ao primeiro e ao segundo mandatos. Assim, a análise recairá sobre os 414 prefeitos da tabela anterior que optaram por continuar na vida política (primeira coluna), separados pelos dois momentos eleitorais: sem possibilidade de reeleição ao cargo de Prefeito (até 1996) e com a possibilidade de reeleição (a partir de 1998).

Primeiro, analisaremos os resultados para os anos de 1982 a 1996. Após o primeiro mandato, observamos que 64% dos políticos buscam sua reeleição para o mesmo cargo; cerca de 22% disputam para Deputado Estadual, e poucos disputam para Deputado Federal (10,4%), Senador (2,6%) e Governador (1%). Respondendo à pergunta: “para onde vão os prefeitos eleitos depois do seu primeiro mandato, quando não há a possibilidade de reeleição?”, verificamos que a grande maioria (64%) opta por concorrer ao mesmo cargo mesmo que tenha que esperar alguns anos entre uma eleição e outra; o restante, por sua vez, em geral, busca concorrer para os cargos de Deputado Estadual ou Federal.

Nesse contexto, mesmo havendo um impedimento legal sobre a impossibilidade de se reeleger, a maioria dos prefeitos decide se recandidatar para o mesmo cargo após o primeiro mandato. Entretanto, naquele período, isso só era possível caso o prefeito esperasse um intervalo de um mandato completo após o seu (4 anos) para se candidatar novamente ao cargo, ou se concorresse na eleição seguinte após mudança de domicílio eleitoral; esse foi o caso de Zealdo Amaral, por exemplo, que disputou a Prefeitura de Itaguaí em 1992 e concorreu à Prefeitura de Seropédica em 1996.

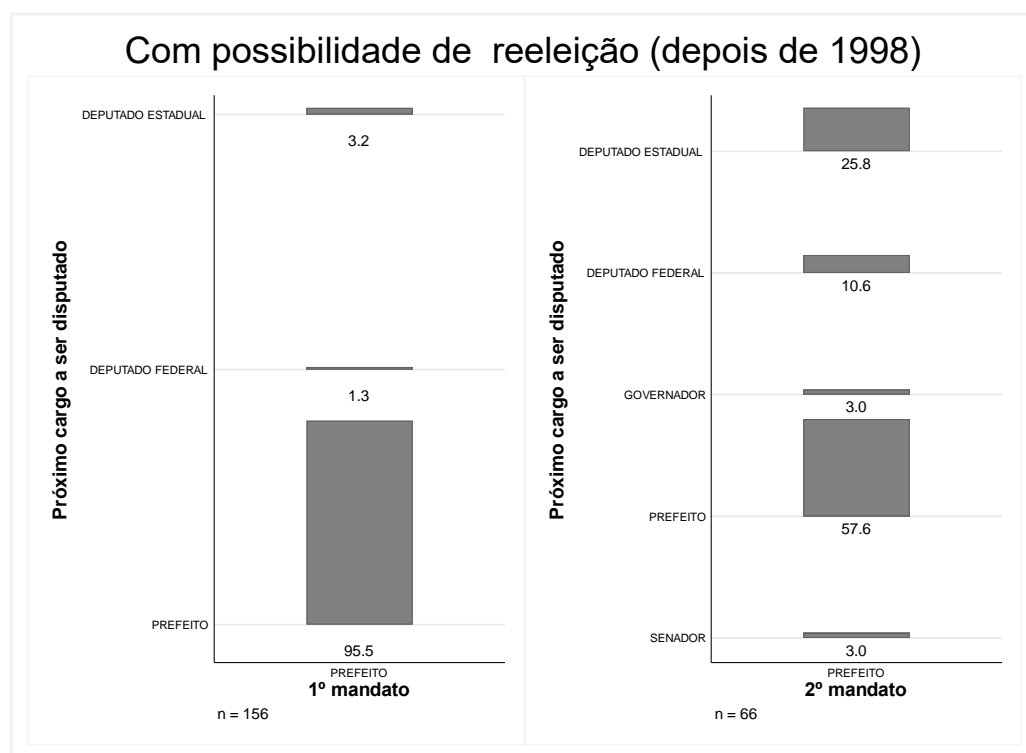
Gráfico 5.1 – Evolução dos cargos de acordo com o mandato do Prefeito antes de 1998 (sem possibilidade de reeleição)



Quando verificamos para quais cargos os Prefeitos eleitos disputam depois de seu primeiro mandato após a possibilidade de reeleição a partir de 1998, observamos que 95% dos prefeitos eleitos concorrem ao mesmo cargo após o seu primeiro mandato, 3,2% disputam as eleições para Deputado Estadual e 1,3% concorrem para Deputado Federal. Desse modo, observamos que a tendência depois do primeiro mandato do Prefeito é buscar a sua reeleição, já que não há mais restrições legais para este período.

Após o segundo mandato, observamos que 57% dos prefeitos eleitos concorrem ao mesmo cargo. É importante ressaltar que, como estão no 2º mandato, esses prefeitos que optam por pleitear o mesmo cargo acabam tendo que esperar no mínimo 4 anos para concorrer novamente à mesma vaga, por conta da impossibilidade de, por três mandatos consecutivos, executar a mesma função. A metade daqueles que optam por não esperar esse tempo concorrem para Deputado Estadual (25,8%), Deputado Federal (10,6%), Governador (3%) e Senador (3%).

Gráfico 5.2 - Evolução dos cargos de acordo com o mandato do Prefeito depois de 1998 (com possibilidade de reeleição)



Uma importante análise sobre os Prefeitos eleitos relaciona-se com quais cargos eles disputaram posteriormente, a depender do tamanho do município. Assim, separamos a análise para os municípios com mais e menos de 200 mil eleitores, uma vez que consideramos que a disputa eleitoral é diferente nesses dois grupos: municípios pequenos, abaixo de 200 mil eleitores, não possuem possibilidade de dois turnos como os maiores, e sua dinâmica da corrida eleitoral é diferente, já que em teoria, os candidatos precisam de menos votos para se elegerem nos municípios menores.

A partir do corte de municípios por quantidade de eleitores, temos 9 municípios que possuem mais de 200 mil eleitores e 82 municípios com menos de 200 mil eleitores. Municípios com mais de 200 mil eleitores são⁶³: Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti. Mantivemos a interpretação da análise separando as eleições nas quais não era possível o

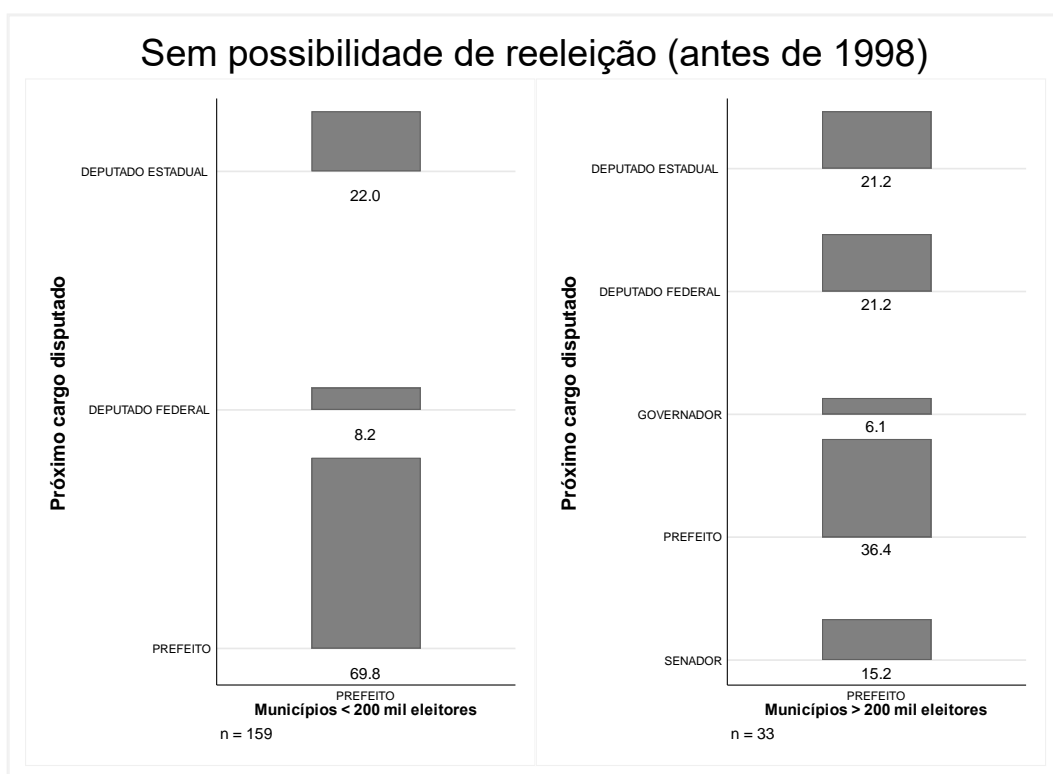
⁶³ Utilizamos os dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre a definição de municípios com mais e menos de 200 mil eleitores. Essas informações referem-se ao último pleito municipal de 2016. Para mais informações, ver www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo.

Prefeito se reeleger (antes de 1998) daquelas em que há a introdução desta possibilidade (depois de 1998).

Em municípios menores (abaixo de 200 mil eleitores), no período de 1982 a 1996, a tendência é a de os prefeitos concorrerem aos cargos de Deputado Estadual ou Federal, 22% e 8%, respectivamente, ou se manterem na mesma disputa para a Prefeitura, sendo esta a preferência de 69% dos políticos.

Em municípios maiores, a disputa dos próximos cargos pelos prefeitos eleitos se dá de uma forma mais heterogênea: 21% concorrem para Deputado Estadual, 21% para Deputado Federal, 6% para Governador e 15% para o Senado. Os políticos que concorrem posteriormente ao mesmo cargo representam 36% do total. Como não há a possibilidade de uma reeleição consecutiva, esses prefeitos esperam 4 anos ou mais para se reelegerem novamente para o cargo. Alguns prefeitos eleitos nesses municípios buscam ascender na carreira política pleiteando os cargos de Governador e Senador, tentativas não observadas em municípios abaixo de 200 mil eleitores.

Gráfico 5.3 – Próximos cargos disputados por Prefeitos, separados por tamanho de município de 1982 a 1996



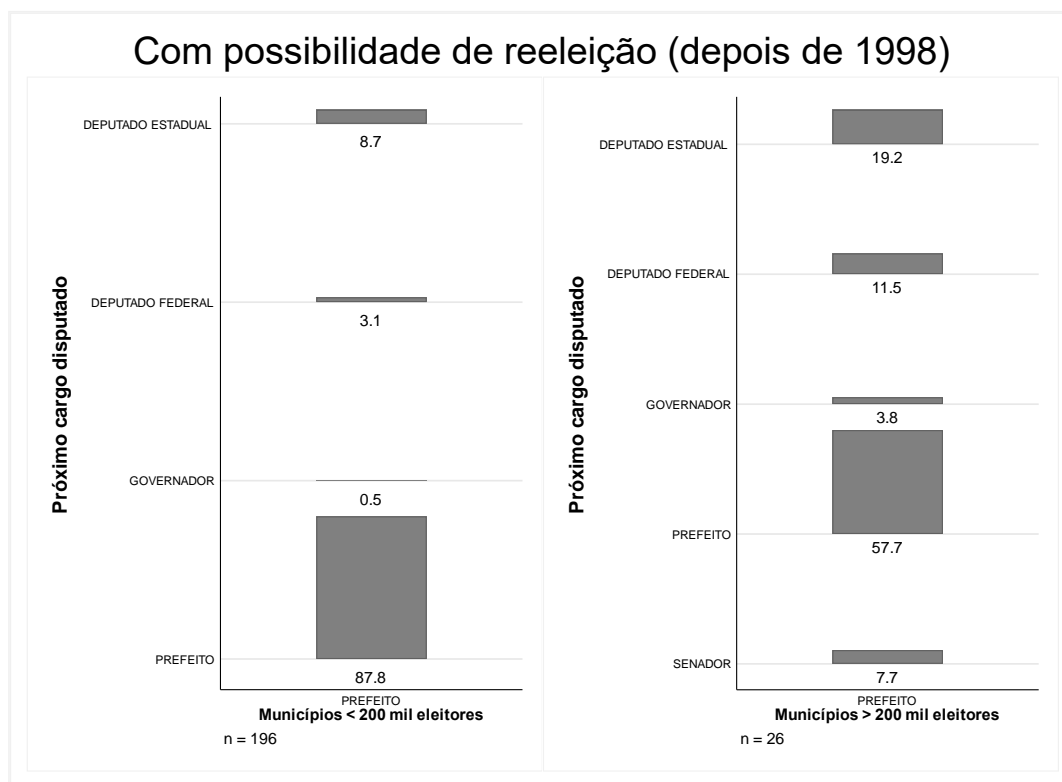
Analisando o período de 1998 até 2016, observamos que o padrão para municípios abaixo de 200 mil eleitores se mantém: aproximadamente 88% dos prefeitos concorrem ao mesmo cargo, 8% disputam para o cargo de Deputado Estadual e 3% para o de Deputado Federal. Só há um Prefeito que posteriormente disputou o Governo do Estado, e não há casos de Prefeitos que disputaram a vaga para o Senado.

Já em municípios maiores, verificamos que 3 vezes mais candidatos concorrem ao Governo e quase 7 vezes mais candidatos concorrem ao Senado do que aqueles de municípios menores. Esses políticos também tentam a vaga para Deputado Estadual (19%) ou para Federal (11%). Uma possível justificativa para a maior concorrência para as funções de Deputado em relação à dos municípios menores é a questão do número de vagas em disputa para cada cargo. Todos os candidatos para Prefeito não conseguem ser absorvidos para a disputa ao Senado e ao Governo do Estado, visto que são poucas as vagas disponíveis e ainda há a disputa intrapartidária sobre a indicação do partido para esses cargos. Por isso, muitos deles optam pela disputa para Deputado Estadual ou Federal, mesmo que tenham concorrido à Prefeitura em municípios maiores. Ademais, vale ressaltar que mais da metade dos Prefeitos dos municípios maiores buscam a sua reeleição para o cargo (57%).

Chama a nossa atenção o único caso de Prefeito eleito em município com menos de 200 mil eleitores que se candidatou ao Governo do Estado. Luiz Fernando de Souza, mais conhecido como Pezão, foi eleito Prefeito em 1988 no município de Piraí, e retornou ao mesmo cargo nas eleições de 1996 e 2000. Analisando mais detidamente este caso, o político não teve dificuldades em se eleger ao cargo de Governador em 2014, pois foi Vice-Governador por dois mandatos consecutivos na chapa de Sergio Cabral Filho, eleito em 2006 e 2010. Ademais, no ínterim entre Prefeito de Piraí e Vice-Governador do Rio de Janeiro, o político ainda foi nomeado como Subsecretário Estadual de Governo e Coordenação em 2005 pela governadora Rosângela Matheus (Rosinha Garotinho). Assim, Pezão foi naturalmente indicado na convenção do partido (PMDB) para concorrer ao governo. Este caso nos mostra que a trajetória do político também perpassa pelos cargos não eletivos, como é o caso da secretaria estadual⁶⁴.

⁶⁴ Apesar de o caso ilustrar como a trajetória do político vai além dos cargos eletivos e também perpassa pelos cargos de Vice, a presente tese consegue mensurar somente os cargos eletivos, por se tratar de uma análise de várias eleições ao longo de 34 anos.

Gráfico 5.4 – Próximos cargos disputados por Prefeitos separados por tamanho de município entre 1998 e 2016



A estrutura de oportunidades para trilhar uma carreira política no Brasil proporciona diferentes cenários e alternativas para o político se mover entre os cargos. Para a presente tese, analisamos os possíveis trajetos entre cinco cargos eleitos, excetuando-se somente os cargos de Vereador e de Presidente da República. Contudo, é importante ressaltar que, apesar dos diferentes caminhos na trajetória política entre os cinco cargos, há padrões que reforçam mais algumas trajetórias do que outras. A hipótese levantada aqui é a de que haveria dois padrões diferentes de trajetórias na vida política e que elas seriam determinadas pelo tamanho do município para o qual o político concorre. O primeiro padrão seria formado por municípios pequenos, abaixo de 200 mil eleitores, onde os políticos tenderiam a trilhar mais os cargos de Deputado Estadual, Federal e Prefeito. O segundo seria moldado pelos municípios maiores, acima de 200 mil eleitores, nos quais os políticos tenderiam a disputar mais os cargos de Prefeito, Governador e Senador.

A partir da análise das disputas posteriores à eleição como Prefeito, verificamos uma conexão entre este cargo e os demais quando separamos os dados encontrados por tamanho do

município. De uma forma geral, Prefeitos de municípios pequenos ou maiores almejam sempre sua reeleição; é o que verificamos quando analisamos seus cargos subsequentes.

Entretanto, quando separamos por tamanho do município, confirmamos o padrão esperado. O primeiro padrão corroborado é entre Deputados Estaduais, Federais e Prefeitos. Verificamos que os prefeitos eleitos disputam posteriormente para esses cargos. A tendência geral é a de que estes sempre busquem a sua reeleição, mas, como há impeditivos legais após o segundo mandato consecutivo, esses políticos pleiteiam os cargos para Deputado. Se analisarmos a partir de Samuels (2003), o fato de um prefeito depois de eleito disputar os cargos de Deputado se traduziria em uma “descida” em sua carreira política. Todavia, a restrição legal com relação à reeleição do Prefeito e a necessidade de se manter na vida política faz com que esse caminho seja mais trilhado pelos políticos de municípios com menos de 200 mil eleitores. Ademais, haveria uma barreira maior para que os prefeitos eleitos de municípios menores obtivessem força política suficiente a fim de conseguir indicação do partido para cargos mais visados, como de Governador do Estado e de Senador. A tendência é que os partidos indiquem políticos com uma maior visibilidade do eleitorado e maior capital político para cargos mais ascendentes.

O segundo padrão verificado diz respeito aos cargos de Prefeito, Governador e Senador em municípios com mais de 200 mil eleitores. Constatamos que os prefeitos eleitos nesses locais almejam sua reeleição, mas também visam a um cargo ascendente para o Governo do Estado ou para o Senado, principalmente em cargos posteriores aos de Prefeito. A tendência é a de que prefeitos de grandes municipalidades consigam capital político e reconhecimento por parte dos eleitores, para que consigam se eleger para os cargos ascendentes possíveis. Ademais, a restrição da legislação eleitoral sobre a reeleição após o segundo mandato do Prefeito faz com que o político busque outra alternativa para se manter na vida política. Apesar da possibilidade de os prefeitos terem um alto capital político e de serem reconhecidos pelo eleitorado, não há como todos os prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores serem absorvidos para os cargos de Governador e de Senador. Desse modo, observamos que muitos deles optam por concorrer aos cargos de Deputado Estadual e Federal.

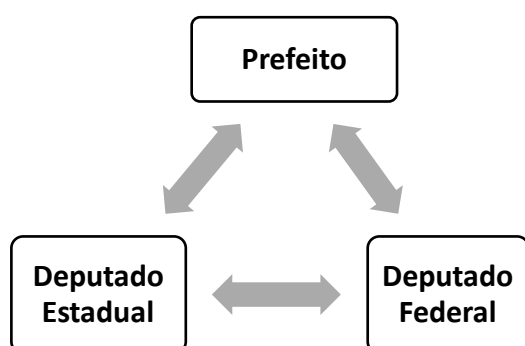
Em suma, observamos laços mais estreitos entre os cargos de Deputado Estadual, Federal e Prefeito em municípios com menos de 200 mil eleitores, ao passo que os caminhos mais trilhados em municípios maiores são para os cargos de Prefeito, Senador e Governador. Os achados da presente tese corroboram empiricamente os indícios de um mesmo padrão

encontrado por Speck (2018) para o caso nacional. O autor aponta que haveria uma espécie de “dois triângulos” conectando os cargos: o primeiro, entre os de Deputado Estadual, Federal e Prefeito; e o segundo, entre os de Governador, Senador e Prefeito de cidades grandes. Assim como em relação ao caso nacional descrito por Speck (2018), ratificamos a importância do cargo de Prefeito como um “ponto de conexão” entre os diferentes cargos e as trajetórias trilhadas pelos políticos.

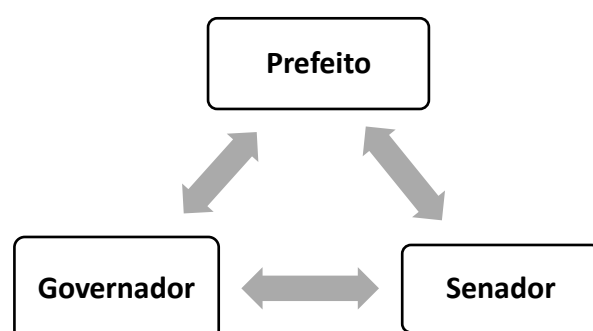
Ilustramos graficamente, abaixo, os diferentes padrões encontrados, a depender do número de eleitores dos municípios.

Figura 5.1 – Padrões de caminhos mais trilhados na carreira política de acordo com o tamanho do município (baseados no número de eleitores).

Municípios abaixo de 200 mil.



Municípios acima de 200 mil.



De modo geral, verificamos que, considerando os cinco cargos eletivos analisados na presente tese, há inúmeras possibilidades para que o político construa sua carreira política, o que ocorre por conta das regras eleitorais, do sistema eleitoral ou das estruturas de oportunidade política como um todo. Contudo, nossa análise nos permitiu verificar que há alguns caminhos na vida política que são mais trilhados do que outros, principalmente quando segregamos a investigação por tamanhos de municípios. A depender do tamanho do município, algumas trajetórias são mais comuns do que outras, formando um certo padrão.

Ademais, apropriando-nos dos conceitos descritos por Borchert (2011), podemos apontar que o Rio de Janeiro seria uma combinação de dois padrões de movimento das carreiras políticas: o alternativo (*alternative*) e o integrado (*integrated*). Isso porque verificamos que os

políticos se movimentam entre os cargos de acordo com suas preferências (primeiro modelo), que correspondem, na maioria dos casos, à tendência de disputar cargos ascendentes, e, também, levam em consideração os custos, os benefícios e a conjuntura do momento para a escolha do cargo (segundo modelo), considerando, por exemplo, as estruturas de oportunidades disponíveis (idade mínima para concorrer ao cargo, possibilidade de reeleição, número de vagas disponíveis, etc). Apesar de o autor não apontar uma hierarquia entre os cargos em ambos os modelos retratados, há uma hierarquia informal descrita por Miguel (2003), com o cargo de Vereador na base e o de Presidente da República no topo, e, também, os achados deste capítulo, que apontam para tentativas de ascensão por parte dos políticos; contudo, tais constatações não impedem que haja um fluxo contrário, isto é, de políticos que concorrem a cargos “menores” principalmente por terem mais chances de se elegerem.

O uso dos padrões alternativo e integrado descritos por Borchert (2011) para o caso do Rio de Janeiro reforçam a nossa suposição de que as estruturas de oportunidades em torno da vida política e a conjuntura do estado influenciam muito a escolha de cargos por parte dos profissionais da política. Ademais, todos esses fatores reforçam a nossa hipótese de que há determinados padrões de carreira distintos a depender do tamanho do município, o que faz com que políticos tendam a concorrer mais para os cargos de Deputado Estadual e Federal e de Prefeito em municípios com menos de 200 mil eleitores, e a disputarem mais os cargos de Prefeito, Senador e Governador em municípios maiores.

5.4 As migrações partidárias

Continuaremos nossa análise sobre prefeitos eleitos sob a ótica da migração partidária com o objetivo de identificar possíveis padrões para esse grupo de líderes políticos. A tabela abaixo descreve a distribuição dos prefeitos de acordo com a opção de migrar de partido e com o mandato em disputa. Manteremos a classificação de 1º e 2º mandatos da seção anterior, que resultou em uma amostra de 656 prefeitos eleitos ao longo dos anos. Entretanto, é importante ressaltar que 242 prefeitos saíram da disputa eleitoral, ou seja, participaram de uma última disputa durante o período analisado no presente trabalho⁶⁵. Esses líderes representam 36,9% do total de prefeitos eleitos em todos os anos. Nosso objeto de análise, portanto, recairá basicamente nos 414 prefeitos que competiram posteriormente.

Assim, observamos que, daqueles que disputam o primeiro mandato, 31,5% são prefeitos não migrantes e 35,3% são prefeitos que mudaram de partido. Já no segundo mandato como

⁶⁵ Ver tabela 5.2 da seção anterior.

prefeito, um número igual de líderes opta por permanecer no partido ou por migrar de legenda na eleição seguinte (24,4% cada). Desse modo, constatamos que a tendência após o primeiro mandato do prefeito seja a de haver mais mudanças de legenda do que entre aqueles que acabam o segundo mandato.

Tabela 5.3 – Distribuição da migração dos prefeitos eleitos de acordo com o mandato

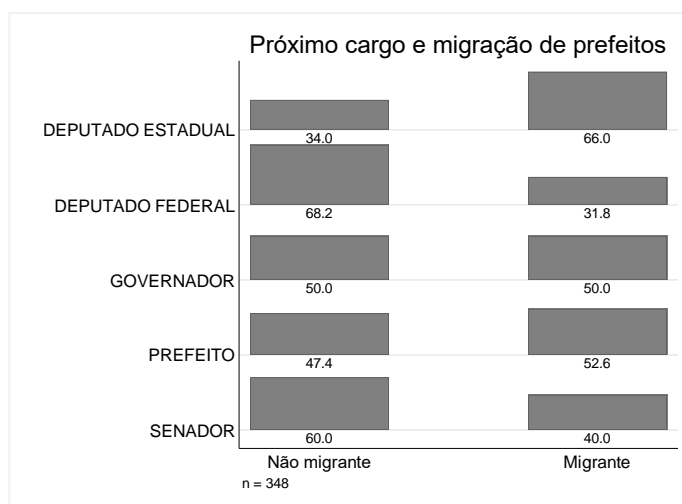
	1º MANDATO	2º MANDATO	Total
SEM DISPUTA POSTERIOR	173 33,2%	69 51,2%	242 36,9%
NÃO MIGRANTE	164 31,5%	33 24,4%	197 30%
MIGRANTE	184 35,3%	33 24,4%	217 33,1%
Total	521 100%	135 100%	656 100%

Incorporando a análise de trajetória política dos prefeitos, no gráfico abaixo buscamos verificar para quais cargos os prefeitos eleitos foram depois do primeiro mandato e se migraram de partido ou não. Como observado no capítulo 2, vimos que os prefeitos apresentam a tendência de concorrer para o mesmo cargo nas próximas eleições, principalmente se estiverem no primeiro mandato. Dentre os prefeitos eleitos que concorrem para o mesmo cargo na eleição seguinte, 52,6% deles migram de partido e 47,4% permanecem no mesmo. Além disso, cabe considerar que também migram de partido 66% dos candidatos que tentaram uma vaga como prefeito e, na eleição seguinte, disputam o cargo para Deputado Estadual.

Após o primeiro mandato, a maioria dos prefeitos que disputam o cargo de Deputado Federal e de Senador permanece no mesmo partido de origem (68,2% e 60%, respectivamente). Somente para a disputa para governador é que metade dos prefeitos opta por ficar no mesmo partido e a outra metade, por mudar.

Assim, o questionamento que surge é: por que metade dos prefeitos eleitos ao fim do seu primeiro mandato e que almejam a reeleição opta por mudar de partido para disputar o segundo mandato? A lógica racional seria que os prefeitos permanecessem no mesmo partido para disputar a próxima corrida eleitoral, visto que obtiveram sucesso na primeira disputa. Nesse sentido, ao longo deste capítulo, iremos discorrer sobre os possíveis motivos da ocorrência desse fenômeno.

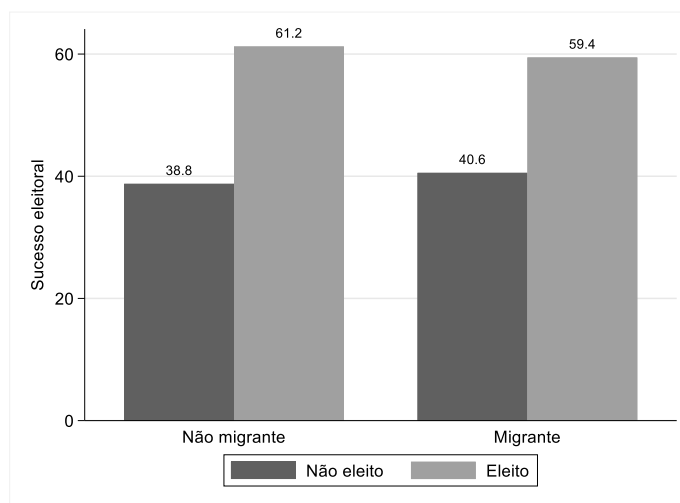
Gráfico 5.5 – Taxa de migração partidária dos prefeitos eleitos após o 1º mandato de acordo com o próximo cargo pleiteado



Dos prefeitos eleitos no primeiro mandato que disputaram o mesmo cargo na eleição seguinte e que não mudaram de partido (129 prefeitos), 61,2% conseguiram se eleger mesmo após permanecer no mesmo partido, e 38,8% não obtiveram sucesso eleitoral. Dos prefeitos que decidiram migrar de partido após o primeiro mandato (143) e que concorreram ao mesmo cargo na eleição seguinte, 59,4% conseguiram se eleger, enquanto 40,6% não obtiveram sucesso eleitoral.

Apesar de a taxa de sucesso entre aqueles que se mantêm no partido ser dois pontos percentuais maior do que entre os que mudam de legenda, observamos que ambas são muito próximas. Assim, podemos deduzir que os incentivos para trocar de partido não se respaldam somente na possibilidade de sucesso eleitoral.

Gráfico 5.6 – Taxa de sucesso eleitoral dos prefeitos migrantes e não migrantes após o primeiro mandato.



Para nos ajudar a compreender ainda mais os possíveis motivos de mudança de partido por prefeitos eleitos, iremos filtrar ainda mais a análise sobre esses políticos migrantes e não migrantes no estado do Rio de Janeiro. A análise recairá sobre os anos de eleições municipais de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Optamos por estudar essas eleições por dois motivos principais: i) a consistência dos dados eleitorais obtidos pelo TSE, e ii) a possibilidade legal de o prefeito se reeleger para um segundo mandato consecutivo, o que nos possibilita analisar aqueles que se recandidataram para o mesmo cargo.

A investigação ocorrerá da seguinte forma: a partir do total de prefeitos eleitos para cada ano, avaliaremos quantos foram eleitos na eleição anterior; desse número, verificaremos quantos estão se recandidatando na eleição atual pelo mesmo partido ou por outro partido. Em 2000, por exemplo, temos 74 candidatos que se elegeram em 1996 e que estão se recandidatando em 2000, ao passo que há um total de 92 vagas disponíveis para as Prefeituras; isso significa, basicamente, que 80,4% dos candidatos de 1996 se rerepresentam em 2000. Desses 74 políticos, 50 se recandidatam pelo mesmo partido (não migrantes) e 24 se recandidatam por outro partido (migrantes). Estudaremos em separado os dois grupos com o objetivo de verificar quem conseguiu se eleger naquele ano.

Nas cinco eleições analisadas, observamos que a média de prefeitos eleitos no pleito anterior e que se recandidatam na eleição seguinte é de 52,1%. É importante ressaltar que o pico de 80,4% prefeitos eleitos em 1996 e que se recandidatam em 2000 ocorre por conta da mudança da legislação eleitoral, que passa a permitir a possibilidade de o prefeito concorrer a

uma segunda eleição consecutiva no mesmo cargo. Assim, todos os prefeitos eleitos em 1996 estão aptos a disputar a mesma função em 2000, o que justifica uma taxa de 80% de tentativa por parte dos prefeitos eleitos. Nos anos seguintes, a taxa cai quase pela metade devido a dois motivos principais: a saída natural de alguns prefeitos da vida política e a impossibilidade de uma nova recandidatura após o prefeito ser eleito duas vezes consecutivas.

Separamos a análise em duas situações de recandidatura: aqueles prefeitos que se recandidatam pelo mesmo partido, ou seja, que se mantêm fiéis ao partido; e aqueles que mudam de legenda. Verificamos que os prefeitos que concorrem novamente pela mesma sigla perfazem a maioria nos anos 2000, 2008 e 2012; já aqueles que se recandidatam por outro partido se apresentam em maior quantidade nos anos de 2004 e de 2016.

Uma possível hipótese no ano de 2004, quando 80% dos prefeitos se recandidatam por outro partido, é um efeito do tipo “manada” de mudanças para o partido do governo federal ou para aqueles que compõem a base governista. A eleição de 2004 foi a primeira após a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal em 2002, e essa mudança reflete também em um novo realinhamento dos políticos em relação ao governo federal, principalmente por conta da sigla do Presidente eleito (PT) ter sido o maior partido na Câmara dos Deputados nesta eleição. Para o ano de 2016, temos uma hipótese contrária: um efeito também do tipo “manada”, mas relacionado à saída de partidos que apoiam o governo PT e de seus partidos de base. Isso ocorre pelo longo desgaste do governo PT, principalmente após a eleição de Dilma Rousseff em 2014, pelas delações da Lava Jato que envolvem o partido e sua cúpula e pelo processo de impeachment da Presidenta iniciado em 2015.

Analisando as taxas de sucesso entre os prefeitos que se recandidatam pelo mesmo partido e entre aqueles que migram, verificamos que, com exceção de 2016, mais de 50% dos prefeitos conseguem obter sucesso eleitoral; ou seja, a escolha de se manter no partido ou de mudar parece ser mais certa: em média, mais da metade dos prefeitos fiéis ao partido conseguem se eleger, assim como mais de 50% dos prefeitos migrantes também obtêm o mesmo feito. Entretanto, analisando ano a ano, as taxas de sucesso eleitoral entre aqueles que mudam de partido são maiores do que entre aqueles que permanecem no partido; de fato, só há uma exceção, que ocorre no ano de 2004.

Em suma, observamos o seguinte padrão: prefeitos eleitos que se recandidatam pelo mesmo partido ou que mudam de legenda conseguem, em média, ter taxas de sucesso maiores se comparados aos que não conseguiram se eleger; ademais, constatamos que os migrantes

possuem taxas de sucesso maiores se comparados com os prefeitos não migrantes. Contudo, verificamos que, em média, a taxa de prefeitos que migram e a daqueles que não mudam de partido são muito próximas: 54,8% se mantêm no mesmo partido e 45,2% mudam de partido, e, dentre os que migram, a taxa de sucesso eleitoral é maior. Assim, questionamos sobre quais são os incentivos para os prefeitos se manterem no mesmo partido em uma nova competição e quais são os incentivos para outros mudarem, principalmente considerando-se o fato de o prefeito já ter sido eleito em um primeiro mandato e concorrer ao segundo consecutivamente.

Tabela 5.4 – Análise de prefeitos migrantes e não migrantes por ano (2000 a 2016)

		2000	2004	2008	2012	2016	Total
Recandidatura		74	45	38	44	39	240
		80,4%	48,9%	41,3%	47,8%	42,3%	
Não migrantes	Recandidatura pelo mesmo partido	50	9	26	34	16	135
		67,5%	20%	68,4%	77,2%	41,1%	
	Eleitos	25	7	18	19	4	73
		50%	77,7%	69,2%	55,8%	25%	
	Não eleitos	25	2	8	15	12	62
		50%	22,3%	30,8%	44,1%	75%	
Migrantes	Recandidatura por outro partido	24	36	12	10	23	105
		32,5%	80%	31,60%	22,8%	58,9%	
	Eleitos	15	24	9	7	9	64
		62,5%	66,7%	75%	70%	39,1%	
	Não eleitos	9	12	3	3	14	41
		37,5%	33,3%	25%	30%	60,9%	
Total de eleitos no ano		92	92	92	92	92	460

Uma das possíveis causas da migração partidária diz respeito ao alinhamento com os governos estadual e federal. Segundo Melo (2002, 2004) e Desposato (2009), a troca de legenda seria um forte incentivo para compor a base governista. Uma vantagem em relação à mudança para partidos do governo é que o político poderia sinalizar ao eleitor a sua posição de “situação” em relação aos partidos que estão no poder; outra vantagem é que, com tal mudança, o indivíduo também poderia ter maior acesso aos recursos disponíveis pelo governo aos políticos que o apoiam (Melo, 2002).

Melo (2002) aponta também que, quanto mais o partido estiver posicionado favoravelmente em relação ao governo e quanto mais capacidade de acesso a recursos ele tiver, maior será o incentivo para o parlamentar migrar para esse partido. Do mesmo modo, quanto maior for a popularidade do governo e do presidente, maior será a tendência de migrações para os partidos governistas.

Dessa forma, com o objetivo de verificar padrões semelhantes indicados anteriormente pela literatura, analisaremos se os prefeitos que se recandidataram por outros partidos (migrantes) mudam para: i) o partido do Presidente; ii) o partido do Governador; iii) outro partido.

Observamos que, em média, 38,2% dos prefeitos migrantes mudam para partidos do Governador vigente, e a taxa de sucesso eleitoral entre eles é maior que 50% em todos os anos nos quais houve migração (somente em 2012 nenhum prefeito migrou para o partido do Governador). Esses achados nos indicam que os políticos migrantes tendem a ter um perfil governista e, em sua maioria, conseguem obter sucesso eleitoral apesar da mudança de partido.

A mudança para o partido do Presidente não parece ser um padrão dos prefeitos eleitos migrantes. Somente nos anos 2000 e 2004 houve poucas migrações de prefeitos eleitos. É importante ressaltar que, em 2016, há 12 mudanças de prefeitos eleitos para o partido do Governador e do Presidente. Como, nesse ano, é o mesmo partido político que está no poder tanto no governo estadual quanto no governo federal (PMDB), não conseguimos mensurar com exatidão se os migrantes mudaram para essa sigla com o objetivo de se alinhar ao governo estadual, ao federal ou a ambos.

Dos prefeitos que migram, entre duas eleições, para partidos que não pertencem ao Governador do Estado e nem ao Presidente da República, 60% conseguem se eleger (em média). A taxa de sucesso eleitoral dos prefeitos que mudam para outros partidos é um pouco maior se comparada à daqueles que migram e se elegem pelo partido do Governador.

A maior taxa de migração para o partido do Governador do Estado ocorreu em 2004, quando 63,9% dos prefeitos migrantes foram para a legenda do PMDB. O ano marca, inclusive, a mudança de legenda da governadora Rosinha Garotinho para o mesmo partido.

No plano nacional, Santos (2013) testou o alinhamento das prefeituras com o governo federal nas eleições de 2000 a 2008. O autor aponta que, quando as prefeituras estão alinhadas com o governo federal, há 71% a mais de chances de o partido governista vencer as eleições

municipais. Para Santos, esse alinhamento pode ser relevante para a dinâmica da competição local, e, conseqüentemente, os prefeitos adotam uma estratégia governista. No caso do Rio de Janeiro, observamos, nesta seção e no capítulo 2, um alinhamento dos migrantes municipais em relação ao Governo do Estado; de fato, em média, 54,6% dos prefeitos que migram para o partido do Governador conseguem obter sucesso eleitoral. Esse achado pode ser um indicativo de que a dinâmica política local do Rio de Janeiro favorece um maior alinhamento das Prefeituras com o Governo do Estado do que com o Governo Federal.

Tabela 5.5 – Prefeitos eleitos que migram para o partido do Presidente, do Governador e para outros partidos

	2000	2004	2008	2012	2016	Total
Partido do Presidente	1	2				3
	4,1%	5,5%				
Eleitos	0	1				1
		50%				
Não eleitos	1	1				2
	100%	50%				
Partido do Governador	8	23	5		12	48
	33,3%	63,9%	41,6%		52,1%	
Eleitos	5	14	5		6	30
	62,5%	60,8%	100%		50%	
Não eleitos	3	9	0		6	18
	37,5%	39,1%			50%	
Outros partidos	15	11	7	10	11	54
	62,6%	30,6%	58,4%	100%	47,9%	
Eleitos	10	9	4	7	3	33
	66,7%	81,8%	57,1%	70%	27,3%	
Não eleitos	5	2	3	3	8	21
	33,3%	18,2%	42,9%	30%	72,7%	
Total prefeitos migrantes	24	36	12	10	23	105

Após analisar para quais partidos os migrantes vão, iremos discorrer sobre a mudança de legenda sob a ótica dos blocos ideológicos; nesse sentido, agruparemos os partidos políticos em blocos de acordo com a sua ideologia e verificaremos para quais blocos os políticos que

disputam em diferentes cargos eleitorais vão. Analisaremos os casos dos prefeitos que se recandidataram na eleição seguinte por outro partido, que totalizam os 105 políticos descritos na tabela 5.5.

A análise ano a ano refere-se aos prefeitos que se recandidataram para a eleição seguinte e que mudaram de partido. Assim, para o ano 2000, analisamos os 24 políticos eleitos em 1996 que se recandidataram para o mesmo cargo no ano 2000, mas, para isso, mudaram de legenda.

No ano 2000, observamos que somente um prefeito migrou do bloco ideológico da esquerda para o do centro. Em relação aos que saíram do bloco da direita, 41,7% (5) migraram para o do centro, 33,3% (4) para o da esquerda, e 25% (3) permaneceram no mesmo bloco. Os prefeitos que saíram de partidos de centro, por sua vez, dividiram-se entre permanecer no mesmo bloco e ir para partidos da esquerda.

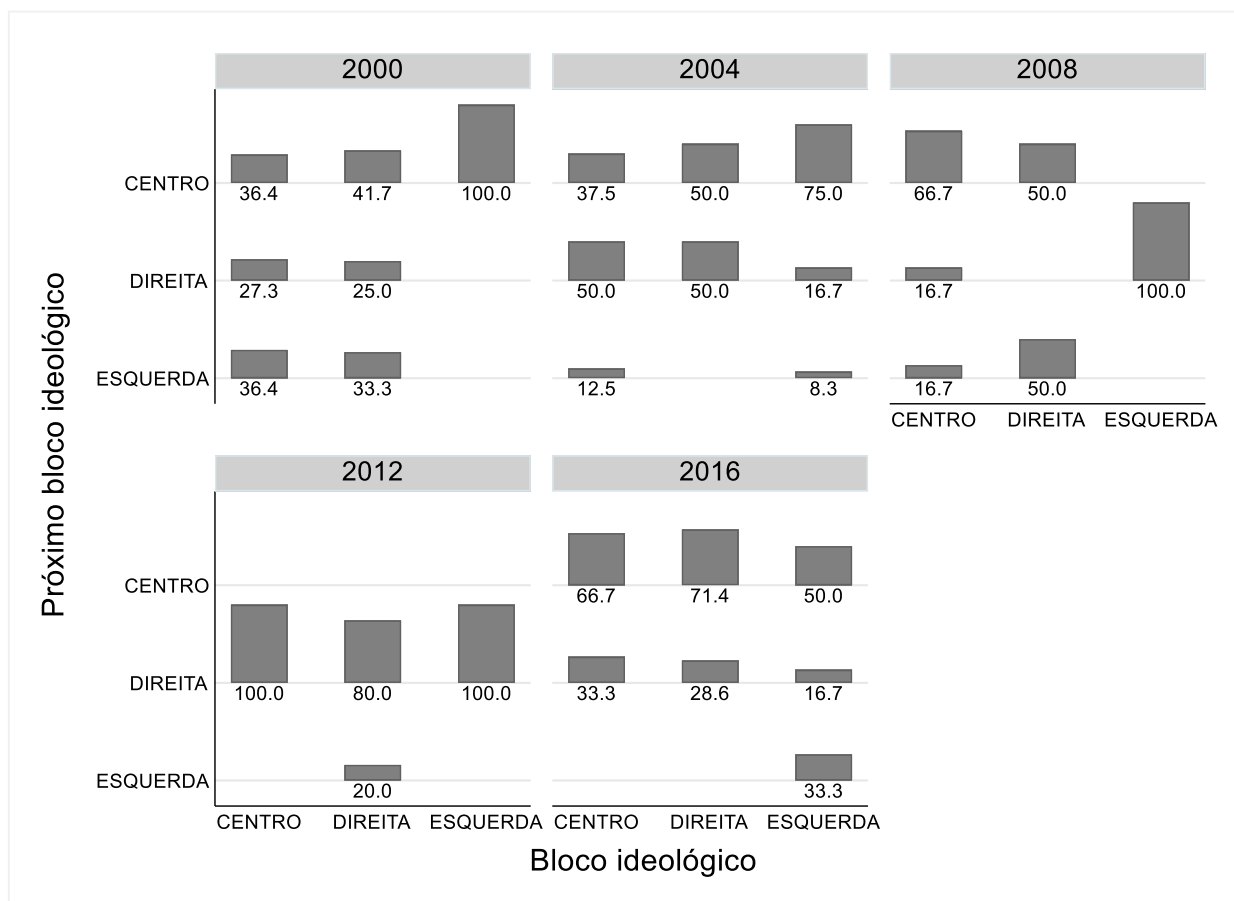
No ano de 2004, verificamos um crescimento de prefeitos que saíram de partidos da esquerda e foram para siglas do centro (75%); aqueles que estavam em legendas de direita, por seu turno, dividiram-se entre permanecer no bloco e migrar para partidos de centro. Por fim, 50% dos que estavam em partidos de centro mudaram para siglas de direita.

O ano de 2008 nos traz desafios no que tange à explicação de fenômenos, pois os dois prefeitos migrantes que saíram de partidos da esquerda foram para os de direita, um número que corresponde a 100% dos prefeitos – tal fato seria contra intuitivo de acordo com a literatura. Já os 4 prefeitos que estavam em siglas de direita dividiram-se entre migrar para os partidos de centro e mudar para os de esquerda. Já dos que estavam nos partidos de centro, 66,7% (4) optaram por permanecer no mesmo bloco ideológico.

Em 2012, constatamos que não há migrações para o bloco ideológico dos partidos de centro. Os prefeitos que mudam de partido optam por ir para legendas de direita e de esquerda. Há somente 1 caso de prefeito que sai de um partido de esquerda e migra para um de direita. 80% de prefeitos em legendas de direita optam por permanecer no mesmo bloco, e 100% (4) dos prefeitos originários de partidos de centro mudam para siglas de direita.

Em 2016, observamos um movimento da maioria dos prefeitos migrantes em direção aos partidos de centro: de fato, dos prefeitos de partidos de esquerda, 50% vão para o centro; daqueles que estavam em legendas de direita, 71% mudam de bloco ideológico para o centro; e 66,7% daqueles que já estavam no bloco do centro optam por permanecer no mesmo, mudando somente a legenda.

Gráfico 5.7 – Migração dos prefeitos eleitos por bloco ideológico ano a ano



Objetivando estudar padrões presentes ao longo dos anos, agregamos os dados para uma análise macro para os anos de 2000 a 2016.

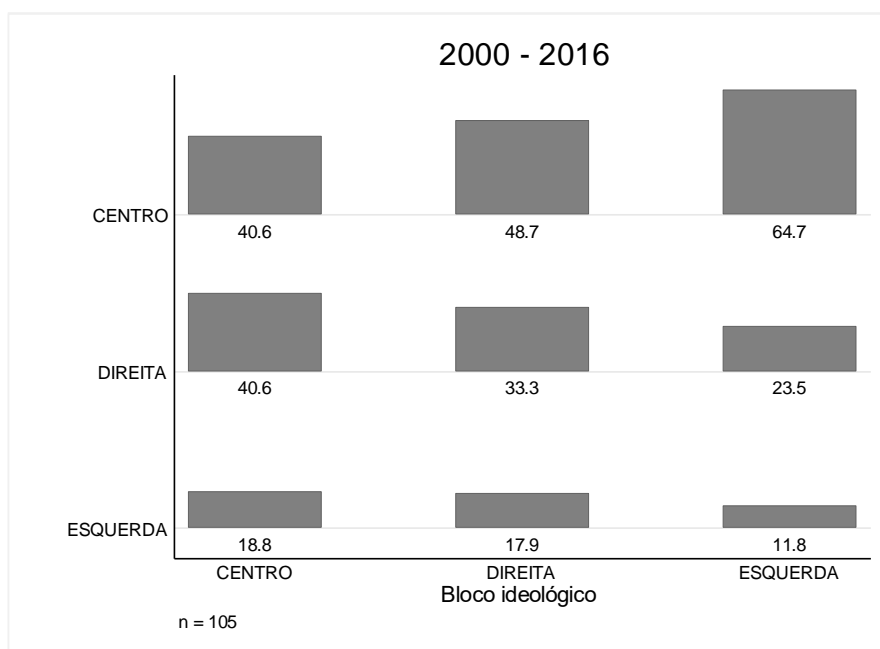
Há um padrão constante durante esses anos, de acordo com o qual a maior parte dos prefeitos que migram de partido tendem a ir para o bloco ideológico do centro: 64,7% dos prefeitos que saem dos partidos de esquerda mudam para este bloco; 48,7% dos migrantes que estavam em partidos de direita vão para o centro; e 40,6% dos que já estavam em partidos de centro mudam de legenda, mas permanecem no bloco.

Ademais, o padrão descrito pela literatura também é corroborado (Faganello, Fernandes, 2018). A tendência de prefeitos que saem de partidos de esquerda e de direita é que migrem para partidos de centro; e daqueles que já se encontravam em partidos de centro é optar por permanecer no mesmo bloco ou mudar para partidos de direita.

Observamos também que os prefeitos que mudam de legenda, mas permanecem no mesmo bloco ideológico do partido anterior estão mais presentes no bloco ideológico do centro. Em outras palavras, mesmo havendo mudança de partido, os prefeitos que estão em siglas de

centro tendem a ficar nesse bloco ideológico, seguidos pelos prefeitos que estão em partidos de direita, e por último, pelos políticos que estão nos partidos de esquerda. De modo geral, há uma congruência entre os prefeitos migrantes em relação a ir para partidos ideologicamente de centro.

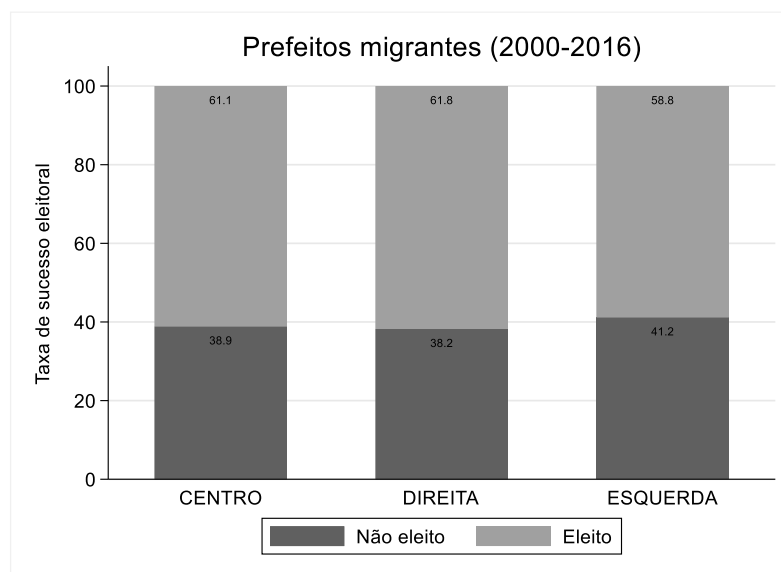
Gráfico 5.8 – Migração dos prefeitos eleitos por bloco ideológico entre 2000 e 2016



Um ponto a ser analisado é a taxa de sucesso eleitoral dos prefeitos que mudaram de bloco ideológico; ou seja, é importante identificar a porcentagem de prefeitos eleitos após a mudança de partido e, conseqüentemente, qual é o bloco ideológico de destino dos políticos em questão. Apesar de uma tendência dos prefeitos em se locomover ao centro no espectro ideológico quando realizam a mudança de legenda, verificamos que há um equilíbrio nas taxas de sucesso eleitoral entre os blocos ideológicos.

Dos prefeitos que foram para partidos de centro, 61,1% conseguiram se eleger; dos que mudaram para legendas de direita, 61,8% obtiveram sucesso eleitoral; daqueles que migraram para siglas de esquerda, 58,8% foram eleitos. Desse modo, apesar de termos observado mais mudanças para partidos de centro por parte dos prefeitos, não há grandes diferenças entre as taxas de sucesso eleitoral entre os três blocos ideológicos. Podemos verificar que, em média, 60,5% dos prefeitos que mudam de bloco ideológico conseguem se eleger.

Gráfico 5.9 – Taxa de sucesso eleitoral dos prefeitos eleitos migrantes que mudam de bloco ideológico (bloco de destino) entre 2000 a 2016

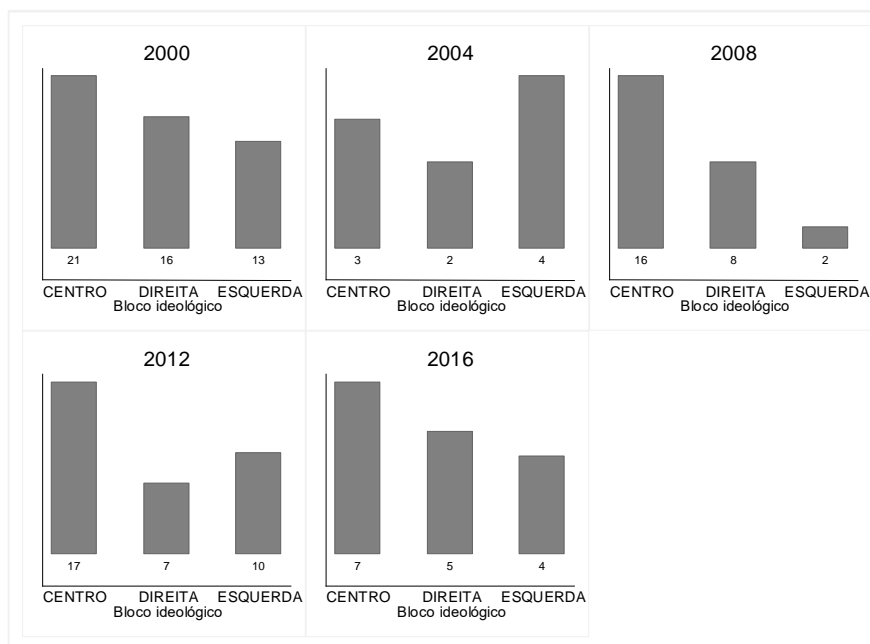


Analizamos também os prefeitos que se recandidataram entre uma eleição e outra, mas que se mantiveram nos mesmos partidos da corrida eleitoral anterior, isto é, os prefeitos que se recandidataram pela mesma legenda na eleição seguinte. Para isso, utilizamos a mesma metodologia de separação dos partidos políticos por blocos ideológicos.

Observamos um padrão mais claro quanto à permanência dos prefeitos nos partidos por blocos ideológicos: em todos os anos, com a única exceção de 2004, a maior permanência dos prefeitos nos partidos foi em legendas classificadas ideologicamente como de centro, seguida pela maior permanência nos partidos de direita.

Em 2004, verificamos que os prefeitos permaneceram mais nos partidos de esquerda. Entretanto, é importante ressaltar que esse ano apresenta um número inferior de recandidaturas de prefeitos pelo mesmo partido em relação à quantidade daqueles que saíram dos partidos no mesmo ano. Ademais, o resultado relativo a esse ano pode ser um reflexo da composição do governo federal a partir de 2002, com a eleição do PT.

Gráfico 5.10 – Permanência dos prefeitos nos partidos por bloco ideológico entre duas eleições (bloco de origem)

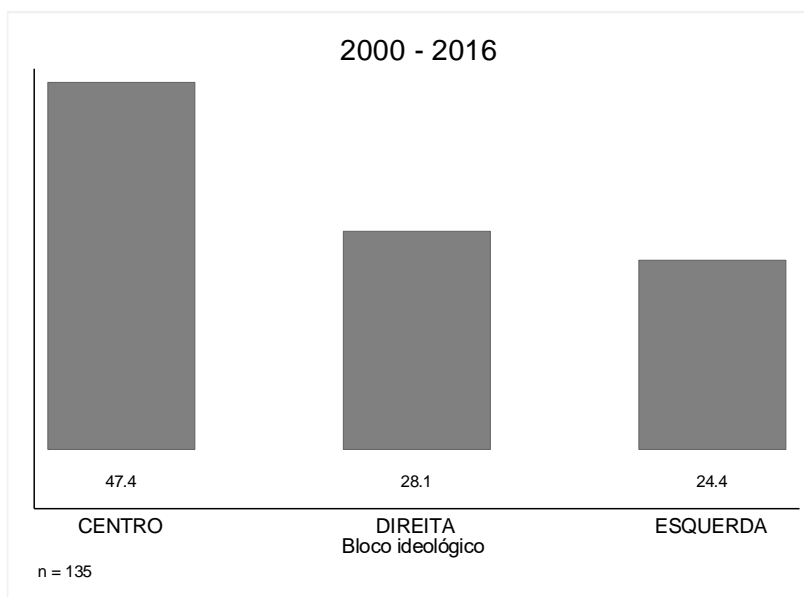


Agregando os dados de todos os anos (2000 a 2016), verificamos que os padrões se mantêm: há uma maior permanência dos prefeitos nos partidos de centro (47,4%), seguidos pelos partidos de direita (28,1%) e, por último, pelos de esquerda (24,4%).

Esses achados, tanto em termos agregados quanto desagregados (gráfico anterior), diferenciam-se dos achados da literatura para o âmbito nacional. Faganello e Fernandes (2018), ao estudar os prefeitos de todo o Brasil para os mesmos anos eleitorais (2000 a 2016), verificam que “os partidos de esquerda conseguem ter as melhores taxas de preservação de candidatos de um pleito para o outro” (p. 114). Contudo, os achados deste capítulo apontam para uma taxa de permanência maior dos políticos em partidos ideologicamente de centro.

Assim, os resultados obtidos para o caso do Rio de Janeiro neste capítulo podem ser uma indicação de que fatores estaduais podem interferir na dinâmica de migração e de permanência de políticos nos partidos. Desse modo, como já indicaram os autores (Faganello, Fernandes, 2018), tanto as taxas de migração e quanto as de permanência dos políticos nos partidos são afetadas pelas características da disputa eleitoral nos estados. Para a nossa análise, o contexto político-eleitoral do Rio de Janeiro de alguma forma favorece a permanência de prefeitos em partidos ideologicamente de centro.

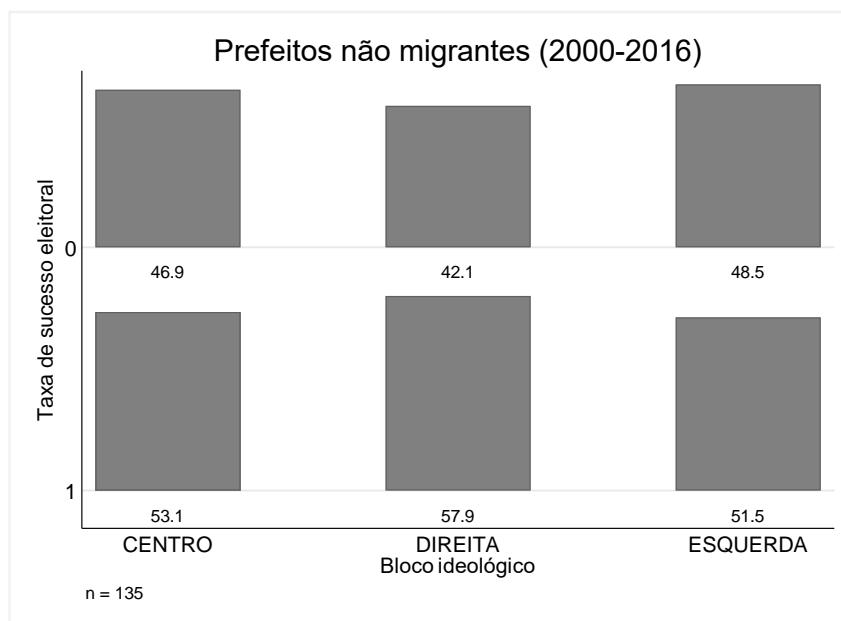
Gráfico 5.11 – Taxa de continuidade dos prefeitos nos partidos por bloco ideológico entre 2000 a 2016 (bloco de origem)



Comparando as taxas de sucesso eleitoral dos prefeitos que optaram por permanecer no mesmo bloco ideológico com a daqueles que mudaram, observamos que, em média, os primeiros têm uma taxa de sucesso eleitoral de 54,1%. Novamente, a porcentagem de prefeitos eleitos não apresenta uma grande variação de acordo com o bloco ideológico do político. Observamos que os prefeitos eleitos em partidos de direita se elegendam mais (cerca de 57,9%), seguidos pelos políticos de siglas de centro (53,1%), e, por último, pelos prefeitos de legendas de esquerda (51,5%).

Assim, apesar de os prefeitos de partidos de centro terem as maiores taxas de permanência entre os blocos ideológicos (47,4%), verificamos que são os prefeitos de legendas de direita que se elegendam mais se comparados aos outros (57,9%). Ademais, os achados deste capítulo contrariam os de Faganello e Fernandes (2018), que apontam uma maior permanência nos partidos por parte dos prefeitos de esquerda quando analisam o cenário nacional.

Gráfico 5.12 – Taxa de sucesso eleitoral dos prefeitos não migrantes por bloco ideológico entre 2000 a 2016 (bloco de origem)



De modo geral, verificamos alguns padrões quando analisamos mais detidamente o caso de prefeitos que se recandidatam ao mesmo cargo entre os anos de 2000 e 2016. Há um equilíbrio entre a taxa de recandidatura de prefeitos que mudam de legenda (45,2%) e a daqueles que permanecem no mesmo partido (54,8%). Entretanto, a taxa de sucesso eleitoral entre aqueles que migram de legenda é maior do que a taxa entre aqueles que permanecem.

Outro ponto a ser destacado é o perfil governista dos prefeitos que optam por mudar de partido: cerca de 40% dos prefeitos migram para partidos que pertencem ao Governador do Estado daquele período. Desses migrantes, aproximadamente 50% conseguem obter sucesso eleitoral. Esses achados vão de encontro ao que a literatura aponta sobre um caráter governista por parte dos migrantes na política brasileira (Melo, 2004; Desposato, 2009). No caso do Rio de Janeiro, uma das hipóteses é a de que os prefeitos que buscam um alinhamento com o governo estadual provavelmente almejam maiores recursos estaduais para seus municípios.

Quando analisamos a mudança e a permanência de prefeitos de acordo com o bloco ideológico do partido, observamos que, entre os migrantes, a tendência geral é a de que os prefeitos migrem para partidos pertencentes ao bloco ideológico de centro. Encontramos o mesmo padrão entre aqueles que permanecem no mesmo bloco ideológico: quase metade dos prefeitos que opta por permanecer pertence aos partidos de centro. É importante ressaltar que quando, comparamos a taxa de sucesso eleitoral entre os dois grupos, verificamos que os

prefeitos que mudam de bloco ideológico são aqueles que conseguem obter maior sucesso eleitoral.

5.5 O personalismo e a força eleitoral dos partidos nas eleições para Prefeito

No decorrer desta pesquisa, exploramos a questão da perenidade de candidatos e de partidos políticos ao longo dos anos, e a frequência na qual aqueles trocam de legendas entre as eleições. Observamos que as duas questões estão intrinsecamente conectadas: se, por um lado, o político almeja permanecer na competição por muitos anos, por outro, os partidos também necessitam dessa representação na figura do candidato. Desse modo, o candidato possui duas opções: (i) mudar de legenda sempre que não houver espaço de competição para o candidato ou que outro partido oferecer mais vantagens políticas e eleitorais para ele; ou (ii) permanecer no mesmo partido por diversas eleições seguintes, concorrendo ao mesmo cargo ou para cargos diferentes.

Para cada decisão racional, há uma consequência para o partido e para o candidato. Na primeira situação, na qual os candidatos migram entre várias legendas, a tendência é a de que o partido político passe a ser visto como personalista, visto que, nesse cenário, as mesmas lideranças partidárias disputam as eleições – em diferentes partidos – e os eleitores votam neles independentemente da legenda a qual o político está filiado (Speck, 2018). Na segunda situação, a tendência é que, com a perenidade do candidato em uma mesma legenda, haja um grupo de lideranças com atuação e funções importantes no partido. De acordo com Speck (2018), nesse segundo cenário, há uma combinação de lideranças fortes com partidos fortes⁶⁶.

Quando avaliamos pela ótica do partido, há também a possibilidade de dois cenários distintos: um em que partidos distintos se reapresentam na disputa com diferentes candidatos, e outro em que os mesmos partidos se reapresentam com diferentes líderes. Na interpretação de Speck (2018), na primeira situação, ocorre uma ausência de lideranças e de legendas no contexto eleitoral, ao passo que, na segunda, os partidos são mais fortalecidos e tidos como referência pelo eleitorado⁶⁷.

A originalidade do trabalho de Speck (2018) reside no fato de que o autor incorporou em sua análise sobre o sistema partidário brasileiro não somente a função essencial dos partidos políticos como “atores coletivos que estruturam o sistema representativo”, mas também o papel

⁶⁶ Esses dois cenários representariam as situações A e B do gráfico que descreve o personalismo e o partidarismo descrito por Speck (2018). Ver gráfico na página 51.

⁶⁷ Cenários C e D, respectivamente, do gráfico de Speck (2018). Ver página 51.

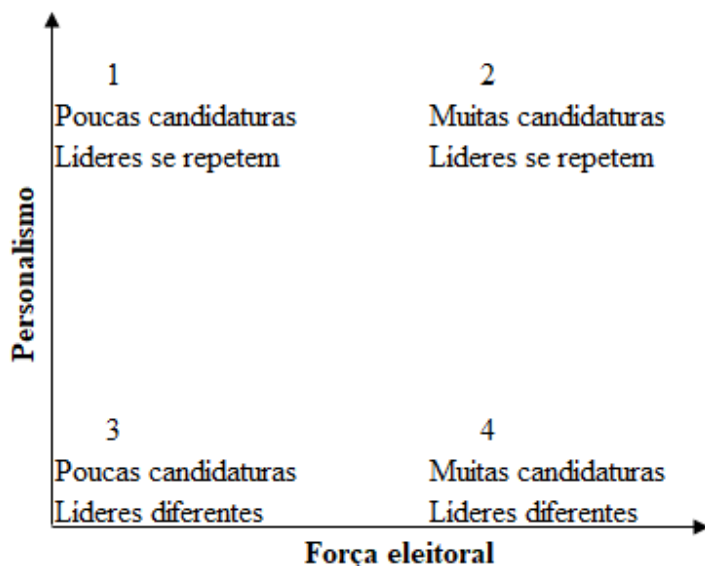
das lideranças partidárias na competição. Para o autor, para compreender o personalismo e o partidarismo, é preciso olhar para as duas dimensões de análise: partidos e lideranças.

Em seu trabalho de 2018, Speck descreve o Rio de Janeiro como um caso de grande dispersão de lideranças partidárias, concomitante a uma ausência de partidos políticos que estruturam o sistema representativo do estado, isto é, quando comparado a outros estados brasileiros. Isso se dá, principalmente, quando o autor analisa a competição para cargos majoritários.

Nesse sentido, a inovação da presente tese é tomar como referência os trabalhos de Melo (2010) e de Speck (2018) e analisar, no caso do Rio de Janeiro e no das eleições municipais, os diferentes cenários possíveis sobre a perenidade dos partidos nas eleições e de seus líderes competitivos.

Para ilustrar os diferentes cenários a serem analisados, reinterpretemos o gráfico de Speck a partir de suas características. A figura abaixo demonstra os 4 cenários possíveis: (1) no primeiro, há muita personalização do partido, ou seja, as lideranças se repetem nas eleições, mas os partidos são fracos eleitoralmente, visto que o partido lança poucas candidaturas; (2) no segundo, o partido mantém-se como mais personalizado, mas, ao mesmo tempo, consegue ser mais forte nas eleições, já que consegue emplacar mais candidaturas competitivas ao longo do tempo; (3) no terceiro, os partidos são simultaneamente pouco personalizados e fracos nas candidaturas: lançam poucas candidaturas, e, a cada eleição, apresentam um candidato diferente; (4) no quarto, o partido possui muitas candidaturas, mas, a cada eleição, apresenta um candidato diferente; assim, ele é visto como mais forte eleitoralmente e menos personalizado.

Figura 5.2 – Personalismo e força eleitoral sob a ótica da perenidade dos partidos e líderes



Para demonstrar e calcular esses cenários, plotamos o gráfico abaixo com o grau de personalização e força eleitoral dos partidos que concorrem às eleições para Prefeito com candidatos competitivos em todos os anos eleitorais. Utilizaremos as mesmas métricas descritas no capítulo 3, reinterpretando os cenários de Speck (2018). O eixo da força eleitoral representa o número de candidaturas competitivas disputado pelo partido, ou seja, a quantidade de candidaturas competitivas para Prefeito apresentadas pelo partido ao longo das eleições. Já o eixo do personalismo representa a média de líderes competitivos diferentes pertencentes a cada partido, que foi feita a partir da divisão do número total de disputas eleitorais que o partido concorreu nas eleições pela quantidade total de líderes competitivos que a mesma legenda teve em todos os anos da análise. Assim, os partidos que estiverem no quadrante mais acima do eixo do personalismo são identificados como mais personalizados, ou seja, apresentam menos líderes diferentes na competição. Nesse caso, o número de lideranças é sempre menor que o número de disputas pelo partido. Por sua vez, quanto mais próximo de 1 no eixo do personalismo, menos personalizado é o partido, visto que oferece candidatos diferentes a cada nova eleição. Nesse caso, o número de lideranças será igual ao número de disputas pela legenda. Por fim, no eixo da força eleitoral, quanto mais à direita do eixo, mais o partido é forte eleitoralmente, isto é, mais a legenda apresenta candidaturas competitivas em sua trajetória eleitoral.

Em resumo, quanto maior o índice de personalização, mais o partido apresenta os mesmos políticos em diferentes pleitos. Quanto maior o índice de força eleitoral, por sua vez, mais a legenda apresenta candidaturas competitivas ao longo dos anos.

Na disputa para as Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, verificamos que há uma aglomeração de partidos pouco personalizados e fracos eleitoralmente no gráfico abaixo, ou seja, são legendas que apresentam um índice de personalismo igual a 1 e, também, que lançam poucas candidaturas competitivas para a Prefeitura. Nessa aglomeração, estão os seguintes partidos: PC do B, PDC, PEN, PMB, PMSD, PROS, PRTB, PSDC, PTC, PTN, PTR, REDE e SD. São legendas que, a cada nova disputa, apresentam diferentes candidatos. O PC do B, por exemplo, teve 6 candidaturas competitivas para o cargo de Prefeito, e apresentou 6 diferentes candidatos. Já a REDE teve somente 1 candidatura competitiva, e, conseqüentemente, apresentou somente 1 candidato competitivo.

Em oposição, temos dois partidos com maior índice de personalismo. São eles: o PSOL e o PT. Ambos apresentaram menos candidatos competitivos por eleição disputada. O PT concorreu em 89 disputas para a Prefeitura, mas apresentou somente 59 candidatos diferentes. Já o PSOL concorreu em 6 eleições, e teve 4 diferentes líderes concorrendo na disputa. Assim, ambos são mais personalistas, mas, se comparados entre si, o PT é mais forte eleitoralmente, visto que concorreu em mais eleições.

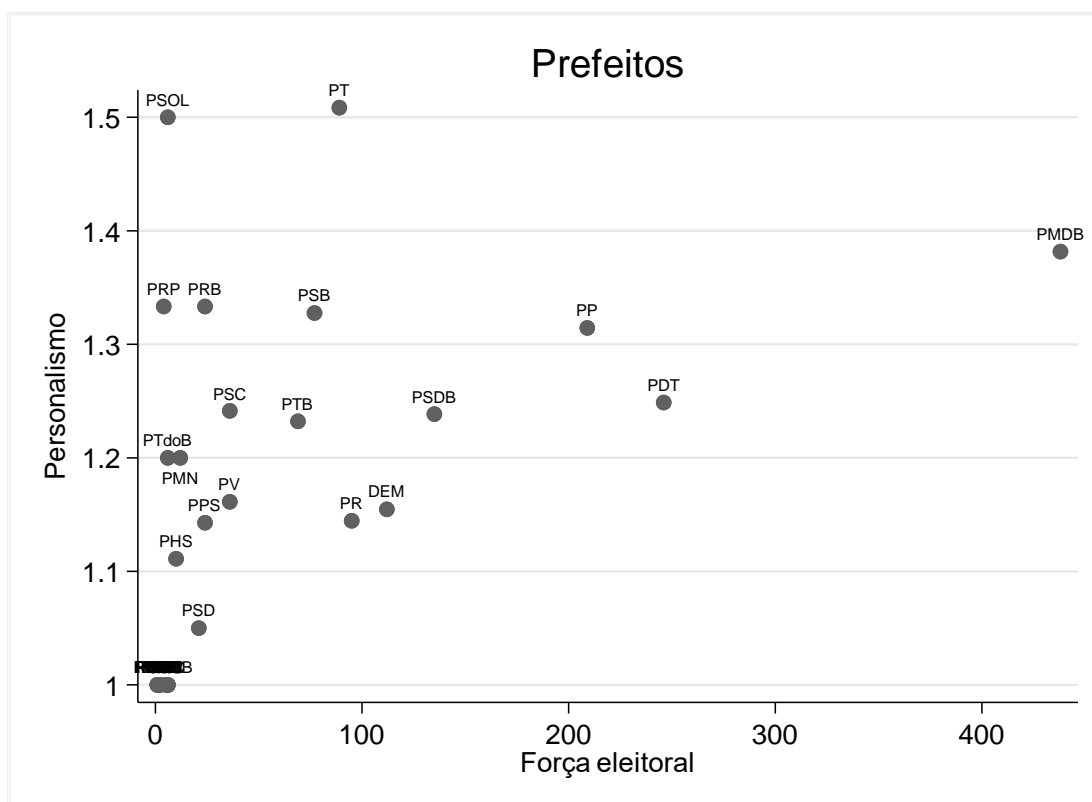
Verificamos que o PMDB é o partido que mais lança candidaturas competitivas na disputa para Prefeito, com mais de 400 candidaturas ao longo do período analisado, sendo, portanto, a legenda mais forte eleitoralmente. A sigla não apresenta o índice máximo de personalização, mas, como se encontra no quadrante superior direito, pode ser considerada como personalista. Ressaltamos ainda que esse partido consegue obter quase o dobro de candidaturas competitivas em relação ao segundo partido mais partidarizado (PDT).

No centro do gráfico, há dois partidos localizados no meio da escala tanto de força eleitoral quanto de personalização. São eles: o PDT e o PP. Isso significa que tais legendas conseguem alavancar somente metade das candidaturas competitivas que o partido mais forte conseguiu (PMDB), e são menos personalizadas do que os partidos com índice máximo de personalismo (PSOL e PT). O PDT possui 246 candidaturas competitivas para todas as disputas para as Prefeituras, e teve 197 diferentes políticos concorrendo ao cargo. Já o PP teve 209 candidaturas competitivas com 159 líderes diferentes.

Não há casos de legendas pouco personalizadas e muito fortes eleitoralmente que estariam localizadas no quadrante inferior direito do gráfico. Isto é, não há partidos com muitas candidaturas competitivas e que, ao mesmo tempo, apresentem muitos líderes competitivos disputando essas eleições.

De modo geral, observamos que, nas eleições para as Prefeituras, a tendência é a de que os partidos variem mais no eixo do personalismo (vertical) do que no eixo da força eleitoral (horizontal). Do total de 31 partidos apresentados no gráfico, 27 possuem menos de 100 candidaturas competitivas em todas as eleições.

Gráfico 5.13 – Personalismo e força eleitoral nas eleições para Prefeito entre candidaturas competitivas



A partir dos cenários descritos na figura 5.2, analisaremos, nas próximas seções, três casos de partidos: o PMDB, o PT e o PDT. O PMDB apresenta-se como uma legenda mais forte eleitoralmente, com o maior volume de candidaturas competitivas nas eleições municipais; o PT, por sua vez, pode ser considerado um partido mais personalizado, que repete a figura de alguns líderes na competição; e o PDT, por seu turno, encontra-se no meio desse cenário de personalismo e de força eleitoral.

5.5.1. O caso do PMDB

Ao longo da presente tese, discorreremos em vários momentos sobre a forte presença do PMDB influenciando o sistema partidário do Rio de Janeiro. Verificamos que a legenda esteve presente em diferentes sentidos, afinal, além de conseguir lançar muitas candidaturas competitivas, tanto para as eleições proporcionais quanto para as majoritárias – o que, naturalmente, faz com que mais políticos consigam ser eleitos para diferentes cargos –, ela também: apresenta um grande volume de origem e de destino para os migrantes; e consegue eleger quase em igual proporção a quantidade de políticos fiéis, migrantes e novatos. Desse modo, consideramos o PMDB como um dos principais partidos que estruturam, sob diversos aspectos, a competição eleitoral carioca.

O PMDB é criado no ano de 1980 em um contexto de transição democrática com o fim do bipartidarismo em 1979 e com a extinção dos dois partidos que tinham sido criados a partir do Ato Complementar nº 4 da Ditadura Militar. A sigla surgiu, em sua maioria, a partir de políticos que já estavam presentes no MDB, partido de oposição ao regime militar; por isso, já nasceu com um número elevado de filiados.

Para a Presidência da República, o partido elegeu Tancredo Neves em 1985, mas, como ele faleceu antes de tomar posse, seu vice, José Sarney, também filiado ao PMDB, governou o país por 5 anos. Outros dois vices pertencentes ao PMDB também tomaram posse após dois processos de impeachment: Itamar Franco, que substituiu Fernando Collor em 1992, e Michel Temer, que substituiu Dilma Rousseff em 2016.

Nesse contexto, a primeira análise a ser feita em relação ao PMDB diz respeito à origem dos candidatos que disputam pelo partido, ou seja, é necessário observar como se dá a entrada no partido entre aqueles que competem para as eleições municipais. Para tanto, levaremos em consideração três modos de entrada descritos por Speck (2018) como formas de renovação do partido: a externa, a lateral e a interna.

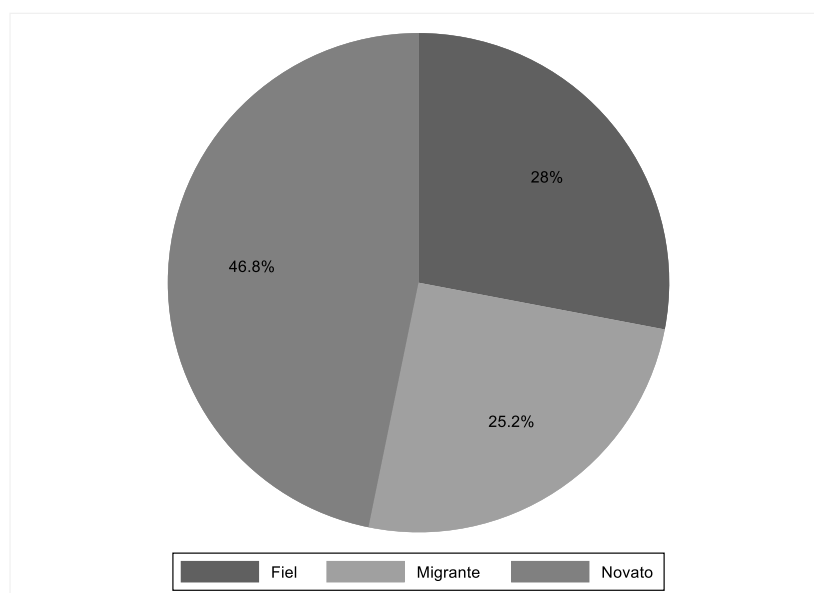
A primeira fonte de renovação descrita por Speck (2018) é a oxigenação externa, isto é, quando novos líderes entram na carreira política para disputar cargos. Essa entrada pode se dar a partir: do recrutamento por parte do partido, que almeja diversificar seus tipos de lideranças, tanto em termos ideológicos quanto socioeconômicos; ou da iniciativa do próprio político, que almeja concorrer a cargos, ser eleito e formular políticas públicas. Cabe lembrar que, independentemente da forma de entrada dos políticos no partido, eles são os que classificamos anteriormente como novatos.

A segunda fonte de renovação, a lateral, ocorre a partir da entrada de migrantes no partido; nesse sentido, a legenda acolhe políticos que antes disputavam em outros partidos. Como observamos anteriormente, há inúmeras justificativas para que aconteça a migração, tais como: possibilidade de sucesso eleitoral, ida para a base governista estadual ou federal ou migração de acordo com viés ideológico; entretanto, independentemente do motivo, o político sempre levará em conta que terá mais benefícios no partido de destino. Em outras palavras, a mudança de legenda não satisfaz somente a ambição individual do político, como também traz mais benefícios para ele, concedidos pelo partido de destino. (Faganello, Fernandes, 2018).

Por fim, a terceira fonte de renovação, a interna, ocorre quando há um revezamento das lideranças do partido. De acordo com Speck (2018), esse processo pode acontecer de uma forma direta, como, por exemplo, por meio da adoção de políticas democráticas com relação ao acesso a nomeações de líderes dos partidos, o que causaria um esvaziamento do “poder das elites partidárias tradicionais”. De qualquer modo, são as lideranças que permanecem no mesmo partido as quais classificamos anteriormente como fiéis.

No caso do PMDB, verificamos que os candidatos competitivos que disputam as eleições para Prefeito pelo PMDB têm diferentes origens: 46,8% são novatos, 25,2%, migrantes e 28%, fiéis. Constatamos que a maior parte dos candidatos vem a partir de uma oxigenação externa do partido, ou seja, são políticos novos na disputa; a segunda maior parcela de candidatos, por sua vez, vem por meio dos políticos fiéis, que se mantêm no mesmo partido.

Gráfico 5.14 – Origem dos candidatos competitivos para disputar as eleições para Prefeito pelo PMDB

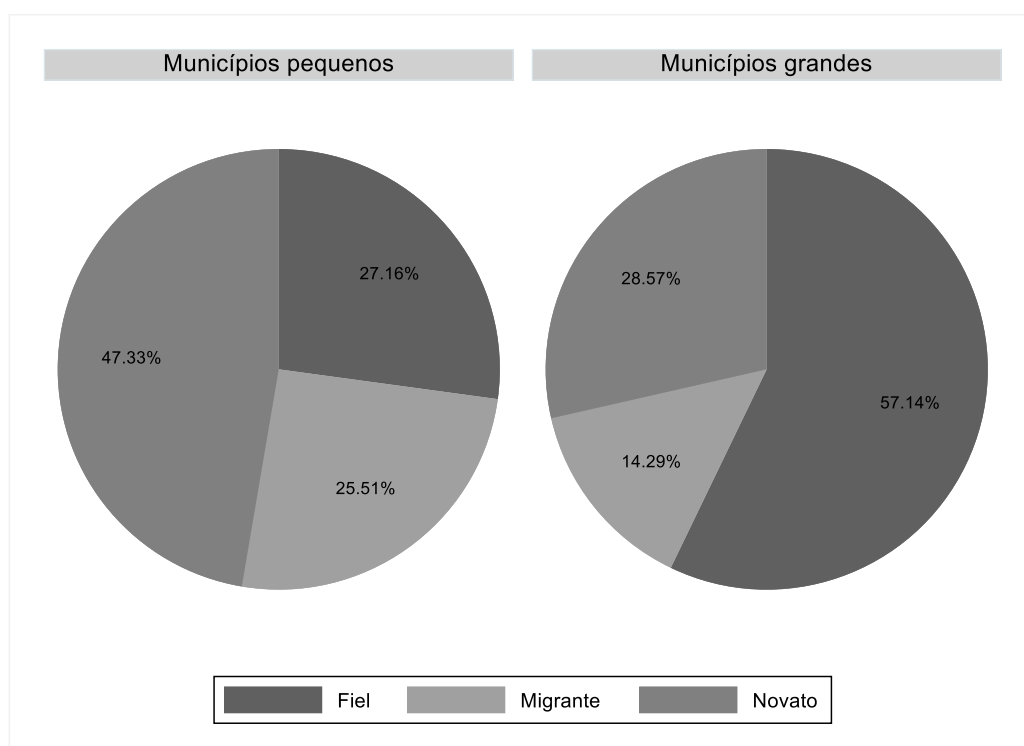


Um dos pontos a ser esclarecido é de onde vêm os votos dos candidatos competitivos para prefeitos pelo PMDB. Mais especificamente, precisamos analisar quais são os perfis daqueles que conseguem ser competitivos pelo partido. Ademais, separamos nossa análise a partir do tamanho do município, pois consideramos que a disputa eleitoral é alterada de acordo com quantidade de eleitores. Consideramos como municípios pequenos aqueles que apresentam menos de 200 mil eleitores, e como municípios grandes aqueles que contêm mais de 200 mil eleitores.

Observamos que 27,1% dos candidatos competitivos para o cargo de Prefeito em cidades menores são fiéis ao partido, ou seja, permanecem na legenda entre uma eleição e outra. Por sua vez, 25,5% são compostos de políticos migrantes, isto é, que migraram para o partido e ainda assim conseguiram ser competitivos. Por fim, 47,3% dos competitivos são compostos de políticos novatos na disputa. Essa taxa alta se justifica pela impossibilidade de os prefeitos se candidatarem mais de 2 vezes consecutivas ao cargo, necessitando de uma oxigenação externa.

Contudo, em municípios grandes, verificamos que mais da metade dos candidatos competitivos que concorrem pelo PMDB é composta por políticos fiéis ao partido, ou seja, que permanecem na legenda entre uma eleição e outra. Ademais, 28,5% são de candidatos competitivos novos na disputa e 14,3% são de migrantes.

Gráfico 5.15 – Perfis de candidatos competitivos pelo PMDB por município



Analisando a distribuição de candidatos competitivos para Prefeito pelo PMDB ao longo dos anos, buscamos separá-la em dois grupos: o daqueles que disputaram as eleições em municípios pequenos, com menos de 200 mil eleitores, e o daqueles que concorreram em municípios maiores, com mais de 200 mil eleitores. Desse modo, observamos que 397 candidatos competitivos concorreram em cidades com menos de 200 mil eleitores e 41 concorreram em cidades com mais de 200 mil eleitores.

Em municípios menores, verificamos que 69 candidatos competitivos concorreram nas eleições de 1982. Esse número expressivo é justificado pelo fato de que o PMDB recém-criado teve sua origem no MDB do regime militar, ou seja, fazem parte do novo partido políticos que já estavam engajados na legenda anterior. Ademais, o sistema partidário de 1982 fazia com que, naturalmente, os políticos se concentrassem nos poucos partidos que existiam. Assim, nesse pleito, só havia 63 municípios que iriam eleger seus Prefeitos, e o PMDB participou em 53 diferentes municípios. É importante ressaltar que, em alguns municípios, o partido lançou mais de um candidato competitivo, como ocorreu, por exemplo, em Cabo Frio, Resende, São Fidélis e em outros.

Observamos que, tanto em municípios pequenos quanto em grandes, o PMDB dobrou o número de candidatos competitivos a partir de 2004 até 2016. Isso ocorreu porque, nesse período, o PMDB conseguiu eleger dois Governadores do Estado e um Prefeito da capital, o que fez com que o partido, conseqüentemente, conseguisse alavancar mais candidaturas em outros municípios. A partir de 2000, há 92 municípios no estado do Rio de Janeiro. Assim, entre os anos de 2004 a 2016, o partido consegue ter representantes competitivos nas eleições em mais da metade do total de municípios, sendo o ápice em 2004 quando a legenda consegue estar presente em quase 80% das cidades.

Tabela 5.6 – Distribuição de candidaturas competitivas por ano e por tamanho do município pelo PMDB

	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	Total
Municípios pequenos	69	1	30	31	32	30	65	51	40	48	397
Municípios grandes	4	1	1	3	1	3	8	7	6	7	41
Total	73	2	31	34	33	33	73	58	46	55	438

Analisando a frequência do número de candidaturas dos políticos competitivos que disputaram como Prefeitos, verificamos que 90% dos candidatos concorrem no máximo duas vezes ao cargo de Prefeito, o que seria plausível, em virtude da restrição do político de não poder se reeleger por mais de duas vezes consecutivas. Entretanto, observamos que um candidato disputa mais de sete vezes o cargo de Prefeito; outro, por sua vez, disputa cinco vezes; e outros cinco concorrem quatro vezes. São eles, respectivamente: Ivany Samel, Jose Eliezer Tostes Pinto, Antônio Said de Oliveira, Arnaldo Gonçalves da Silva de Queiros Mattoso, Max Rodrigues Lemos, Paulo Cesar Vassallo de Azevedo e Washington Reis de Oliveira.

Dos sete candidatos competitivos, somente Washington Reis de Oliveira concorre em um município grande, Duque de Caxias, com cerca de 600 mil eleitores. Todos os outros candidatos concorrem em municípios pequenos, como Miracema, Laje do Muriaé, Natividade, Varre-Sai, Quissamã, Queimados e Nova Friburgo. Ademais, somente Antônio Said de Oliveira disputa a prefeitura em municípios diferentes. Primeiro, em Natividade, apenas uma vez; depois, em Varre-Sai, três vezes.

Tabela 5.7 – Distribuição do número de candidaturas e candidatos competitivos em eleições municipais pelo PMDB

PMDB	
Número de candidaturas	Número de candidatos competitivos
1	233
2	58
3	19
4	5
5	1
7	1
Total	317

De modo geral, o PMDB é o partido com mais candidaturas competitivas para as eleições municipais, nas quais constatamos um crescimento significativo em sua participação principalmente a partir de 2004. Verificamos que os candidatos que concorrem pelo partido possuem origens diferentes quando separamos a análise por município; de fato, a partir desse estudo, observamos que há maior presença de candidatos novatos em municípios pequenos e de candidatos fiéis ao partido em municípios grandes. Podemos considerar que uma das justificativas para que o PMDB seja a legenda mais partidarizada é a repetição de diversas

candidaturas nas eleições, principalmente em municípios pequenos. Em outras palavras, alguns líderes contribuem para aumentar o volume de candidaturas do partido, pois concorrem inúmeras vezes para o mesmo cargo na mesma cidade, como é o exemplo de Ivany Samel, que concorre 7 vezes pela mesma legenda. Não podemos deixar de considerar, também, os fatores conjunturais em relação à eleição de Governadores do Estado e do Prefeito pelo mesmo partido, visto que tal contexto ajuda a alavancar outras candidaturas pela legenda, tal como verificamos a partir de 2004.

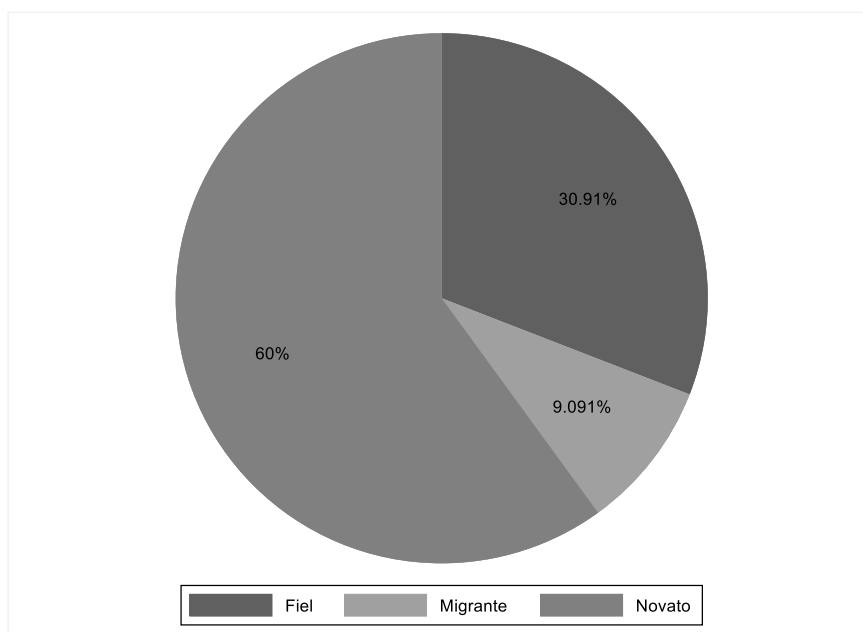
5.5.2. O caso do PT

O PT foi criado em 1980 e também surge a partir da reorganização do sistema partidário no fim da Ditadura Militar. O partido surgiu a partir do movimento social dos trabalhadores, sendo uma legenda com base e voltada para a classe operária, e ideologicamente classificada como de esquerda.

O PT foi classificado como um partido mais personalizado e mais fraco eleitoralmente nas eleições municipais de acordo com o gráfico 5.13. Assim, exploraremos alguns pontos principais sobre a legenda para entendermos sua participação na competição.

Quando analisamos a origem dos candidatos competitivos que disputam pelo partido, verificamos que 60% dos líderes são novatos na disputa, 31% são fiéis à legenda e 9% são compostos por migrantes. Esses achados são compatíveis com a literatura de que partidos de esquerda geralmente apresentam maiores índices de políticos que permanecem no partido e, igualmente, menores taxas de migrantes, tanto em relação aos que entram na legenda quanto aos que saem dela (Faganello, Fernandes, 2018).

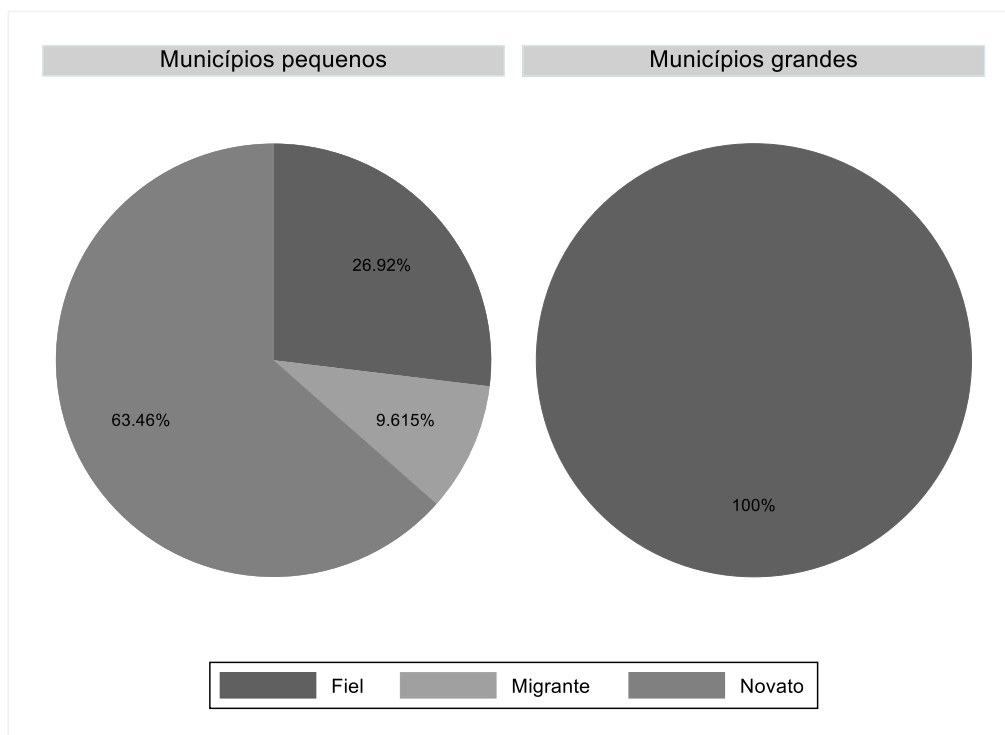
Gráfico 5.16 – Origem dos candidatos competitivos para disputar as eleições para Prefeito pelo PT



Separando a análise por município, observamos que os mesmos números se mantêm entre os municípios pequenos. 63% são de candidatos novatos no partido, 27%, de candidatos fiéis (ou seja, que não vieram de outra legenda), e 9%, de candidatos migrantes.

Contudo, verificamos que todos os candidatos competitivos que concorreram em eleições municipais de cidades maiores são políticos fiéis ao partido, o que indica que, na eleição anterior, concorreram pela mesma legenda. Dentre esse grupo de políticos fiéis que disputaram em municípios com mais de 200 mil eleitores, temos Benedita da Silva, que concorreu pela cidade do Rio de Janeiro; Luiz Lindbergh Farias Filho, que disputou as eleições de Nova Iguaçu; Alcides de Moura Rolim, que concorreu em Belford Roxo; Paulo Roberto Musturangi, que se candidatou em Petrópolis; e Rodrigo Neves Barreto, que disputou em Niterói.

Gráfico 5.17 – Perfis de candidatos competitivos pelo PT por município



No decorrer da presente tese, verificamos que o PT não era um dos partidos que mais lançava candidaturas competitivas no Estado do Rio de Janeiro, e esse mesmo cenário refletiu-se na arena municipal. A tabela 5.8 descreve a distribuição de candidaturas competitivas no pleito municipal ao longo dos anos.

Constatamos que o partido possui poucas candidaturas de 1985 a 2000. Entretanto, a partir de 2004 a frequência de candidatos competitivos pelo partido triplica. Em 2004, temos 19 candidaturas competitivas; em 2008, 22; e em 2012, 23. Podemos considerar que o crescimento nesse período se deu por dois fatores principais. O primeiro foi a eleição do Presidente Lula pelo mesmo partido em 2002, mantendo-se no poder até 2010, junto à subsequente eleição da Presidenta Dilma Rousseff pela mesma legenda. Nesse contexto, a projeção do PT como o partido do Executivo fez com que, em nível micro – nos municípios –, o partido também se sobressaísse nas disputas. O segundo fator, por sua vez, foi o alinhamento dos governos estadual e municipal, nas gestões de Sérgio Cabral Filho e de Eduardo Paes (ambos do PMDB), com o governo federal na imagem do PT. Esse alinhamento favoreceu o Rio de Janeiro em relação a repasses financeiros, principalmente para as obras de infraestrutura que visavam à Copa do Mundo em 2014 e às Olimpíadas em 2016. De todo modo, durante essas três eleições, o PT conseguiu emplacar 20% do total das candidaturas competitivas realizadas para os municípios do Rio de Janeiro (92).

Tabela 5.8 – Distribuição de candidaturas competitivas por ano e por tamanho do município pelo PT

	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	Total
Municípios pequenos		1	3	5	3	6	17	17	19	3	74
Municípios grandes			1	1	1	1	2	5	4		15
Total		1	4	6	4	7	19	22	23	3	89

A próxima análise será sobre a frequência com que os candidatos competitivos do PT concorrem às eleições municipais. Constatamos que 86% dos líderes concorrem até, no máximo, duas vezes para o cargo, mas há sete candidatos que concorrem de 3 a 5 vezes pelo partido. São eles: André Luiz Ceciliano, Maria Inês Pandelo Cerqueira, Artur Messias da Silveira, Lídia Mercedes Oliveira Soares, Carlos Jose Gama Miranda, Marcello Cabreira Xavier e Washington Luiz Cardoso Siqueira.

Somente Artur Messias da Silveira concorreu em um município grande, que foi Nova Iguaçu; todos os outros políticos que concorreram em mais de 3 eleições pelo PT são de municípios pequenos, como Maricá, Silva Jardim, Parati, Conceição de Macabu, Barra Mansa, etc. Há dois casos de líderes que migraram de domicílio eleitoral para concorrer em mais eleições: André Luiz Ceciliano, que disputou em Paracambi e Japeri; e Artur Messias da Silveira, que disputou em Nova Iguaçu e, depois, em Mesquita.

Tabela 5.9 – Distribuição do número de candidaturas e de candidatos competitivos em eleições municipais pelo PT

PT	
Número de candidaturas	Número de candidatos competitivos
1	42
2	10
3	3
4	2
5	2
Total	60

Em suma, verificamos que o PT não apresenta muitas candidaturas competitivas pela legenda, mas seu número menor de candidatos na disputa faz com que este, juntamente ao

PSOL, seja um dos partidos mais personalizados. Nas eleições municipais de cidades grandes, a disputa é constituída basicamente de políticos fiéis à legenda, ou seja, que não vieram de outros partidos e que também não são novatos na competição. A dinâmica se altera quando analisamos as eleições em municípios menores, nos quais a competição é formada basicamente por novatos e por políticos fiéis. Ademais, o partido teve um crescimento elevado em sua participação no Rio de Janeiro nos anos de 2004 a 2012, justificado pelas conjunturas políticas federal e estadual.

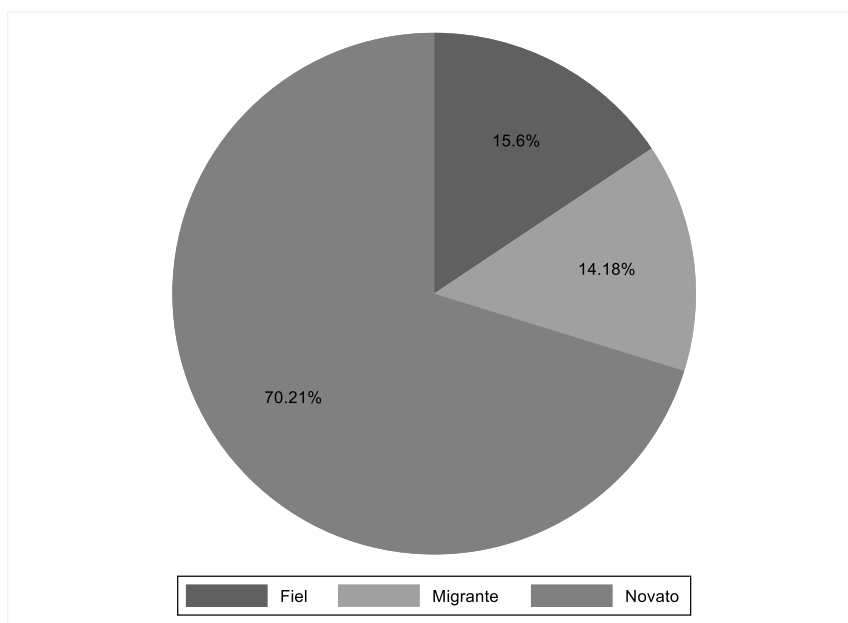
5.5.3. O caso do PDT

O PDT é fundado a partir de uma disputa interna no PTB entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Com o fim do bipartidarismo em 1979 e com a possibilidade de restabelecer legendas partidárias que estavam em vigor antes de 1964, bem como de criar novas, Leonel Brizola visava reconstituir o PTB nos moldes em que o partido se encontrava antes da Ditadura Militar. Entretanto, travou-se uma disputa no TSE em relação à sigla do partido, na qual, de um lado, encontrava-se o grupo liderado por Brizola e, do outro, o grupo liderado por Vargas. O órgão eleitoral julgou a favor de Ivete, e, assim, Brizola, junto aos que também não concordavam com a decisão do TSE, criou o PDT.

O PDT pode ser considerado um caso intermediário de personalização e força eleitoral no Rio de Janeiro. O partido ficou localizado no centro da escala das duas dimensões, como analisado no gráfico 5.13. Isso quer dizer que a legenda consegue alavancar um número médio de candidaturas e de candidatos competitivos ao longo dos anos, se comparada com os outros partidos.

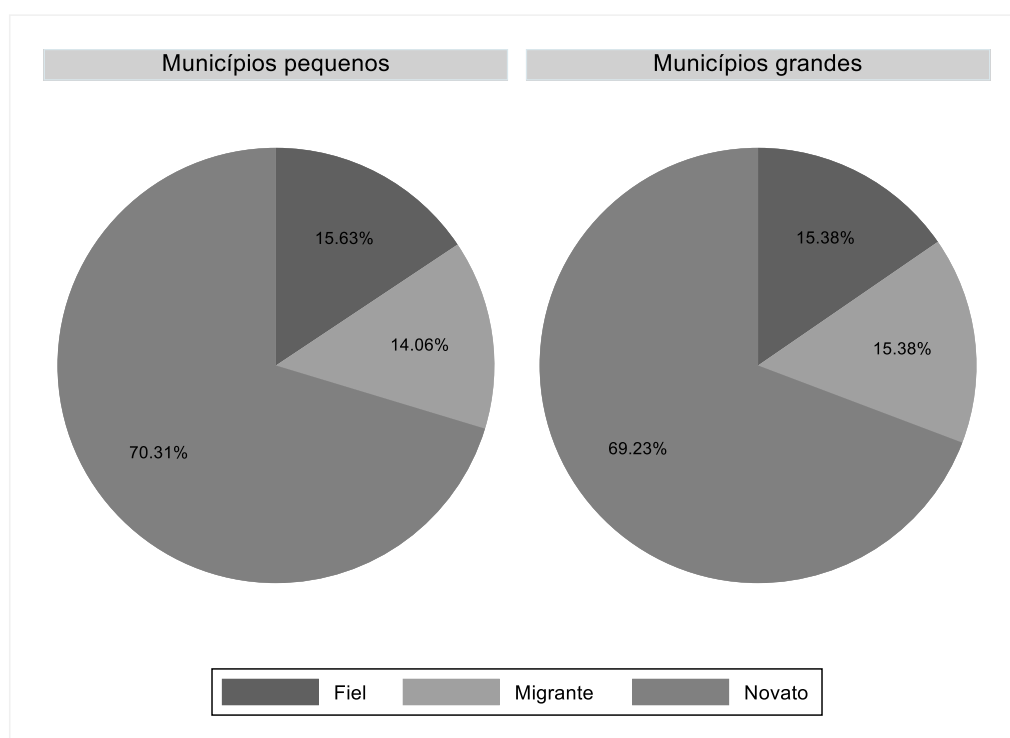
A origem dos candidatos competitivos que disputam as eleições para Prefeito pelo PDT é formada, em sua maioria, por candidatos novatos na competição (70%). 15,6% dos candidatos que concorrem nas eleições municipais, por sua vez, são fiéis ao partido, ao passo que 14,1% são migrantes que vieram de outros partidos.

Gráfico 5.18 – Origem dos candidatos competitivos para disputar as eleições para Prefeito pelo PDT



Não observamos diferenças significativas da composição do partido quando separamos a disputa por municípios. Nesse sentido, tanto em municípios grandes quanto pequenos, verificamos que cerca de 70% dos candidatos competitivos são novos, 15% são fiéis ao partido, e os outros 15% são migrantes.

Gráfico 5.19 – Perfis de candidatos competitivos pelo PDT por município



Os achados da tabela 5.10 corroboram alguns indícios que já foram apontados ao longo da tese, os de que o PDT estruturava as competições no Rio de Janeiro e que depois foi perdendo força eleitoral. Nas eleições municipais, verificamos que o PDT apresenta o maior número de candidaturas competitivas entre 1988 e 2000, tanto em municípios pequenos quanto em grandes, e vai reduzindo sua participação a partir de 2004.

O período de maior participação do PDT nas eleições municipais acontece simultaneamente à eleição de dois governadores pelo partido. O primeiro foi a eleição de Leonel Brizola em 1990 pelo partido, que, inclusive, já havia exercido um mandato como Governador de 1983 a 1986. O segundo Governador eleito pelo PDT foi Anthony Garotinho em 1998. Nota-se que os anos nos quais o partido mais teve candidaturas competitivas nas eleições municipais são os seguintes às eleições dos governadores, isto é, 1992 e 2000. Neste último ano, o PDT consegue ter candidaturas competitivas em cerca de 70% dos municípios do Rio de Janeiro.

A partir de 2004, o partido não consegue mais emplacar tantas candidaturas competitivas nas eleições municipais quanto antes. De fato, a morte de Brizola no mesmo ano e a saída de Anthony Garotinho em 2001 deixaram o partido sem referências de lideranças, o que pode ter causado uma oscilação em sua força eleitoral.

Tabela 5.10 – Distribuição de candidaturas competitivas por ano e por tamanho do município pelo PDT

	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	Total
Municípios pequenos	2	2	19	35	26	61	12	15	14	16	202
Municípios grandes	5	3	7	10	4	6	2	3	4		44
Total	7	5	26	45	30	67	14	18	18	16	246

Nas eleições municipais, 95% dos candidatos competitivos do PDT disputam em até duas eleições, e somente oito políticos concorrem de 3 a 5 vezes. São eles: Delmires de Oliveira Braga, Jorge Roberto Saad Silveira, Carlos Correia, Edson Ezequiel Almeida Ribeiro, Henrique Sergio Melman, Jose Bernardo de Oliveira, e José Bonifácio Ferreira Novellino.

Entre os políticos competitivos que mais se candidatam, verificamos que três deles concorrem somente em municípios grandes: Jorge Roberto Saad concorre quatro vezes à prefeitura de Niterói; Edson Ezequiel de Matos disputa três vezes a prefeitura de São Gonçalo;

e Carlos Correia concorre três vezes à prefeitura de São João de Meriti. Somente o candidato José Bonifácio Ferreira muda de domicílio eleitoral: em 2000, concorre à prefeitura de Cabo Frio, ao passo que, em 2008 e 2016, concorre por Arraial do Cabo.

Tabela 5.11 – Distribuição do número de candidaturas e candidatos competitivos em eleições municipais pelo PDT

PDT	
Número de candidaturas	Número de candidatos competitivos
1	159
2	30
3	6
4	1
5	1
Total	197

O PDT apresenta-se como um partido mediano na escala de personalização e de força eleitoral. O partido é composto, em sua maioria, por candidatos novatos e, igualmente, por políticos fiéis à legenda e migrantes. Mais uma vez, o fator conjuntural da política do estado afeta a distribuição de candidatos competitivos pelos anos eleitorais. Observamos que, em anos de eleição para a Prefeitura, quando ocorrem após o ano em que o governador foi eleito pelo mesmo partido, o PDT conseguiu alavancar mais candidaturas. Isso ocorre em 1992 e em 2000. Ademais, verificamos que dentre o grupo de candidatos que concorrem mais de três vezes pelo partido, três políticos disputam em municípios grandes. Como as eleições em municípios maiores são mais concorridas, dentro do próprio partido há critérios mais rigorosos quanto à indicação de candidatos viáveis ao pleito. Assim, a possibilidade desses políticos de concorrerem mais de três vezes pelo mesmo partido e em municípios de notoriedade pode ser um indício de uma personalização desses candidatos dentro da legenda. Nesse sentido, isso indica que tais políticos já são vinculados à imagem do partido.

5.6 Conclusões parciais

No presente capítulo, analisamos a dinâmica de competição dos Prefeitos eleitos a partir de três aspectos: a estrutura de oportunidades dos líderes; os padrões de migração partidária; e a ótica do personalismo e da força eleitoral na competição municipal.

Um primeiro achado diz respeito à reeleição do Prefeito eleito após o primeiro mandato. Verificamos que, no período em que a legislação da reeleição não estava em vigor (de 1982 a

1998), a maioria dos Prefeitos optava pela disputa para o mesmo cargo, mas esperavam quatro anos ou mais para concorrer novamente. Quando a legislação é alterada e a reeleição passa a ser permissiva, observamos que, depois do primeiro mandato, 95% dos Prefeitos concorrem para a reeleição. Assim, constatamos que uma mudança na legislação eleitoral impacta diretamente os caminhos possíveis a serem trilhados pelo Prefeito após ele ser eleito.

Outro achado relevante diz respeito aos padrões de competição nos municípios pequenos – com menos de 200 mil eleitores – e nos municípios maiores. Constatamos que, em municípios menores, a carreira política dos prefeitos segue um padrão que consiste em, após a disputa como prefeito, concorrer para o mesmo cargo ou para Deputado Estadual ou Federal. Já em municípios maiores, o objetivo, em geral, é conseguir entrar na competição para Governador ou Senador. Assim, temos dois cenários de competição, a depender do tamanho do município: em municípios menores, a tendência é a de que os Prefeitos circulem entre os cargos de Deputado Estadual, Federal ou tentem a sua reeleição pelo mesmo cargo; e, em municípios maiores, a dinâmica dos Prefeitos é, para além desses cargos, disputar as vagas de Governador e de Senador. Consideramos, assim, o cargo de Prefeito como ponto de conexão entre os outros cargos.

Quando analisamos a dinâmica de migração dos Prefeitos, constatamos que não há grandes diferenças no sucesso eleitoral entre aqueles que mudam e os que permanecem nas legendas. Afinal, 61,2% dos não migrantes se elegeram mesmo ficando no partido, e 59,4% dos migrantes conseguiram sucesso eleitoral.

Um dos incentivos para a migração partidária é o pertencimento à base governista, tanto estadual quanto federal. Constatamos que há mais migrações dos Prefeitos para o partido do Governador do Estado do que para o partido do Presidente, podendo este ser um indício de alinhamento do governo municipal com o estadual no Rio de Janeiro.

Nas eleições para as Prefeituras, constatamos que o PMDB é o partido mais forte eleitoralmente, e o PT e o PSOL, por sua vez, são os partidos mais personalizados. Isso quer dizer que, no caso do PMDB, o partido é o que mais apresenta candidaturas competitivas para o cargo de Prefeito ao longo dos anos; e o PT e o PSOL são os partidos que mais apresentam os mesmos candidatos na disputa eleitoral. A partir desse cenário maior, esboçamos três casos de partido que refletem os diferentes cenários na competição do Rio de Janeiro.

O primeiro caso é relativo ao PMDB, considerado o partido mais forte da competição municipal, ou seja, o que apresenta o maior volume de candidaturas competitivas. Observamos a presença maior do partido em municípios pequenos e maiores principalmente a partir de 2004, de modo concomitante às eleições de Governador e de Prefeito pelo mesmo partido. A legenda apresenta alguns líderes que se repetem várias vezes na competição, como, por exemplo, Ivany Samel, mas é composta por proporções parecidas de candidatos novatos, migrantes e fiéis ao partido.

O segundo caso diz respeito ao PT, considerado a sigla mais personalizada da disputa. A legenda aumentou o número de candidatos principalmente em municípios pequenos de 2000 a 2012, e, nesses municípios, há uma repetição dos mesmos candidatos na competição. Dos sete políticos que mais se candidatam à vaga de Prefeito pelo partido, por exemplo, somente um concorre em municípios maiores. A dinâmica por município também se altera quando analisamos a composição dos líderes que disputam pelo partido: em municípios maiores, somente líderes fiéis à legenda disputam para a Prefeitura, e, em municípios menores, há a maior participação de novatos e de fiéis, sendo a menor parcela a de migrantes.

O último caso analisado trata do PDT, partido considerado intermediário no eixo da personalização e da força eleitoral nas eleições municipais. A legenda apresenta um número mediano de candidaturas e de candidatos competitivos, e é composta majoritariamente por candidatos novatos, e, em menor proporção, por migrantes e fiéis. O partido apresenta uma maior participação entre os anos de 1988 a 2000, ao passo que, a partir dos anos 2000, reduz a sua participação.

Capítulo 6 – Conclusões finais

Ao longo desta pesquisa, exploramos o sistema partidário do Rio de Janeiro sob a ótica dos partidos políticos e dos líderes que estão presentes na disputa. Para isso, analisamos as possíveis trajetórias de carreira que os políticos podem trilhar; a frequência da participação de algumas legendas e de alguns candidatos na disputa; a migração entre as siglas; e a dinâmica de competição dos prefeitos eleitos no estado.

Consideramos que o estudo das estruturas de oportunidades políticas é importante para compreendermos como são feitas as escolhas dos candidatos para que consigam se manter na vida política. Os políticos são considerados atores racionais que têm suas preferências e que, a partir delas, buscam oportunidades para se manter no poder. Essas oportunidades variam de acordo com o sistema eleitoral, com a dinâmica do partido, com as restrições formais do cargo e com outros fatores.

Os candidatos competitivos do Rio de Janeiro constroem suas carreiras políticas de uma forma diferente do que Miguel (2003) descreve como uma carreira ascendente – de acordo com o autor, os políticos almejam sempre disputar um cargo mais elevado do que o anterior. Constatamos que, de modo geral, os candidatos pleiteiam sua reeleição ou cargos mais elevados, mas também há movimentos inversos na trajetória. Contudo, há uma diferença notória entre os candidatos que disputam em municípios pequenos e os que concorrem em cidades grandes. Nesse sentido, quando comparamos esses dois grupos, percebemos que há duas dinâmicas diferentes: em municípios pequenos, os candidatos concorrem basicamente para Deputado Estadual, Federal e Prefeito; já em municípios maiores, além dos cargos supracitados, os candidatos concorrem ao Governo do Estado e ao Senado.

A dificuldade principal de candidatos que concorrem em municípios menores de optar por disputar cargos mais elevados, como Governador e Senador, diz respeito ao papel do partido político e à conexão do candidato com o eleitorado. Os políticos que concorrem em municípios menores possuem um eleitorado menor e teriam maior dificuldade de se eleger em municípios maiores com uma quantidade relativamente pequena de eleitores. Ademais, os partidos precisam fazer cálculos estratégicos, pois esses cargos possuem somente uma vaga; nesse sentido, devem lançar candidaturas que realmente sejam viáveis no sentido de serem reconhecidas pelos eleitores e de, assim, conseguirem votos para o partido.

No caso do estado do Rio de Janeiro, constatamos que as carreiras políticas podem ser descritas a partir dos modelos alternativo (*alternative*) e integrado (*integrated*), de Borchert

(2011), de acordo com os quais os políticos precisam levar em conta suas preferências e não estão presos, por exemplo, às fronteiras institucionais, circulando em diferentes níveis de poder e de arenas federativas; por conta disso, eles podem retroceder a cargos que seriam considerados como descendentes. Desse modo, contrapomos o modelo unidirecional de Borchert (2011) e o argumento de Miguel (2003), que pressupõe unicamente a construção em nível ascendente da carreira política.

Um fator importante descrito na tese diz respeito à participação de partidos políticos e de líderes na competição fluminense. A história do sistema partidário do Rio de Janeiro está diretamente relacionada com a participação de legendas e líderes no estado. Verificamos que, de 1982 a 2000, o PDT é o partido que mais lança candidaturas competitivas; e concomitantemente, consegue eleger por duas vezes um representante do partido para o Governo do estado. A dinâmica se altera com o crescimento do PMDB a partir de 2004, que passa a ter mais candidaturas competitivas que os demais, e, assim, consegue conquistar três mandatos com políticos eleitos pela sua legenda para o cargo de Governador. Observamos que nos períodos de maior participação desses partidos com candidatos competitivos nas eleições ocorre concomitantemente com a presença de lideranças mais expressivas na sigla, como é o caso de Brizola no PDT e de Sérgio Cabral no PMDB.

Autores como Melo (2010) e Speck (2018) descrevem o Rio de Janeiro a partir de um cenário de baixa personalização e baixa partidarização, ou seja, sem partidos ou líderes que estruturam a competição no estado. Contudo, como descrito anteriormente, observamos a presença de dois partidos – PMDB e PDT – como legendas que aparecem recentemente com um número maior de candidaturas competitivas em diferentes momentos da história. Além disso, quando analisamos as disputas para os cargos proporcionais, observamos a presença de poucos líderes que se candidatam várias vezes ao mesmo cargo e conseguem obter sucesso eleitoral. Mesmo mudando de partidos, esses candidatos já estão na memória do eleitor e são eleitos. São exemplos disso: Jandira Feghali, Jair Bolsonaro, Simão Sessim, Carlos Minc e outros. Apesar da alta rotatividade na disputa para Deputado Estadual e Federal, esses poucos candidatos conseguem estruturar a competição, visto que se reapresentam inúmeras vezes e são eleitos independentemente do partido em que estão.

Uma das justificativas da literatura sobre migração partidária é que os políticos trocam de legenda com o objetivo de ter maiores vantagens político-eleitorais, que podem envolver a obtenção de recursos do governo estadual ou federal (a partir da migração para partidos de

políticos que estão atuando nesses cargos), a garantia de o político ser indicado pela legenda para disputa de um cargo majoritário, e a possibilidade de angariar mais votos. Na presente tese, observamos que os maiores partidos do estado são os que mais apresentam entrada e saída de migrantes, incluindo o PMDB e o PDT, que mais estruturam a competição partidária, e que as migrações ocorrem em maior quantidade para partidos considerados ideologicamente de direita. Ademais, constatamos um maior fluxo migratório para o partido do Governador do estado de 2000 a 2014. Isso quer dizer que uma boa parte dos migrantes optou por mudar para o PMDB, e este alinhamento com o governo estadual também estava ligado a um alinhamento com o governo federal, visto que ambos os governos estavam coligados.

Constatamos que a migração partidária pode ser uma estratégia entre os candidatos competitivos que não conseguiram se eleger. Em outras palavras, verificamos que, entre os eleitos, a maioria opta por permanecer no mesmo partido na eleição seguinte; já entre os não eleitos, a maior parte decide mudar de legenda. Entretanto, de forma geral, observamos que os não migrantes conseguem se eleger mais do que os migrantes.

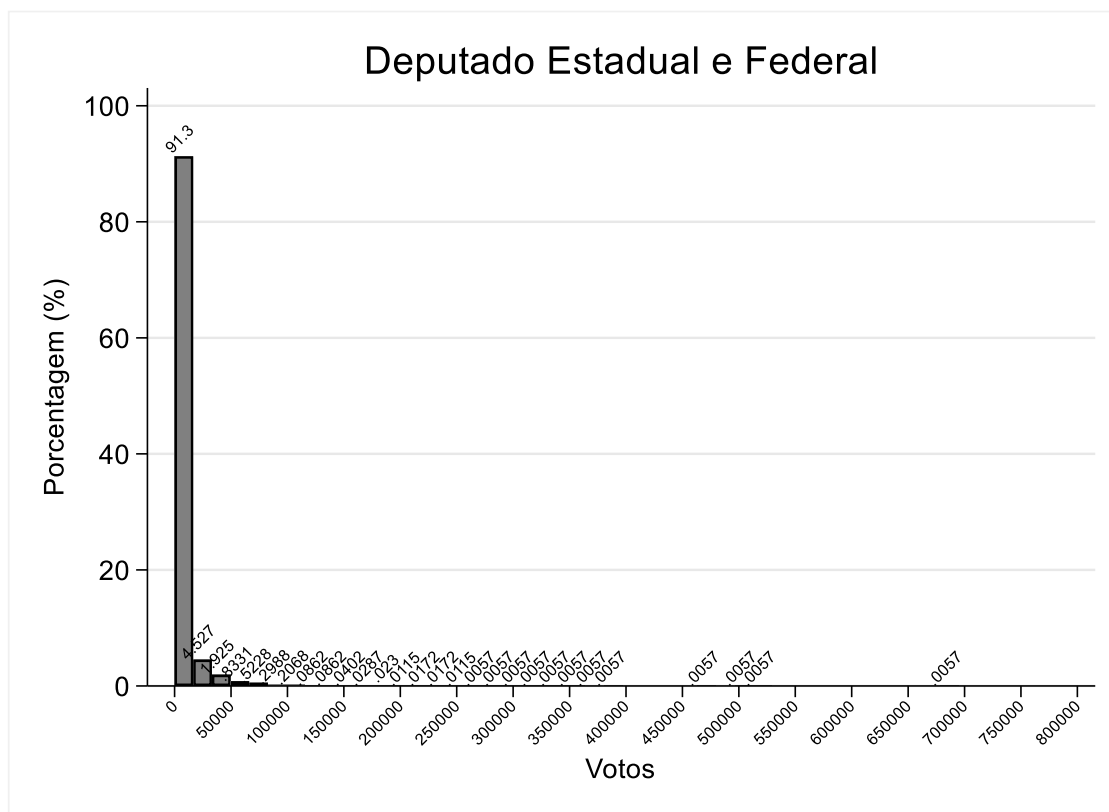
Nesta pesquisa, a figura do Prefeito é vista como um ponto central para entendermos a dinâmica do sistema partidário do estado do Rio de Janeiro. Isso porque constatamos que os candidatos competitivos que disputam esse cargo trilham caminhos diferentes, a depender do tamanho do município de sua disputa. Corroboramos o argumento de Speck (2018), de que o Prefeito é um ponto de conexão com os outros cargos. Em municípios pequenos, eles circulam nesse cargo, e disputam também para Deputado Estadual e Federal; já em municípios maiores, eles circulam em cargos ascendentes (Governador e Senador).

Ademais, neste cenário de disputa, verificamos três diferentes perfis de partidos, a depender do seu grau de personalismo e de força eleitoral. O PMDB é visto como um partido mais forte na disputa municipal, pois é o que apresenta o maior número de candidatos competitivos na competição, principalmente a partir dos anos 2000. O PT, por sua vez, é considerado o partido mais personalizado, visto que é a legenda que mais apresenta repetição da figura de seus candidatos competitivos nas eleições. Isso quer dizer que o partido aposta em algumas de suas figuras centrais para as eleições municipais. Já o PDT é visto como um meio termo entre o PMDB e o PT. A legenda apresenta um número considerável de candidaturas competitivas e consegue emplacar tanto novos candidatos quanto políticos que já se apresentavam na competição anteriormente.

Esses resultados apontam que, dentro de um estado, podemos encontrar diferentes cenários possíveis a partir dos conceitos de personalismo e partidarismo, descritos por Speck (2018). Não desconsideramos os achados de Melo (2010) e de Speck (2018) sobre o Rio de Janeiro ser um caso de baixa personalização e baixa partidarização, mas, quando analisamos o sistema partidário do estado de uma forma mais específica e acurada, observamos diversos padrões que confirmam a presença de alguns partidos como estruturantes na competição fluminense, e de alguns líderes políticos que se repetem nas eleições proporcionais. Desse modo, ressaltamos que o Rio de Janeiro apresenta diversas especificidades em relação às suas eleições e que encontramos cenários de partidos e lideranças que estruturam as eleições.

Portanto, consideramos que a presente tese é inovadora, visto que consegue analisar o personalismo e o partidarismo a partir de diferentes aspectos, como carreira política, migração partidária e estruturação da competição. Tais perspectivas trazem a noção de que ambos os atores – partidos e líderes – precisam ser estudados conjuntamente para entendermos o sistema partidário.

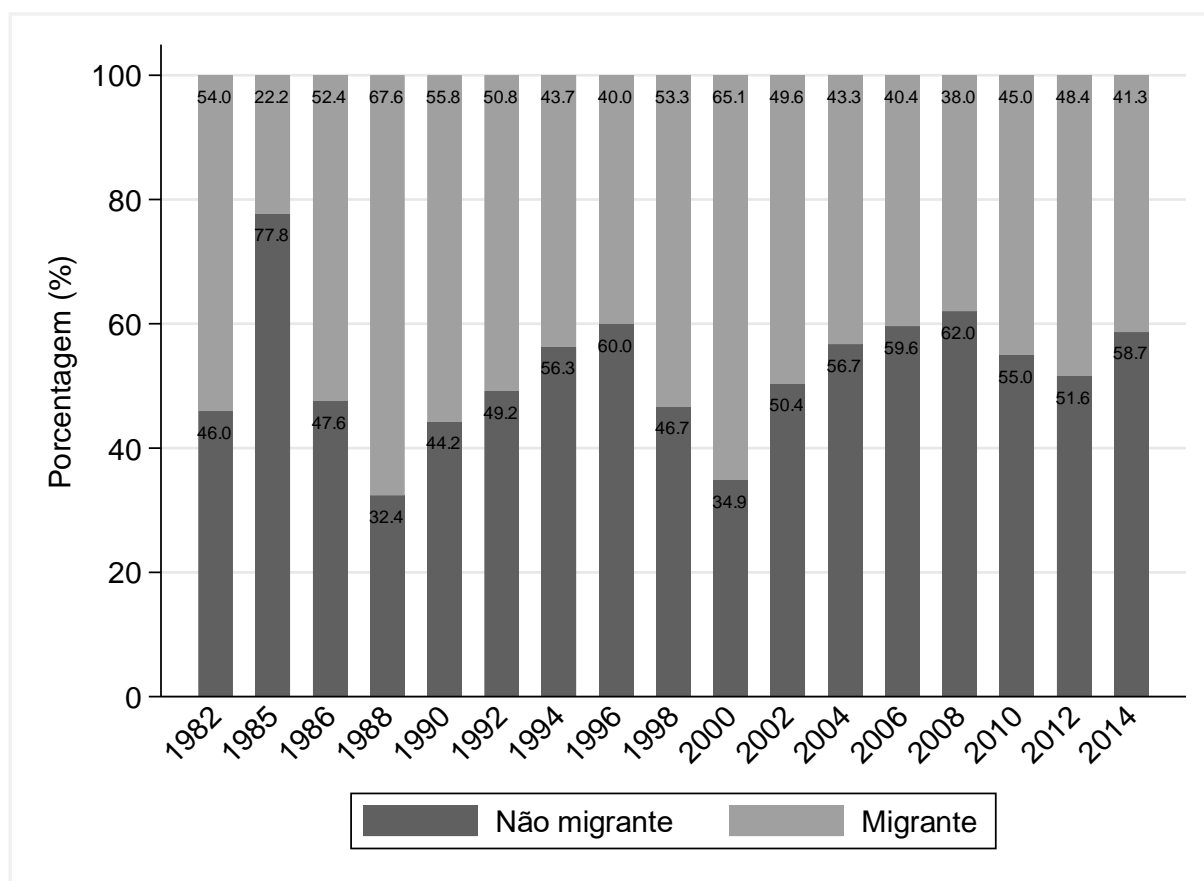
Anexo 1 – Histograma da distribuição de votos de candidatos para Deputado Estadual e Federal



Anexo 2 - Entrada e saída na vida política dos candidatos competitivos para Prefeitos de 1982 e 2016 separados por tamanho do município.

	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
	Municípios abaixo de 200 mil hab.		Municípios acima de 200 mil hab.	
PREFEITO	351	554	21	17
	40,8%	64,4%	19,1%	15,4%

Anexo 3 – Taxa percentual de migração partidária de 1982 a 2014 no estado do Rio de Janeiro (eleitos e não eleitos).



Anexo 4 – Linha histórica dos partidos políticos

1964	1980	1982	1985	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995	1997	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2016	2017			
ARENA	PDS (renomeação da ARENA)	PP (se extingue e vai para o PTB e PMDB)	PDC (cisão do PDS)	PASART (criação)	PV (criação)	PSD* (criação)	PST (criação)	PRONA (criação)	PRS (criação)	PPS (renomeação do PCB)	PSTU (cisão do PT)	PSL (criação)	PSN (criação)	PHS (renomeação do PSN)	PTC (renomeação do PRN)	PMR (criação)	PSOL (cisão do PT)	PRB (renomeação do PMR)	PR (fusão do PL e PRONA)	DEM (renomeação do PFL)	PMB** (criação)	PPL (criação)	PROS (criação)	PSD** (cisão do DEM e PP***)	SD (criação)	REDE (cisão do PV)	PODE (renomeação do PTN)	AVANTE (renomeação do PT do B)			
MDB	PMDB (renomeação do MDB)		PFL (cisão do PDS)	PCN (criação)	PD (criação)		PSDB (cisão do PMDB)	PRN (renomeação do PJ)	PNT (criação)	PMSD (criação)	PPR (fusão do PDS e PDC)		PCO (cisão do PT)			PP*** (renomeação do PPB)				PAN (se extingue e é incorporado ao PTB)									MDB (renomeação do PMDB)		
	PTB (criação)		PL (cisão do PDS)	PDI (criação)			PNA (criação)	PRP (criação)	PSU (criação)	PNTB (criação)	PP*** (fusão do PTR e PST)		PPB (fusão do PPR e do PP***)			PGT (se extingue e é incorporado pelo PL)								NOVO (criação)							
	PP* (criação)		PC do B (criação)	PS (criação)			PNAB (criação)	PT do B (cisão do PTB)		PPN (1982)			PRTB (cisão do PTR)			PSD* (se extingue e é incorporado pelo PTB)															
	PT (criação)		PSB (criação)	PMC (criação)				PP** (criação)		PSdo B (criação)			PSDC (cisão do PPR)																		
	PDT (criação)		PJ (criação)	PMB* (criação)				PDC do B (criação)					PAN (criação)																		
			PCB (criação)	PN (criação)				PLP (criação)					PTN (cisão do PTB)																		
			PSC (criação)	PND (criação)									PGT (criação)																		
			PMN (criação)	PNR (criação)																											
			PTR (cisão do PDT e PMDB)	PRT (criação)																											

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Marcelo. Mudança partidária. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos Deputados – 1979/1999. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 23, n. 1, 2017.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Como a ciência política analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo: tendências, linhas interpretativas e aportes analíticos. In: I Congresso Latinoamericano de Teoria Social, Buenos Aires, 2015.
- BLACK, Gordon S. A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. *The American Political Science Review*, vol. 66, n. 1, p. 144-159. 1972.
- BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72. 2010.
- BRAGA, Kenny; SOUZA, João Borges de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar. Perfis parlamentares. Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. 1ª edição, 626 p., 2004.
- BLONDEL, Jean. Personalization of leadership, parties and the citizens. Honorary Degree in Political Sciences and International Relations. Anais. University of Siena, 2008. Disponível em: http://www.circap.org/uploads/1/8/1/6/18163511/honour_blondel.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2018.
- BOAS, Taylor C. Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: professional titles as voting heuristics in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, p. 39-72, 2014.
- BORCHERT, Jens. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. *Regional and Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 117-140, 2011.
- BOURDOUKAN, Adla. Trajetórias de carreira e arenas políticas. 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados. Sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p.187-208. 2009.

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes no comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. X, n. 2, p. 288-338, 2004.

CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo. Estado e partidos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo; Alfa-Ômega, 1976.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, p. 255-295. 2014.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *DADOS*, Revista de Ciências Sociais, v. 47, n.1, Rio de Janeiro, 2004.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso em: 25 de julho de 2019.

CORRÊA, Filipe Souza. O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2016.

DESPOSATO, Scott. Party switching in Brazil: causes, effects and representation. In: *Political Parties and Legislative Party Switching*. Willian B. Heller and Carol Mershon, eds. United States: Palgrave Macmillan; p. 109-144. 2009.

DINIZ, Simone. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 31-47, 2000.

FAGANELLO, Marco Antonio; FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 101-124, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. *Cadernos de pesquisa Cebrap*, n. 5, 1996.

_____. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, n. 44, São Paulo, 1998.

_____. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: Lucia Avelar; Antônio Octavio Cintra (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2 ed. Editora UNESP, p. 303-348. 2007.

FLORENTINO, Renata. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 45-63, 2008.

FREITAS, Andréa. Migração partidária na Câmara dos Deputados. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

_____. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *DADOS*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 4, p. 951-986, 2012.

GERRING, John. What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, vol. 28, n. 2. 2004.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 326-345, 2014.

HELLER, Willian B; MERSHON, Carol. Introduction: Legislative party switching, parties and party systems. In: *Political Parties and Legislative Party Switching*. Willian B. Heller and Carol Mershon, eds. United States: Palgrave Macmillan; p. 03-28. 2009a.

_____. Integrating theoretical and empirical models of party switching. In: *Political Parties and Legislative Party Switching*. Willian B. Heller and Carol Mershon, eds. United States: Palgrave Macmillan; p. 29-51. 2009b.

JANDA, Kenneth. Laws against party switching, defecting, or floor-crossing in national parliaments. 2009 World Congress of the International Political Science Association, Chile. Working paper; 2009.

KLEIN, Elad. The personal vote and legislative party switching. *Party Politics*, vol. 24, n. 5, p. 501-510, 2018.

LAMOUNIER, Bolivar. *Parlamentarismo, sistema eleitoral e governabilidade*. Nova Economia, v. 2, n. 2, Belo Horizonte, 1991.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Political survival strategies: political career decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Latin American Studies*, v. 36, n. 1, p. 109-130, 2004.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. IX, n. 1, p. 44-67, 2003.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. Editora Loyola, São Paulo, 1993.

MAINWARING, Scott. *Políticos, partidos e sistemas eleitorais*. Novos Estudos, CEBRAP, n. 29, São Paulo. 1991.

_____. *Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil*. Lua Nova, n. 28-29, São Paulo, 1993.

_____. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, Calif. Stanford University Press, 1995.

MAYHEW, David. *Congress: The electoral connection*. New Haven, Yale University Press. 1974.

MCALLISTER, Ian. The personalization of politics. In: *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Russell J. Dalton, Hans-Dieter Klingemann, eds. Oxford University Press, 2007.

MCDERMOTT, Monika. Religious stereotyping and voter support for evangelical candidates. *Political Research Quarterly*, v. 62, n. 2, p. 340-354, 2009.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-1998). Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1999.

_____. Migração partidária, estratégias de sobrevivência e governismo na Câmara dos Deputados. 26º Encontro Anual da ANPOCS, 2002.

_____. Retirando as cadeiras do lugar. Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Editora UFMG, Belo Horizonte. 2004.

_____. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, p. 13-41. Brasília, 2010.

MERSHON, Carol. Legislative party switching. In: The Oxford Handbook of Legislative Studies. Shane Martin, Thomas Saafeld, Kaare W. Strom, eds. Oxford University Press, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Curitiba. Revista Sociologia e Política; n. 20; p. 115-134. 2003.

MONTEIRO, Maria Carmina; BARROS, Rogério Alves de; MARQUES, Bruno. Marcelo Nunes de Alencar. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós 1930. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. Dos autênticos aos governistas: gênese e trajetória do PMDB (1979 a 2002). Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.

NETTO, Gabriela Figueiredo. Quando o dinheiro importa menos: uma análise do financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016

NICOLAU, Jairo. Multipartidarismo e democracia. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

POWER, Timothy; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: a research communication. Latin American Research Review, vol. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

_____. O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Should I stay or should I go? Explaining political ambition by electoral success in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, vol. 5, n. 3, p. 73-95, 2013.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, 2002.

ROHDE, David W. Risk-bearing and progressive ambition: the case of members of the United States House of Representatives. *American Journal of Political Science*, v. 23, n. 1, p. 1-26, 1979.

SAMUELS, David. *Ambition, federalism and legislative politics in Brazil*. Cambridge University Press. 2003.

SANTOS, André Marengo dos. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-20, 2013.

_____. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *RBCS*, vol. 16, n. 45, p. 69-83, 2001.

SANTOS, Fabiano. Deputados Federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Fabiano G. M.; PEGURIER, Fabiano J. H. Political careers in Brazil: long-term trends and cross-sectional variation. *Regional and Federal Studies*, vol. 21, n. 2, p. 165-183. 2011.

SCHLESINGER, Joseph A. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago, Rand MacNally, 1966.

SCHLESINGER, Joseph A. *Political parties and the winning of office*. University of Michigan Press. 1991.

SPECK, Bruno Wilhelm. *Partidos e líderes no sistema representativo brasileiro*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.